

LÍGIA FERREIRA GALVÃO

**“PRÁTICAS ALTERNATIVAS”?
UMA LEITURA INSTITUCIONAL DA QUESTÃO**

*Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo,
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Psicologia*

São Paulo
2000

LÍGIA FERREIRA GALVÃO

**“PRÁTICAS ALTERNATIVAS”?
UMA LEITURA INSTITUCIONAL DA QUESTÃO**

Volume 1



Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientador: Marlene Guirado

São Paulo

2000


“PRÁTICAS ALTERNATIVAS”?
UMA LEITURA INSTITUCIONAL DA QUESTÃO

LÍGIA FERREIRA GALVÃO


BANCA EXAMINADORA

 LÍGIA FERREIRA GALVÃO

(Nome e Assinatura)

 MARIA LUIZA E SILVA

(Nome e Assinatura)

 TULLIO L. G. SILVA

(Nome e Assinatura)

Dissertação defendida e aprovada em: 25/08/2000

*À Arlete e ao Firmino, pelo começo de tud
à Ana Lucia, pela silenciosa cumplicidad
à Roseli, pela presença indispensáve
ao Murilo, à Luna e à Leticia, pela esperança no que vir.*

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não teria sido possível sem o incentivo de muitos, o apoio dos que acompanharam seu desenvolvimento e, principalmente, o trabalho de alguns. A todos, minha sincera gratidão.

Gostaria de registrar meus agradecimentos, de forma particular, a alguns nomes importantes nesse percurso:

À CAPES/DS, pelo apoio financeiro.

À minha querida orientadora, Professora Doutora Marlene Guirado, por todos os momentos; pela orientação precisa, pela presença firme nos momentos decisivos, pela paciência e, sobretudo, pela amizade.

Ao Professor Doutor Paulo Albertini, grande incentivador e responsável pela idéia original que inspirou este trabalho.

Ao Professor Doutor Dominique Maingueneau, da Universidade de Picardie - Amiens, França, por sua valiosa contribuição na estruturação do projeto de pesquisa.

Aos professores doutores Julio Roberto Groppa Aquino e Maria Luiza Sandoval Schmidt, participantes da Banca do Exame de Qualificação, por suas preciosas sugestões e pelo incentivo à continuidade do trabalho.

Aos colegas do grupo de orientação – Gustavo, Gustavo Vecchi, Jaqueline, Leticia, Luciana, Mara, Maria Lúcia, Patrícia, Pilar, Rogério – pela disponibilidade e interesse com que sempre acompanharam o desenvolvimento da pesquisa; pelo intercâmbio intelectual e pela amizade.

A todo o pessoal do CRP-06: Adriana, Edilaine, Vanilda, Vera, Zé Maria; Edna, Josiane; Beth e Helena. Meus especiais agradecimentos à Ana Lucia Umbelina do Nascimento, Secretária do Centro de Orientação.

À Claudia Maria Sodré Vieira, conselheira-presidente do CRP-06 à época do início da pesquisa, que tão entusiasticamente acolheu o projeto.

A Sidney Celso Corocine, Helena Irye, Cristina Amelio Luzio e Lumêna Furtado, conselheiros das gestões *Psicologia em Ação* e *Um Conselho para Cuidar da Profissão*, do CRP-06.

A Roberto Moraes Cruz, Conselheiro-Secretário do Conselho Federal de Psicologia à época, pela cessão de material e apoio emprestado à pesquisa.

À Miriam e à Sandra, secretárias do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade – PSA; à Graça e à Deodata, da CAC-Escolar, pela atenção, solicitude e simpatia cotidianas.

Aos colegas de Oficina, do Fórum de Psicanálise de São Paulo, pela instigante interlocução.

Aos colegas do Serviço de Higiene Mental do Instituto da Criança - Hospital das Clínicas, pelo profissionalismo, confiança e carinho com que se fizeram presentes no momento de finalização desse trabalho. Um agradecimento especial à Vera Ferrari, por sua disponibilidade e grande incentivo.

À Ana Lucia, minha analista.

Aos meus amigos de todas as horas, em particular à Yara, pela presença carinhosa, apoio ‘logístico’ e confiança na superação dos obstáculos.

À Márcia e à Cláudia, minhas irmãs, pelo estímulo, interesse e apoio, sempre presentes, mesmo à distância.

À Roseli da Silva, uma pessoa tão especial, um agradecimento especial. Sua determinação, dedicação e confiança sempre foram o meu maior incentivo.

Aos meus pais, sempre.

SUMÁRIO

VOLUME 1

LISTA DE TABELAS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O Tema dessa Pesquisa.....	2
1.2 O Termo e suas Origens.....	6
1.3 A Produção Encontrada.....	9
1.3.1 Na Universidade.....	9
1.3.1.1 USP.....	9
1.3.1.2 PUC.....	15
1.3.2 No Conselho Regional de Psicologia - CRP-06.....	20
1.4 Os Eventos.....	26
1.5 Os Estudos sobre o Tema.....	59
1.6 E nós, o que diremos?.....	62
2. METODOLOGIA.....	68
2.1 Considerações Iniciais.....	68
2.2 Sobre o Método.....	70
2.2.1 Instituição e Relações Afetivas.....	72
2.2.2 A Psicologia Institucional.....	78
2.2.3 A <i>análise de discurso</i>	87
2.2.4 Observações Complementares.....	106
2.3 As Instituições Objeto de nosso Estudo.....	108
2.4 Material e Procedimentos.....	110
2.4.1 Material.....	110
2.4.2 Procedimentos.....	114
2.4.3 Dispositivos de Análise.....	118
3. ANÁLISE: DO CRP-06.....	121
3.1 O Conjunto dos Textos Analisados.....	121
3.2 Os Temas.....	124
3.2.1 A Expressão “Práticas Alternativas”.....	124
3.2.2 A Psicologia.....	132
3.2.3 Os Psicólogos.....	146
3.2.4 O CRP-06 - Papel e Posicionamento do Conselho.....	160
3.3 Os Termos Recorrentes.....	177
3.3.1 “Uma Constante Preocupação”.....	177
3.3.2 “Uma Questão Complexa”.....	185
3.3.3 “Temos Ciência”.....	198
4. ANÁLISE: DOS ALTERNATIVOS.....	205
4.1 Os Textos.....	205
4.2 As Particularidades.....	211

4.2.1 Astrologia.....	212
4.2.2 Parapsicologia.....	217
4.2.3 Florais de Bach.....	220
4.2.4 Renascimento.....	222
4.2.5 Terapia de Vidas Passadas.....	227
4.3 Recorrências.....	230
4.3.1 A Psicologia no Discurso dos Alternativos.....	231
4.3.2 A Relação com o Cliente.....	250
4.3.3 O Lugar e o Papel das Práticas e Terapeutas Alternativos.....	262
4.4 Termos Recorrentes.....	268
4.4.1 “Um Novo Paradigma”.....	269
4.4.2 “Nada Mais Que Um Auxílio”.....	275
4.4.3 “Temos Problemas”.....	281
5 CONCLUSÕES.....	289
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - Vol. 1 e 2.....	295
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	303

VOLUME 2

ANEXOS.....	1
A: Íntegra dos Textos Analisados - JCRP-06.....	2
B: Íntegra dos Textos Analisados – Alternativos.....	24
C: Sobre a SBTVP (Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada).....	46
D: Instrução Normativa e Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.....	48
APÊNDICES.....	57
1: Parecer Técnico do CRP-06 sobre a Terapia Hoffman da Quadrinidade.....	58
2: Sobre a PNL - Programação Neurolinguística.....	71
3: Correspondência do CRP-06: Encontro Temático (25/04/1996).....	101
4: Texto Apresentado no Encontro Temático (16/05/96) - Ana Bock.....	103
5: Texto Apresentado no Encontro Temático (16/05/96) - Cláudia Vieira.....	111
6: II Congresso Nacional de Psicologia: Sistematização das Deliberações - Parte referente às Práticas Alternativas.....	115
7: Análises Individuais.....	120

LISTA DE TABELAS

TABELA n.	Página
1 - Teses/Dissertações (IPUSP).....	10
2 - Artigos de Jornais/Periódicos (IPUSP).....	11
3 - Dissertações (PUC-SP).....	16
4 - TCC's.....	18
5 - Lista de Pastas da Gaveta “Terapias Alternativas” (CRP-06).....	22
6 - O Conselho e suas Diversas Gestões.....	109
7 - O Material encontrado no Jornal do CRP - Números 1 a 112.....	111
8 - Lista das Publicações Alternativas Coletadas.....	113
9 - Códigos Atribuídos aos Textos Analisados.....	116

RESUMO

GALVÃO, Lígia Ferreira. “*Práticas Alternativas*”? *Uma leitura institucional da questão*. São Paulo, 2000. ... p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Estuda o discurso dos agentes de um conjunto de práticas referidas como *práticas alternativas* e propostas como tal à Psicologia, no confronto com o discurso do Conselho Regional de Psicologia - 6ª. Região – CRP-06, instituição responsável, regionalmente, pela Psicologia como atividade profissional. Toma, como objeto de análise, os discursos produzidos por representantes das ditas práticas, especialmente quando apresentadas como práticas psicológicas e/ou psicoterápicas e os discursos produzidos a respeito pelo CRP-06. Elege, como material, textos sobre o tema publicados no *Jornal do CRP-06* e textos sobre astrologia, florais de Bach, parapsicologia, renascimento e terapia de vidas passadas, todos do período de 1981 a 1998 e utiliza, para analisá-los, o método da análise de discurso, desenvolvido por Guirado. Da análise dos textos, primeiro um a um e depois em conjunto, extrai repetições e traços particulares significativos que, reordenados, resultam em aspectos relevantes dos discursos/práticas estudados. Destaca os vários elementos de articulação desses discursos e aponta, como elemento comum, uma valorização da ciência enunciada em termos genéricos e indefinidos. Conclui que essa indefinição pode ser um dos fatores contribuintes para a sobreposição de práticas que se poderiam dizer psicológicas e não-psicológicas no exercício profissional da Psicologia.

ABSTRACT

GALVÃO, Lígia Ferreira. *An Institutional Approach to So-called "Alternative Practices" in Psychology*. São Paulo, 2000. ... p. Master Thesis. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

This work studies the discourse of agents in a set of practices referred to as *alternative practices*, and proposed as such to Psychology, and compares them with the discourse of the Regional Psychology Council (6th Region – CRP-06), the institution responsible for overseeing the professional practice of Psychology. It examines both the discourses of representatives of such practices, especially when presented as psychological and/or psychotherapeutic techniques, and the discourse of the Regional Council on the matter. Selected texts include those published in the Council's newspaper (*Jornal do CRP-06*) and also texts on astrology, Bach's flower therapy, parapsychology, rebirthing and past lives therapy written between 1981 to 1998, which are examined using the "Analysis of the Discourse method" developed by Guirado. From analyses of these texts, individually at first and jointly at a later moment, it extracts meaningful repetitions and particularities that, when reordered, bring out relevant aspects of the discourses/practices under study. Highlighting the various elements of articulation in these discourses, it points, as a common element, to their valuation of science enounced in general and undefined terms. It concludes that this non-definition is one of the factors contributing to the ambiguous placement of practices that might be deemed psychological and non-psychological in the professional exercise of Psychology.

*Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?*

Carlos Drummond de Andrade

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo investigar a relação que se tem constituído entre práticas ditas “alternativas” e a Psicologia, tomando como objeto de análise os discursos produzidos a respeito pelo Conselho Regional de Psicologia - 6ª. Região e por representantes dessas práticas, quando identificadas como psicológicas e/ou psicoterápicas.

Se todo estudo ou pesquisa sempre tem a sua história, esta não foge à regra. A história de nossa pesquisa configura uma tentativa de melhor definir um campo e um tema de estudos ainda bastante imprecisos, se não pelo seu teor, no mínimo por sua amplitude e pela diversidade de abordagens e recortes teóricos que permite.

Neste caso, não nos parece impróprio fazer uma breve retrospectiva dos momentos que marcaram o caminho percorrido, considerando as diversas modificações por que passou o trabalho, até chegar à forma atual.

Com essa perspectiva é que apresentamos também o resultado do levantamento a que procedemos, com vistas a traçar um panorama que pudesse começar a situar o tema na história recente da formação e do exercício profissional em Psicologia, ao menos em nível regional. Fizemos, além disso, um retrospecto histórico - com o intuito de localizar no tempo a origem do termo hoje em voga (“práticas alternativas”) e que designa, na verdade, um conjunto de práticas amplo e diversificado, com origens e propósitos bastante distintos entre si. Esperamos, dessa forma, ter definido com maior clareza nosso próprio objeto de estudo.

1.1 O Tema dessa Pesquisa

Em meados de 1995, quando, ainda na graduação, começamos a pensar em um projeto de pesquisa de mestrado, a crescente “onda de misticismo” que tomara conta de inúmeras páginas de jornais, revistas, programas televisivos e de rádio, desde o início da década, ainda era um assunto formalmente inédito no âmbito acadêmico, embora já viesse há algum tempo instigando a curiosidade de um certo número de estudantes e despertando, entre estes, debates apaixonados - como foi o caso de uma palestra sobre Angelologia (“estudo dos anjos”, segundo o palestrante) ocorrida em 1992 e promovida pelo Centro Acadêmico do Instituto de Psicologia da USP. Mas a polêmica, podemos dizer, que atravessava os corredores do Instituto na forma de muitas opiniões contraditórias, pouca informação e nenhum esclarecimento, parecia nascer alhures.

Havia, já - conforme pudemos verificar - alguma produção acerca do assunto: entrevistas concedidas por alguns docentes do Instituto a jornais de grande e média circulação (vide Tabela 2), o que não redundava, necessariamente, em debate do assunto no próprio curso de Psicologia.

Nesse interim, chega ao nosso conhecimento uma resolução do Conselho Federal de Psicologia, publicada pouco tempo antes, vetando a associação do título de psicólogo a um conjunto variado de práticas conhecidas como “alternativas” e desautorizando sua utilização no exercício profissional, por carecerem, essas práticas, de fundamentação teórica e reconhecimento da comunidade científica.

Eis a íntegra do documento:

Resolução CFP nº. 16/94 de 03/12/94

Ementa: Dispõe sobre a publicidade profissional associada à práticas alternativas¹.

O Conselho Federal de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando análise efetivada pela Câmara de Orientação e Fiscalização sobre anúncios publicados em jornais de grande circulação nas principais cidades brasileiras referentes a serviços e ou cursos oferecidos por Psicólogos;

considerando que nos casos pesquisados não há nenhuma relação ou fundamentação entre a formação profissional

¹ Esta e as outras incorreções ortográficas presentes no texto da resolução constam do original consultado.

institucional e as práticas profissionais oferecidas e que estas não possuem reconhecimentos da comunidade científica;

considerando o que dispõe o art. 38 do Código de Ética, no capítulo da Publicidade Profissional, em suas alíneas "d" e "e";

considerando ainda, que a matéria tem sido objeto de inúmeras consultas à assessoria jurídica deste Conselho Federal e que já foi regulada por Resolução pelo CRP-03, no âmbito de sua jurisdição;

considerando finalmente que é atribuição do Conselho Federal de Psicologia orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo.

Resolve:

Art. 1º. - Fica vedado ao Psicólogo na publicidade através de jornais, rádio, televisão ou outro veículo de comunicação, vincular ou associar ao título de Psicólogo e/ou ao exercício profissional rótulos expressões práticas ou técnicas tais como: Tarologia, Astrologia, Numerologia, Cristaloterapia, Terapia Energética, Psicoterapia Xamânica, Psicologia Esotérica, Terapia de Transmutação Energética, Quiromancia, Cromoterapia, Florais, Fotografia Kirlian, Terapia Regressiva de Vidas Passadas, Psicologia Espiritual, Terapia dos Chacras, Terapia dos Mantras, Terapia de Meditação, Psicoterapia do Corpo Astral, Trabalho Respiratório Mohânico, Projeciologia, Programação Neurolingüística, Iridologia.

Parágrafo Único - As alternativas do caput são meramente exemplificativas, sendo igualmente vedada outras práticas alheias ao conhecimento científico no campo da Psicologia, já existente ou que venham a ser criadas.

Art. 2º. - A não observância desta Resolução constituir-se-á em infração do Código de Ética em seu artigo 38, alíneas "d" e "e".

Art. 3º. - Caberá aos Conselhos Regionais fiscalizar, junto à categoria, a observância do disposto na presente Resolução.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. (Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, 1994a, p. 89)

Era um claro indicativo de que o crescimento de práticas como essas já afetava o âmbito psicológico, confundindo-se seus propósitos com aqueles pleiteados pela Psicologia como área de estudos científicos e de intervenção terapêutica, em especial a Psicologia Clínica. Além desse, um outro aspecto se destacava: quase todas as práticas relacionadas pelo Conselho Federal apresentavam um caráter claramente associado a um conteúdo místico, esotérico ou religioso.

Algumas questões se delineavam, a partir disso: o que levou o Federal a baixar norma específica? O que são, afinal, práticas alternativas e por que esse nome? O que elas pretendem? O que pretendem seus praticantes? Por que há psicólogos fazendo uso dessas práticas, se não há relação entre elas e a formação profissional institucional, nem se fundamentam nesse corpo de conhecimento? Por que chamamos igualmente de alternativas práticas tão distintas entre si - com história e objetos tão diferentes - como, por exemplo, as Runas, a Projeciologia e os Florais?

O dicionário consultado dizia de “alternativo”, adjetivo: “1. *Que se diz ou faz com alternância.* 2. *Que vem ora um, ora outro; alternado.* 3. *Diz-se das coisas que se pode escolher a que mais convenha.*” (Ferreira, 1975, p.75) Pouco esclarecedor para o que procurávamos, a não ser na terceira acepção proposta, mas que não nos parecia muito adequada ao caso. Sabíamos, entretanto, que as práticas a que a resolução estava se referindo nominalmente compunham um quadro típico do que se chamava à época de “onda de misticismo”; delas, o efeito mais sensível era, aos nossos olhos, o de despertar manifestações as mais diversas: das mais efusivas e simpáticas a toda e qualquer prática que se identificasse como pertencente a essa “linhagem”, às mais veementes execrações a qualquer menção ao assunto.

Parecia-nos um tema e tanto...o difícil seria fazê-lo "caber" numa dissertação de mestrado! Mas era o que pretendíamos. Contávamos, então, com a possibilidade de valermo-nos dos recursos da Leitura Institucional e do método de análise de discurso que vinham sendo desenvolvidos por nossa orientadora. Assim, já na condição de mestranda, no início de 1996, buscamos delinear um projeto de pesquisa que contemplasse as questões mencionadas anteriormente.

Tínhamos, então, reunido as condições mínimas para desenvolver uma pesquisa que investigasse as relações configuradas entre aquelas práticas já batizadas e (re)conhecidas como “alternativas” e a Psicologia (re)conhecida como “oficial”. Esta última, não nos era difícil identificar como uma área de produção de saber técnico e/ou científico e de práticas de intervenção em diversos campos da atividade humana, do educacional ao terapêutico. Mas... e das práticas alternativas, o que se podia dizer?

Estava lançado o desafio de encontrar um caminho por onde estruturar o projeto de pesquisa. Muitas eram as perguntas, muitas pareciam ser também as

formas de abordar o tema. E, até aquele momento, poucos eram os dados de que dispúnhamos acerca do que já havia sido produzido sobre o assunto, para além das manifestações dos próprios Conselhos, Federal e Regionais.

Na sondagem inicial da bibliografia encontramos pouquíssimas referências nas quais pudéssemos nos basear, mesmo quando procuramos pelo nome de cada prática, de tal modo que nosso primeiro passo para viabilizar a pesquisa foi a circunscrição do campo às instituições de formação (Universidade), à instituição normativa (Conselho) e às práticas alternativas de maior destaque. No lugar de entrevistas, escolhemos focalizar a produção escrita dessas instituições, considerando as dificuldades que aquela forma de coleta poderia ocasionar, já que teríamos que elaborar diversos protocolos, entrevistar grupos muito distintos (docentes, alunos, terapeutas alternativos, psicólogos clínicos, etc..) e, possivelmente, trabalhar com muitos dados obtidos a partir das entrevistas. A análise de textos pareceu-nos, portanto, mais adequada aos nossos propósitos. Estabeleceu-se um período (1984 a 1996), intervalo no qual parecia-nos concentrar-se boa parte do material produzido pelos Conselhos - inclusive as resoluções que se referiam especificamente à questão - o que já sugeria a intensificação da presença das práticas alternativas na atividade profissional de psicólogos, ou, pelo menos, dos debates em torno do assunto. Assim, definiu-se também que tomaríamos, como representante da instituição normativa, o Conselho Regional de Psicologia da 6ª. Região - (CRP-06) e, da instituição de formação, duas importantes universidades paulistas e seus respectivos centros de formação em psicologia: o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP e a Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

1.2 O Termo e suas Origens

Façamos aqui um parêntese para tentar situar, historicamente, a origem do emprego da expressão a que tantas vezes nos referiremos ao longo desse trabalho. Nada ou pouco se sabe, com segurança, sobre a partir de quando o termo "práticas alternativas" tornou-se corrente no meio psicológico, na acepção com que tem sido tomada nos dias de hoje.

Também no contexto dos eventos a que assistíamos, no início da pesquisa, pouco compreendíamos as origens dessa acepção. Tornava-se, portanto, cada vez mais necessário compreender por que essas práticas estavam sendo encaradas como alternativas à Psicologia e em que contexto isto se dava.

Amorim (1995)², por exemplo, adotada e citada por outros autores (Tourinho & Carvalho Neto, 1995; CRP-01, 1996), propõe em seu trabalho uma definição para o termo:

Prática alternativa é uma denominação genérica para um conjunto bastante heterogêneo de atividades, incluindo desde técnicas adivinhatórias e de descrição de personalidade até técnicas de medicina alternativa baseadas em pressupostos místicos e religiosos. (Amorim, 1995, p.1)

Serrano (1985), no opúsculo intitulado "O que é Medicina Alternativa", diz serem "termos vagos e mal definidos" os utilizados para as "chamadas 'medicinas alternativas' ou 'práticas alternativas'" (p. 8). Logo no primeiro capítulo, cujo título traz a pergunta: "Alternativa a que?" o autor menciona o depoimento de pessoas de distintas classes sociais contando os benefícios que teriam obtido através de métodos como a acupuntura ou a homeopatia. Afirma, também, que a lista desses depoimentos "poderia ser infundável". Ele próprio aponta o "(...) *do-in*, o moxabustão, os exercícios de ioga terapêutica (...), a hipnose, a frenologia, a teosofia, o tratamento pela água e pelos banhos, as radiestesias, a auto-sugestão e a sugestão induzida." (Idem, p.9). E diz não pretender "emitir julgamentos sobre tais práticas" (p.10). O que ele argumenta é sobre a necessidade de que se entenda não se tratar de uma simples substituição de uma prática tradicional - no caso a medicina moderna -

² AMORIM, C. F. R. B. *Um Panorama do Uso de Práticas Alternativas como Técnica de Diagnóstico ou Intervenção e suas Relações com a Psicologia*. São Paulo: Relatório de Pesquisa, mimeo. 1995.

por uma prática alternativa como a homeopatia, por exemplo. Afirmando que "Não podemos entender a medicina e suas alternativas se as examinarmos separadamente da sociedade que a sustenta e a transforma." (p.11), o autor se propõe a fazer um retrospecto histórico da mesma. Em seus termos:

Existe um mal-estar na medicina. Ela não está satisfazendo as necessidades das pessoas. Por isso se busca alternativas. Vamos tentar uma breve retrospectiva da medicina, colocá-la dentro da história, para compreendermos as raízes deste descontentamento e as possíveis alternativas. (Serrano, 1985, p.12)

Muitas contribuições podem ser extraídas desse trabalho. Porém, por estar direcionado para a discussão dos métodos e práticas alternativas em medicina ele se torna específico demais para que prossigamos expondo seu conteúdo. Ressalte-se, entretanto, a data de sua publicação e veremos como a discussão sobre os métodos alternativos já atingia a área da saúde, na qual se insere também a psicologia.

Nesse caso particular, encontramos uma boa exposição em Coimbra (1995). Segundo ela, as origens do adjetivo alternativo remontam à corrente contracultural dos anos 60, quando se desenvolve, nos Estados Unidos, o Movimento do Potencial Humano, fundamento de várias propostas no campo das terapias, em que se buscava "uma 'melhoria' das condições psicológicas do sujeito." (p.250).

De modo geral, essa corrente inspira as práticas de diversas terapias consideradas alternativas nos anos 60, tais como o Aconselhamento Centrado na Pessoa, de Rogers, o Psicodrama, de Moreno e a Gestalt-Terapia, de Perls, bem como as terapias "corporais", derivadas, basicamente, dos trabalhos de Wilhelm Reich. Todas elas "seguirão esses princípios da chamada Psicologia Humanista". Por oporem-se tanto ao behaviorismo quanto à psicanálise, essas terapias também ficaram conhecidas como "Terceira Força", termo cunhado por Maslow. (pp.250-253, *passim*)

Segundo Coimbra, "(...) no Brasil, observamos - notadamente a partir de sua segunda metade [década de 70] - o surgimento, e posterior expansão, de uma série de práticas colocadas como 'alternativas' e que se anunciam no Congresso de Psicodrama do MASP, em 1970." (p.247). Embora tenha sofrido, desde o início, forte influência de filosofias e religiões orientais - "uma das facetas dos movimentos contracultural e do Potencial Humano"(p.258) - será a partir dos anos 70 que esse

caráter vai começar a se fazer presente de forma a configurar um vínculo maior entre algumas das terapias alternativas e o misticismo, no Brasil, a par da incorporação gradativa (e conseqüente desenvolvimento) de algumas dessas técnicas aos currículos universitários.

É o caso, por exemplo, do Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP), de orientação rogeriana, que – tendo nascido em 1966, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP e posteriormente se integrado ao Instituto de Psicologia da USP, quando este se organizou – registrou uma grande expansão no número de alunos-estagiários e profissionais em serviço, ao longo dos anos 70 (Coimbra, 1995, p.261). Este Serviço está hoje totalmente integrado ao currículo da graduação, oferecendo, inclusive, estágio obrigatório aos alunos do quarto e quinto anos.

Como bem apontou Guirado³, observa-se um deslocamento da classificação, como alternativa, de um certo tipo de prática para um outro tipo ("sinais dos tempos?", provoca): Segundo ela, da revolução social à efusão mística (movimentos do pensamento, no sentido mais amplo), o fato é que "práticas alternativas" já foi também o nome dado àquelas (...) que lidavam com a pobreza, com a loucura e outras formas de exclusão – Moffat, Congresso do RS, etc., no final dos 70 e início dos 80.

De fato, é a partir dos 80, em especial na sua segunda metade, que vemos crescer a divulgação - e decorrente procura - de técnicas e recursos terapêuticos alternativos fortemente inspirados em conteúdos místico-esotéricos e sua aproximação à Psicologia, como o demonstra a inclusão do assunto no temário do I CONPSIC, um evento regional, relatado na seção 1.4 - Os Eventos.

³ Anotações de aula, outubro de 1998.

1.3 A Produção Encontrada

1.3.1 Na Universidade

1.3.1.1 USP

Para a pesquisa, nosso primeiro passo teria que ser um levantamento bibliográfico-documental o mais completo possível da produção sobre o tema, tanto nas Universidades quanto no Conselho Regional e uma sistematização cuidadosa desse material. Foi o que fizemos. Desse levantamento⁴, o que encontramos no IPUSP foram alguns artigos e entrevistas concedidas por docentes a jornais e revistas de grande circulação, bem como uma tese de doutorado que se referia às práticas alternativas no contexto "psi"⁵.

As Tabelas 1 e 2 listam os títulos encontrados:

⁴ Realizado no primeiro semestre de 1996 e revisado no segundo semestre de 1998.

⁵ Este trabalho foi posteriormente transformado em livro (Coimbra, 1995) e foi-nos muito útil como fonte de informação e referência histórica.

TABELA 1 - TESES/DISSERTAÇÕES (IPUSP)

Ano/Base	Autor	Título	Tipo Trabalho	Assunto
Imprensa: São Paulo, 1992 Base 03	Coimbra, Cecília Maria Bouças; Autor Sec: Abreu E. Silva Neto, Norberto (orientador)	Gerentes da ordem: algumas práticas <i>psi</i> nos anos 70 no Brasil.	Tese (Doutorado). Psicologia Escolar IPUSP Data defesa: 22.05.92	MOVIMENTOS SOCIAIS; PSICOLOGIA; FAMILIA (PSICOLOGIA); PSICANALISE
				Resumo Analisa algumas praticas psicoterapeuticas na década de 70 no brasil, investigando as demandas, modelos e subjetividades que atenderam, fortaleceram e produziram e em que contexto histórico foram forjadas. Contextualiza historicamente as décadas de 60 a 80, caminhando pelas subjetividades dominantes, e estuda algumas transformações ocorridas na sociedade brasileira, especialmente na familia de classe media urbana. Articula esta crise da familia moderna com as subjetividades e demandas fortalecidas ou produzidas nos anos 70, quando a procura pelos especialistas psi se faz sentir ato fortemente. Entrevista 173 psicoterapeutas do eixo rio-sao paulo, que atuaram ou tiveram sua formação na década de 70, a fim de levantar a chamada historia instituida dessas praticas nessas localidades. Analisa as praticas psicanalíticas forjadas pelas sociedades oficiais, pelos diferentes grupos de psicólogos, pelos lacanianos, as participações psi ligadas ao aparato repressivo brasileiro, e as praticas alternativas vinculadas ao movimento do potencial humano. Aborda a produção de subjetividades nos anos 80 no brasil e o fortalecimento do movimento institucionalista. Conclui que a formação psi foi e continua sendo produzida por subjetividades, modelos e praticas hegemônicas que forjam dominios de saber, objetos, conceitos, técnicas e ss de conhecimento.

Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Banco de Dados Bibliográficos da USP - DEDALUS.** [On line]. São Paulo, Sistema Integrado de Bibliotecas da USP / Centro de Computação Eletrônica da USP/

TABELA 2 - ARTIGOS DE JORNAIS/PERIÓDICOS (IPUSP)

Ano/Base	Autor	Título	Tipo Trab	Assunto
Imprensa: São Paulo, 1992. Base 04	Fernandes, L B N A Autor Sec: Camon, V A A (*); Fonseca, M A (*);	Para psicólogos , crença não deve afetar rotina. [Entrevista a Marco Uchoa].	ARTIGO DE JORNAL In: Estado de São Paulo, São Paulo, p.3, 05 jul. 1992	PRATICAS CULTURAIS E MANEJO; COMPORTAMENTO SOCIAL
Imprensa: São Paulo, 1992 Base 04	Freitas, L V	Sorte e azar existem mesmo. [Entrevista a Adriano Cotai].	ARTIGO DE JORNAL In: Diário Popular. Revista, São Paulo, p.1, 18 ago. 1992	PRATICAS CULTURAIS E MANEJO; COMPORTAMENTO SOCIAL
Imprensa: São Paulo, 1992 Base 04	Freitas, L V Autor Sec: Bordallo, M S (*);	Inconsciente . Entre Jung e o taro . [Entrevista].	ARTIGO DE JORNAL In: Jornal da Tarde, São Paulo, p.5, 20 ago. 1992.	PSICOLOGIA (FILOSOFIA E TEORIAS); JUNG, CARL GUSTAV
Imprensa: São Paulo, 1992. Base 04	Guerra, V N A (*) Autor Sec: Azevedo, M A N;	Satanismo vitima 50 mil crianças por ano nos EUA . [Entrevista a Marcos Gomes].	ARTIGO DE JORNAL In: Jornal da Usp, São Paulo, p.5, 05 out. 1992.	MISTICISMO; RELIGIOES; PSICOLOGIA
Imprensa: Curitiba, 1991 Base 04	Maciel, R H M O;	Terapia das vidas passadas: compete ao psicólogo ?	ARTIGO DE PERIODICO In: Documenta Crp-08, Curitiba, v.1 , n.1, p.28-9, set./dez. 1991.	PSICOLOGIA; PSICOLOGOS - ETICA PROFISSIONAL
Imprensa: São Paulo, 1990 Base 04	Marques Filho, A (*) Autor Sec: Leão, F (*); Maciel, R H M O; Marcos, P (*); Buschinelli, C (*); Souza, C (*); Oliveira, W (*); Cavalcanti, A C; Koswiski, A (*); Jatene, A D; Godoy, R (*)	Cresce no país procura por terapias alternativas [Entrevista a Lina de Albuquerque].	ARTIGO DE JORNAL In: Estado de São Paulo, São Paulo, p.19, 11 dez. 1990.	MISTICISMO; TERAPIAS;
Imprensa: São Paulo, 1992 Base 04	Paiva, G J;	Fé não exige o sacrificio de seres humanos [Entrevista a Marisa Folgato].	ARTIGO DE JORNAL In: Estado de São Paulo, São Paulo, p.6, 19 jul. 1992.	MISTICISMO; RELIGIÕES; PSICOLOGIA;
Imprensa: São Paulo, 1990 Base 04	Paiva, V S F	Misticismo pode substituir o erotismo. [Entrevista a Antonio Carlos Olivieri].	ARTIGO DE JORNAL In: Gazeta de Pinheiros. Caderno B, São Paulo, p.1, 06 set. 1990.	RELIGIAO; PSICOLOGIA SOCIAL; TELEVISAO
Imprensa: São Paulo, 1991 Base 04	Soares, W (*) Autor Sec: Moises, L B P (*); Patto, M H S;	Mercado editorial cresce com auto-ajuda. [Entrevista a Fernanda Scalzo e Silvia Medina Carone].	ARTIGO DE JORNAL In: Folha de São Paulo. Letras, São Paulo, p.9, 05 out. 1991.	PSICOLOGIA; ACONSELHAMENTO PSICOLOGICO
Imprensa: São Paulo, 1991 Base 04	Vasconcellos, E G	Triângulo azul se transforma num círculo branco.	ARTIGO DE PERIÓDICO In: Revista USP, São Paulo, n.11, p.84-99, 1991	FILOSOFIA DA CIENCIA; MISTICISMO; PSICOLOGIA;

Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Banco de Dados Bibliográficos da USP - DEDALUS. [On line]. São Paulo, Sistema Integrado de Bibliotecas da USP / Centro de Computação Eletrônica da USP/

Cabe observar, quanto à Tabela 2, que as informações ali constantes foram obtidas por intermédio de consulta ao catálogo eletrônico da biblioteca do IPUSP (Sistema Dedalus). Note-se que a autoria dos artigos de jornal ali indicada como sendo de docentes do Instituto deve-se à sistemática adotada pela própria biblioteca, nestes casos, por se tratar de depoimentos ou entrevistas concedidos a jornais e/ou revistas. Os autores dos artigos são, na verdade, os jornalistas a quem se concederam as entrevistas.

Em revisão posterior (1998), encontramos dois títulos de dissertações apresentadas ao Instituto de Psicologia da USP, cujos temas versam sobre práticas que se podem considerar alternativas. (Boainain Junior, 1996; Rodrigues, P.R.G. 1997). Na primeira delas, cujo título é *Transcendendo: Tornar-se Transpessoal - Elementos para uma aproximação entre a Abordagem Centrada na Pessoa e a Psicologia Transpessoal*, lemos no resumo:

A presente dissertação é um estudo bibliográfico-teórico voltado para o exame e discussão dos elementos de teor *místico-espiritualista-transcendental* que, emergentes na obra mais recente de Carl Rogers e outros autores da *Abordagem Centrada na Pessoa*, constituem uma significativa tendência do desenvolvimento dessa escola de psicologia a partir de meados dos anos setenta.

Este estudo adota como pressuposto concepção, inicialmente proposta por Maslow e colaboradores, que descreve o campo da Psicologia contemporânea como dividido em quatro grandes *correntes* ou *Forças* congregadoras das diversas escolas e abordagens. A hipótese defendida é a de que os elementos examinados indicam a configuração de uma ampla e articulada tendência atuante no sentido de afastar a Abordagem Centrada na Pessoa do círculo da *Terceira Força - ou Psicologia Humanista* - em que esta escola é tradicionalmente classificada, aproximando-a do campo de propostas teóricas, temáticas e metodológicas características da corrente de abordagens denominada *Quarta Força* ou *Psicologia Transpessoal*.

(...)Na segunda parte do trabalho, os elementos místicos, espirituais e transcendentais da recente literatura da Abordagem Centrada na Pessoa são organizados conforme sua ocorrência nos campos temático, teórico e metodológico, sendo seu exame e discussão voltados à demonstração de que sua configuração caracteriza a emergência uma tendência de aproximação entre esta escola e a Psicologia Transpessoal. Estariam mesmo aí esboçados, defende o autor, os fundamentos os fundamentos

para uma completa transformação da Abordagem Centrada na Pessoa em uma nova escola de Psicologia Transpessoal.⁶

O segundo trabalho encontrado (Rodrigues, P.R.G 1997), que tem o título de *Astrologia, meio ambiente e personalidade: um estudo empírico*, apresenta o seguinte, em seu resumo:

Neste trabalho investigamos o campo das correlações entre variáveis psicológicas e do meio-ambiente, em continuidade a uma série de estudos já publicados sobre variações psicológicas em função de variáveis climáticas e astronômicas, atuação de ondas e campos eletromagnéticos, estudos sobre o isolamento do meio-ambiente através de habitação em cavernas e estudos sobre privação sensorial.

Focamos esta dissertação na Astrologia. Um conhecimento que se construiu através do tempo em função de afirmar uma correlação entre os fenômenos da vida na Terra e seu meio-ambiente cósmico, acabando por afirmar a correlação deste com o estado biopsicológico do indivíduo. Fizemos um amplo levantamento (1938 - 94) das pesquisas que avaliam suas predições sobre personalidade e estados de humor através de estatísticas, observações e correlações com testes psicológicos. Investigamos também o fator "auto-atribuição" na composição das correlações observadas entre variáveis de personalidade e do meio-ambiente.

Replicamos um experimento que testa variações de fatores de personalidade em função do Signo Solar do nascimento, usando o 16 PF com 275 sujeitos que responderam os testes para outro propósito, e pedimos posteriormente as datas de nascimento. Avaliamos a EXTROVERSÃO e suas escalas componentes em função dos Signos, dos Elementos e dos Ritmos astrológicos, e em função das estações do ano, através da Análise de Variância (ANOVA). Não aparecem diferenças significativas para a extroversão isoladamente. Nas escalas componentes desta há 1 variação sazonal significativa no fator A [afetividade]. Como achado POST HOC há variações astrológicas significativas em 4 de 22 fatores: B [inteligência], C [força de ego], O [culpa], Q₃ [autodisciplina]. Há uma variação sazonal também no fator B, que interage com a variação astrológica. São analisadas as implicações e possíveis explicações teóricas desses achados.

Nestes dois casos, tal como na maior parte dos trabalhos mencionados na Tabela 2, observamos que a discussão central não se ocupava do recurso às práticas

⁶ Texto conforme o original.

alternativas por psicólogos como um fenômeno a ser investigado; pelo contrário: observa-se uma espécie de incorporação do mesmo, sem maiores questionamentos, ao campo da teoria e da prática psicológicas, o que parece ser acompanhado de um esforço e um investimento na comprovação da validade das mencionadas práticas no âmbito psicológico.

Nosso levantamento demonstrava, assim, estarmos adentrando território temático ainda pouco explorado - no sentido estrito da produção acadêmica.

1.3.1.2 PUC

Já no levantamento da produção da Faculdade de Psicologia da PUC, realizado em 1996 e complementado em 1998, pudemos encontrar alguns títulos de dissertações que sugeriam certa aproximação ao tema, fosse porque tratassem de assuntos correlatos, ou porque discutissem aspectos teóricos envolvidos no tipo de estudo que escolhemos realizar.

Abramos aqui um parêntese, para mencionar que em 1997, por fontes outras que não os arquivos da instituição, tomamos conhecimento da defesa de uma dissertação de mestrado na PUC-SP, no segundo semestre de 1996, intitulada "*Práticas alternativas*": *um estudo exploratório.*, (Bonifacino, 1996), cujo teor comentaremos mais detalhadamente adiante, na seção 1.5, Os Estudos sobre o Tema, e que configura uma diferença marcante em relação às outras teses e dissertações encontradas, na medida em que se propõe a discutir as práticas alternativas em seu conjunto. Com a exceção desse caso, em nenhum dos outros títulos a questão das práticas alternativas é mencionada diretamente ou se torna a preocupação central, a não ser na intenção de se apresentarem as vantagens terapêuticas desta ou daquela técnica, isoladamente

Quanto às teses de doutorado, não encontramos nenhum título que tivesse uma relação direta com nosso tema. Vale ressaltar que as teses defendidas em 1998 ainda estavam sendo integradas ao catálogo da biblioteca.

A Tabela 3 mostra o elenco dos títulos encontrados entre as dissertações de mestrado apresentadas à Faculdade de Psicologia da PUC-SP, no período de 1984 a 1998, que consideramos como tendo aproximação com o tema de nosso estudo. O levantamento do período 1985-1994 foi realizado a partir do catálogo do Mestrado, disponível na biblioteca da Universidade, no qual constam: autor, título, ano e número de páginas (além de local), sendo que os títulos são divididos por programas (Psicologia Clínica, Psicologia da Educação e Psicologia Social). As demais informações foram obtidas em terminais informatizados da biblioteca, em revisão feita posteriormente, e seguem a mesma estrutura.

TABELA 3 - DISSERTAÇÕES (PUC-SP)

ANO	PROGRAMA	TÍTULO	AUTOR
1985	PSICOLOGIA CLÍNICA	Grupo de auto ajuda: uma alternativa na assistência psicológica. 151p.	GUIMARÃES, Solange Tolomio.
1986	PSICOLOGIA CLÍNICA	A obra de Krishnamurti como uma nova via heurística: paralelos e reflexões críticas. 103p.	SANTOS, José Wilson dos.
1986	PSICOLOGIA CLÍNICA	A Psicologia transpessoal: subsídios teóricos e contribuições para a psicoterapia. 187p.	TABONE, Marcia.
1987	PSICOLOGIA SOCIAL	Psicologia, prevenção e formação: uma alternativa para a atuação profissional. 138p.	MAGER, Miryam
1988	PSICOLOGIA SOCIAL	Identidade e espiritismo: um estudo de caso. 168p.	GLINA, Debora Miriam Raab
1990	PSICOLOGIA SOCIAL	Medindo ortodoxia cristã: uma amostra brasileira. 188p.	TORRENS, Paulo Celso Caratti
1992	PSICOLOGIA CLÍNICA	A verificação em Freud da ocorrência de estruturas de consciência religiosa. 185p.	CALDERONI, José.
1992	PSICOLOGIA SOCIAL	Algumas leituras acerca da criatividade humana e níveis de consciência. 113p.	ABREU, Cristiano R. F. N. de
1993	PSICOLOGIA CLÍNICA	Da possessão divina a Segunda natureza do homem: uma contribuição à genealogia do inconsciente. 163p.	CAZETO, Sidnei Jose.
1993	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	A religiosidade na expressão do jovem. 140p.	ITOEZ Sonia de
1994	PSICOLOGIA CLÍNICA	O trabalho da "feiticeira" na subjetividade sobre o feminino, a pulsão e a potência criadora. 187p.	CRUZ, Maria Angela Santa
1994	PSICOLOGIA CLÍNICA	Religião: criatividade ou defesa da psique. 96p.	MANTOVANI, Montserrat Vinas
1994	PSICOLOGIA CLÍNICA	O processo criativo como veículo de transmutação do arco-iris em Ponte-Mandala (a utilização de recursos artísticos no trabalho terapêutico). 242p.	BERNARDO, Patricia Pinna
1994	PSICOLOGIA CLÍNICA	A busca de um modelo de transformação do self na vida adulta: um relato autobiográfico de Marion Milner. 170p	CARVALHO, Alida Ionescu Brunow de
1996	PSICOLOGIA SOCIAL	"Práticas alternativas": um estudo exploratório. 125p.	BONIFACINO, Hector Omar Ardans.
1996	PSICOLOGIA SOCIAL	Da possibilidade de dar voz ao paciente: um estudo de caso sobre a consulta homeopática. 152p	CUDIZIO FILHO, Oswaldo

O sistema de aprovação da Faculdade de Psicologia da PUC-SP prevê a realização de um trabalho de conclusão de curso (conhecido por TCC) como parte das exigências formais para a obtenção do grau de psicólogo, o que não ocorre no caso da formação oferecida pelo IPUSP. Outra diferença consiste na forma em que o curso de Psicologia da PUC-SP se organiza: diversos núcleos, cada um agrupando disciplinas específicas, de maneira que os estudantes do último ano devem escolher, dentre os núcleos, dois que irão cursar, exclusivamente.

Segundo informações colhidas junto à bibliotecária responsável pelo serviço, arquivam-se na biblioteca apenas os TCC's que foram aprovados pela banca examinadora. Não encontramos, entretanto, qualquer registro de TCC's com data anterior a 1993, nem pudemos obter informações seguras sobre a data a partir de quando esta modalidade de trabalho passou a ser exigida no curso de Psicologia. Ressalve-se que, já à época do primeiro levantamento (1996), a biblioteca encontrava-se em fase de reestruturação e, a partir de então, a coleção de TCC's não se encontra disponível para consulta.

Mesmo assim, no que se refere a esses trabalhos, registramos diversos títulos de interesse, apresentados entre 1993 e 1995, conforme se pode verificar pela leitura da Tabela 4.

TABELA 4: TCC's

ANO	REFERÊNCIA	AUTOR	TÍTULO
1993	B493a	BERGAMIN, Beatriz de Aguiar.	A Astrologia com[o] auxilio para a psicoterapia.
1993	C972p	CUNHA, Alexandre.	Psicoterapia e homeopatia: possíveis semelhanças na busca de uma maior consciência.
1993	D259c	D'ÁVILA, Maria Lucia Lacal Cox.	A Consciência holística em nove profissionais da cidade de São Paulo, com formações acadêmicas diversas, que trabalham com terapias alternativas.
1993	F811p	FRAGA, Wilma Chander.	Psicologia e acupuntura: pode a acupuntura promover mudanças na imagem que o sujeito faz de si?
1993	G948e	GUIDO, Paula Regina Bazanelli.	Estresse e doença cardíaca numa perspectiva holística.
1994	B715a	BONILHA, Eliane Martins.	Uma abordagem comparativa entre as teorias de personalidade de Sigmund Freud e Stanislav Grof, fundamentados[a] nos paradigmas mecanicista e holista.
1994	O93m	OURIVES, Fabiane de C. G..	A música no processo terapêutico: seu uso, vantagens e limites.
1994	S187r	SAMBAHER, Mary.	Relação entre a elaboração da perda por morte e algumas condições pessoais: tempo de luto, consciência e religião.
1994	T161t	TANAKA, Marcia Toyoko.	Terreiros de umbanda e candomblé: um estudo das motivações e expectativas dos frequentadores.
1995	U22m	UENISHI, Claudia Honda.	A massagem como instrumento terapêutico na recuperação de alcoólicos.
1995	M397d	MASIERO, Cristina Martins Torres.	A dança flamenca e o autoconhecimento.
1995	C186c	CAMPANARI, Giuliana Rotella.	Cristais: um instrumento na busca de si mesmo.
1995	P579e	PIACENTINI, Kênia.	Um estudo da aplicação das técnicas respiratórias na prática psicoterápica.
1995	C973m	CUOCOLO, Patricia.	A música e o despertar de uma nova consciência numa abordagem transpessoal.
1995	B574re	BEZERRA, Verônica Maria Saboia.	Religare, a busca de si-mesmo - uma relação entre psicologia analítica e religião.
1995	G184i	GAMA, Wilton Gayo.	Uma investigação sobre a religiosidade afro-brasileira enquanto modelo de integração psíquica.
1995	D541c	DIAS, Luciana de Mattos.	Candomblé: o sagrado e a saúde: um estudo das representações sociais de saúde e doença de pais e mães-de-santo do candomblé.

Quanto ao material produzido por representantes de práticas alternativas, ainda era necessário que se estabelecesse a que tipo de levantamento iríamos proceder; parecia-nos estar diante de um campo muito vasto, com muitas possibilidades. Pensávamos ser preciso encontrar material dos representantes das práticas alternativas que falasse sobre/de/com a psicologia, a partir de um lugar próprio, não sobreposto aos lugares da instituição acadêmica, nem da normativa e fiscalizadora. Sair a campo, tomando indiscriminadamente a produção "alternativa" seria um contra-senso, na medida em que nossa pretensão não era obter qualquer produção dos alternativos, mas aquela que se referisse às alternativas como práticas psicológicas.

Em função disso, definimos que essa produção seria buscada a partir das indicações que fôssemos encontrando na própria produção acadêmica e do Conselho.

1.3.2 No Conselho Regional De Psicologia - CRP-06

Até então, o material de que dispúnhamos permitia a análise apenas dos discursos da psicologia, na academia, sobre as práticas alternativas e, em geral, sobre uma ou outra em particular. Ainda que alguns daqueles trabalhos parecessem intentar a defesa e/ou a inclusão de determinadas práticas alternativas no conjunto dos conhecimentos teóricos e práticos da psicologia tradicional, isso era feito a partir do lugar de produção de um saber tido como oficial, a Universidade.

Se a produção acadêmica, pela raridade e dispersão dos meios em que se apresentava (artigos, entrevistas, capítulos de livros, mesas-redondas) não nos parecia oferecer condições adequadas e suficientes ao escopo deste trabalho - tanto no sentido de ser um material esparso, de difícil coleta e análise, como no de não constituir propriamente uma produção resultante de pesquisas e estudos aprofundados - não se podia afirmar o mesmo dos Conselhos, tanto em nível Federal quanto Regional. Até porque, neste caso, o material que encontramos no CRP-06, desde nossas primeiras sondagens, incluía pareceres, artigos, resenhas, sentenças, consultas, manifestações individuais por carta, resoluções, textos de outros regionais, textos preparatórios para os Congressos onde o tema foi discutido, textos resultantes dos referidos Congressos, e muitos outros. Por outro lado, se não estávamos mais diante de uma produção escrita rarefeita - como no caso da academia - estávamos diante de uma dispersão de material muito maior.

Tal dispersão conduziu-nos a uma ênfase maior na coleta de dados junto ao CRP-06, ampliando-se o trabalho de levantamento e sistematização dos documentos constantes de seus arquivos. Essa "restrição" do campo deveu-se também à verificação de que a produção acadêmica não apresentava, necessariamente, uma correspondência direta com a produção escrita das práticas alternativas a motivar sua escolha temática. Já a documentação do CRP-06 contemplava esse aspecto e, em alguns casos, viabilizava a consulta ao material produzido pelas entidades e/ou profissionais "alternativos", o que era fundamental para a análise, já que a confrontação da produção efetivada pelos dois lados seria um dos pontos básicos da investigação a que estávamos nos propondo.

Assim redefinido o campo de pesquisa, passamos a consultar os arquivos da entidade, buscando mapear toda a documentação ali produzida que se referisse à questão das práticas alternativas. A primeira fase desse mapeamento foi realizada

questão das práticas alternativas. A primeira fase desse mapeamento foi realizada junto aos arquivos do Centro de Orientação⁷ do CRP-06, onde havia uma gaveta intitulada “Terapias Alternativas”, supostamente dedicada ao tema. Nesta, encontramos diversos documentos - muitos dos quais copiamos - nem todos produzidos pelo próprio Regional, mas organizados em pastas com títulos, conforme relacionado na Tabela 5. O material obtido era de diferentes tipos: poucos documentos originais, alguns documentos relativos a posicionamentos do Conselho; cópias e/ou fotocópias de estudos solicitados a conselheiros ou colaboradores; resenhas de livros mencionados como alternativos; manifestações do Conselho ao grande público; recortes de jornais/revistas sobre práticas alternativas - como o uso dos cristais, por exemplo - mencionando o nome de psicólogos; encaminhamentos às Comissões para averiguação e/ou pareceres; etc. Uma parte dessa documentação não possuía citação da fonte, data e/ou procedência; havia também material sem condições de ser reproduzido. Vejamos a tabela:

⁷ Em 1993, por intermédio de um Ato Administrativo, extinguiu-se a Comissão de Orientação e Fiscalização - COF e criou-se o Centro de Orientação do CRP-06, que a substituiu.

**TABELA 5: LISTA DE PASTAS DA GAVETA "TERAPIAS
ALTERNATIVAS" (CRP-06)**

01- T.V.P. [Terapia de Vidas Passadas] ⁸
02- TERAPIA HOFFMAN DA QUADRINIDADE
03- FLORAIS DE BACH
04- P.N.L. [PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA]
05- GRAFOLOGIA
05-A- PSICANALISE
06- PARAPSIKOLOGIA
06-A- HOMEOPATIA
07- TESTES PSICOLÓGICOS
08- PSICOLOGIA TRANSPESSOAL
09- MUSICOTERAPIA
10-ACOMPANHANTES TERAPÉUTICOS
11-CONTROLE MENTAL E HIPNOSE
12-ASTROLOGIA E PSICOLOGIA ALTERNATIVA
13- PSICOLOGIA INSTITUCIONAL E CRISTAIS
14- TERAPIA DA RES[PIRAÇÃO] E PSICOTERAPIA CORPORAL.
15-LOGOTERAPIA E SEG[URANÇA] E SAÚDE DO TRABALHO.
16-ESOTERISMO E PSICOLOGIA DO ESPORTE
25- SEXOLOGIA
S/N- EQUOTERAPIA

⁸ As observações entre colchetes são nossas.

Certos elementos dessa tabela chamam-nos a atenção. Não sabemos, por exemplo, qual a razão de as pastas terem uma numeração seqüencial que é interrompida entre os números de 17 a 24. Também não pudemos obter informações seguras acerca do critério utilizado para se colocar como terapias alternativas a Psicanálise, a Psicologia Institucional, Segurança e Saúde do Trabalho, Testes Psicológicos. Certamente, deve-se levar em conta que há, em algumas daquelas pastas, documentos bastante antigos, datados de antes de 1984 (limite inferior do período que, até aquele momento, pesquisariamos). No caso da pasta "Psicanálise", por exemplo, grande parte do material ali contido é bem anterior a 1984. Os documentos mostram que os debates estavam concentrados sobre um possível reconhecimento da psicanálise como profissão; há registros de tentativas de se estabelecerem clínicas, centros de estudos, institutos de formação que se estavam promovendo como psicanalíticos mas que utilizavam recursos outros, não mais adotados pelos próprios psicanalistas, como a hipnose. Há um intenso debate entre um certo profissional, Boaventura Cesinotto, com o CRP. Há registros de ter sido aberto um processo, ter sido solicitada a interferência do Ministério da Educação e outras informações que atestam ter havido polêmica em torno do assunto.

Assim, considerando o desenvolvimento histórico de determinadas técnicas, pensamos ser compreensível que certas práticas identificadas como Psicanálise, ou a própria Psicologia Institucional possam ter sido tomadas como terapias alternativas, num dado momento. Mas...e o que dizer da pasta "Testes Psicológicos"? Tratar-se-iam de testes psicológicos "alternativos"? E como justificar a junção, numa mesma pasta, de Psicologia Institucional e Cristais, ou de Esoterismo e Psicologia do Esporte, por mais que se considere o caráter alternativo que em algum momento tais atividades possam ter assumido?

Evidentemente, não foi em todas as pastas que encontramos material que nos interessasse. Havia, em muitas delas, pareceres de diversos períodos, mas em geral datados de até 1992, no máximo. Nem era nosso intuito obter apenas o material daquelas pastas; pretendíamos examinar toda e qualquer documentação disponível sobre o tema. Para tanto era necessário obter uma série de autorizações, além de termos conhecimento de quais setores do Conselho eram responsáveis pela guarda de que tipo de documento que se relacionasse com nossa pesquisa.

Diante disso, foram realizadas duas reuniões com a diretoria da entidade⁹, tanto com vistas à sua autorização para acessarmos dados que julgávamos importantes - mas que encontravam-se arquivados junto a outros dados, confidenciais, como era o caso dos processos - quanto na intenção de obtermos uma visão mais abrangente de como a documentação se organizava nos diversos departamentos.

Segundo as informações do Presidente do CRP-06 à época, Sidnei Celso Corocine, a correspondência - e aí nos interessava particularmente a correspondência entre os "alternativos" e o Conselho - encontrava-se diluída em diversos departamentos: na Diretoria, não organizada por tópicos; no Centro de Orientação, que era o que estávamos consultando (com alguns documentos referentes à extinta COF) e na Comissão de Ética. Nesta, o acesso não seria possível, dado o caráter confidencial da maior parte da documentação ali produzida, a não ser no caso dos processos já julgados: estes já estariam arquivados.

Embora fosse dado importante para a pesquisa, não era objetivo de nosso trabalho analisar a produção do Conselho unicamente em seu aspecto punitivo do uso das práticas alternativas, configurado como exercício ilegal da profissão: censura pública; advertência (verbal ou escrita); suspensão; multa.

Além disso, a consulta à correspondência arquivada no Centro de Orientação, ao qual tivemos o acesso garantido desde o início da pesquisa, já nos aparecia como dificultosa: havia muito material, a separação dos documentos que nos interessavam seria lenta, o que poderia atrasar a coleta. Sabíamos - por um exame inicial do material - que naquelas pastas pouco encontraríamos que pudesse ser acompanhado: a correspondência encontrava-se descontinuada; em alguns casos, encontramos a solicitação do Conselho a profissional e/ou entidade alternativa para que justificasse seus procedimentos; encontramos, em outros casos, algumas correspondências que pareciam ter sido a respectiva resposta a alguma solicitação do Conselho. Não tivemos a oportunidade de verificar se havia correspondência Conselho/alternativos que se referisse à mesma situação.

Estávamos, portanto, diante de uma difícil mas necessária decisão. Tínhamos às mãos um farto material que, no entanto, encontrava-se disperso; faltavam

⁹ Outubro e novembro de 1997.

informações importantes acerca da documentação; o processo de coleta estava se tornando cada vez mais lento e difícil. Havíamos tomado conhecimento, quando da reunião com a diretoria do Conselho, de que o "*Jornal do CRP*"¹⁰ encontrava-se arquivado - encadernado, desde seu primeiro número - no...Centro de Orientação!

Até então faltava-nos esta importante informação. Isso significava que os registros que estávamos coletando já estavam, em boa parte, reunidos na coleção do periódico - exceção feita à correspondência que nos interessaria analisar e aos processos, que são sigilosos e, por Lei, não poderiam ser disponibilizados. Concluimos, assim, pelo mais viável e adequado ao nosso intento original, naquele momento: pesquisar o *Jornal do CRP-06*, como fonte da produção do Conselho a ser analisada, descontinuando, com isso, o levantamento dos documentos provenientes de outros setores da entidade. A partir deste momento nossa pesquisa assumia uma direção mais clara, possibilitando que o recorte metodológico se tornasse mais preciso e sua demarcação fosse mais nítida.

Dessa maneira, o que apresentaremos a seguir - organizado na forma de uma cronologia dos eventos relativos à discussão sobre as práticas alternativas no âmbito da Psicologia - baseia-se não somente nos dados levantados pela consulta ao periódico como também, em grande parte, naqueles dados obtidos durante a primeira fase da coleta de dados - nas Universidades e no CRP. Tais dados configuram informações que não poderiam ser simplesmente descartadas, na medida em que elas situam o contexto mais geral em que realizamos nosso trabalho e permitem compreender a tortuosidade do caminho percorrido.

¹⁰ Órgão informativo do Conselho Regional de Psicologia da Sexta Região - CRP-06.

1.4 Os Eventos

Em novembro de 1988, o CRP-06 promoveu um Congresso de Psicologia, o Iº CONPSIC, no qual discutiram-se “questões que dizem respeito à **Psicologia enquanto Profissão**” (Conselho Regional de Psicologia, 1988, p.5, grifo no original), entre elas, “a diversidade de práticas de trabalho surgidas ultimamente” (idem) Dentre as várias atividades realizadas, uma foi o debate intitulado: “Tarô, Astrologia, Quiromancia, Parapsicologia: Práticas Psicológicas?”.

Como expositores, um professor do Instituto de Matemática e Estatística da USP, bacharel em Psicologia; uma astróloga e psicóloga clínica; um psicólogo e parapsicólogo de orientação metafísica - conhecido como médium - e uma psicóloga clínica, professora de psicopatologia do Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP¹¹, segundo a apresentação feita pela coordenadora do debate, conselheira do CRP-06, Regina Heloísa Mattei de O. Maciel.

A finalidade do debate, nas palavras da coordenadora:

Nós estamos aqui para discutir a questão do tarô, astrologia, quiromancia e da parapsicologia naquilo que elas têm como limites com a psicologia. (...) Na verdade, essa questão está permeando quase todo o nosso Congresso e será, de certa forma, discutida novamente nesta Mesa. E o que se pretende com isso é simplesmente levantar a questão das práticas psicológicas e das práticas alternativas, em relação aos seus limites. (Conselho Regional de Psicologia - Sexta Região, 1989, p.244)

Verifica-se, mais uma vez - e bem antes da "Resolução de 94"¹², o uso do termo “práticas alternativas” como designação para práticas milenares, tal como a Astrologia, ou mesmo mais "modernas", como o Tarô, mas que tradicionalmente sempre estiveram associadas à adivinhação do futuro, figurando, geralmente, na lista das crendices populares. Observe-se também - antecipando o momento em que apresentaremos a análise do material, em seção posterior - que o próprio Conselho, embora pergunte, no título do debate, se o Tarô, a Astrologia, a Quiromancia e a Parapsicologia são práticas psicológicas, já os introduz em seu discurso na categoria "alternativas".

¹¹ Os expositores eram, na ordem em que foram citados no texto: José Severo de Camargo Pereira, Lídia Vainer, Luís Antonio Gaspareto e Tania Tsu.

¹² Resolução CFP 16/94, de 03/12/94, transcrita neste trabalho às páginas 2 e 3.

O crescimento do "místico", "esotérico" ou "alternativo" fez-se notar também no "boom" do mercado de livros e artigos "esotéricos" e da "Nova Era", entre o fim dos anos 80 e o início dos 90. Basta consultarmos as listas dos livros mais vendidos e os catálogos das editoras nessa época para verificarmos o quanto aumenta não só o número de títulos traduzidos e nacionais, publicados por editoras já tradicionais no ramo, como também a criação de novas editoras, voltadas para esse público específico, o da "New Age". Também não era difícil encontrar, em grandes centros como São Paulo, no início dos anos 90, uma enorme quantidade de cartazes, folhetos, anúncios em jornais e revistas e outros materiais de propaganda, a divulgar cursos de autoconhecimento, auto-ajuda, "workshops", artigos "esotéricos" (cristais, incensos, velas coloridas, amuletos, livros, etc...) e verificar a multiplicação de escolas e lojas voltadas a esse fim.

Os jornais da época também atestam esse crescimento: a Gazeta de Pinheiros, em 06/09/90, no artigo "Misticismo pode substituir o erotismo", anuncia a compra, pela TV Manchete, "dos direitos do best-seller de Paulo Coelho, *Diário de um Mago*, com a intenção de transformá-lo brevemente em uma minissérie (...)"¹³

A Folha de São Paulo menciona, em sua edição de 05.10.91, o exemplo de uma conhecida editora, "(...) antes só um editora de livros didáticos, [que] começou a publicar livros de interesse geral em agosto de 1989. Mais de 2/3 dessas publicações são na linha de 'auto-ajuda'." ¹⁴

E mais:

"Se para o mercado esses livros [de auto-ajuda] são interessantes, do ponto de vista da psicologia e da própria literatura eles nada contribuem. 'Esses livros não têm nada a ver com a literatura, são feitos de sonoros lugares-comuns, de linguagem morta', diz Leyla Perrone-Moisés, professora de literatura da USP. (...)

Segundo Maria Helena Patto, professora de psicologia da USP, esses livros 'passam um verdadeiro sabão em quem não é feliz e dão fórmulas de uma saída mágica para os problemas'(...)"

Até a ficção está sendo invadida pelo espírito 'ensina-me a viver'. A lista dos mais vendidos de ficção é dominada por livros muito distantes da literatura e que vendem misticismo como lição de vida. ('Brida', 'O Alquimista' e 'O Diário de Um mago').

¹³ Gazeta de Pinheiros, 06/09/90, Caderno B, p. 1

¹⁴ Folha de São Paulo, 05.10.91, "Mercado editorial cresce com 'auto-ajuda'", p. 6-9

Para o leitor ávido, o senso-comum disfarçado por uma linguagem místico-científica vira novidade."

Paralelamente a isso, os Conselhos de Psicologia passam a ser procurados por representantes de algumas práticas alternativas, em busca de reconhecimento - ou alguma forma de autorização "legal" - na intenção de inserir suas práticas no conjunto daquelas facultadas ao psicólogo exercer. Encontramos, junto ao CRP-06, alguns registros que indicam ter havido solicitações nesse sentido.

Vejamos o caso da Terapia Hoffman da Quadrinidade. Em 1989-90, durante a gestão Movimento do CRP-06 (1989-1992), realizou-se um estudo¹⁵ - iniciado na gestão anterior (Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, s.d., p.1) - acerca daquela técnica, com várias resenhas do livro *Terapia Hoffman da Quadrinidade*, de Bob Hoffman seguidas de pareceres técnicos, de autoria de alguns fiscais e conselheiros do CRP. O estudo realizado, que apresenta essa técnica como um sistema que "aplica-se como uma psicoterapia e objetiva a harmonização integral de quatro 'aspectos' (segundo o autor) da psique humana: intelecto, emoção espírito e corpo." (Conselho Regional de Psicologia, Op. Cit., p.2), consistiu de "leituras, sínteses e discussões" (idem, ibidem, p.1), das quais participaram "todos os fiscais, demais funcionários psicólogos e conselheiros da Comissão de Orientação e Fiscalização" (idem) e foi justificado nos seguintes termos:

A Terapia Hoffman da Quadrinidade tornou-se objeto de estudo desta Comissão devido a ação fiscalizadora deparou-se com psicólogos e não psicólogos que a adotaram como atividade psicológica. Paralelamente, consultas, queixas e até denúncias éticas chegaram a este Conselho envolvendo tal atividade. Optou-se então por um estudo de aprofundamento sobre esta técnica considerada 'alternativa' por alguns. (p.1)

Algum tempo depois, em dezembro de 1990, o jornal O Estado de São Paulo divulgava:

No ano passado, o Conselho Regional de Psicologia teve de se manifestar contra a inclusão de um curso de astrologia no programa de Psicologia das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo (FMU). Mais recentemente, recusou a cadastrar uma clínica de terapia de vidas passadas. (O Estado de São Paulo, "Cresce no País procura por terapias alternativas", 11.12.90, p.19)

¹⁵ Vide Apêndice 1.

No mesmo artigo, referindo-se à posição do Conselho, a então presidente do CRP, Regina Maciel, afirmava:

A Psicologia tem um núcleo racional enquanto ciência. (...) Não vamos decretar uma caça às bruxas, mas convém saber que o nosso código de ética não permite a utilização de técnicas cientificamente não comprovadas. (idem, *ibidem*, p.19).

Foi em maio de 1989 que as Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo - FMU propuseram a inclusão de uma disciplina optativa no currículo do curso de Psicologia, "Parapsicologia e Astrologia Aplicada à Clínica de Psicoterapia", a ser ministrada por um psicólogo. O fato, divulgado pela imprensa, motivou o Conselho Regional a se manifestar, justificando sua discordância. Segundo o que se encontra no *Jornal do CRP*, edição referente ao período de setembro/outubro de 1989 ("No caso de Astrologia e Terapia de Vidas Passadas"):

Diante do ocorrido, o Conselho se pronunciou na imprensa, veiculando sua discordância quanto à inserção da disciplina pretendida no curso de formação dos psicólogos. Além disso, enviou também ofício à FMU (com cópia encaminhada ao MEC) reiterando idêntica posição. A divergência teve efeito positivo: em junho, a diretoria da Faculdade cancelou a inclusão da matéria, que seria lecionada pelo psicólogo Luiz Delfino da Costa Mendes.

Nossa postura, nesse caso, se fundamentou no seguinte pressuposto: a Psicologia tem seu próprio corpo de conhecimentos desenvolvido (de modo a ser aplicado no campo da terapia) que não se vincula, de maneira nenhuma, às técnicas difundidas pela parapsicologia e astrologia, tais como o mapa astral. Não questionamos o estudo dos referidos conjuntos de conhecimento, desde que os mesmos não sejam incluídos enquanto recurso ou instrumentos pelos psicólogos na sua prática profissional. (JORNAL DO CRP, no. 62, 1989, Set/Out, p.6)

Nesse documento o Conselho mencionava também a questão das Terapias de Vidas Passadas:

Desde o segundo semestre do ano passado, por ocasião do I CONPSIC, o CRP-06 abriu um debate a respeito do crescente uso de práticas - como a astrologia, parapsicologia e tarô - que se dizem associadas à Psicologia. Na época, o Conselho se colocou, de modo claro e público, contra a utilização de tais recursos, por não reconhecê-los enquanto técnicas psicológicas.

Apesar do posicionamento contrário, a entidade adotou uma atitude aberta em relação à questão (...).

Assim, para dar continuidade e aprofundar a reflexão iniciada sobre o assunto, a Comissão de Orientação e Fiscalização desenvolveu, em maio último, estudos que resultaram num parecer acerca de uma das modalidades dessas práticas: a terapia de vidas passadas. (...)

(...) o parecer do Plenário deste CRP-06 se pauta nesta constatação: o objeto focalizado por essa linha psicoterápica é explicitamente a suposta "vida passada" ou "vidas passadas" do paciente. Assim sendo, ela se baseia, necessariamente, na crença da reencarnação que se constitui - pelo menos até o momento - em princípio religioso. Neste sentido, a sua prática foge do âmbito das teorias psicológicas. (...) (Idem, ibidem, p.6)

Esse texto será reproduzido na íntegra, no capítulo referente à análise do material, já que ele compõe o conjunto dos textos selecionados para tal fim.

Não chegamos a ter acesso à correspondência CRP/"alternativos", quando da coleta de dados, por razões que já mencionamos. Sendo assim, não possuímos registro da citada solicitação de cadastramento de uma clínica de terapia de vidas passadas junto ao Conselho. Há, porém, entre os documentos publicados pelo mesmo, evidências que atestam ter ocorrido algum tipo de solicitação nesse sentido, o que parece ter sido um dos fatores que justificou, inclusive, o mencionado estudo sobre a terapia de vidas passadas. Veja-se, por exemplo, o que diz o parecer da Presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização - COF, do CRP-06, "'TERAPIA DAS VIDAS PASSADAS' compete ao Psicólogo?":

O presente estudo tem por finalidade subsidiar a Plenária do CRP-06 no conhecimento e discussão das terapias alternativas que estão surgindo na comunidade e sendo adotadas como atividades psicológicas. A Terapia das Vidas Passadas aparece como alternativa e remetendo a vários questionamentos sobre sua validade como técnica psicoterápica. A seguir apresentamos uma síntese do estudo realizado pela COF. (...)

Após a leitura e discussão sobre os princípios básicos e metodologia da Terapia de Vidas Passadas - T.V.P., conclui-se que:

1. A T.V.P. tem um objetivo bastante próximo da maioria das psicoterapias;
2. Não entrando na questão do mérito do método empregado para atingir esse objetivo, é certo que o objeto que esse tipo de terapia focaliza é explicitamente a suposta 'vida passada, ou vidas passadas' do paciente. Assim sendo, seu objeto baseia-se necessariamente na crença da reencarnação. Essa crença, pelo

menos até o momento, se constitui em um **princípio religioso**, em uma profissão de 'fé', e **nesse sentido foge do âmbito das teorias psicológicas** em geral e até se contrapõe a elas.

Dessa maneira, fica claro que **a T.V.P. não se constitui em prática ou técnica psicológica**, pois tem como objeto um princípio religioso, o que não se coaduna com os estudos e teorias psicológicas. (Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região, 1991, p.1, grifos no original)

Ainda durante a primeira fase da coleta no CRP encontramos um documento na pasta "Florais" (vide Tabela 5) cujo teor sugeria tratar-se da resposta a algum questionamento do CRP. É uma carta com data de 24/08/91, enviada pelo presidente da "Abreflor"- Associação Brasileira de Florais, à Comissão de Ética, dizendo o seguinte:

Prezados Senhores,

A ABREFLOR é uma entidade fundada para divulgação, pesquisa, intercâmbio científico e defesa das Essências Florais. Estamos empenhados no momento numa campanha de esclarecimento público combatendo a automedicação indiscriminada. Nossos membros têm participado de todas as últimas entrevistas e reportagens sobre a Terapia Floral em jornais, revistas e televisão. Nos casos de desequilíbrios psicológicos crônicos, temos insistido em que os pacientes procurem psicólogos, psiquiatras ou terapeutas.

A Terapia Floral utiliza as Essências Florais preparadas segundo a técnica descoberta pelo Dr. Edward Bach em 1930. Além das 38 Essências Florais de Bach, existe a utilização de essências preparadas com flores de vários países, por exemplo, as Californianas, Francesas, Argentinas, e no momento, estão sendo pesquisadas as flores brasileiras. As Essências Florais não são remédios químicos, não têm princípios ativos e não possuem substâncias tóxicas. Visam apenas aumentar as nossas qualidades mentais positivas. Não combatem frontalmente as emoções negativas. Estas serão eliminadas naturalmente. Por isso, as Essências Florais têm indicações principalmente na Psicologia e na Medicina Psicossomática. Devidos¹⁶ a estas qualidades, julgamos ser do interesse dos psicólogos a aplicação das Essências Florais.

Como bibliografia, consideramos como base os livros: "Os Remédios Florais do Dr. Bach", do Dr. Edward Bach, pela Editora Pensamento, São Paulo; e "La Medicina Floral de Edward Bach", da Dra. Maria Luisa Pastorino, Editorial Club de Estudio, Buenos Aires.

¹⁶ Todos os textos aqui transcritos encontram-se conformes com os originais.

Para maiores esclarecimentos, colocamo-nos à disposição de V.S.. Sem mais, agradecemos a vossa atenção.

[Assina o presidente da Associação, um médico, cirurgião vascular, que faz constar, inclusive, seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM.]¹⁷

Outro documento, datado de 22.10.91 - pouco tempo depois da carta acima, portanto, é um memorando da então Delegacia de Campinas do CRP-06 à Comissão de Delegacias, enviando

(...) anexo recortes de joranis [jornais] demonstrando o enorme interesse e avanço das praticas religiosas/esotericas as mais variadas com fins terapeuticos. Tamanho dos artigos (geralmente paginas inteiras) sugere que o tema deva 'vender bem'.

[Assina a Delegada-Adjunta]

Alguns meses depois (janeiro de 1992), a Conselheira-Presidente do CRP-06 encaminha a seguinte correspondência aos membros do Conselho:

Caros,
**CONSELHEIROS, DELEGADOS E DELEGADOS-
 ADJUNTOS**

Em Reunião Geral de Representantes das Comissões de Orientação e Fiscalização e Ética dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, realizada em dezembro último, foram discutidas questões relacionadas com as chamadas práticas terapêuticas alternativas, quando utilizadas por Psicólogos.

Foi decidido, nessa reunião, que o Conselho Federal de Psicologia veiculará uma campanha publicitária, de âmbito nacional, esclarecedora à população, afirmando que práticas alternativas tais como FLORAIS DE BACH, TERAPIA DE VIDAS PASSADAS - TVP, não são aceitas pela Psicologia, estando os profissionais psicólogos que as utilizam sujeitos às penalidades por infração ao Código de Ética.

A Plenária do CRP-06 referenda tal posição, veiculando esta informação a todos os Conselheiros e suas Delegacias.

São Paulo, 14 de janeiro de 1992.

Observe-se que estas ações - de um lado o exercício dos poderes normativos, fiscalizadores e até punitivos do CRP, de outro, a procura dos "alternativos" para que

¹⁷ Este documento será objeto de nossa análise, na seção a isso dedicada.

suas práticas fossem reconhecidas como técnica psicológica ou complementar à Psicologia - parecem ter ocorrido sempre *pari passu*. No entanto, até onde temos conhecimento, nenhuma tentativa dos alternativos obteve êxito - salvo a Programação Neurolingüística, que parece ter contribuído, aliás, para a seguinte alteração da Resolução 16/94 ¹⁸ ("CFP retira proibição de associar título de psicólogo à prática de PNL").

O Conselho Federal de Psicologia publicou em dezembro de 1994 resolução proibindo ao psicólogo fazer publicidade profissional associada a práticas alternativas. Esta resolução considerou o fato de que nos casos pesquisados não há nenhuma relação ou fundamentação entre a formação profissional institucional e as práticas oferecidas e que as mesmas não possuem reconhecimento da comunidade científica. Entretanto, após algumas manifestações em que ficam melhor esclarecidos aspectos relativos à sustentação teórico-técnica da programação Neuro-lingüística o Conselho Federal de Psicologia resolveu suspender esta modalidade das práticas impedidas de serem vinculadas ou associadas a título de psicólogo e/ou exercício profissional como previsto na Resolução 016/94. Esta iniciativa deveu-se à compreensão da necessidade de que sejam realizados estudos mais aprofundados sobre esta prática, visando melhor configuração das suas relações com o campo teórico da Psicologia.

Para as demais práticas (Tarologia, Astrologia, Numerologia, Cristaloterapia, Terapia Energética, Psicologia Xamânica, Psicologia Esotérica, Florais, Fotografia Kirlian, Terapia Regressiva de Vidas Passadas, Psicologia Espiritual, Terapia dos Chácaras, Terapia dos Mantras, Terapia dos Mantras, Terapia de Meditação, Psicoterapia do Corpo Astral, Trabalho Respiratório Mohâmico, Projeciologia, Iridologia) fica mantida a proibição de sua vinculação a título de Psicologia. (Conselho Federal de Psicologia, 1995, p.12)

A referida suspensão foi legitimada pela Resolução CFP No. 29/95, de 16/12/95, em cuja Ementa se lê: "Altera a Resolução CFP No. 16/94 que dispõe sobre a publicidade associada à [sic] práticas alternativas" (Conselho Federal de Psicologia, 1995).

Efetivamente, a única alteração no texto da nova Resolução foi a supressão do termo "Programação Neurolingüística", no Art. 1º, e a inclusão de artigo específico,

¹⁸ De acordo com o publicado no *Jornal do Federal*, órgão informativo do Conselho Federal de Psicologia. Ano X, no. 41, Dezembro de 1995, p.12.

revogando as disposições em contrário, particularmente a Resolução 016/94, já citada.

Entre os documentos encontrados na pasta dedicada à Programação Neurolingüística (04-PNL), havia uma carta de um psicólogo de Recife, Pedro Terror, datada de 10 de agosto de 1995 e endereçada ao Presidente do CRP-06:

Estimado Sr(a). Presidente:

Tomo a liberdade de encaminhar-lhe a presente correspondência por julgar relevante informar a V. Sa., aos membros do seu Conselho e aos psicólogos nele inscritos, a respeito das providências que estou adotando junto ao CFP e aos demais Conselhos Regionais.

Como deve ser do seu conhecimento, o CFP baixou a **Resolução No. 16/94**, em 3/12/94, dispondo (...) ¹⁹. Quando tive conhecimento da mesma, através da visita de duas fiscais do CRP-02, no fim de Julho passado, fiquei espantado com o seu teor.

Considero essa decisão, como escrevo na correspondência anexa, *"um erro grave de avaliação pois apresenta uma posição primária e inconseqüente, revelando um sério desconhecimento do que seja a Programação Neurolingüística, bem como uma atitude discriminatória e injusta"*.

Essa Resolução fere os direitos de expressão de qualquer profissional que trabalhe com técnicas consideradas "alternativas" ou "oficiais", desabona o caráter pluralista e renovador da Psicologia como ciência e mostra uma imagem de um CFP autoritário e irracional, que nenhum de nós deseja para uma entidade que deve espelhar as melhores virtudes da categoria.

Por conta da gravidade dessa Resolução, encaminhei ao CFP a correspondência anexa, solicitando a discussão da mesma e a revogação da Resolução, especificamente, no que tange à Programação Neurolingüística. Também estou enviando a todos os CRPs os mesmos documentos, solicitando, encarecidamente, que sejam distribuídos, lidos e discutidos em Plenária, a fim de se firmar uma posição a respeito, que possa servir de embasamento à Plenária do Federal, para a adoção de providências mais úteis para a Psicologia, para toda a classe de Psicólogos que representa e, enfim, para a sociedade brasileira, que aspira por processos e técnicas mais eficientes de psicoterapia.

Acredito que minha atitude também possa encorajar a essa "maioria silenciosa" de psicólogos, que estão sentindo serem

¹⁹ Vide as páginas 2 e 3 deste estudo.

lesados seus direitos profissionais, para que possam manifestar-se com propriedade e competência.

Agradecendo a atenção dispensada, solicito, ainda a V. Sa. a amabilidade de me informar a respeito das providências adotadas pelo seu Regional, bem como dos resultados práticos das mesmas. [grifos nos original]

A correspondência anexa a que se refere essa carta foi endereçada, com mesma data, à Plenária do Conselho Federal de Psicologia, com cópias para a Plenária do CRP-02, região de inscrição do remetente, e para as Plenárias dos demais CRPs.²⁰ Nela, o remetente evoca alguns dos aspectos da Resolução que lhe deixaram "estarecido" (Terrer, 1995b, p.1) e faz uma apresentação que, em suas palavras, se divide "em cinco partes: 1. Crítica às justificativas apresentadas pela Resolução; 2. Considerações sobre a análise de 'Técnicas Alternativas'; 3. Embasamento científico da Programação Neurolingüística PNL; 5. Anexos" (idem, ibidem, p.1)

Na primeira parte, Terrer reconsidera - segundo seus próprios termos - alguns dos 'considerandos' constantes da Resolução, grifando-os e questionando seus fundamentos. Apresenta uma série de questões, visando a discutir as referências - no texto da Resolução - feitas à comunidade científica e à prática profissional.

Pergunta, por exemplo, quem integraria ou seria porta-voz autorizado da comunidade científica. Questiona qual a prática profissional da psicologia que enquadraria as "divergências teóricas, metodológicas e técnicas de tantas correntes psicológicas, mesmo 'oficiais'" (Idem, p.3).

Menciona, também, a solicitação de pareceres, feita pelo CFP a "alguns psicólogos de expressão nacional" (Idem, ibidem)²¹, alegando constatar, nos mesmos, "uma unanimidade (...) quanto à complexidade de qualquer avaliação, não apenas das 'práticas alternativas', como da 'psicologia oficial'" (p.3). Discute, ainda, "a identificação do saber e agir psicológico com a '**formação profissional**' institucional e a '**legislação profissional**'", considerando-os inoportunos, "pelo seu

²⁰ Vide Apêndice 2.

²¹ Trata-se do parecer de alguns especialistas que foram convidados pelo Conselho Federal a se pronunciar sobre o tema das "práticas alternativas", no sentido de instrumentalizar as discussões que a Câmara de Orientação e Fiscalização do Federal, em conjunto com as Comissões de Orientação e Fiscalização dos Conselhos Regionais vinham desenvolvendo, com vistas a um posicionamento sobre o assunto. Os pareceristas eram: Luis Cláudio Mendonça Figueiredo e Marília Ancona-Lopez de Grisi (CRP-06. São Paulo); Circe Navarro Vital Brazil (CRP-05. Rio de Janeiro) e Christiane Muller (CRP-08. Curitiba PR).

estreito âmbito e função conservadora do '*status quo*'." (p.4). Prosseguindo em sua argumentação, ele tece considerações sobre os aspectos institucionais envolvidos na questão, afirmando ser "muito arriscado conferir ao universo do institucional o poder de delimitar fronteiras" (p.5), e ainda cita princípios constantes da "Constituinte da Psicologia" ²² que julga terem sido feridos pela Resolução.

Na segunda parte Terror apresenta seus argumentos para "aproximar qualquer avaliação sobre as tais práticas [alternativas], de um certo espaço de objetividade" (p.6), apontando três requisitos que, a seu ver, lhe parecem necessários. São eles: 1. Pesquisar e definir meta-critérios de avaliação; 2. Convidar profissionais competentes que tenham conhecimento e experiência própria de cada linha específica em análise e 3. Analisar as atitudes e motivações, "conscientes e inconscientes, pessoais e sociais, que levam a determinados psicólogos e a um órgão de classe como o Conselho a discriminar determinados saberes e fazeres em benefício de outros." (p.7)

A terceira parte da carta é dedicada ao embasamento científico da PNL, em que a experiência docente e a bagagem profissional do remetente é evocada como instrumental que o capacitaria a "avaliar a natureza científica de uma determinada linha de intervenção psicológica, como a PNL."(p.7) Vários outros argumentos são por ele arrolados, sempre na mesma linha de defesa da cientificidade da PNL.

A quarta parte do documento dedica-se a estabelecer em termos mais detalhados o que já havia sido mencionado na carta de encaminhamento que transcrevemos, quanto à solicitação de revogação da Resolução CFP 16/94, "**notadamente na sua referência explícita à Programação Neurolingüística.**" (p.11, grifo no original).

Na parte dedicada aos anexos, um texto de autoria de Terror, "Psicoterapia com Programação Neurolingüística" e uma indicação de Bibliografia Básica de PNL.

Na mesma pasta (04 - PNL) em que se encontrava toda essa documentação encontramos também o registro de um parecer técnico, assinado pela presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP, a COF, e aprovado na Plenária

²² O autor refere-se ao "I Congresso Nacional da Psicologia (Congresso Nacional Constituinte da Psicologia), realizado em Campos do Jordão - SP, em agosto de 1994. As deliberações ali aprovadas encontram-se em: Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia (1994), sob o título "Processo Constituinte Repensando a Psicologia - Congresso Nacional Constituinte da Psicologia"

realizada em 04.08.92 - três anos antes da "carta-contestação" de Terror, portanto. A íntegra desse parecer:

A Comissão de Orientação e Fiscalização deste CRP-06 através de seus Psicólogos Fiscais e Conselheiros, realizou estudos sobre a atividade denominada "Programação Neurolingüística" e considera que tem dados para concluir que:

1) Psicólogos podem utilizá-la como um recurso para a modificação do comportamento já que a mesma propõe-se a alterações nos padrões de comunicação, de conduta e ou de personalidade, utilizando-se para isso de conhecimentos psicológicos reconhecidos;

2) Não deve ser enquadrada como técnica de utilização privativa do Psicólogo já que pode também abranger diferentes áreas do conhecimento como lingüística e neurofisiologia e daí possibilitar aplicações diferentes, com diferentes finalidades. (Conselho Regional de Psicologia, 1992, p.3)

Em que pese a distância de mais de dois anos entre a ação do Federal, por intermédio da Resolução de 94, e o parecer técnico aprovado no âmbito do Conselho Regional, observa-se uma discrepância significativa entre essas duas instâncias, quanto à forma de encaminhamento da discussão. Não sendo nosso intento discutir tais diferenças, ressaltamos somente o fato de o Regional (CRP-06) manter em seus arquivos, na mesma pasta, documentos contraditórios em relação ao um mesmo assunto.

Embora não tenha sido o caso da "prática alternativa" - primeiro aceita pelo parecer do Regional, depois proscria pela Resolução do Federal, depois aceita pela alteração da Resolução do Federal - da PNL, não encontramos muito material nas demais pastas, principalmente considerando que buscávamos a produção escrita do próprio Conselho. O que encontramos em diversas pastas, não configurava, necessariamente, uma correspondência do CRP com outras entidades: havia vários recortes de jornais falando genericamente de misticismo ou esoterismo, enviados para ciência por alguma delegacia, com ou sem solicitação de verificação do número de inscrição, de acordo com a existência ou não de menção a algum psicólogo, nos artigos.

Mas a discussão continuava presente no âmbito dos Conselhos. Era 1996 e iniciavam-se os preparativos para o II Congresso Nacional a ser realizado em agosto, na cidade de Belo Horizonte, que tinha em sua pauta, entre outros, o tema das

práticas alternativas e a necessidade de se estabelecerem políticas conjuntas sobre isso. Esses eventos coincidiam com nosso ingresso no mestrado e era nosso interesse que pudéssemos participar, na condição de ouvinte, daquelas discussões. A proposta de preparação para o Congresso Nacional incluía, antes, a realização de Congressos Regionais, de onde saíam os delegados para o encontro de caráter nacional.

Já o Congresso Regional previa a realização de Encontros Temáticos Preparatórios, de acordo com os temas constantes da pauta dos Congressos Regionais e Nacional. O objetivo de tais encontros era de, através do debate, subsidiar a elaboração das teses a serem apresentadas no Congresso Regional. Ali, uma vez discutidas e aprovadas, as teses seriam encaminhadas ao Nacional. Segundo carta enviada pelo CRP a todos os seus inscritos (Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, 25/04/1996)²³, os eixos temáticos e subtemas a serem discutidos nos Encontros Temáticos eram os seguintes:

- I - Exercício Profissional:
 - Políticas sobre as práticas alternativas;
 - Avaliação Psicológica

- II - Formação Profissional
 - Estágio supervisionado - Clínica-escola/Centro de formação do psicólogo
 - Critérios para abertura e fechamento de cursos

- III - Lei 4.119/62, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.

- IV - Lei 5.766/71, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.

Tivemos a oportunidade de participar dos Encontros Temáticos Preparatórios para o II Congresso Regional da Psicologia, "Políticas sobre Práticas Alternativas", realizados em 16/05/96 e 01/06/96, na Sede do CRP-06; do encontro denominado "Pré-Congresso", em 15/06/96 e do II Congresso Regional da Psicologia, realizado em São Paulo, nos dias 28, 29 e 30/06/96.

No primeiro Encontro Temático, um debate - cuja mesa era composta pelo Prof. Dr. Ryad Simon, da USP; a Profa. Dra. Ana Mercês Bahia Bock, da PUC-SP e

²³ Vide Apêndice 3.

a Conselheira do CRP Claudia Sodré Vieira, e coordenada pela psicóloga Patrícia Badari. Seguem alguns pontos que gostaríamos de destacar, destes eventos.²⁴

Em sua exposição, o Prof. Ryad Simon ressaltou a necessidade de não se assumir uma atitude de "caça às bruxas", assinalando ser preciso tomar cuidado para não se julgar baseado em preconceitos. Embora haja teorias puramente fantasiosas e que não têm efeito prático, há também as que são fantasiosas mas que, por algum motivo, têm efeitos práticos, pois vêm associadas a algo que tem efeito mas não se sabe o quê. A mitologia greco-romana, por exemplo, pode ter embutida uma noção intuitiva de ciência.

Ele mencionou uma tese de doutorado, que orientou²⁵, em que se pesquisaram três grupos de pessoas em tratamento em instituições diversas: um seria o grupo tratado em ambulatórios de saúde mental, o outro em igrejas pentecostais e o outro em centros de umbanda. De acordo com os resultados, os grupos tratados em ambulatórios foram os que tiveram menos benefícios terapêuticos. Quanto ao índice de curas/melhoria sintomática, encontraram-se diferenças entre pentecostal e umbanda. No caso da umbanda, observou-se que a cura era gradativa (aproximando-a da Psicanálise, quanto a isso). No caso da pentecostal, a cura era instantânea (aproximando-a, portanto, da hipnose).

Segundo o expositor, seria bom que pudéssemos formular hipóteses de pesquisa que pudessem avaliar a eficácia, a plausibilidade dessas práticas alternativas. Os experimentos teriam que ser muito bem planejados; deveriam ser experimentos em que houvesse isolamento das variáveis. Ainda segundo sua opinião, a aproximação da população às práticas alternativas mostra que há carências às quais os psicólogos não estão correspondendo. Isso implicaria a necessidade de desenvolver técnicas, métodos de psicoterapia mais acessíveis à maioria da população. Para ele, não se deve ficar combatendo as práticas alternativas com normatização/ execução; se as pessoas tiverem que praticar vão praticar. Neste sentido, examine-se o que podem ter de útil; o que se pode aproveitar ou não.

Na seqüência, a exposição da Profª. Ana Bahia Bock que, ressaltando o fato de não ser especialista no assunto, enfatizou a discussão do termo alternativas, como

²⁴Conforme nossas anotações pessoais (São Paulo, maio 96) e os textos a que tivemos acesso.

²⁵ COSTA-ROSA, Abílio da. *Práticas de cura nas religiões e tratamento psíquico em saúde coletiva*. São Paulo, 1995.

adjetivo.²⁶ Assim, para ela, falar em práticas alternativas implica reconhecer algumas práticas como oficiais, dominantes. Tendemos, segundo Bock, a valorar positivamente o que se coloca como alternativo ao dominante, mas nem tudo o que é alternativo significa um avanço. Dessa maneira, ela destacaria duas questões: 1) como reconhecer o que é oficial, o que tem validade, em relação ao que é alternativo e 2) o que ela considera como alternativo em psicologia. Sua avaliação é de que a voz "mais oficial" em Psicologia, hoje, parece não estar no Brasil. Universidades e produções estrangeiras são referências fortes e importantes para nós. No Brasil, sociedades, personalidades, currículos, universidades, associações, são bastante reveladores do que é considerado dominante. Destaca, em seguida, o importante papel que pode desempenhar a Universidade, se estiver aberta para as práticas que se constroem na sociedade.

A expositora aponta também o equívoco que seria identificar velho com oficial e novo com alternativo. Afirmando ser difícil identificar tanto as práticas dominantes quanto as alternativas, ela questiona: "Quais são as práticas dominantes?" "Quais são as práticas alternativas?" Argumenta que se alternativo é sempre uma opção, uma escolha que se faz entre duas ou mais coisas, atribuir esse adjetivo a alguma prática é também ato político e julgamento que implica num conhecimento prévio. Ela falou ainda das noções 'dominante' e 'já-tendo-sido-dominante', respectivamente: a) a noção liberal do homem e b) o homem pré-destinado, dotado de um destino; apontando, nessas duas noções, a pressuposição de uma natureza humana. Afirmando pensar "o homem como ser histórico", ela diz desejar e trabalhar para que a psicologia seja uma profissão de grande penetração social; que ela luta e trabalha para a psicologia poder contribuir para uma transformação social: isso é o que ela vê como prática alternativa em psicologia. Neste sentido, para ela, o que seria alternativo deveria ser uma prática que não fosse elitista e/ou alienante. Esse projeto alternativo existe, como projeto, e propõe outra direção para o trabalho em Psicologia.

²⁶ O texto no qual Ana Bock baseou sua exposição encontra-se no Apêndice 4.

A última a falar foi a Conselheira Claudia Sodré Vieira, que leu, com algumas modificações, um texto por ela assinado e que foi, posteriormente, remetido aos participantes do Encontro Temático.²⁷

Destaquem-se, desse texto, os seguintes excertos:

A gestão anterior, em especial através da Comissão de Psicoterapias buscou uma aproximação com os profissionais que estavam envolvidos com as práticas alternativas com o intuito de definir uma posição do Conselho sobre estas práticas e oferecer espaço para a discussão. Desses contatos pudemos apreender que existia uma expectativa de que o Conselho reconhecesse esta práticas como psicológicas. Esse reconhecimento, mais do que eliminar o risco de processo ético, conferiria legitimidade a tais práticas. Em geral, a exigência vinha no sentido de reconhecimento sem necessidade de nenhuma avaliação prévia ou do estabelecimento de critérios definidos. Cabe salientar que muitas pessoas se colocaram favoráveis à busca de um melhor embasamento teórico, de maior consistência, etc. (Vieira, 1996, p.1)

Em seguida, citando a política definida para os Conselhos pelo I Congresso Nacional da Psicologia²⁸, que dizia respeito ao papel das Universidades, de referendar ou não novas técnicas e teorias, afirma:

Que é papel da Universidade, não há a que se opor, porém com a ressalva de que não adianta quereremos tornar científico o que é de outra natureza. É um contrasenso verificar a cientificidade do pressuposto da reencarnação, por exemplo. Não adianta querer tornar científico algo que não o é por princípio. Assim ficam excluídas do exercício da Psicologia aquelas práticas que se baseiam em pressuposto religiosos, místicos, mitológicos e de senso comum. Não significa com isso que estas formas de conhecimento estão sendo desqualificadas, mas apenas que são de outra ordem. (Idem, Op.Cit, p.1)

No seu entender, a questão do uso das práticas alternativas por profissionais era uma questão concreta, presente no dia-a-dia do Conselho, por intermédio de consultas, queixas, denúncias, que chegavam ao Centro de Orientação:

A situação concreta atual é que os profissionais psicólogos continuam lançando mão de práticas ditas alternativas. Creio que seria útil perguntarmo-nos porque. Não por que os psicólogos buscam algo mais além do que a Psicologia lhes oferece, mas por que querem transformar as praticas alternativas

²⁷ Vide Apêndice 5.

²⁸ Vide nota 22. sobre o Congresso Constituinte.

em Psicologia. Por que buscar o lugar da Psicologia? Seria por que a Psicologia no decorrer do tempo angariou confiabilidade social? Por que um Astrólogo precisa da Psicologia para ser Astrólogo, por exemplo? (Idem, ibidem, p.2)

Quanto aos problemas da formação em Psicologia, estes constituiriam, na opinião da conselheira, uma questão ética. Caberia, portanto, questionar as Universidades, no sentido de reverem que formação estão oferecendo. Segundo ela,

... a formação recebida na faculdade deixa tanto a desejar que o Psicólogo recém-formado não percebe que existem diferentes matrizes psicológicas, não é capaz sequer de dar conta dos recursos e técnicas que aprende na Faculdade, e quer associá-los ou substituí-los por outros, e existe um mercado de práticas, que as vendem aos montes para os psicólogos. Cada dia é uma nova descoberta de uma técnica fabulosa que produz os efeitos mais fantásticos e os psicólogos, especialmente os recém-formados são alvo fácil para esses caça niqueis. (p.2)

Também considera que não se deveria mascarar de que lugar se fala:

Eu penso que uma das coisas mais importantes deste nosso tema é não mascarar de que lugar falamos (...). O Conselho tem um lugar específico: ele fala do lugar da norma, da regulamentação. Não fala do lugar da academia, não fala do lugar da produção do conhecimento, nem da defesa do mercado. O Conselho tem como objetivo prioritário, por mais antipático que isto possa parecer, não o psicólogo, mas a sociedade, os usuários dos serviços psicológicos e tem o poder de punir o mal profissional que lesa o usuário do ponto de vista ético. (p.3)

Aberto o debate à participação de todos os presentes, a professora Ana Bock afirmou que a arma com que o poder luta seria a da Ciência e essa relação se fortalece pelo saber produzido na Universidade. Alguém da plateia referiu-se ao fato de que falar a partir do lugar da norma pode significar também falar a partir do lugar do reforçamento do pré-conceito e do preconceito. Daí para outros tipos de discriminação e exclusão não seria difícil.

Outro participante mencionou a necessidade de se definir uma política de atuação, por parte dos Conselhos, em relação às práticas alternativas, pois julgava não ser possível continuar apenas listando as práticas que se consideram alternativas.

Nessa mesma linha foi colocada a necessidade de o termo ser revisto, por ser pejorativo e carregado de preconceitos. Seria necessário que se estudasse/pesquisasse efetivamente, para se afirmar que os pressupostos destas práticas são isto ou aquilo.

Levantou-se também a questão a respeito de qual seria a função do psicólogo e quem seria/constituiria a comunidade científica.

No segundo Encontro Temático, havia um número bem menor de participantes, a quem se informou o cronograma e as exigências para apresentação das teses. Desta vez o debate ocorreu de forma mais polarizada: havia, ali, representantes de algumas das consideradas práticas alternativas (Acupuntura, Florais de Bach e Astrologia - todos também psicólogos), conselheiros e defensores de uma desregulamentação indiscriminada da prática profissional.

Apenas uma tese foi apresentada nesse encontro, em que os temas discutidos giraram em torno de questões sobre o que seria a definição do campo de atuação profissional do psicólogo: o que levaria os psicólogos a pensarem em sua identidade profissional, o que a psicologia poderia fazer para se atualizar diante das práticas alternativas e a necessidade de contato entre o CRP e a Universidade, no sentido de se criarem grupos de trabalho para discutir as práticas alternativas. A representante dos Florais de Bach mencionou como tese primeira a necessidade de reformulação do art. 48, do Código de Ética Profissional do Psicólogo, que diz "O presente código poderá ser alterado pelo Conselho Federal de Psicologia, por iniciativa própria ou da categoria, ouvidos os Conselhos Regionais." (Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, 1994, p.77). Outro participante, psicólogo-acupunturista, citou a criação, pela Associação Paulista de Medicina, de um Departamento de Acupuntura, na linha argumentativa de demonstrar que a acupuntura era uma prática que gozava de grande reconhecimento, mesmo entre os profissionais da medicina.

Em 15 de junho foi a vez da realização do "Pré-Congresso", quando se receberam as teses e se elegeram os delegados para o Congresso Regional. Com relação ao nosso tema, registrem-se os comentários de uma ex-conselheira do CRP, que compunha a mesa coordenadora dos trabalhos: "Está mais do que claro que não vai resolver baixando norma, baixando resolução." e o comentário da Presidente, Cristina Amélia Luzio: "O tema das práticas alternativas é polêmico e a gente está se dispondo a discutir em vez de baixar resolução"²⁹

Também neste encontro as discussões foram organizadas por grupos de trabalho, de acordo com os temas em pauta. No grupo de discussão das alternativas, a

²⁹ Conforme nossas anotações.

primeira questão, lançada pela mediadora, foi uma comparação com a "separação do joio e do trigo", referindo-se ao fato de poderem existir práticas de interesse para a psicologia e outras que nada acrescentariam a ela. A pergunta, era, então: "qual o critério para essa separação?" Com posições divergentes, como o psicólogo que defendia - desde o Encontro Temático - a idéia de que dever-se-ia "desregulamentar, *a priori*", a prática profissional, promovendo uma total abertura, de modo que um psicólogo pudesse, um dia prescrever um floral, um composto homeopático, etc... passando pela defensora dos Florais que explicava que "o objetivo principal dos Florais é trabalhar com as emoções" - traçando aí o paralelo com o trabalho do psicólogo - e pelo psicólogo que, citando o uso de mapa astral em empresa, afirmava achar "importantíssima a abertura que se deu para essa discussão", referindo-se à iniciativa do Conselho de incluir o tema na sua pauta de discussões, até o conselheiro que apontava para o fato de que "fica parecendo que a discussão está baseada na crença de que - uma vez normatizado - resolve tudo.", não se apresentou qualquer formulação clara de resposta, ou critérios, para a distinção que se propunha inicialmente.

Outra questão discutida referia-se ao fato de se estarem propondo técnicas e instrumentos os mais diversos, indiscriminadamente, ao uso dos psicólogos. Segundo a psicóloga mediadora da discussão, pensar sobre o que é que se procura dar conta com a utilização de tantos e diversos recursos "é da ordem do impossível".

Para a conselheira Claudia Sodré, o queurgia era poder aprofundar a discussão, sendo que a obrigação do Conselho seria dar espaço para tal aprofundamento. No entanto, afirmou ela, "não consigo pensar em fazer a desregulamentação total.", para responder ao psicólogo que defendeu essa tese. A sua intenção, segundo ela, era trazer à luz a(s) crítica(s) à forma como o Conselho vinha se posicionando em relação ao tema. "Sentar juntos e poder estar vendo diferentes pontos-de-vista; parar de empurrar com a barriga."

Já no II Congresso Regional da Psicologia, realizado de 28 a 30 de junho, em São Paulo, discutiram-se as inúmeras teses propostas, relativas a todos os temas da pauta, através da distribuição dos delegados em grupos, de A a F. Durante o Plenário do II Congresso, discutiram-se e incorporaram-se, quando foi o caso, todas as

alterações propostas às teses. Dessa discussão geral saíram as teses, levadas pelos delegados eleitos para esse fim, ao Congresso Nacional.

Os grupos C, D e F foram os que discutiram, modificaram, acataram ou rejeitaram as teses relativas ao tema Exercício Profissional, sub-tema Práticas Alternativas. Sob esse título, 27 teses foram apresentadas, divididas entre aquelas que se referiam aos Princípios que deveriam nortear a políticas dos Conselhos e as que se referiam às Ações que os mesmos deveriam implementar. Nenhuma destas teses foi aceita integralmente pelos grupos que as discutiram, nem na categoria Princípios nem na categoria Ações. O grupo D apresentou duas novas teses, aceitas pelo Plenário, com alterações de alguns de seus termos. Essa duas teses foram primeiramente inseridas na categoria Ações mas posteriormente apresentadas na categoria Princípios, no Relatório Final. Sofreram alterações também as outras quatro teses aceitas pelo Plenário - duas relativas a Princípios e duas relativas a Ações.³⁰

Finalmente, o II Congresso Nacional da Psicologia, realizado entre 28 de agosto e 01 de setembro de 1996, durante o qual,

...os delegados participantes, eleitos nos seus respectivos Congressos Regionais, aprovaram, através das discussões nos grupos de trabalho e nas sessões plenárias, um conjunto de teses que orientarão, política e estrategicamente, o fazer da psicologia no Brasil. (Fórum de Entidades, 1996, Caderno de Sistematização das Teses, p.5)

A leitura do texto final a respeito das práticas alternativas, aprovado no Congresso Nacional, na parte dedicada a "Estudos e pesquisa em parceria: Agências Formadoras, Conselhos e outras Entidades" (Idem, Op. Cit., p.18), evidencia um aspecto interessante: o texto baseia-se quase que inteiramente, salvo pequenas modificações, nas duas teses apresentadas ao Plenário do Congresso Regional de São Paulo (CRP-06), pelo grupo D, acrescentando ainda os termos de mais duas das teses aprovadas pelo mesmo Plenário.³¹

³⁰ Conforme Caderno de Teses, Relatórios dos Grupos e nossas anotações pessoais.

³¹ Embora não tenhamos participado do evento, tivemos a oportunidade de obter, junto ao Conselho Federal, o material até então produzido sobre as práticas alternativas, incluindo aí o conjunto das teses dos diversos Regionais e os pareceres de especialistas convidados pelo CFP a se pronunciarem sobre o tema.

Esse texto, que consta do Apêndice 6 de nosso trabalho, aponta a necessidade de se promoverem estudos e pesquisas no meio acadêmico, alegando caber à comunidade científica a responsabilidade de validar e reconhecer técnicas e propondo o estímulo e o incentivo à mesma, no intuito de que esta discuta e pesquise "as diferentes práticas ditas alternativas." (Idem, *ibidem*, p.18)

Um tal posicionamento por parte da instituição normatizadora parece-nos indicar uma disposição de definir o terreno de sua ação no que diz respeito a esse tema, já que vinha sendo freqüentemente procurada para resolver impasses quanto ao exercício de técnicas reconhecidas como psicológicas em associação com técnicas outras, alternativas, e não lhe caberia o papel de condenar/aceitar o uso destas últimas, sem algum tipo de investigação prévia. Este fato, porém, demandaria subsídios teóricos, que tradicionalmente são produzidos pelas agências de formação. Entretanto, se por um lado os Conselhos têm remetido o reconhecimento de técnicas à academia, manifestando-se a favor de maiores estudos e dispondo-se a estimular o debate, por outro é exatamente em seu âmbito que o tema ainda hoje continua tendo o maior destaque, sendo motivo de muitas discussões e tomadas de posição, em nível nacional ou regional, na medida em que a demanda por ações relativas ao uso de práticas alternativas por profissionais fez-se presente, de maneira constante, ao longo dos últimos anos.

Ainda em decorrência das diretrizes estabelecidas no II Congresso Nacional da Psicologia, o CRP-06 promoveu um ciclo de debates em 21/06/97, denominado "Psicologia em Debate", que, segundo as palavras do Presidente do CRP-06, Sidnei Celso Corocine, "teve como objetivo promover a discussão e a problematização do campo da Psicologia frente às Práticas Alternativas, tendo como foco seu objeto, a ética e a pesquisa." (Conselho Regional de Psicologia, 1998, p. 13).

Foram apresentadas duas Mesas de debates³²; a primeira composta pela Profª. Dra. Silvia Leser, do IPUSP; o Professor Dr. Antonio Carlos Ciampa, da PUC-SP e o Prof. Dr. José Leon Crochik, do IPUSP. Coordenada pela Profª. Helena de Moura Hirye, Conselheira do CRP-06 à época, esta Mesa 1 tinha o título: "Objeto da Psicologia: ética e pesquisa". A Mesa 2, composta pelos Professores Doutores

³² Os textos apresentados nas duas mesas que compuseram o ciclo estão reunidos na publicação citada acima e comentados na seção 1.5: "Os Estudos sobre o Tema". deste trabalho.

Gregório Barembliit (Belo Horizonte), Raul Albino Pacheco Filho (PUC-SP) e Fernando Luis González Rey (Universidade de Havana, Cuba), foi coordenada pela Profa. Cássia Regina Rodrigues, também Conselheira do CRP-06, e se intitulou "O campo da Psicologia frente às Práticas Alternativas".³³

A partir deste Fórum Regional, igualmente realizado pelos outros Regionais, e ainda em cumprimento às deliberações do II Congresso Nacional, promoveu-se o Fórum de Práticas Alternativas, em Brasília, de 27 a 29 de junho de 1997,

...com a participação de dois delegados de cada conselho regional e federal, além de dois secretários executivos. Durante os três dias do evento, os delegados discutiram as propostas encaminhadas pelos fóruns regionais, atingindo as expectativas dos organizadores quanto à qualidade dos debates. (Jornal do Federal, nº. 48, 1997, p.7)

Não possuímos maiores informações sobre as propostas encaminhadas, discutidas e aprovadas neste evento, que redundou na proposta de duas resoluções do Federal: a Resolução CFP No. 010/97, a Resolução CFP No. 011/97, publicadas em 20 de outubro de 1997 junto com a Instrução Normativa CFP No. 001/97, que as regulamentou.

Pela mudança que representa na postura assumida pelo Conselho Federal até então, vale reproduzir aqui a Resolução CFP 010/97 (Conselho Federal de Psicologia, 1997) que revoga a Resolução no. 029/95, de 16/12/95:

RESOLUÇÃO CFP Nº 010/97, DE 20 DE OUTUBRO DE 1997.

EMENTA: Estabelece critérios para divulgação, a publicidade e o exercício profissional do psicólogo, associados a práticas que não estejam de acordo como os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais e:

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a divulgação do exercício profissional associado às técnicas em desacordo com os critérios científicos estabelecidos pela Psicologia;

³³ Embora tenhamos acompanhado apenas o debate relativo ao tema da Mesa 2, tivemos acesso à coletânea dos textos, acima mencionada, por cortesia da gestão "Um Conselho para Cuidar da Profissão", 1998.

CONSIDERANDO as propostas discutidas e aprovadas pelo Fórum de Práticas Alternativas realizado em Brasília no período de 27 a 29 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º - É permitido ao psicólogo, no exercício profissional, na divulgação e publicidade, através dos meios de comunicação, vincular ou associar o título de psicólogo e/ou exercício profissional, somente técnicas ou práticas psicológicas já reconhecidas como próprias do profissional psicólogo e que estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia.

Art. 2º - as técnicas e práticas ainda não reconhecidas pela psicologia poderão ser utilizadas no exercício profissional, enquanto recursos complementares, desde que:

I) estejam em processo de pesquisa conforme critérios dispostos na Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde;

II) respeitem os princípios éticos fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo;

III) o profissional possa comprovar junto ao CRP a habilitação adequada para desenvolver aquela técnica; e

IV) o cliente declare expressamente ter conhecimento do caráter experimental da técnica e da prática utilizadas.

Art. 3º - A não observância desta Resolução constituir-se-á em infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Art. 4º - Caberá aos Conselhos regionais orientar, disciplinar e fiscalizar, junto à categoria, a observância do disposto nesta Resolução.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções CFP nº 29/95 de 16/12/95 e 16/94 de 03/12/94.

Brasília(DF), 20 de outubro de 1997.
Ana Mercês Bahia Bock
Conselheira-Presidente

A seguir, as Ementas das outras duas Resoluções, cujo texto completo pode ser encontrado reproduzido na íntegra no Anexo D.

RESOLUÇÃO CFP Nº 011/97, DE 20 de outubro de 1997.

EMENTA: Dispõe sobre a realização de pesquisas com métodos e técnicas não reconhecidas pela Psicologia.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CFP Nº 001/97

EMENTA: Regulamenta as Resoluções CFP nº 10/97 e nº 11/97, que dispõem sobre as pesquisas e os critérios para a divulgação, publicidade e o exercício profissional associado a técnicas não consagradas pelos critérios científicos da Psicologia.³⁴

Também as instituições de formação passaram - a partir de um certo momento, por volta de 1996, - a promover debates, mesas-redondas, conferências sobre o tema, etc.

A PUC-SP, aliás, contou com a existência de um Núcleo de Práticas Alternativas, sob a responsabilidade do Professor Nestor Efraim Bocalandro, e que durou cerca de três anos, até o início de 1996. Além disso, o programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP promoveu, com a coordenação do Prof. Dr. Antonio Costa Ciampa, dentro de um ciclo de palestras e debates sobre identidade, um evento, em 19/03/1997, denominado "Identidade Profissional do Psicólogo e as Práticas Alternativas".

Na USP, integrando os eventos da III Semana de Psicologia, realizada de 27 a 31 de outubro de 1997 e organizada por alunos do IPUSP, com apoio da diretoria do Instituto, da Comissão de Graduação e do Centro Acadêmico Iara Iavelberg, aconteceu uma mesa redonda sobre Práticas Alternativas, em 28/10/97, cujo título era "Algumas Práticas Diferenciadas do Modelo Tradicional Clínico: Terapias Alternativas?". Compunham a mesa um representante dos alunos, Carlos Livieres, exercendo o papel de moderador; um psicólogo-astrólogo, Luís Carlos Teixeira de Freitas; um psicólogo clínico junguiano, que trabalha também com a técnica corporal conhecida como Cinesiologia, Janos Andreas Georcze; um psicólogo-radiestesista, Juan Ribaut, e - na condição de debatedora - a Profa. Dra. Marlene Guirado, docente do IPUSP.

³⁴ Dados obtidos em <http://www.crpsp.org.br/biblioteca/docs/index.html> (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 1998.)

Apresentamos em seguida uma síntese dos principais pontos da discussão.³⁵

Segundo o moderador, duas perguntas poderiam ser lançadas inicialmente: uma, originada pelos alunos - "Qual a fundamentação teórica dessas práticas diferenciadas?" - e outra proposta pela Comissão Organizadora do evento: "Terapias Alternativas?", já colocando em questão o próprio título.

O primeiro expositor, Luís Carlos de Freitas, iniciou queixando-se dos "40 minguados minutos" (Freitas, 1997)³⁶ de que disporia. Disse que iria tentar falar sobre o psiquismo. Quanto à Astrologia, ela é, em sua opinião, um assunto pouco conhecido, pouco estudado; dessa forma, anunciou que comentaria apenas aspectos da astrologia humana e dentro dela a "Astrologia Clínica". Sua proposta para a platéia ali presente foi, então, a de "uma viagem, uma jornada de pesquisa." (Idem, 1997).

Citando os três princípios em que a ciência se apóia - parcimônia; replicabilidade e refutabilidade - ele afirmou que a Astrologia Clínica não é terapia alternativa, mas uma atividade peculiar de diagnóstico. Disse ser fácil nos investirmos da imagem de curadores e "exorbitarmos as nossas possibilidades, desrespeitando aquele que está em busca de algum tipo de ajuda" (Idem). Lembrou, também, que Freud inaugurava uma categoria profissional, com suas descobertas.

Relatando sua trajetória pessoal, afirmou que em 1983 decidira fazer o seu mapa natal, e surpreendeu-se muito com a constatação de que o astrólogo o conhecia melhor do que os terapeutas que ele já tinha tido até então. A partir daí apaixonou-se pelo tema e iniciou seus estudos. Segundo Freitas, "a Astrologia oferece um conjunto de recursos extremamente pertinentes e consolidados de elementos para se definir cenas primárias da vida de uma pessoa." Seu objeto de estudo é a "pessoa humana" e é para ela que o autor diz dirigir seu foco.

Seu trabalho seria a junção de matrizes teóricas freudianas, junguianas e notadamente transpessoais. Na interpretação de um mapa ele enxerga a possibilidade de descrever a "ambiência psico-emocional" que circundava a pessoa, na hora de seu nascimento, assim como os "atavismos familiares."

³⁵ De acordo com vídeo do evento e nossas anotações pessoais.

³⁶ Essa e todas as outras citações foram transcritas a partir da gravação em vídeo sobre o evento.

Citou Boff e sua definição de *universo*: uma comunidade de sujeitos, com historicidade, interioridade e intencionalidade. Da Astrologia Clínica disse também que ela permite fazer uma ligação quase "mágica" entre um sistema milenar de conhecimento e qualquer um de nós, a serviço da própria pessoa. Afirmando que com 34 elementos se constrói "um conjunto de informação necessário para relatar em detalhes o processo inicial de formação e consolidação do inconsciente de uma pessoa" o palestrante convidou "a quem se dispuser à viagem" a fazê-la com uma "aproximação cuidadosa, dubitativa, cética até onde for necessário, em relação a este campo de conhecimento", para, "com disciplina e método, agregar o instrumental da Astrologia Clínica à massa de informações que já tenham sobre o psiquismo."

De acordo com Freitas, o CRP de Minas Gerais havia promulgado - quatro meses antes - uma Resolução solicitando ao Federal o reconhecimento da astrologia como "área válida de pesquisa psicológica."³⁷ Um dado astrológico como "Saturno em quadratura com a Lua", por exemplo, mostraria objetividade, distanciamento crítico, pouco importa para quem se interprete isso, sobre quem se fala.

O expositor defendeu que a Psicologia deveria ser obrigatoriamente uma pós-graduação, por lidar com as "questões mais profundas da alma humana". Da mesma forma, também a Astrologia deveria ser um curso de pós-graduação, tendo como requisito básico a graduação em Psicologia. Referiu-se a um papel "meio de sacerdote, meio guru, meio mago" que o astrólogo exerceria. Para ele, "o astrólogo precisa saber intervir" e "a carta astrológica é de muita utilidade para o diagnóstico."

O segundo expositor foi Janos Andreas Georcze, conhecido também por Janos Sándor, analista junguiano e cinesiólogo. Ao se apresentar, disse que trabalha com psicologia clínica e que os maldosos o chamam de bom massagista. Referindo-se criticamente ao tradicional uso do divã pelos psicanalistas - que coloca o terapeuta fora do alcance da visão do cliente, ele pergunta: "como eu poderia deixar o corpo do meu cliente fora do meu consultório?" (Georcze, 1997)

A questão da psicoterapia não está em tomar consciência dos problemas, mas na ação frente à tomada de consciência. Forçar processos no paciente para fazer emergir conteúdos não é admissível, e a pessoa que o faz é completamente inconsciente do que está fazendo, além de desrespeitar o momento do paciente,

³⁷ Não pudemos obter nenhum dado que confirmasse essa informação.

segundo ele. O terapeuta - querendo ou não - é um ponto de referência. Citou a técnica da Calatonia e comentou que quando Freud deitou o paciente não o fez à toa. Ele sabia que, estando alguém sentado, há uma predominância mais simpática, enquanto que deitado a predominância é parassimpática, o que facilita que aflorem os conteúdos inconscientes.

Sinais corporais são importantes, e isso vale também para o terapeuta. Segundo Georcze, quem pensa que o único que está analisando é o terapeuta está muito enganado. O paciente também observa tudo o que o terapeuta faz.

O terceiro expositor, Juan Ribaut, é terapeuta há 34 anos, espanhol, do País Basco, e trabalhou tanto com Psicologia quanto com Parapsicologia, passando ainda pela Psicanálise. Utilizou a Radiônica, a Radiestesia e o pêndulo; agora deu “um passo à frente”, utilizando o que chama de Psico-radiônica.

Para explicar como desenvolve seu trabalho, ele fez uma analogia com o computador: se tivermos só um teclado e uma *CPU* de nada adianta; é necessário um monitor. Na Radiestesia, o pêndulo seria o monitor da mente, assim como na Cinesiologia o corpo é o monitor do que se está processando internamente.

Para ele não existe nada objetivo nem subjetivo: observador e observado estão em inter-relação - e isso dentro de uma terapia seria fundamental, pois não é com palavras, mas sim com interação, que se modifica uma pessoa. Aquilo que focalizamos acontece; não é o querer que é forte, é a focalização, pois “quando a gente luta na vida, alguma coisa está indo errada. A vida tem que fluir.” (Ribaut, 1997)

Em seguida passou-se a palavra para a debatedora, Profa. Dra. Marlene Guirado, que introduziu sua exposição com um comentário sobre o título da Mesa, que opunha uma clínica tradicional a uma alternativa e que ambas incluíam uma gama enorme de práticas.

Esclarecendo que foram principalmente alunos de 1º ano os que solicitaram a mesa, para terem mais informações sobre as alternativas, ela assinalou o lugar de onde falava e o classificou como um lugar múltiplo, de confluências: falava na condição de psicóloga, psicanalista e analista institucional.

Disse que iria propor aos integrantes da mesa um comentário e uma pergunta. Fez um breve apanhado histórico do desenvolvimento da Psicologia: ressaltou que

ela foi se desenvolvendo a partir de laboratórios, de testes de inteligência e depois de personalidade, propondo-se a prever certos comportamentos a partir do resultados dos testes. Logo uma outra modalidade de prática surgia, opondo-se visceralmente àquela: o behaviorismo, no princípio com os trabalhos de John Watson. O manifesto de Watson, lançado na década de 20, dizia, segundo Guirado: "Me dê 12 bebês e eu posso fazer deles o que eu quiser". Havia, portanto, em Watson, uma crença radical na possibilidade de modificação do comportamento a fim de possibilitar um certo resultado final da aprendizagem e do desenvolvimento.

Lembrou do cognitivismo, na figura de Piaget, e da Psicanálise, que se desenvolveu "em paralelo", desde o final do século passado, dando uma outra tonalidade à Psicologia. Mencionou, assim, alguns importantes momentos de "Tudo que vai dando corpo a essa prática social que chamamos de Psicologia (behaviorismo, cognitivismo, psicanálise)." (Guirado, 1997)

Apontou a Psicologia como um campo de multiplicidade onde se parece estar num terreno sem dono, no qual o limite é ditado pela história de constituição dos objetos. Afirmou, a partir disso, que as instituições sociais são diferentes e constituem objetos diferentes. Da mesma forma, Psicologia e Religião são instituições sociais diferentes, práticas diferentes.

No que diz respeito ao objeto da Psicologia, citou um vídeo produzido pelo CRP-06 e separou os entrevistados que lá aparecem em dois grupos: o dos que conhecem e reconhecem a psicologia e o dos que não a conhecem. Observa-se, segundo sua análise, que em todos os integrantes do primeiro grupo "há um reconhecimento de um esforço do sujeito em assenhorear-se do seu problema ", enquanto no segundo caso, a melhor expressão fica por conta de alguém que pergunta: "Psicólogo... o que é isso?"

Prosseguindo, ela afirmou considerar a dimensão ética das práticas alternativas uma questão muito delicada. Sustentando, como princípio, que "O limite da ética é a sedução", apontou o fato de que este princípio perpassaria todas as práticas, não havendo - quanto a esse aspecto - oposição entre elas.

Alertou, ainda, para o cuidado que se deve ter em não se fazerem promessas a respeito daquilo que só o sujeito pode fazer para lidar com seu sofrimento. Apresentou, em seguida, seu questionamento do psicodiagnóstico. Usando a

metáfora do descascar uma cebola, lembrou que "no miolo da cebola, que não tem miolo, está o espelho do teste" - num retorno especular do próprio instrumento de medida.

Disse também que fazemo-nos várias perguntas, já dentro da Psicologia, quanto à dimensão ética, quanto a questões relativas ao(s) psicodiagnóstico(s); interpretações; ocupação de um lugar de saber, e enfatizou o quanto é complicado tomarem-se termos/conceitos de uma área do conhecimento e transferi-los para outra, transpondo-os assim, sem reflexão, sem trabalho, sem retomada - re-significação (confronto) - do conceito.

Terminou apresentando sua pergunta: "Por que e para que instituições sociais milenares precisam, ou querem, ou se propõem a se dizer Psicologia? Se já têm uma constituição histórica, se já têm seu objeto?"

A resposta do astrólogo Luis Carlos: "Porque elas sempre foram Psicologia.", suscitou nova pergunta de Guirado, que questionou, então, de que Psicologia falava-se ali. Freitas afirmou se referir à "Psicologia que ajuda as pessoas a serem felizes."

Janos agradeceu a Madre Cristina, do Instituto Sedes Sapientiae, por aceitar um curso do avô dele (Pethö Sándor, criador da Calatonia), logo após sua saída da PUC-SP, e finalizou agradecendo ao público.

Juan Ribaut afirmou que, como trabalhava com outro sistema, outro paradigma, outra forma de ver as coisas, não precisava buscar "a sombra da Psicologia", nem querer que esta mudesse. Em suas palavras:

Todos estamos querendo o mesmo: ajudar as pessoas no processo de evolução. Todas as teorias são modelos para tentar interpretar a realidade. Não sabemos ao certo o que é realidade. (...) se todos nos damos as mãos, cada um com seu modo de entender, de trabalhar, nós vamos fazer um mundo melhor.

Marlene Guirado, ao retomar a palavra brevemente, pois estava, segundo ela, interessada em passar a palavra para a audiência, disse ter percebido a fala de Janos como resposta à sua pergunta, o que a remeteria ao começo de sua própria exposição e a refazer o percurso já realizado. Quanto à resposta de Luis Carlos, comentou a questão da certeza e do dogmatismo, entendendo que ele trocava o futuro pelo passado, e reificava esse passado através do "tom certo" de diagnóstico da Astrologia, concluindo que também neste caso sua réplica a levaria a retomar todo o

raciocínio institucional já realizado. Disse não concordar com Freitas, mas que não seria aquele o momento de falar dessa discordância.

Uma pergunta da audiência, dirigida à mesa como um todo, referia-se ao aspecto político das práticas alternativas, uma vez que elas, ao localizar o problema na energia cósmica, ou no corpo, desvinculariam o sujeito de suas responsabilidades sociais. Neste sentido, estariam mantendo um sistema que teria um poder de patologização, já discutido por Michel Foucault. Em virtude disso, perguntava-se, não seriam reacionárias, então, as práticas alternativas?

Janos, tomando a palavra, pontuou novamente a questão do respeito ao cliente, que chamou de acolhimento. Defendendo as diferenças teóricas, metodológicas, ressaltou: "Eu não fui convidado para discutir, eu fui convidado para falar que eu tenho um jeito de pensar e respeitar o jeito de pensar dos outros."

Juan Ribaut reclamou do pouco tempo, afirmou ter muito respeito pelas pessoas, e disse: "Não vou fazer um diagnóstico sozinho. Estou trabalhando profundamente. Tenho um cliente que tem problemas. Essa pessoa não sabe por que tem esses problemas. Eu vou ajudá-la a ver o porquê."

Outra questão formulada pela platéia reportava-se ao determinismo da astrologia. Quanto a isso, a resposta de Luis Carlos foi de reafirmar o que já havia dito:

Tom certo do diagnóstico, sim! Lua em quadratura com Vênus - se for mulher, sofre de 'TPM' [tensão pré-menstrual]. Isso porque a sua figura materna original carregava dentro de si (...) um conflito interno com sua realidade biológica básica feminina (...) que (...), absorvido pela criança (...), deu origem ao estabelecimento de um quadro patológico hormonal que se evidencia como uma vivência muito dolorida do processo menstrual. É assim (...) porque a sua herança constitutiva psicodinâmica a predisporia a este tipo de vivência. O inconsciente engendra o tipo de realidade, o encapsulamento ambiental que circunda a pessoa. (Freitas, 1997)

Já esgotado o tempo que lhe havia sido destinado, o debate foi encerrado. A debatedora, Marlene Guirado, enfatizou ser interessante que se promovessem novos debates sobre o tema. Disse também que gostaria de ter a oportunidade de vir a responder, "ponto a ponto", as "provocações" que lhe foram dirigidas e expor melhor seu pensamento.

Creemos poder afirmar - depois de tudo o que apresentamos - que, se o que se convencionou chamar de práticas alternativas reporta-se a um fenómeno presente, na Psicologia, pelo menos desde os anos 60 (Coimbra, 1995, Op. cit.), ele não é tão marcadamente imbuído de um carácter místico-religioso como nas duas últimas décadas (80 - 90) - e isso o comprovam os diversos eventos que relatamos.

Vimos também como, ao longo desse período, os Conselhos passaram a receber denúncias, foram procurados para apoio, estabeleceram políticas para lidar com a questão das práticas alternativas e trataram, em geral, das implicações éticas da atuação dos psicólogos que exercem tais orientações. Também a Universidade viu crescer, ainda que timidamente, o número de debates, seminários, conferências, etc., que se promoveram sobre o assunto em seu território.

Assim, parece-nos que o que se assumiu denominar de "alternativo" é um conjunto de práticas que - consolidando seu carácter cada vez mais híbrido e cada vez menos vinculado às práticas oficiais em psicologia - abrange desde terapias de forte conteúdo místico-religioso (como a Terapia Regressiva de Vidas Passadas) até terapias fundamentadas em pressupostos muito diferentes daqueles que têm norteado a maioria dos estudos feitos em Psicologia (a Terapia Floral, por exemplo) e ainda comporta terapias nada ortodoxas, aí incluídas talvez por seu ineditismo (como no caso da Equoterapia³⁸).

É verdade que assistimos, nos últimos dois anos, a um arrefecimento nas discussões em torno do tema ou incorporação da questão talvez, no âmbito da Psicologia. É possível que as ações mais recentes dos Conselhos - particularmente aquelas pautadas pelas Resoluções 010/97 e 011/97, do Federal - tenham produzido um certo efeito de contenção, mas a verificação desta hipótese extrapola o objetivo de nosso trabalho e só o tempo vai mostrar como irão responder a isso os alternativos.

Mesmo assim, continuamos a encontrar inúmeros anúncios em jornais, revistas, quadros de avisos, etc., de psicólogos que associam seu título a práticas consideradas alternativas, bem como concedendo entrevistas e depoimentos, sem parecer se importar com as determinações das Resoluções - da mais antiga (1994) à

³⁸ Técnica em que se utiliza o cavalo como recurso terapêutico, visando a tratar de distúrbios de diversas ordens, em especial os de origem psicomotora.

mais atual (1997), sobre o tema. Exemplo disso pode ser encontrado na matéria de capa da Revista ISTOÉ, nº.1435, de 2 de abril de 1997, "A Ciranda das Almas", em que um psicoterapeuta que trabalha com uma técnica de regressão batizada de TRVP (terapia regressiva vivencial Peres), afirma, referindo-se à mesma: "Essa abordagem psicoterápica permite ao paciente revivenciar em estado alterado de consciência os conteúdos traumáticos do passado próximo ou remoto" (Gullo, Pereira & Propato, Revista ISTOÉ, p.114)

A Revista Exame, de 21 de maio de 1997, publicou matéria de 10 páginas, cuja chamada de capa - "Mágico ou Charlatão?" - tratava do crescimento de uma indústria diversificada de "gurus" a oferecer palestras e seminários às empresas e aos executivos. Um dos destaques da página 105 é o comentário: "O mundo da auto-ajuda mudou para o mercado corporativo, mais lucrativo". Na página 106 encontramos:

Psicólogos e psiquiatras também estão mordendo seu bocado no mercado de palestras e seminários para executivos. (...) O que eles fazem por lá? Veja Shinyashiki.^[39] em ação. Numa sexta-feira de abril, ele fora convocado pela Tupperware para atuar numa convenção nacional de vendas em São Paulo. A Tupperware, especializada na venda de utilidades domésticas no porta-a-porta, dera um passo em falso com uma estratégia promocional. Isso aborreceu suas distribuidoras. Durante a palestra, Shinyashiki contou histórias de sua infância pobre. (...) A certa altura, papeluchos com reclamações das distribuidoras contra a empresa foram colocados numa panela. A título de exorcizar esses problemas, a platéia foi convidada a entoar o Pai Nosso. Todas deram-se as mãos. (Blecher, Revista Exame, 1997, p.106).

Assim como Exame, não é incomum que revistas de circulação nacional tragam, vez por outra, reportagens de capa abordando temas como misticismo, reencarnação, curas por intermédio de técnicas não-convencionais. Mais recentemente, a Revista Época ostentava em sua capa a seguinte chamada: "Vidas passadas - A Psicoterapia recorre à regressão para curar" (Revista Época, 1999, nº

³⁹ Segundo a Revista, Roberto Shinyashiki é psiquiatra e autor de best-sellers de auto-ajuda. Segundo os dados fornecidos no final do livro de sua autoria, *Amar Pode Dar Certo* (DUMÉT, E.B.; SHINYASHIKI, R.T. *Amar Pode Dar Certo*. São Paulo: Editora Gente. s.d, p.156), ele tem, também, formação bastante ampla em psicoterapia, com várias especializações.

44, 22.03.99) e dedicava seis páginas internas a depoimentos de pessoas beneficiadas pelos efeitos positivos da Terapia de Vidas Passadas - TVP. Segundo a reportagem,

A Terapia de Vidas Passadas (TVP) aplica os recursos da psicologia sobre a mais profunda esperança do ser humano: a de que sua existência seja algo mais que um simples trajeto biológico do berço à sepultura. Visa a curar traumas, pânico e fobias, e suas manifestações físicas, que em tese poderiam ter origem até em vidas anteriores. (Modernell, Revista Época, 1999, p.45)

O CRP-06 publicou, no *Psi, Jornal de Psicologia*, (nome atual do antigo *Jornal do CRP-06*), na seção *Orientação* (p.19), edição número 120, janeiro-fevereiro de 2000, matéria intitulada: "Psicólogos podem receitar Florais de Bach?", onde diz:

O assunto é polêmico e por isso mesmo tem sido detidamente analisado pela Comissão de Orientação, com o objetivo de responder às inúmeras solicitações que nos chegam a respeito.

(...)

Algumas dessas práticas nos chegam a partir de estudos realizados em outros países. Os Florais de Bach, por exemplo, foram estudados pelo médico inglês Edward Bach na década de 30. As informações disponíveis sobre esses estudos por vezes confundem os usuários, e até mesmo psicólogos, que acreditam estar diante de práticas cientificamente comprovadas, o que efetivamente ainda não ocorreu. (*Psi - Jornal de Psicologia*, ano 18, número 120, Jan/Fev 2000, p. 19)

Vemos, assim, que a identificação de "práticas alternativas" a práticas psicológicas/psicoterápicas continua produzindo não só discussões, reportagens várias, manchetes e debates, mas também polêmica e confusão: do seu poder terapêutico à forma como se apresentam, elas parecem ser o que não são.

Tão atual como quando iniciamos a pesquisa, o tema parece pedir por estudos. Conforme apontado anteriormente, será a análise de uma pequena parcela, talvez, da produção das práticas alternativas que aqui apresentaremos: aquela produção que se propõe à Psicologia como parte integrante desta, ou que simplesmente se vê como psicologia. Passemos, portanto, aos próximos pontos dessa discussão.

1.5 Os Estudos sobre o Tema

No âmbito acadêmico, embora houvesse apreciações teóricas e/ou manifestações a respeito do problema aqui e acolá, grande parte das discussões não passava do nível opinativo, com o ataque ou a defesa das práticas alternativas ou das tradicionais. Entretanto, muito possivelmente em função da proporção que o fenômeno ia assumindo, alguns trabalhos começaram a surgir.

Temos notícia de estudos na Antropologia, na Sociologia e em áreas correlatas. A *Revista USP*, São Paulo, (31), Set/Nov 1996, com seu "Dossiê - *Magia*" é um exemplo da discussão sobre o tema do "Neo-Esoterismo", como denominado por José Guilherme Cantor Magnani, em seu artigo *O Neo-Esoterismo na Cidade*. (Magnani, 1996).

Uma outra publicação, *Atrator Estranho*, em seu número 18, de novembro de 1995, editada pelo Centro NTC - Centro de Estudos e Pesquisas em Novas Tecnologias, Comunicação e Cultura, foi inteiramente dedicada ao debate do tema "Misticismo e Religiosidade no Fim do Século".

De fato, tida como um tema heterodoxo, a questão do uso de práticas como as que aqui mencionamos pode ser discutida sob vários recortes e à luz de diversas disciplinas, em amplo sentido. Contudo, nosso interesse recai sobre os trabalhos desenvolvidos no âmbito específico da Psicologia e das questões a ela colocadas pelo fenômeno.

Assim, respeitados os limites de um trabalho desta natureza e considerando a raridade e a dispersão da produção acadêmica sobre o assunto, vejamos o que dizem os trabalhos que encontramos em nossa revisão da literatura, tratando especificamente da relação das práticas alternativas com a Psicologia, de seu uso por psicólogos e das implicações éticas desse procedimento. É clara a diversidade de abordagens teóricas e procedimentos de análise.

Em Figueiredo (1995), encontramos uma importante discussão sobre o aspecto ético envolvido no recurso às práticas alternativas. Trata-se de um capítulo de seu livro *Revisitando as Psicologias*. À luz do existencialismo heideggeriano, o autor vai abordar a questão ética compreendida como *ethos*, morada, e defender a idéia de que as práticas alternativas poderiam estar representando uma perspectiva, embora ingênua e romântica - no sentido nostálgico de buscar resgatar um passado

em que havia uma comunhão com a natureza - para o homem contemporâneo, desterritorializado e confuso entre a ética da excelência, a ética liberal e a ética disciplinar, que nem lhe servem de referência segura nem satisfazem sua necessidade de um habitar confiado e sereno.

Em artigo publicado na revista *Psicologia, Ciência e Profissão*, Tourinho e Carvalho Neto (1995) procedem a uma cuidadosa discussão epistemológica dos pressupostos que fundamentam as práticas psicológicas e as "alternativas". Fazem-no a partir de um referencial conceitual híbrido; conceitos importantes são discutidos, embora sem muito aprofundamento, talvez em virtude do tipo de publicação. É o que acontece com a noção de discurso: em sua concepção, diferentemente da que discutiremos no próximo capítulo, os autores produzem uma relação dicotômica entre prática e discurso.

Amorim (1995), tendo realizado uma pesquisa de Iniciação Científica, apresenta em seu relatório uma extensa revisão de literatura internacional, cujas referências teóricas são marcadamente vinculadas à Psicologia Experimental. Além disso, a autora propõe uma definição de "práticas alternativas" em termos já transcritos em seção anterior⁴⁰.

Bonifacino (1996), em sua dissertação de mestrado, aborda o fenômeno do ponto de vista da Psicologia Social. Referencia seu trabalho num aforismo de Walter Benjamin e utiliza critérios propostos por Scholem. Ressalva, entretanto, que seu trabalho não assume a perspectiva deste ou daquele autor, mas apenas certos recortes de seus pensamentos. Tendo como preocupação a questão da identidade, relaciona o apelo ao misticismo a momentos de crise e sugere que o apelo às práticas alternativas deva ser estudado por núcleos interdisciplinares.

Gauer et al. (1997) apresentam, em artigo publicado no número 2, vol. 17, da revista *Psicologia - Ciência e Profissão* o relato de pesquisa que fizeram sobre a utilização de práticas alternativas e as razões para tanto. O método utilizado, qualitativo, foi uma sondagem de campo utilizando entrevistas semi-estruturadas aplicadas a dez terapeutas e dez pacientes de técnicas alternativas. A análise dos depoimentos foi feita em três etapas, de descrição, especificação e interpretação. Os

⁴⁰ Seção 1.2 - O Termo e suas Origens.

resultados também apontaram para a necessidade de maior investigação empírica das práticas alternativas, aqui denominadas de técnicas.

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região (1998) editou os textos apresentados pelos debatedores participantes das Mesas realizadas no Fórum Regional sobre as práticas alternativas. Dessa publicação constam, também, artigos de duas conselheiras, apresentados em palestras ocorridas em diferentes momentos.

Como pontos em comum, nesses trabalhos, observamos que todos os autores apontam a complexidade do tema e a necessidade de mais estudos, pesquisas, debates e discussões aprofundadas. Os pontos de divergência concentram-se em torno das diferentes concepções teóricas e das propostas que são feitas. Quanto a nós, prossigamos.

1.6 E nós, o que Diremos?

Diante do quadro exposto, a necessidade de que se empreendam mais pesquisas ganha importância. Há muitas possibilidades de fazê-lo, conforme se pode inferir da diversidade de opiniões e enfoques teóricos que procuramos retratar em nossa exposição. Mencione-se, a título de exemplo, a categorização a que se pode proceder das diversas práticas "alternativas", classificando-as de acordo com seu objeto; a elaboração de entrevistas com estudantes e profissionais de psicologia e/ou entrevistas com usuários de serviços psicológicos em suas diversas redes institucionais - dos ambulatórios de saúde mental aos consultórios particulares; as pesquisas acadêmicas, qualitativas ou quantitativas, tanto em nível de graduação como de pós-graduação. Um amplo leque de possibilidades, portanto.

Porém, dentre tantas possibilidades, com material tão espalhado, tantos recortes possíveis, um nos pareceu de fundamental importância, pelo fato de tentar delinear o que, em nosso entender, constituía o cerne da questão: afinal, que representações⁴¹ de psicologia e de práticas alternativas se fazem presentes nos discursos dessas instituições?

O que nos interessava investigar, portanto, era - de um lado - o discurso da Psicologia sobre as práticas alternativas em seu contexto e - de outro - o discurso daquelas práticas alternativas que mantinham/mantêm uma relação mais estreita (e polêmica) com ela; fosse por sua presença no discurso das associações profissionais, fosse pelo fato de serem confundidas com - ou se pretenderem, declaradamente - técnicas psicoterápicas, fosse também por terem sido mais ou menos incorporadas na prática clínica de psicólogos, e por terem, presumivelmente, algum discurso sobre a Psicologia como área de conhecimentos afins.

No projeto inicial, o objetivo da pesquisa era a análise da produção escrita gerada em torno do tema, de 1984 a 1996, na Faculdade de Psicologia da PUC, no Instituto de Psicologia da USP e no CRP-06, e, num segundo momento, a produção daquelas práticas alternativas que aparecessem mencionadas no material - quando referindo-se diretamente ao seu relacionamento com a Psicologia. O período a ser

⁴¹ O uso do termo representações, aqui, deverá ser tomado na perspectiva teórica e metodológica que norteia nosso estudo. Este e outros conceitos igualmente importantes serão apresentados e discutidos no próximo capítulo.

estudado havia sido estabelecido em função do crescimento e disseminação das práticas alternativas nessa época, segundo nossas observações.

No decorrer da pesquisa, por exigências de ordem metodológica já expostas anteriormente, definiu-se o *Jornal do CRP* como a fonte documental mais adequada para a análise, no que se relaciona ao(s) discurso(s) do CRP-06, como instituição representante da psicologia. Considerou-se, para isso, o fato de o jornal trazer uma perspectiva histórica, diacrônica, dos diversos momentos do Conselho, que passou por várias gestões, agrupando diversos tipos de documentos: artigos, pareceres, censuras públicas, reportagens, entrevistas, debates, matérias, sentenças... Essa perspectiva temporal, por sua vez, implica na possibilidade de se observar se houve mudança nos discursos, e em que medida ela ocorreu. O Jornal permite, assim, uma seleção que não se atém a um tipo específico de documento, ao mesmo tempo em que traz o registro de momentos distintos, em que poderemos examinar se nas diferentes gestões há diferentes formas de tratamento da questão, bem como o que de regular pode haver em seu posicionamento. Em função dessas considerações, modificou-se também o período definido como o intervalo de tempo a ser pesquisado, compreendendo-se o período de início da publicação do periódico (1981) até a última publicação sob a responsabilidade da gestão encerrada mais recentemente (1998). Pensamos também que a pesquisa de um só regional seja ilustrativa o suficiente do que se desenrola no âmbito mais amplo. Mesmo porque a produção deste não é isolada e desvinculada dos outros regionais.

Na medida de sua expansão e utilização, as práticas alternativas, por sua vez, começaram a ser um tema que mobilizava - e talvez continue a mobilizar - debates e questionamentos internos à Psicologia, em termos da formação e do exercício profissional, apontando para outros temas igualmente controversos: o elenco de disciplinas fundamentais na graduação, as técnicas de diagnóstico, a questão da inserção no mercado de trabalho e a acirrada disputa por uma clientela que, ao menos em parte, parece não se incomodar muito com a formação dos terapeutas que procura, demandando respostas prontas, imediatas. Assim, para a análise de seus discursos, tornou-se importante observar, como critério, que o material a ser analisado contivesse referências à Psicologia e/ou reivindicações de reconhecimento

neste sentido; quanto à proveniência do material, adotaram-se critérios mais flexíveis.

Na condição de entidade representativa da categoria profissional dos psicólogos no Estado de São Paulo, o Conselho Regional de Psicologia da 6^a. Região tem por atribuições, de acordo com a Lei 5.766, de 20.12.1971, capítulo III, art. 9^o, alíneas *b*, *c* e *d*: "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão em sua área de competência"; "zelar pela observância do Código de Ética Profissional, impondo sanções pela sua violação" e "funcionar como tribunal regional de ética profissional".(Conselho Regional de Psicologia, 1998)*

Dessa forma, ao se manifestar, o CRP o faz desde um lugar institucional muito definido, de instância fiscalizadora e normatizadora da prática profissional. Com isso, podemos supor que ele detém a última palavra sobre as práticas que podem ou não ser consideradas parte do conjunto de técnicas e práticas reconhecidas como próprias ao exercício da psicologia. É de se supor também que o Conselho vá se apoiar tanto no que se produz no meio acadêmico quanto nos movimentos no interior da categoria, para definir tal conjunto. Mas será no seu discurso *para* a categoria, antes que para o público usuário, que se irá explicitar o que um psicólogo pode ou não praticar.

Se em virtude de nossas considerações anteriores, pudermos supor a ocorrência de uma espécie de "embate" entre práticas oficiais e práticas alternativas, devemos considerar que tal confrontação ocorra no campo discursivo. Esse fenômeno, entretanto, não se limita à questão das práticas alternativas em psicologia, tal como definidas em 1994: discute-se, hoje, qual o limite ético, por exemplo, para a proposta de se oferecer atendimento psicológico via Internet, "on-line"⁴².

Do ponto de vista institucional não há, porém, como pensar que uma prática que se pretende psicológica - e para tanto reivindica o reconhecimento da instituição representativa do conjunto dos psicólogos, o CRP - já não esteja se submetendo a uma hierarquia discursiva. Isso não quer dizer, porém, que só exista essa relação entre as duas partes. Sendo assim, o eixo da pesquisa não foi determinado

* Dados obtidos em <http://www.crsp.org.br/biblioteca/doc001.html>

⁴² Como atesta, por exemplo, a matéria "CFP Debate Atendimento Psicológico pela Internet", publicada no Jornal do Federal, ano XIV, nº. 57, I bimestre de 1999, p.12.

exclusivamente pelo fato de as práticas alternativas recorrerem ao CRP em busca de legitimidade, embora este seja um fator preponderante.

O panorama geral que elaboramos até aqui, tentando acompanhar o desenvolvimento das discussões sobre a questão do uso de práticas alternativas por psicólogos, sua relação com a Psicologia, as discussões feitas, etc... serviu-nos para demonstrar como essas práticas de fato cresceram e se fizeram presentes no meio psicológico. Muito da polêmica que o tema parece suscitar relaciona-se diretamente ao fato de que psicólogos passaram a fazer uso de práticas outras que não as oficiais, tradicionais - e a partir disso passaram a representar uma séria ameaça de fragmentação da identidade profissional do psicólogo (já suficientemente dispersa, na opinião de muitos), na mesma medida da possibilidade de diversificação de seu espaço no mercado de trabalho. Seja como for, pensamos que o que se deve ter em perspectiva é que todos estes fatores decorrem da relação institucional entre essas instâncias.

Assim, considerando a raridade de estudos sobre o tema; a terminologia, que permanece vaga e mal definida, e a grande diversidade de práticas incluídas no conjunto das atividades consideradas alternativas em Psicologia, foram nossos objetivos:

1-) analisar o tipo de discurso produzido no âmbito da instituição responsável pela normatização e fiscalização da atuação profissional dos psicólogos em São Paulo - o Conselho Regional de Psicologia - CRP - 6ª. Região e

2-) analisar o tipo de discurso produzido por representantes daquelas práticas alternativas que, buscando ou não o reconhecimento do CRP, proclamam-se psicológicas/psicoterápicas e/ou remetem-se à Psicologia como referência importante.

Essa análise tem como finalidade fornecer-nos subsídios para responder a questões apontadas até aqui e que se podem desdobrar em perguntas como: se as práticas alternativas se dizem psicoterapias, em que se apóiam para definir o caráter terapêutico do seu trabalho? (como (se) representam esse caráter?); é possível falar em um objeto das práticas alternativas?; que psicologia é essa falada por elas? E, ainda, por que reivindicar um lugar como psicoterapia, buscando o reconhecimento e a aceitação da Psicologia, representada pelos Conselhos? E estes, por que

denominam de "alternativas" práticas que não reconhecem como integrantes do conjunto reconhecido como o das práticas facultadas ao psicólogo exercer? E por que esperam que seja a comunidade científica a responsável por tal reconhecimento, quando são eles, Conselhos, que são procurados? A análise da produção escrita, de um e de outro lado, talvez nos indique algumas respostas.

Esperamos, também, que nosso estudo possa contribuir para a discussão, a partir da consideração desse elemento que julgamos essencial no desenvolvimento da mesma: o(s) discurso(s). Este assunto será retomado e detalhado no próximo capítulo.

"O que caracteriza o especificamente humano e psicológico não são as habilidades e capacidades dos indivíduos, tomadas como coisas em si, mas sim o universo de suas representações e afetos."

Guirado & Schmidt - Psicologia Institucional

2. METODOLOGIA

2.1 Considerações Iniciais

Pensamos que a literatura acadêmica sobre o tema de nosso estudo, ainda que insuficiente, configura já uma produção. Neste sentido, observamos que, na medida em que esses estudos apresentam elaborações e proposições sobre a questão, como vimos (Amorim, 1995, Tourinho & Carvalho Neto, 1995; Figueiredo, 1995 e outros), estas têm sido encampadas, de modo geral, nas discussões sobre o tema, inclusive no âmbito dos Conselhos de Psicologia. Alguns fatores muito lembrados são, por exemplo, o sucesso das práticas alternativas entre psicólogos, em função de uma suposta falta de adequação das técnicas *psi*; a disputa de espaço no mercado de trabalho e as promessas de cura imediata que acompanham a propaganda de várias das práticas.

Percebe-se, dessa maneira, que e como se vão construindo discursos determinados das/sobre as práticas alternativas e das/sobre as práticas psicológicas. Quanto a isso, diversas podem ser as questões que se poderiam propor: como, quando e por que se configuram tais discursos?; mudam ao longo do tempo? não mudam?; as demandas dos alternativos por reconhecimento e os posicionamentos do CRP-06 mudaram ou não de caráter?

Nos poucos estudos produzidos até agora, parece-nos que estes aspectos ainda não foram abordados. Pensamos aqui nas atribuições de *lugares institucionais* que se fazem, a si e a seus interlocutores, os *agentes institucionais (ou atores)* envolvidos nessa trama: os psicólogos atuantes no(s) Conselho(s); os psicólogos que fazem uso, ou pretendem fazer, de práticas alternativas; os psicólogos que assistem mais (ou menos) à distância o desenrolar dessa *encenação*; a *clientela*, usuária dos serviços psicológicos e o *público* em geral.⁴³

⁴³ Os termos em negrito referem-se a conceitos que serão explicitados na próxima seção.

Neste sentido, julgamos que a análise de discurso, na perspectiva teórica e metodológica com que tem sido proposta por Guirado (1986,1987,1995), pode constituir uma contribuição importante ao desenvolvimento das discussões sobre o tema de nosso estudo. Vejamos como isso ocorre.

2.2 Sobre o Método

Assim como toda pesquisa ou estudo tem sua história, também o método utilizado a tem. Desenvolvida por Guirado a partir de sua experiência profissional e de seus estudos acadêmicos, a metodologia que ora assumimos tem seu "nascimento" em 1986, quando é publicada em livro sua tese de doutorado, defendida um ano antes. Desde então, essa metodologia ampliou-se e tem sido utilizada por outros autores, dos quais se podem citar os trabalhos de Aquino (1990;1995), Nallin (1992), Rodrigues. V.R. (1992), Calderoni (1994), Sagawa (1993), Megale (1997) e, mais recentemente, Lerner (1999) e Marques (1999).

Aquino discute, no primeiro trabalho, aspectos relativos à formação do psicólogo e, no segundo, a relação professor-aluno; Nallin estuda a reabilitação de pessoas deficientes, enquanto Rodrigues investiga representações acerca do espaço escolar. Calderoni aborda questões vinculadas à dimensão política da intervenção psicológica; Sagawa analisa a produção literária de Lima Barreto e Megale focaliza a formação em psicologia numa instituição particular de ensino. Lerner enfoca a prática da Psicanálise em instituições de saúde mental e em Marques discute-se o papel da família e da escola no processo de formação do leitor.

Todos estes autores valem-se da metodologia proposta por Guirado, seu referencial teórico e seus desdobramentos analíticos, em que pesem as diferenças de temas e os diferentes momentos em que o método foi aplicado - já que a história de seu desenvolvimento registra algumas alterações e/ou complementações conceituais importantes.

Inicialmente inspirada pela articulação teórica entre a análise de instituições concretas - formulada por Guilhon de Albuquerque (1978, 1980) - e a psicanálise lacaniana, Guirado elabora sua tese já em termos que logo serão retomados, aprofundados (Guirado, 1987) e, posteriormente, confrontados com alguns conceitos advindos da Análise do Discurso francesa (Guirado,1995) - da qual incorpora também, ainda que parcialmente, um certo instrumental de análise - o que provoca, de certa maneira, a modificação e/ou a explicitação de alguns dos conceitos iniciais.

Todo esse processo ocorre na medida da formulação, por Guirado, de um método original, especialmente voltado ao desenvolvimento de um modo de pensar e atuar em psicologia, no contexto das instituições, em que uma certa perspectiva de

leitura institucional (leia-se: uma compreensão da vida institucional como matriz de toda subjetividade) articula-se a uma concepção específica de análise e de discurso, e é assim denominado - análise de discurso.

De seus desdobramentos e implicações para a teoria e a prática em psicologia e psicanálise podemos apontar, de imediato, o desafio de proceder a um tipo de análise - entre vários possíveis - que não se confunde com interpretação de sentidos, nem se pretende cabal, mas se estrutura enquanto método e proposta de trabalho que faz pensar as instituições que fazemos. Assim, a discussão e a aplicação dos conceitos fundantes requer um maior detalhamento, já que norteará nosso trabalho de análise.

2.2.1 Instituição e Relações Afetivas

No estudo que fez sobre a afetividade em instituições de internação de crianças e/ou adolescentes⁴⁴, Guirado (1986) procurou situar a questão de forma diferente da metodologia predominante nas pesquisas psicológicas até então: a observação e medida do comportamento. Esta, por suas concepções acerca da afetividade e sua carência, localizaria o problema na criança, que o expressaria em seu comportamento.

Guirado preocupou-se em situar a afetividade em outro nível: o das "...relações que se estabelecem com a criança ou adolescentes, enquanto internos, no conjunto das práticas institucionais"; ou, mais especificamente, "... [no] nível das representações que o discurso de internos e profissionais encarregados de seu cuidado permite entrever" (pp.19-20).

Segundo ela, os organizadores de seu pensamento, nesse trabalho, procedem da psicanálise lacaniana e de "uma região específica do saber sociológico - a análise de instituições"(p.39), na forma como é proposta por Guilhon de Albuquerque (1978, 1982).

Certamente um dos conceitos básicos do método desenvolvido por Guirado, a concepção de **instituição**, advém do trabalho de Guilhon de Albuquerque, e é definida como um "**conjunto de práticas ou de relações sociais que se repetem e se legitimam enquanto se repetem**" (Guirado, 1986, p.39, grifo nosso).

Outro importante conceito, derivado dessa forma de pensar a instituição, é o que se refere à **representação**:

(...) pensar que a legitimidade dessas práticas supõe as imagens que se constituem a respeito do lugar (simbólico) ou do papel * que os sujeitos ou os atores institucionais nelas ocupam, permite pensar as **representações como o nível subjetivo da organização e de estruturação da prática**. (Guirado, 1986, p.40, grifo nosso)

O nível subjetivo a que se refere a autora é entendido, por sua vez, como "o nível da identificação imaginária que é ocasião de um certo **reconhecimento e de**

⁴⁴ No caso específico, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM-SP.

* Há uma nota de rodapé, no original, referida aos termos *papel* e *ator institucional*, que menciona serem estes os termos utilizados por Guilhon de Albuquerque, na forma singular como articula suas idéias. Voltaremos a eles adiante.

desconhecimento na e da ordem das relações instituídas." (idem, ibidem, grifo nosso). Veremos, entretanto, como esse conceito passa por mutações, no contexto do trabalho de Guirado, até chegar à forma como é hoje concebido.

O mesmo se pode dizer da noção de **discurso**, neste primeiro momento:

Pensar (...) o discurso dos que cotidianamente fazem a instituição como uma via para se entrever as representações das relações a partir do lugar daquele que nos fala, é admitir a possibilidade de um plano específico de análise que é o plano ideológico. (Idem, p.40, grifo nosso).

Para Albuquerque (citado por Guirado, 1986)⁴⁵, aqueles que fazem as e se representam nas práticas institucionais são **atores**. Os tipos de atores que ele distingue são: **mandante, público, agentes institucionais** (privilegiados e subordinados) e **clientela** - conceitos que retomaremos adiante.

Quanto à noção de **sujeito** - tão cara a Guirado, como veremos - não parece se revestir, em Albuquerque, da mesma importância. Nas palavras da autora, Albuquerque "Parece preferir não falar em 'sujeitos', no 'drama' ou na 'trama' toda que, enquanto concreta, dá-se no nível material e também imaginário. Parece não haver lugar para Sujeitos quando se trata do cenário institucional." (Guirado, 1986, p. 42, grifo nosso), embora fale sobre o sujeito, em outras ocasiões: "E aí, esta concepção parece perfeitamente superposta à deste ator que se representa." (idem)

Em que pese tal diferença de perspectivas, é de se considerar o que afirma Guirado quando aponta a influência das idéias de Albuquerque em seu próprio trabalho: "Em Guilhon de Albuquerque inspiramos nosso pensamento e sempre, de alguma forma, as idéias deste autor constituíram-se num crivo - ora mais ora menos explícito - do que ouvíamos ou víamos na FEBEM-SP." (p.44). Isso não significa, esclarece a seguir, que tenha feito "...uma análise da FEBEM como instituição concreta. Para tanto, outros elementos deveriam ser objeto de estudo, além do discurso dos atores em entrevistas." (idem)

Do segundo "organizador" do pensamento de Guirado, a psicanálise - que "...trata também da questão do afeto como constitutivo do sujeito." (p.44) - provém o

⁴⁵ Albuquerque, J. A. G. de *Metáforas da Desordem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Encontramos, em diversos pontos dos textos de Guirado, as referências a este autor pelo seu sobrenome completo, Guilhon de Albuquerque, ou simplesmente Guilhon. Albuquerque é a forma que preferimos.)

conceito de **afeto**. Tomado no contexto teórico da psicanálise lacaniana, o afeto é entendido não como "...uma espécie de caos sentimental, como irracionalidade, mas sim, como um movimento do desejo que apresenta uma determinada estrutura pela ordenação dos significantes." (p.46). Isso porque,

Na compreensão de Lacan, o inconsciente se estrutura enquanto linguagem. Daí decorrem duas outras afirmações: (a) a de que não se pode falar em sentimento de um lado e sua expressão de outro e (b) não se pode admitir um implícito e um explícito ou, um dito e um não-dito, uma profundidade (inconsciente) e uma superfície (consciente). O inconsciente será sempre, portanto, o estranho-familiar que se encontra na superfície mesma do que é dito e, o afeto, não é necessário buscá-lo em outro lugar que não na linguagem. (p.46)

Já no que se refere ao conceito de representação no contexto da psicanálise, a autora assinala que, para Freud, representação e afeto são dois registros diferentes, embora sejam, os dois, expressões inconscientes. Em Lacan a representação é da ordem do registro imaginário e este registro, por sua vez, origina-se no registro simbólico. Compreender as relações entre estes dois registros supõe também a compreensão da noção de sujeito, que para esse autor é constituído por sua inserção no código de significantes, já que "... nas infinitas relações que, por sua vez, constituem esse código, ser sujeito é marcar uma posição em relação às demais e isto se dá enquanto se instaura uma divisão do sujeito do discurso consciente e aquele do discurso inconsciente." (p.46)

Assim, se a imagem, ao mesmo tempo em que permite o reconhecimento de uma determinada subjetividade, "...é ocasião de desconhecimento da diferenciação e da divisão (simbólica) primeira.", a representação "...é imagem que se estrutura na linguagem e que, portanto, não se dá senão na rede simbólica." (p.47)

Apoiada nessas formulações psicanalíticas, a autora defende que "a afetividade está dada no discurso de funcionários e meninos da FEBEM, enquanto representações das relações e dos vínculos (imaginados) possíveis naquela ordem instituída." (p.47)

Guirado constatou, porém, que a articulação entre os conceitos da psicanálise e da análise das instituições concretas só foi de fato possível no plano teórico. No metodológico não se sustentou, diz ela, apontando dois fatores combinados, dos

quais nos interessa o primeiro⁴⁶: estes dois campos do conhecimento têm diferentes concepções do que seja análise e do que seja discurso, "...o que faz diferenciar os procedimentos para um *estudo das representações*." (p.48, grifo da autora). Este aspecto possibilita-nos entrever como Guirado vai estruturando seu método de análise de discurso. Admitir, com ela, que o entendimento do que seja análise e discurso difere nos dois campos (psicanálise e análise de instituições concretas), impedindo sua articulação no campo metodológico, faz-nos supor também que a autora passe a tecer um outro referencial de articulação, para dar conta do que concebe como análise e como discurso.

O que encontramos, então, nesse primeiro momento de formulações teóricas é a explicitação de seu entendimento de análise, que se inspira na elaboração de Albuquerque. Embora a Psicanálise tenha sido tomada como um dos referenciais teóricos para o estudo, não se poderia afirmar tratar-se de um estudo psicanalítico.

Para Albuquerque, a análise é entendida como um processo de desconstrução de um objeto e sua posterior montagem. Uma vez que se chegue a reconstituir o objeto, pode-se dizer ter havido um domínio do mesmo:

O domínio aparece, portanto, como (re)constituição de uma totalidade concreta, o que supõe a prévia decomposição em partes constituintes. Na ordem da prática, é preciso preservar-se da ilusão de que a colagem de todas as partes do conjunto reconstitui realmente o todo. (...) sempre existe transformação, produção de um novo objeto, doravante dominado, tanto na ordem das coisas como na ordem do pensamento. (Albuquerque, *apud* Guirado, Op.cit., p.49).

Neste sentido, o que a análise de discursos empreendida por Guirado nesse estudo desmontou e reorganizou foram representações, a partir do princípio de que "...o sujeito nos fala da perspectiva de um determinado lugar numa estrutura de relações concretas e, portanto, de seu lugar na ordem simbólica dessas relações." (p.49).

A esse deve-se juntar um outro princípio: a consideração de que "(...) a desconstrução e a reconstrução do analista não se dá senão em função de suas representações, evocadas de um lado por seus referentes teóricos e mesmo por sua

⁴⁶ O segundo fator refere-se à história de seu estudo: houve uma diferença de quatro anos entre as entrevistas realizadas com um grupo (o dos funcionários de unidades da Febem) e as realizadas com o outro (dos internos).

prática profissional e de outro, pela singularidade desse discurso." (p. 49), ou seja, a "inevitável transferência [do analista] com o discurso em análise e com o discurso dessas teorias" (p.50). Por isso é impossível, para Guirado, "... afirmar que o trabalho de análise desvenda a verdade ou a essência dos discursos." (p.50).

Concordando com Albuquerque que "Para explicar um fenômeno específico, é preciso renunciar a apreendê-lo em sua complexidade de fenômeno concreto e considerá-lo na sua especificidade." (Albuquerque, *apud* Guirado, 1986, p.51), Guirado esclarece que o ângulo específico pelo qual esse seu trabalho trata a totalidade concreta é "...o das relações imaginárias e seus efeitos ainda a nível imaginário." (p.50). Assim, quanto à sua utilização deste método de análise (análise das instituições concretas), não são todos os elementos que são tomados e a análise sempre ocorre num plano determinado. Em outras palavras, não há revelação de uma "realidade" pela compreensão das representações e do sentido dos discursos analisados.

Enfatizando o caráter analítico de seu estudo, mas destacando ter-se afastado da compreensão psicanalítica de análise, a autora sublinha o fato de que: "A transferência que passou então a contar foi, sem dúvida, a do analista em relação ao texto." (p.52). Assim também, ao apontar como "...é possível, ainda, uma distância que permita afirmar a reconstrução final, como uma reconstrução do discurso em análise e não apenas como a configuração do desejo do analista..." (p.53), Guirado postula a idéia de um rigor de análise diferente de uma suposta - e talvez impossível - neutralidade do analista: o rigor que se situa justamente no reconhecimento de que também o analista ocupa um lugar nessa(s) rede(s) imaginária(s) que perpassa(m) as relações sociais.

Ressaltemos, por último, deste trabalho "fundador" do método que iria, nos anos seguintes, desenvolver-se à luz de inúmeras discussões, questionamentos e aplicações, o que diz Guirado, às páginas 56-57:

Garantiu-se em todo o processo, como linha mestra do trabalho, a análise de representações, com o mesmo procedimento para a análise de entrevistas com internos e com agentes. Mas, os referenciais para interpretação oscilaram entre aqueles predominantemente psicanalíticos e aqueles de Análise de Instituições. Contradições e incoerências estas que, pela maneira como se deu este estudo, em sua história, tornaram-se insuperáveis. [grifo nosso]

Aparentemente contraditória, a articulação entre esses dois campos (psicanálise e análise de instituições) - tendo se constituído inicialmente como o referencial teórico para um modo de se analisar a fala dos atores de uma instituição determinada (a Febem), no qual a compreensão da afetividade tem um lugar privilegiado - passará a ser encarada como um dos vetores a constituir um outro campo, mais abrangente por um lado e mais específico por outro: a Psicologia Institucional - onde se recorta uma atuação profissional possível ao psicólogo, segundo as propostas de Guirado. Vamos a elas.

2.2.2 A Psicologia Institucional

No seu trabalho de 1987, Guirado focaliza a Psicologia Institucional como uma área de atuação que, ao comportar diversos enfoques, abordagens e referenciais teóricos quanto à intervenção de psicólogos em instituições, bem como quanto à forma dessa intervenção ocorrer, mais apropriadamente deveria ser compreendida como um conjunto plural de práticas e ser referida como "*psicologias institucionais*".

Destacando "algumas contribuições que, do ângulo específico da Psicanálise, da Psicologia ou da Sociologia, permitiram e permitem entender o que se tem feito sob a égide da Psicologia Institucional" (1987, p.x), Guirado vai apresentar autores cujas idéias, "de alguma forma, são direta ou indiretamente significativas para o trabalho do psicólogo em instituições." (idem): Bleger, Lapassade e Guilhon de Albuquerque. Irá, depois - no último capítulo - e "considerando os referenciais da Psicanálise e da Análise de Instituições", discutir "a questão da especificidade do trabalho psicológico no âmbito das instituições (e das comunidades)" (p.xii), junto com Maria Luisa S. Schmidt.

Nas palavras da autora,

Com base na circunscrição dessa especificidade propomos, nós também, *uma* Psicologia Institucional. O que caracteriza o objeto da Psicologia enquanto área do conhecimento e enquanto profissão? Como preservar sua singularidade enquanto trabalho psicológico, no interior de práticas institucionais como as de produção, educação e de atendimento à saúde mental? A leitura psicanalítica das relações e a compreensão destas como relações de poder - que pelas representações acabam se constituindo na subjetividade dos que fazem estas práticas - são apresentadas como uma resposta possível a tais questões. Assim, propõe-se que o psicólogo - numa definição de Psicologia que a aproxima da Psicanálise - utilize recursos que provêm desta última. Propõe-se, no entanto, também a utilização do instrumental teórico da Análise de Instituições, para que se compreenda o âmbito do trabalho como uma relação mediada e, por isso, redimensionada pelos lugares instituídos e pelo imaginário (conjunto de representações) da instituição em questão. (Guirado, 1987, pp. xii-xiii)

Vemos aí anunciada a proposta de um método de intervenção num campo de atuação específico - a Psicologia Institucional - e vislumbramos, igualmente, como a articulação entre a Psicanálise e a Análise de Instituições Concretas, muito embora as

contradições e incoerências apontadas anteriormente pela autora (Guirado, 1986), permaneceu fecunda.

Assim, o que nos interessa apontar deste trabalho é, de um lado, o detalhamento dos conceitos advindos do trabalho de Albuquerque e, de outro, a maneira particular como se configura essa determinada forma de se pensar a instituição, no âmbito da Psicologia, como propõe Guirado e Schmidt.

Ao apresentar a análise das instituições concretas de Albuquerque, Guirado destaca duas publicações do autor, *Metáforas da Desordem e Instituição e Poder*, onde se encontram as definições e o texto⁴⁷, citado na íntegra, que serviram de base para o capítulo dedicado ao tema.

Segundo Guirado, apresentam-se, nesse texto:

...a) a definição de instituição, como conjunto de práticas sociais, configuradas na apropriação de um determinado objeto, um determinado tipo de relação social sobre o qual reivindica o monopólio, no limite com outras práticas; b) a definição destas relações sociais como o fazer de agentes institucionais e clientela - que representam o seu lugar e o dos demais, bem como a relação que estabelecem entre si; c) a conceituação de práticas dominantes e de agentes privilegiados, que reproduzem no âmbito da instituição e fora dele, a imagem de sua função social. (Guirado, 1987, pp. 49-50)

Ao dedicar-se a apresentar um método que torne possível a análise das instituições como práticas sociais - no livro *Instituição e Poder* - Albuquerque, nas palavras da nossa autora, demonstra que "o plano da análise não se confunde com o da 'essência' das instituições, ou melhor, com o plano da realidade: a totalidade concreta não se confunde com o objeto teórico ou o objeto do pensamento" (p.50, grifo no original). Isto implica numa concepção do trabalho analítico como "uma organização da realidade no pensamento" (idem, ibidem, p.50), destaca Guirado, para complementar, logo em seguida: "Ele [o trabalho analítico] será, portanto, a atribuição de uma determinada ordem ao real." (p.50). Em função disso, é conveniente que se assinala que, quando analisamos entrevistas ou textos produzidos num dado contexto institucional, devemos lembrar que, como estudo de um plano,

⁴⁷ "Elementos para uma análise da prática institucional.", in Albuquerque, J.A.G. *Metáforas da Desordem: o contexto social da doença mental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 69-80.

entre outros, da realidade institucional, isso não nos permite afirmar o que a instituição é: "Ela será isto ou aquilo na reordenação que dela se faz o trabalho analítico. (...) A análise assume, dessa forma, inevitavelmente, um caráter de recorte." (Guirado, 1987, pp.50-1).

Sublinhados esses pontos da atenta leitura de Albuquerque que nos oferece Guirado em seus comentários e sem pretender repetir o que já foi sistematizado e exposto, tanto pelo próprio autor quanto por outros que o mencionaram em seus trabalhos⁴⁸, apontaremos a seguir, do texto de Albuquerque - e sempre na perspectiva institucional formulada por Guirado - os aspectos que julgamos relevantes para a compreensão dos conceitos que constituíram/constituem a metodologia utilizada em nosso estudo.

Em sua busca por definir os diversos elementos que estruturam a prática institucional, o autor diz haver "lugar para distinguir, pelo menos, o *objeto* institucional, o *âmbito* de ação institucional, [e] os atores institucionais." (Albuquerque, citado por Guirado, 1986, p.53, grifos no original).

O primeiro elemento que ele define é o **objeto institucional**, "*aquilo sobre cuja propriedade a instituição reivindica o monopólio de legitimidade*". (Albuquerque, citado por Guirado, 1986, p.53, grifo no original). Em virtude disto,

Definir-se como instituição é, (...) apropriar-se de um objeto. Nestes termos, o objeto institucional não pode ser um objeto material, como os recursos de uma organização, mas imaterial, *impalpável*, e o processo de apropriação desse objeto é permanente, como processo de *desapropriação* dos indivíduos ou de outras instituições, no que concerne ao objeto em questão. (Albuquerque, Op. Cit., p.53, grifos no original)

O segundo elemento, o **âmbito institucional**, "deve ser definido a partir das relações sociais que inclui, e não em função de suas fronteiras materiais.", uma vez que "O que sustenta o objeto institucional são relações sociais..." e "A propriedade do objeto, ou sua guarda, é o que autoriza a ação *institucional sobre as relações sociais que sustentam esse objeto*". Assim, considere-se a "tendência de toda instituição a ampliar seu âmbito de ação" e "o caráter *impalpável* do objeto [que] torna *extensível* (porque impreciso) o âmbito das relações sociais sobre as quais a instituição exerce legitimamente sua soberania".(id., ib., p.54, grifos no original).

⁴⁸ Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Aquino (1995), Megale (1997) e Lerner (1999).

Segundo Albuquerque, "Esse caráter extensivo é a condição para a ambição totalizante (ou totalitária) de toda instituição, que só é limitada pela extensão do âmbito de outra instituição." (idem, p.54).

Quanto ao terceiro elemento arrolado, os **atores institucionais**, vemos tratar-se de uma definição mais extensa que as anteriores. Uma vez definida a instituição como "uma estrutura de práticas institucionalizadas, isto é, que tendem a se reproduzir e se legitimar, definindo, portanto, uma instituição como estrutura", sua existência só será possível "na prática dos atores concretos que a constituem praticando-a". Assim, "Na análise das instituições os atores institucionais são, portanto, o elemento estruturador por excelência." (p.55).

Distinguem-se, dentre os atores institucionais, os **agentes institucionais**, o **mandante**, a **clientela** e o **público**, e o **contexto institucional**.

Há três tipos de **agentes institucionais**: os **agentes privilegiados**, os **agentes subordinados** e o **peçoal** institucional. Os **agentes privilegiados** "tendem a constituir uma categoria *profissional* (isto é, dotada de um saber e um poder reconhecidos institucionalmente), são aqueles cuja prática concretiza imediatamente a ação institucional." Os **agentes subordinados** em geral são igualmente profissionais, sendo, porém, que "ou estão 'em formação' ou não são plenamente reconhecidos, ou ainda, pertencem a categorias profissionais subordinadas aos agentes privilegiados." Destaque-se ainda que "A posição dos agentes subordinados é extremamente ambígua e, ou são radicalmente conformistas, ou são fator constante de conflitos na instituição.". No caso do **peçoal** institucional, estes "são propriamente os 'empregados' ou 'funcionários' da instituição, isto é, aqueles que prestam serviços indispensáveis à manutenção da mesma, mas não diretamente ligados à ação institucional." (Idem, *ibidem*, p.56)

Quanto ao **mandante**, ele "é o ator individual ou coletivo, diante do qual, a instituição responde, ou em nome de quem ela age. Em geral se trata de outra instituição e, mais comumente (ou em última instância), do Estado." (p.56-57). Há três relações de mandato possíveis: 1) a relação de propriedade, "em que o mandante sustenta economicamente a instituição e se apropria do que ela produz"; 2) a relação de subordinação funcional, "em que o mandante nomeia o corpo de agentes institucionais", o que limita a autonomia desses agentes, embora não a exclua e 3) a

relação de mandato institucional, "em que o mandante é o guardião da legitimidade de que a instituição concreta se reveste". Segundo o autor, "somente a relação de mandato *institucional* sustenta e legitima as demais do ponto de vista institucional" (p.57).

No que diz respeito à clientela, "A relação de *clientela* é a que se realiza (...) entre a instituição e os atores cujas relações sociais são objeto da ação da instituição." (p.57-8) No entanto, ainda que seja fixa, uma clientela "não chega nem mesmo a definir o âmbito de ação da instituição, já que este é independente dos atores concretos que nele tomam parte, definindo-se com respeito a *relações sociais*." (p. 58)

Quanto ao público, "que participa esporadicamente ou apenas pode participar potencialmente, é um ator a considerar, sobretudo quanto mais impalpável for o objeto institucional." (p. 58). Assim, "Público seria o conjunto dos atores coletivos e individuais para quem a ação institucional é visível (pública), podendo eventualmente integrar a clientela" (*idem*).

Por último, o contexto institucional: "...na análise de cada instituição, o contexto em que ela se relaciona com as outras, mesmo indiretamente, deve ser levado em consideração." (p.58)

Outros elementos devem ser considerados para a análise da prática institucional, segundo Albuquerque. No entanto, uma vez que os mesmos estão indicados no texto que ora comentamos, não os retomaremos aqui.

Examinemos, a partir de agora, a "incorporação" que faz Guirado de elementos dessa concepção de análise, aproximando-a de um método de intervenção no âmbito institucional da Psicologia.

No último capítulo do livro, escrito com a colaboração de Maria Luisa S. Schmidt, docente do IPUSP, as autoras apontam as semelhanças e diferenças entre sua proposta e as demais, apresentadas nos capítulos anteriores, na intenção de articular "uma (outra) proposta para a Psicologia Institucional". (Guirado, 1987, p.66). O que mencionam como semelhança é a suposição do trabalho com a instituição como um todo, enquanto a diferença que apontam seria a "busca de definição de uma especificidade do trabalho psicológico."(p.66).

Para essa definição, afirmam,

...tomamos a Psicologia (em geral percebida e efetivada como uma abordagem do indivíduo) e procuramos aproximá-la da Psicanálise, no sentido de fazer dela um trabalho a nível das representações e do inconsciente; mas, fazemos isto para situá-la como forma de intervenção a nível da realidade social. Por esta razão, temos que resgatar-lhe o caráter *de conhecimento da relação* (e não do indivíduo) - o que, pela Psicanálise, se justifica. (Guirado, 1987, p.66, grifo no original).

No entanto, diferentemente da usual relação cliente-terapeuta, outro será o contexto em que ocorrerá a prática psicológica:

...o conjunto das relações de uma instituição concreta, com objeto e objetivos próprios, com características particulares (...), com uma determinada distribuição de tempo, espaço e relação de poder, que existem independentemente da ação do psicólogo. (Idem, *ibidem*, p.66).

Pensando na perspectiva do psicólogo como profissional numa instituição, as autoras elegem como um dos caminhos que esse profissional pode seguir "o de buscar uma intervenção de natureza institucional, cujo embasamento teórico e técnico não costuma fazer parte dos cursos regulares de formação de psicólogos" (p.70). Nesta situação, o que é colocado em destaque é "a necessidade de se pensarem sujeitos *constituídos* nas e *contitutivos* das relações institucionais." (p. 70, grifos no original). Tal concepção, segundo nossas autoras, "privilegia a *posição* do sujeito na estrutura institucional e não as características ou capacidades individuais e pessoais." (Idem, *ibidem*, p.70).

O *âmbito da atuação* do psicólogo configura-se, portanto, por esta forma de pensar o sujeito e as relações - o que por sua vez implica na exigência de que se explicita qual é a compreensão de Psicologia e de suas implicações na prática profissional que se está assumindo. Nas palavras das autoras: "...exige que se explicita a definição de objeto da Psicologia enquanto saber e profissão." (p.71). Neste caso, tal concepção, "...deriva, sobretudo das práticas clínicas e (...) pressupõe a não separação entre sujeito e objeto do conhecimento psicológico. Ou seja, é-se ao mesmo tempo sujeito e objeto do conhecimento sobre si mesmo e sobre as relações com outros homens e com o mundo. (p.71).

Dessa perspectiva, o papel do psicólogo será "o de mobilizar a construção e apropriação por parte do sujeito de um conhecimento sobre si nas relações que

vivencia.". Isso implica em um "ponto de vista (clínico), [em que] o objeto da Psicologia são as relações; mas não as que materialmente se dão e sim, tal como imaginadas, percebidas, representadas pelo sujeito." (p.71)

Esta forma de conceber o objeto da Psicologia aproxima-a da Psicanálise, como ressaltam as autoras, o que quer dizer atribuir - tal qual na descoberta freudiana - "um estatuto de concreticidade ao fato psíquico, que não o reduz ao factual ou ao constitucional.". O que é privilegiado, portanto, são "os afetos, as fantasias, as representações (inconscientes) e não mais os 'acontecimentos' ou as (dis)funções orgânicas.". Privilegia-se "a determinação simbólica e imaginária do sujeito." (p.72)

Essa concepção do especificamente humano e psicológico não implica, entretanto, uma autonomia do imaginário, já que este "se constitui nas relações concretas.", que "se dão sempre nas e pelas instituições sociais...". Assim, pensar uma análise e uma intervenção psicológica a partir desta perspectiva significa supor um objeto que se configure como a articulação entre "...o universo singular que Freud descobre no contexto da prática clínica e o universo das relações institucionais que o extrapolam." (p.72). Aqui, a definição de instituição como proposta por Albuquerque reaparece com sua contribuição: "Trabalhar com Psicologia Institucional não seria, portanto, trabalhar no espaço físico de uma instituição, seja ele qual for (...). Seria, sim, trabalhar com as relações de determinada prática institucional." (p.72). Eis aí delimitado, portanto, o objeto da Psicologia Institucional.

Há que se ressaltar, ainda, as contribuições da Psicanálise no que se refere aos conceitos de transferência e interpretação. Entendida a transferência como "a repetição de modelos primitivos de relação que, enquanto processo inconsciente, nega o tempo e o espaço como presentes, reproduzindo em vínculos atuais posições vividas em vínculos passados" e a interpretação "como hipótese formulada sobre conteúdos inconscientes." (p.74), elas são tomadas aqui de maneira bastante específica.

Considerando o psicólogo institucional um técnico da relação interpessoal, esta relação "será aquela do cotidiano da instituição, o que supõe (...) um sujeito que transfere, confunde-se, indiferencia-se, defende-se de ansiedades e também se discrimina, normatiza-se." (p.75). O alvo da intervenção do psicólogo não será, portanto, a história do sujeito que extrapola e/ou antecede aquela relação

institucional particular mas a forma "como ela [a história] é reeditada (a partir) do lugar que ocupa num determinado grupo e (a partir) do lugar que este grupo ocupa no todo da instituição." Essa forma de compreender as relações interpessoais numa instituição considera a singularidade de cada sujeito "...também sob o crivo do (re)arranjo de lugares e, portanto, de uma *transferência institucional* que não deve ser em hipótese alguma esquecida." (p.75, grifos no original).

As autoras prosseguem discutindo outras questões próprias à proposição dessa forma de conceber a Psicologia Institucional. No entanto, para efeito do que pretendemos em nosso estudo, abre-se agora um distanciamento em relação aos propósitos desse texto - voltado à atuação e intervenção do psicólogo em instituições - enquanto se mantém em suspenso a questão do *método* a ser utilizado. No texto, essa questão é deixada em aberto pelas autoras, em virtude de suas considerações anteriores, sendo sugerido apenas que esse método seja o clínico, que elas entendem como "aquele que instrumenta a ação do psicólogo na realidade institucional, compreendida da maneira como procuramos delinear (...)" (p.75)

Pensando nisso, entendemos que ainda faltava deduzir dessa proposta um *método de análise* das relações institucionais que já não se confundisse mais com a análise das instituições concretas de Guilhon de Albuquerque - porquanto tendo incorporado também a especificidade de conceitos advindos da psicanálise - e que, ao mesmo tempo, não constituísse somente um instrumento destinado à intervenção direta, mas que pudesse servir como metodologia de pesquisa em Psicologia.

Lembrando os dois aspectos considerados fundamentais "à questão da especificidade da intervenção psicológica" (Guirado, 1987, p. 74), a saber: a importância do discurso e o lugar do sujeito nas relações institucionais, vemos que eles extrapolam o âmbito da intervenção clínica (mesmo que institucional) e devem ser considerados elementos cruciais na constituição do método de análise que Guirado vai apresentar, formalizado, em 1995. Antes de passar ao texto, entretanto, é necessário assinalar o "giro" conceitual implícito nessa necessidade de organizar um método de análise próprio: já não estamos mais falando da Psicologia Institucional apenas como *uma* proposta de intervenção/atuação do psicólogo nas instituições, mas também como a proposição de *um* modo de abordagem teórica às instituições objeto

de estudo em Psicologia. Neste sentido é que passamos a nos referir a uma Leitura Institucional, tal como a deduzimos das formulações de Guirado.

2.2.3 A análise de discurso

Nos anos que se seguem, verifica-se uma aproximação teórico-conceitual de Guirado com os trabalhos do lingüista Dominique Maingueneau, apresentada em livro em 1995. Esse autor assume um papel relevante no desenvolvimento do método da análise de discurso, tanto em virtude de sua produção apresentar diversos pontos de contato com o que já vinha sendo desenvolvido pela autora como também por emprestar certos conceitos que, uma vez submetidos às devidas adaptações exigidas pela especificidade do campo de pesquisa, conferiram maior clareza e precisão às análises.

Da mesma forma, pode-se dizer que uma tal aproximação ressalta também os pontos de divergência entre os dois autores; disso, o melhor exemplo talvez seja a noção de sujeito: o sujeito da enunciação a que se referem os trabalhos recentes de Maingueneau, cuja fonte inspiradora têm sido a Teoria da Enunciação e a Pragmática, em nada se confunde com o sujeito psíquico, matriciado na instituição - conceito central na abordagem de Guirado.

Dando continuidade à nossa tentativa de elucidar o método, definir seus contornos, evocar seus referenciais teóricos, voltemo-nos agora a esse outro trabalho assinado pela autora (Guirado, 1995) que, já no título (*Psicanálise e Análise do Discurso - Matrizes Institucionais do Sujeito Psíquico*), aponta a tese que ali defenderá. O que apresentaremos aqui configura aquilo que supomos ser de fundamental importância para a compreensão de seu pensamento. Preferimos, por isso, continuar a privilegiar o discurso relatado - isto é, a citação do que escreveu a autora - reprodução literal (discurso direto) ou não (discurso indireto) - na clara intenção de ecoar/amplificar suas afirmações, como já fizemos em relação aos outros dois textos que comentamos. Ela própria nos oferece uma boa justificativa para isso: "Um retorno literal não é bem uma repetição. Pode ser um destaque de efeito, para que se continue pensando (...)" (Guirado, 1995, p.121). Não nos passa despercebido, entretanto, que o recorte feito já constitui nosso entendimento pessoal desse método.

Logo na introdução, Guirado, falando do seu percurso, refere-se à sua tese de doutorado (publicada em livro em 1986), cuja estratégia teórico-metodológica já traçava "as balizas do pensamento que hoje desenvolvo, mesmo nas atuações imediatamente clínicas..." (p.10). Desde esse percurso, no qual recortes múltiplos

concorreram para a constituição de seu trabalho numa região fronteira entre a psicanálise e a análise institucional, chegou-se "ao que hoje impõe-se explicar com maior clareza: as relações possíveis entre a análise de discurso que se faz no consultório e aquela dos estudos acadêmicos." (p.11)

Apontando o "entranhamento" do recorte institucional num modo de fazer a psicanálise - reconhecimento da mesma como instituição, cujo método e objeto são garantidos, reproduzidos e legitimados a cada sessão - a autora mostra como desse entranhamento decorre também uma escuta atenta às ambigüidades da palavra e "ao lugar em que se põe o sujeito do discurso, bem como o lugar que, então, atribui ao outro, interlocutor imaginário ou simbólico de sua fala."(pp13-4).

Assim, a íntima articulação entre "a magia que se repete a cada início e a cada momento de um processo analítico" e "o mapeamento de lugares atribuídos e assumidos pelos sujeitos dessa relação" constitui uma questão "diretamente afeita à análise de discurso." (p.14)

Ainda com relação à psicanálise, Guirado demonstra como o âmbito de atuação dos psicanalistas - a fala do paciente, com relação à qual estes derivam "fantasias ou representações, procedendo a cortes ou rupturas, ou simplesmente formulando sentenças interpretativas (...)" - é o campo discursivo.

No que diz respeito ao âmbito acadêmico, ela aponta questões que divide em duas ordens fundamentais. Em primeiro lugar, é importante que se considere a "necessidade de se procederem a recortes, no nível do pensamento, quando do estudo de fenômenos que não se mostrem exclusivamente do domínio de uma ou de outra ciência, como é o caso da fala ou, mais adequado dizer, do discurso". Em segundo, está a "necessidade de se definir que sujeito é esse sujeito da fala", o que implica em definir, "uma vez posto o recorte a delimitar o âmbito das afirmações teóricas que se possa fazer, de onde procede a autoria do discurso, se de um sujeito tido como singular ou de um sujeito sociolingüístico." (p.15).

Quanto à relação entre método e objeto, já que sempre se refere à idéia de recortes, Guirado esclarece que se essa idéia está "inalienavelmente associada à de que o método produz o objeto que se conhece", por outro lado, "...nenhum radicalismo há aqui. De outras maneiras foi tudo o que procurei delinear, até o

momento, em cima de situações absolutamente sensíveis de nossa prática profissional.” (pp.15-6).

Tratar do tema da análise de discurso apresentaria, "obstáculos a vencer", na forma de perguntas: "sujeito psíquico/sujeito lingüístico?; in/consciente?; relação com o discurso escrito/relação de fala?; significado/significante?; significação/sentido?; psicanálise?; análise de discurso?." (p.17). Procurar respondê-las seria, então, a tarefa da autora, ao longo do livro.

Ao fim de uma introdução em que anuncia o que pretende discutir ao longo de mais de uma centena de páginas tecidas de tal forma que pedem para ser lidas quase palavra a palavra, Guirado nos apresenta, sem rodeios, sua tese:

"...guardada a especificidade dos lugares instituídos de analista e paciente nas práticas psicanalíticas, o que ai se faz é análise de discurso.", complementando em seguida: "Isto, se a entendo de uma determinada forma. E mais, *um certo esquema de escuta pode transitar das análises acadêmicas às análises da clínica e vice-versa.*" (p.17, grifos da autora)

A maneira como dividiu seu livro foi derivada, segundo a autora, da necessidade de - em busca de demonstrar a tese acima - fazer determinadas passagens teóricas obrigatórias. Destas, ela apresenta como que um extrato, ao comentar a seqüência com que desenvolverá a discussão: na Parte I aborda a Análise do Discurso "enquanto disciplina do conhecimento, definindo-a nas fronteiras da lingüística"; aponta Michel Foucault como "a fonte de um certo modo de pensar o discurso e sua análise e, por fim, explora o que chama de "disparadores analíticos de que dispõe a AD (Análise do Discurso) francesa ..." (p.18). Na Parte II ela situa "o sujeito psíquico tal como se desenha na Psicanálise.", considerando que esta é o campo em que "O universo do singular (...) ganha sua dimensão maior" (p.18). Na Parte III, vai apresentar e desenvolver suas formulações em torno da idéia de "*um sujeito do e no discurso. Singular (...), como se pode esboçar em pontos de estofa de representações e afetos, nas malhas ou nas redes das relações que se instituem concretamente. Sujeito que só se pode dizer psíquico porque institucional.*" (p.18, grifos da autora). A última parte apresenta dois textos que foram escritos em outro momento, mas que "instrumentam a estratégia de pensamento ora proposta. (...),

onde a psicologia, enquanto exercício concreto da profissão e da reprodução da teoria, é analisada.”(p.18).

Assim apresentado o trabalho de Guirado, pensamos que a nós cabe, neste estudo, a tarefa de comentar algumas passagens esclarecedoras, a nosso ver, de caráter de tal recorte metodológico e de sua aplicabilidade.

Como já mencionado, a aproximação teórica de Guirado à Análise de Discurso (AD) francesa ocorre na medida de seu interesse pelo discurso como objeto privilegiado de análise. Essa aproximação ocorre por intermédio de um dos expoentes contemporâneos da AD, Dominique Maingueneau. O texto deste autor que Guirado comenta em seu trabalho é o livro *Novas Tendências em Análise de Discurso* (Maingueneau, 1993). Outro ponto de aproximação digno de nota é a ascendência das idéias de Foucault sobre os trabalhos de Maingueneau - a mesma ascendência que, ademais, verifica-se nos trabalhos de Albuquerque.

Uma vez que uma das características da AD é ser constituída, como área de conhecimento, por diversas tendências, com diferentes métodos e procedimentos - isso, talvez, se deva à multiplicidade de definições de discurso, como propõe Guirado (p.22) - essa dispersão do conceito de discurso e do campo da AD também pede que se elejam recortes teórico-metodológicos. Sendo assim, a concepção de discurso como que Maingueneau trabalhará funda-se na noção de *formação discursiva*, de Foucault: "...um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa." (Foucault, 1966, p.153, *apud* Maingueneau, 1993, p.14, trad. Freda Indursky).

Comentando o trabalho de Maingueneau (1993), a partir de um extrato⁴⁹ e que ele fala a favor de se explicitarem, da melhor maneira possível, as escolhas teóricas que fazemos, Guirado argumenta:

"O extrato acima, ponderações de um lingüista, como que autoriza que se aproxime a AD da psicanálise. Ou melhor, que se façam análises de discurso com hipóteses e, portanto, teorias desenvolvidas em outro campo do saber." (Guirado, 1995, p.24).

⁴⁹ "Não é a presença de hipóteses muito específicas e de pressupostos que é prejudicial, mas a intenção de não utilizá-los ou de fazê-los minimamente. É o fato de levar em conta a singularidade do objeto, a complexidade dos fatos discursivos e a incidência dos métodos de análise que permite produzir estudos mais interessantes." (Maingueneau, 1993, p. 19)

E diz mais : "...é a natureza do material com que trabalhamos, suas condições de produção e o seu entendimento enquanto fato de linguagem que define a orientação dada à análise de discurso que fazemos" (pp. 24-5).

Essa afirmação serve também para Guirado assinalar que partilha, "com Maingueneau, uma certa concepção de linguagem." (p.27). Uma concepção que recusa o entendimento da linguagem "como simples suporte para a transmissão de informações, em lugar de considerá-la como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e referentes." (Maingueneau *apud* Guirado, 1995, p.25)

A discussão do campo da AD remete a duas questões: de um lado, à questão do sujeito; de outro, à questão dos condicionantes do discurso, com perguntas similares a: "O discurso seria um reflexo dessa realidade ou uma realidade em si? Nesse caso, seria uma 'ilusão'? Qual a sua materialidade? Tem um caráter informativo? Ou é um dispositivo de constituição de sentidos e sujeitos?" (p.26)

Como esclarece Guirado, a relação de determinação entre linguagem e instituição, nesse campo, "não é aquela que habitualmente versamos, não são condições empíricas institucionais que originam o ato de fala e, sim, este ato efetuado é indicador de tais condições reunidas." Assim, segundo ela, a pertinência de um ato de fala é dada por sua própria enunciação, que "aciona convenções que regulam as relações entre estatutos das falas dos sujeitos, distribuem papéis, instituem regras entre 'parceiros' na fala."(p.27).

Disso se pode depreender que o discurso, aqui, é pensado, ele mesmo, como ato, ou *cena enunciativa*, como o propõe Maingueneau. Nessa abordagem, os termos sujeito e discurso, quando se distinguem, parecem não se definir um sem o outro. Destaquemos alguns comentários do próprio Maingueneau, numa seqüência de citações que Guirado faz: "...a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito *antes que se enuncie*, mas uma teoria *da instância de enunciação* que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado" (Maingueneau, *apud* Guirado, Op. Cit., p.28). E também: "Na realidade, para a AD, não é possível definir nenhuma exterioridade entre os sujeitos e seus discursos." (idem).

Quanto à noção de encenação, entretanto, o próprio Maingueneau advérte: "Com efeito, seria preciso não conceber esta cena como duplicação ilusória, a

representação de realidade e de conflitos (sociais e econômicos) dados antecipadamente". (idem, p.28). Isso porque, "É preciso admitir que a 'encenação' não é uma máscara do 'real', mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso." (idem, ibidem, p.28)

Essa concepção de discurso como cena enunciativa permite que se compreenda o que afirma Guirado ao pontuar que o discurso:

...guarda uma relação de interioridade com suas condições de produção e, estas, por sua vez, não se traduzem por um sujeito-pessoa-falante (ao gosto das tendências psicológicas), ou por uma estrutura de classes sociais e uma infra-estrutura econômica, imediatamente, deixando-se monopolizar numa totalizante formação ideológica (ao gosto das tendências marxianas). (p.29)

Falar, por sua vez, de condições de produção dos discursos para dizer como eles se constroem requer o cuidado de se colocar os termos (condições de produção) entre aspas, para que não se reeditem as dicotomias e/ou oposições, como dentro/fora, e se pense em condições de fora, exteriores, a produzir discursos. Por outro lado, ainda é preciso que se pense em como se constroem as articulações entre o discurso e suas "condições de produção".

A autora apresenta, em seguida, o trabalho de Foucault: *A Ordem do Discurso*, que é a transcrição de uma aula inaugural que ele proferiu no Collège de France, em 1970. Para efeito do que aqui nos propomos, registre-se apenas que, da obra deste autor, esse é um livro que, junto com *A Arqueologia do Saber*, constitui a "fonte", como a denominou Guirado, do seu entendimento (e de Maingueneau) acerca de quais são as condições constituintes do discurso. Há, entretanto, que se destacar um ou dois comentários de nossa autora a respeito do pensamento de Foucault, já que este pode ser considerado uma referência muito importante em seu trabalho. Vejamos.

Quanto ao método:

As tarefas que propõe [Foucault] a quem o seguir, trazem consigo certas exigências de método. E como sempre, em Foucault, método não se confunde com procedimentos técnicos, sequer recai nas definições tradicionais de 'meios para se atingir fins'. Aliás, mais parece que 'essa coisa de pensar', com ele, não tem fim, ou pelo menos, não tem fins determinados. É como se,

por definição e 'natureza', o pensamento fosse irregular, com perfil aleatório, desordenado.

Definem-se princípios, circunscrevem-se conceitos fundantes e, nisso desenha-se o método, como uma estratégia de pensamento, que também, a rigor, não anteciparia um quadro geral de resultados, nem transcenderia às análises que particularmente se façam de certas regiões do discurso, de certos temas, se se quiser. (p.43)

No que se refere à teoria do discurso, na forma como é pensada por Foucault, "Trata-se de reconhecer no que propõe ele, o acaso, o descontínuo e a materialidade na raiz mesma do pensamento; é-lhe constitutivo. De tal modo que não há mais por que buscar representações que podem existir atrás dos discursos..." (p.45).

Assim, diz Guirado,

...a análise que Foucault propõe, efetivamente, produz-se toda nessa materialidade do discurso que dá conta de si, sem precisar procurar além ou aquém dele suas explicações. Nem na estrutura social nem no indivíduo e suas subjetividades. É no âmbito das próprias formações discursivas que a coisa se dá. Como se constituíram seus regramentos ou regularidades, suas regiões específicas, seus cortes ou rupturas, as condições para seu aparecimento ou as necessidades a que respondem. E ponto! (p.46, grifo da autora).

No capítulo seguinte são destacados os pontos de encontro e de desencontro entre Foucault e AD. Como pontos de encontro, "...a definição de discurso enquanto formação discursiva", consideradas suas condições de produção; a afirmação da "relação de interioridade entre condições de produção e discurso" e a idéia de um 'sujeito da dispersão', ou seja, as idéias de descontinuidade e de materialidade do discurso. Os pontos de desencontro são identificados sobretudo pela divergência nos princípios de análise. (p.47)

Há que se considerar também, como assinala a autora, dois aspectos importantes. O primeiro refere-se ao maior esclarecimento das "aproximações e distanciamentos entre a AD francesa e a análise tal como a propõe Foucault", que "irão exigir que o leitor recorra aos trabalhos aqui mencionados".⁵⁰ O segundo, às relações entre AD e psicanálise, que não serão feitas antes de se proceder a "entendimentos mais apurados no terreno da AD."

⁵⁰ Foucault, M. *A Ordem do Discurso* e Maingueneau, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*.

É a partir do momento em que Maingueneau passa a se dedicar, em seu livro, ao que denomina de *heterogeneidade mostrada*, que começam a surgir os pontos de maior aproximação entre os dois campos de interesse, segundo Guirado.

Sobre a heterogeneidade mostrada diz-nos Maingueneau:

... quando se fala de heterogeneidade do discurso (...) [pretende-se] tomar conhecimento de um funcionamento que representa uma relação radical de seu 'interior' com seu 'exterior'. As formações discursivas não possuem duas dimensões - por um lado, sua relação com elas mesmas, por outro, sua relação com o exterior - mas *é preciso pensar, desde o início, a identidade como uma maneira de organizar a relação com o que se imagina, indevidamente, exterior.*" (Maingueneau, 1993, *apud* Guirado, 1995, p.50, grifo no original).

E diz-nos Guirado:

O plano da heterogeneidade mostrada funda-se na suposição de várias 'vozes' (...) possíveis numa mesma fala, sinaliza as condições de suas ocorrências e, com isto, radicaliza essa relação dentro/fora do discurso. É nele mesmo que dois sentidos se anunciam. Basta afinar a escuta ou a leitura. O enunciado não é instância única de evidenciamento de tais vozes que divergem; e não se pode dizer que uma é exterior e a(s) outra(s) é (são) interior(es). (p.50)

A seguir, Guirado apresenta algumas "formas de detecção dessa heterogeneidade" que Maingueneau teria agrupado de maneira empírica e definido, segundo ela, como "um conjunto de mecanismos que se mostra útil nas análises de discurso, quer se trate, empiricamente também, de um texto, uma comunicação oral, uma entrevista ou outra modalidade qualquer." (p.50). Falaremos delas rapidamente, na medida em que comporão nosso instrumental de análise, acreditando ser desnecessário aprofundar a discussão de conceitos que já se encontra muito bem desenvolvida nos trabalhos de Guirado e Maingueneau. Assim, para maiores esclarecimentos, sugerimos a leitura destes.

Primeiramente, como "característica nuclear da heterogeneidade mostrada no discurso", a polifonia. O conceito é tomado de empréstimo a Bakhtine e encontra em Ducrot seu tratamento talvez mais sistemático. No seu livro *O dizer e o dito* "usa, ele, a imagem de 'vozes' (...) para configurar este argumento que implode a tendência de unidade e homogeneidade nas falas." (Guirado, 1995 p.51)

Abram-se parênteses para o fato de que, uma vez chegados a este conceito, a autora inicia aqui o que nos parece a discussão central do livro. Embora linguistas e analistas do discurso apontem "uma divisão no que é dito" eles "parecem se contentar com isso". Talvez, segundo Guirado, "...a coisa assim se dê, na medida em que não se dispõe, nessas áreas do conhecimento, de mais do que um sujeito universal e abstrato na lingüística e de um sujeito de 'comunidades discursivas', na AD."(p.51, grifo nosso).

Prosseguindo em seu argumento, ela aponta que

Provavelmente, também, seja este o caminho aberto ao sujeito da psicanálise em geral, supostamente dividido entre a consciência e o inconsciente (...) um sujeito psíquico, afetivo-institucional, que, numa cena enunciativa, dispersa-se sim, mas ao modo de um recorte teórico específico: este que lhe atribui o lugar de organizador em última instância de todos os agenciamentos e práticas discursivas; este que é fugidio, mas que evanescentemente surge nelas e delas. (p.51, grifo nosso).

Assim, "...operaremos com a idéia de que as subjetividades não se produzem, senão nas relações concretas do discurso, nas instituições que fazemos." [grifo nosso] (p.51)

Se na psicanálise a polifonia é constitutiva de qualquer fala, segundo Guirado, o mesmo não ocorre na abordagem de Ducrot - que faz, em princípio, uma distinção na enunciação, entre enunciadores e locutores. Maingueneau, por sua vez, diz haver polifonia quando se puder fazer tal distinção. Dessa forma, enquanto o locutor é o responsável pelo dito, o enunciador (ou enunciadores) é alguém cuja(s) voz(es) está(ão) presente(s) na enunciação "sem que lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas; efetivamente, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista. Ou seja, o 'locutor' pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diversas das suas." (Maingueneau, *apud* Guirado, p. 52).

Como modalidade privilegiada de polifonia temos a ironia; "um fenômeno de linguagem que introduz uma voz diferente da do locutor.", marcando "um distanciamento entre o locutor e as palavras." (p.53). Assim, para Guirado, "...a ironia é divisão *no discurso*. É ele que, ambíguo, diz dois opostos, atinge dois destinatários com mensagens diferentes nas mesmas palavras, ou evita conseqüências desagradáveis de ordem moral ou social de uma formulação" (p.54, grifo da autora).

Em função disso, se por um lado: "...ao que parece, estaremos sempre deslizando de uma compreensão que coloca as divisões no sujeito para aquelas que as colocam no discurso.", por outro, "...é bem lembrado e fixado: no caso da ironia, mesmo que a tomássemos pelo ângulo das intenções do falante, apenas estaríamos no nível da intencionalidade consciente." Então, "A importância desse fato discursivo é trazer, com contundência, as rachaduras que uma fala suporta. (...) É a própria língua se desdobrando em múltiplos e opostos sentidos de um de seus termos, num mesmo ato de fala." (pp.54-5).

Dentre as marcas de heterogeneidade reunidas por Maingueneau, a saber: "*pressuposição, negação, discurso relatado, palavras entre aspas, metadiscorso do locutor, parafraseagem, discurso indireto livre, autoridade/provérbio/slogan, imitação*", Guirado destacará, para detalhar melhor, aquelas que "como a ironia, melhor esclarecem o que antes se chamou de dispersão, descontinuidade, diversidade constituintes das formações discursivas." (p.55). Temos, assim exemplificados: o discurso relatado (direto ou indireto), a imitação, as palavras entre aspas e o metadiscorso. Vejamos cada um.

O **discurso relatado**, que pode ser direto ou indireto, "é o recurso em que o locutor introduz no enunciado referência à fala de um outro locutor". No **discurso direto** há o que a autora chama de "uma espécie de dramatização (...) reproduzindo literalmente uma citação". A AD sublinha uma "*ambigüidade fundamental do fenômeno de citação*, caso seja considerado o grau de adesão do locutor ao que está dizendo." (Maingueneau, apud Guirado, 1995, p.55), já que ele tem aí a opção de assumir posições diferentes em relação ao segundo locutor: "pode estar indicando que não acredita ou não pode subscrever o segundo locutor; ou, pelo contrário, ocultar-se sob a fala atribuída a outrem." (Guirado, 1995, p.55)

Já no **discurso indireto livre**, o caráter de citação é preservado mas já não existem os indícios que marcam a entrada do segundo locutor. Em decorrência disso, "O enunciado *não pode ser atribuído nem a um nem a outro*, e não é possível separar no enunciado as partes que dependem univocamente de um ou de outro." (Maingueneau, apud Guirado, 1995, grifo no original). Ou, nas palavras de Guirado: "A miscigenação é tão intensa que, retirado do contexto, é muito difícil apontar o acontecimento deste fenômeno, num determinado fragmento do texto. (p.56)

Um outro fenômeno de heterogeneidade é a **imitação** - que pode ocorrer tanto na forma **subversiva** quanto na forma de **captacão**. Embora preserve, na sua forma subversiva, "muitas das características tanto da ironia quanto do discurso indireto livre", a imitação não se superpõe a estes. Isso porque estas modalidades nem sempre são imitativas. Vale a pena reproduzir o comentário de Guirado sobre a subversão imitativa:

Trata-se, aqui, de alocações em que o falante ou autor (enquanto locutor) se põe, de início, 'na pele de um discurso' que favorece, de imediato, a identificação do destinatário, do leitor especificamente visado e, de dentro da 'lógica' desse modo de pensar, evidencia, com expressiva contundência, seus pontos fortes e suas mazelas. Neste ponto, podemos identificar sobretudo a miscigenação de enunciadores a que nos referimos (no discurso indireto livre) e, dependendo da presença de 'traições hiperbólicas', matizar a ironia. Mas, em seguida, como marco do recurso imitativo, temos o desmanche dessa arquitetura de argumentos, insurgindo do enunciado uma outra verdade; desta feita, a das reais intenções do autor. Inúmeros textos, sobretudo aqueles que se dispõem a convencimento do destinatário com relação ao que o autor se pretende inaugurando, utilizam-se deste procedimento. (pp.56-7)

As **palavras entre aspas**, outra "evidência de heterogeneidade", no dizer de Guirado,

...indicam uma suspensão do sentido corrente; posicionam o locutor frente ao que ele imagina ser a aceitação ou recusa do destinatário-leitor; gera conviências diversas, de acordo com o posicionamento, agora do leitor, em relação aos sentidos do autor; legitima uma distância instaurada pela utilização de um termo estranho-familiar à seqüência de um enunciado. (pp.57-8).

Quanto ao **metadiscorso do locutor**, ele não se refere apenas à diversidade possível de enunciadores e locutores mas à diversidade de níveis no próprio discurso.

São paráfrases a cortar um certo modo de abordar um assunto, introduzindo-se portanto, com o distanciamento criado, um espaço para um debate com as palavras; um co-enunciador que preserva o autor do discurso, defende-o, digamos (e, com este 'digamos', fazemos nosso metadiscorso particular). (p58).

Ou seja, o metadiscorso do locutor é seu discurso sobre o discurso, na forma de um jogo, como diz Maingueneau: "...ele constitui um *jogo no interior deste discurso*." (Maingueneau, 1993, p.95).

Vê-se, assim, como a heterogeneidade do discurso se apóia numa teoria da polifonia e como "Qualquer uma de suas marcas pode ter o valor de instaurar uma divisão nesse discurso porque se diferenciam enunciadores e locutores, à moda de cada caso, recurso ou dispositivo (...)" (p. 59).

Como elementos que concorrem para a configuração da AD enquanto uma disciplina do conhecimento, embora seus contornos não sejam propriamente definidos, "de tudo o que dela apresentamos, ressalta uma compreensão de sujeito configurada pela análise e pelo próprio discurso." (p.65) A concepção de heterogeneidade mostrada e a teoria da polifonia ressaltam que a divisão incide sobre o discurso, ou, nas palavras de Guirado, sobre "a cena enunciativa entre locutores/enunciadores/níveis de locução." (p.65). No que diz respeito à análise, "sua consecução remete às condições de produção, ao modo como as formações discursivas se organizam, à interdiscursividade." (p.65). De outro lado, o sujeito do discurso, no campo teórico da AD, guardando "alguma proximidade ao sujeito da lingüística (...), dele também se distancia por todo circunstanciamento feito em termos das condições de produção do discurso." (p.65). Aqui, o sujeito do discurso da AD perde "o caráter de generalidade sintática, se assim podemos dizer de sua especificidade." (p.65)

Guirado menciona a crítica à AD que - compreendendo-a (a AD) num campo "entre o descritivo e o teórico, apontando onde ocorrem as disjunções enunciador/locutor/níveis da alocução e nada mais" - pergunta o que se conseguiria com "todo este esforço de reconstituir as 'pegadas' do interdiscurso, ou de 'remontar' o *como se produziram* certos textos ou falas cotidianas." (p.66, grifo da autora). Ela analisa haver, aí, "um apelo a algo que, de fato é mencionado, mas que parece bastante restritivamente acionado pela AD: o sentido." (p.66). E diz:

Nessas desconfianças, ainda, reside uma exigência teórica: a de uma hipótese de sujeito ou de subjetividade como 'lugar' da divisão e da organização de sentidos, que não seja aquele genérico - o discurso - como propõe a AD; que não seja também o 'autor', tal como é este termo 'detonado' por Foucault. (p.66) .

Pergunta então Guirado a que mudanças teóricas se deve proceder: da *configuração do discurso como sujeito ao sujeito do discurso*, "...há superposições ou articulações passíveis de serem feitas?" (p.67).

Segue uma discussão, ainda que breve, de questões relativas ao específico do "âmbito em que o sujeito psíquico é rei: a psicanálise." (p.68). Freud, Melanie Klein e Lacan são os autores mencionados em suas semelhanças e diferenças.

Das referências de Guirado à obra de Jacques Lacan - psicanalista cuja teoria confere um papel de grande importância à linguagem - destaque-se o que ela menciona a respeito das noções de sujeito, inconsciente e análise para esse autor. Quanto à noção de sujeito: "Sujeito, em Lacan, é posição e não um conjunto de conteúdos ou qualidades internas. É posição numa estrutura (um sistema de regras ou convenções, funcionando como um código) que o determina e o marca como dividido." (pp.71-2). Dessa forma, "...o código estruturante (em Lacan, sinônimo de função simbólica, linguagem, sistema de regras e convenções do registro simbólico) tem como efeito este sujeito que se pensa sujeito onde não o é exatamente; pensa-se sujeito onde é (imaginariamente) indivisível." (p.72). Quanto ao inconsciente lacaniano, diz Guirado:

Se, em Freud, a consciência deriva-se do inconsciente e, se em Lacan, o inconsciente assume esta conceituação de supra-individual, porque instaurado na instância do código, do conjunto de regras, da linguagem, por suposto, a consciência antes de ter a função de conhecimento tem a de desconhecimento, de revestimento. (p.72).

São notáveis, por sua vez, as diferenças entre a análise lacaniana e a AD: "a análise, nos termos lacanianos, é entendida como relação entre falantes" e "só se dá mediatizada." (p.73).

Sendo assim, "O inconsciente supradeterminado lacaniano tem efeitos de singularidade que acabam escapando às análises de discurso de outra espécie. É até esse limite que se chega. É esse o continente último da clínica psicanalítica e seu sujeito." (pp.73-4). Além disso, "a interpretação desempenha, nesse processo de constituição, uma função operativa impar...", pois é, "...em última instância, nos sentidos atribuídos e assumidos pelo sujeito do discurso que se desenha o perfil da singularidade e, portanto, sujeito possível por e nessas práticas." (pp.74-5)

Ao final desse capítulo, em que delineia com clareza o conceito de sujeito psíquico que emerge do âmbito da prática psicanalítica, Guirado problematiza a questão da migração de conceitos, de um campo para outro:

...como analisar sob princípios psicanalíticos uma obra literária? Ou ainda, como analisar entrevistas feitas com agentes e clientes de uma instituição diferente da clínica, berço e terreno definidos das psicoterapias e das psicanálises? Como acionar termos de uma produção teórica nascida e desenvolvida num 'nicho' específico, para outros? (p.76)

Para ela ainda é necessário que se esclareça

...o lugar que joga a concepção de sujeito com que se trabalha, sobretudo, *nessas regiões miscigenadas, nesses campos híbridos, em que os termos teóricos e metodológicos de um recorte analítico se propõem a produzir conhecimentos, compreensões e sentidos em âmbitos diversos daqueles em que eles próprios, historicamente, se produziram.* (p.76, grifo da autora).

Considerando, então, que o sujeito psíquico da psicanálise tem "força conceitual operativa no interior da própria relação analítica" mas que a perde, "...no entanto, a qualquer movimento", Guirado pondera que "Talvez precisássemos incorrer em novos riscos e tratar da questão de outro ângulo." (p.76)

No capítulo seguinte a autora recupera a discussão apresentada em seu livro *Psicologia Institucional*, já comentada aqui em detalhes. Relembremos apenas um ou outro ponto que, apresentados pela própria autora, ganham nova dimensão. Um deles é o momento histórico em que surge aquela proposta no cenário da *Psicologia Institucional* no Brasil:

Como se sabe, as horas de crise rendem muitas produções escritas, mesmo que de valor duvidoso, em todos os sentidos. Eu também escrevi. Com a melhor das intenções: a de poder contribuir para que se alargassem os horizontes de pensamento sobre o fazer psicológico, para que não se congelasse nos testes ou na desesperança. (...) Impunha-se, então, pensar como fazer psicologia nas instituições forçando o seu ângulo de abertura à esquerda dos testes, dos psicodiagnósticos e das psicoterapias individuais (e mesmo grupais, dependendo do enfoque), torcendo radicalmente sua posição histórica. (pp.80-1)

Para tratar disso, diz ela, buscou aproximar psicologia e psicanálise, por um lado, e, por outro, "...ensaiar um perfil de sujeito que não se identificasse com o indivíduo, conceito recorrente nas produções em psicologia, nem com grupo, unidade de referência básica e também recorrente na sociologia (...). (p.81). Para ela, o que

essa concepção privilegia é a posição na estrutura institucional e não capacidades individuais, pessoais.

A autora postula, com isso, um/a sujeito/subjetividade efeito desse movimento que se estende, por hipótese, "aos processos de educação ou práticas de criação infantil, aos vínculos familiares, instituição-matriz da sexualidade, do desejo e, porque não dizer, do sentido." (pp.81-2).

E aqui ela sintetiza, magistralmente, todas as inflexões e influências teóricas que fundamentam sua concepção teórico-metodológica:

Quando um profissional desenvolve seu trabalho numa instituição de saúde, por exemplo, sua intervenção, não se pode esquecer, dá-se em meio a um fabuloso entrecruzamento e a uma sempre surpreendente reedição de lugares ocupados e delegados, considerando-se sua história pessoal e aquela da instituição. Com sede estabelecida no discurso. Nele, as representações revelam e escondem, reconhecem e desconhecem suas origens. Despistam, ato contínuo, seu engenho instituinte. (p.82).

E acrescenta, a seguir:

A intervenção, no âmbito da psicologia da maneira como a propomos, em tese, segue na contra-mão das alegorias, como se poderiam chamar as representações e a afetividade, efeitos desse jogo de delegação/ocupação de assentos institucionais. (idem).

Retomando proposições já feitas anteriormente (Guirado, 1987), quanto à possibilidade de atuação concreta em psicologia em que estejam garantidos "alguns limites de especificidade", e lembrando que "'adentrar' o que é especificamente psicológico significa, inevitavelmente, tomá-lo em sua dimensão institucional" a autora vai agora apresentar o que afirma ser "um importante operador das *análises de discurso*" (p.82, grifo no original): a noção de sujeito-suporte do discurso. Diz ela: "Marca-se, assim, *um sujeito-suporte do discurso que extrapola o âmbito das competências individuais* (o indivíduo da psicologia) *mas que também não se confunde com o sujeito-discurso* (da AD, conforme vimos discutindo)." (idem, ibidem)

Ela ainda assinala o uso da expressão análise de discurso, em letras minúsculas e por extenso, para discriminá-lo,

...pontualmente, da disciplina AD. Para retirar, agora, os termos de um terreno instituído do conhecimento e colocá-lo em

movimento para outras possibilidades de trabalho: intelectual e profissional (intervenção concreta). Análises de discurso onde quer que se façam: no consultório, com textos de entrevistas ou documentos, nas pesquisas acadêmicas. (p.82-3).

Como exemplo de análise de discurso nas produções acadêmicas, a autora cita seu trabalho de doutorado, *Instituição e Relações Afetivas*. Menciona, também, os procedimentos de análise de que se utilizou na ocasião. Apontando o que poderia constituir um "viés subjetivo" da análise das entrevistas feitas com os internos, dado que "foi impossível, (...) não retornar à memória as feições e/ou aflições muito especiais deles e minhas", assim como foi "[impossível] não desconfiar que a viabilidade da análise estava em admitir que as desconstruções e reconstruções feitas padeciam desta sorte de 'contaminação, das 'mãos na massa'.", (p.87), Guirado destaca como o rigor "exigido para a produção (...) permanecia ativo" e os dados coletados, na forma de um dossiê analítico de cada entrevista, respeitavam "regras mínimas de reconstrução interpretativa" (idem). Trata-se, aqui, da postura exigida para um tal modo de análise:

A atenção esteve sempre voltada para o como estes que falavam se posicionavam nas cenas que descreviam: que lugares ocupavam, que expectativas desenvolviam, que inevitabilidade reconheciam para suas ações relatadas. Sequer me ocupei em pensar se aquilo que os infratores contavam sobre seus crimes e violências, efetivamente, aconteceu. O que importava era que assim 'se viam' *sujeito* em seus atos (...). O sujeito que se desenha aqui é, então, aquele dividido enquanto fala, fundado nas posições que exerce e, no discurso, sempre. (p.87, grifos nossos)

Discutindo ainda as análises das entrevistas, Guirado cita extratos de seu trabalho de 1986 e, à guisa de resposta a questões como: "Por análises como esta, 'psicologizamos' a noção de sujeito? Ou a 'pulverizamos'?", afirma:

Nem lá, nem cá. Como uma dobradiça, dessas de portas, facilitamos o movimento das singularidades discursivas e, ao mesmo tempo, acusamos aquilo que parece ser o regime discursivo da marginalidade numa formação social que desta maneira a inclui entre suas formas de acontecer e se instituir. (p.89).

Disto decorre, portanto, que

A questão (...) não está em analisar isoladamente as entrevistas e no conjunto delas reconhecer as regularidades. (...) A questão está na perspectiva que se tem de análise, os recortes que ela permite e as 'amarrasções' ou as reconstruções a que se chega, que acabam falando ao mesmo tempo dos autores das cenas enunciativas e das condições de enunciação. Aí, a metáfora da 'dobradiça'; ou melhor, de um 'conceito dobradiça' de sujeito. (p.89, grifo nosso)

Da mesma forma,

Se consideramos que a instituição é o conjunto das práticas que se repetem e se reconhecem como naturais e legítimas, é no discurso que esse movimento se dá. E, esse discurso enuncia medos, mandos, sujeições, identificações, recusas, ambigüidades, força, violência e fragilidades, nem sempre de forma distinta (...) (p.90)

Assim, tanto na clínica quanto na literatura ou na análise de entrevistas ou textos, a análise de discurso compreende uma tal noção de sujeito só possível "...porque em relação imaginada e simbolizada de práticas institucionais do discurso." (p. 94)

No entanto, como bem lembra a autora, no que diz respeito às circunstâncias desafiadoras para a análise do discurso,

...as especificidades são constantemente convidadas a se diluir e, quando mais parece difícil garantir o 'tino', é que se evidencia a urgência de um certo rigor teórico e analítico.(...) Como no caso do conceito de transferência. Um quê de lucidez nos obriga a fazer-lhes os ajustes que mencionamos acima, sob o risco de fazermos aplicações cegas, migrações indevidas (p.102).

Assim é que, no capítulo 9 Guirado inclui um texto seu de 1992,⁵¹ intitulado *Transferências e transferências*, em que discute o conceito à luz da perspectiva institucional. Sua questão inicial é se a transferência que ocorre "quando se faz a clínica psicanalítica no interior de uma outra instituição (...) é a mesma que se teoriza a partir da relação terapeuta-paciente no consultório..." (p.110), considerando-se "as possibilidades de equívocos na migração de um conceito de uma instituição do saber para outra, com objeto e configuração diversa." (p.111). Quanto a isso, a autora sustenta a existência de uma relação transferencial de outra ordem - e que deve ser

⁵¹ Publicado em *Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, Ano 12, nº. 12/92.

levada em consideração: "...quando uma pessoa procura atendimento junto a uma instituição, o campo transferencial que se configura supõe, inevitavelmente, este personagem, a instituição. Seu 'fantasma' estará, por certo, rondando o discurso em análise. (p.120).

Assim como essa, outras considerações podem ser identificadas ao longo do texto, que remetem à perspectiva a partir da qual nossa autora elabora sua análise das instituições. Dentre elas, lembre-se que

...toda instituição produz e reproduz uma imagem de sua eficácia não só entre seus 'praticantes' (os que diretamente a fazem), como também para o 'público' (os que virtualmente constituem sua clientela). Umas, mais que outras ainda, são reconhecidas pelo (e visíveis para o) conjunto da sociedade em determinados momentos históricos. (p.113)

Da mesma forma, "...é pelo lugar do imaginário na produção e reprodução de relações sociais, sobretudo, que essas relações se reconhecem, desconhecem, naturalizam-se e se legitimam." (p.117)

O último capítulo apresenta igualmente um texto publicado em outro momento (*A dimensão política na atuação profissional em psicologia*, 1993). No que nos interessa, vale mencionar a nota aposta ao título quando Guirado afirma prestar-se o texto "para identificar os movimentos do recorte teórico metodológico (...) que configura o sujeito dos vínculos afetivos nas representações do discurso, possíveis nas e pelas práticas institucionais." (p.123, nota 1). Também encontramos, neste texto, a retomada de aspectos importantes do livro *Psicologia Institucional*, já mencionado aqui.

Ressalte-se, finalmente, que este livro tem um caráter de depoimento pessoal que o perpassa (não exatamente nas entrelinhas: podemos lê-lo, aos poucos, nos comentários da autora)⁵², como que a registrar, "em ato", as marcas da singularidade de que ela trata ao postular que o sujeito psíquico assim o é por seu matriciamento nas redes de relações institucionais concretas - visíveis, perceptíveis, *no* e *como* discurso.

⁵² Vide, a título de exemplo, o capítulo 8. em que esse caráter de depoimento fica mais condensado e explícito.

Com essa exposição julgamos ter destacado os principais pontos do trabalho de Guirado, cujos desdobramentos teórico-práticos incidem diretamente sobre o estudo que aqui empreendemos.

Podemos depreender, dessa apresentação que a análise de discurso, tal como proposta por Guirado:

- vale-se de elementos importantes da Análise das Instituições Concretas, de Albuquerque, compartilhando de conceitos forjados a partir desta concepção (instituição; agentes - ou atores - institucionais; objeto institucional; contexto institucional; âmbito de ação; planos de análise);
- entende instituição como um conjunto de práticas que são repetidas e legitimadas, enquanto se repetem. Estas são, com isso, naturalizadas, vistas por seus agentes como tendo sido 'sempre assim';
- considera, além disso, que as práticas que se repetem só se repetem pelos atos de seus praticantes: entre estes atos, o principal é o discurso. Disso se pode inferir que o discurso de uma instituição é o discurso de seus agentes, e vice-versa;
- vale-se do instrumental analítico sustentado pela Análise do Discurso, na forma como a entende Maingueneau, compartilhando e operando com conceitos como o de discurso (na vertente foucaultiana), enunciação, gêneros de discurso, cenografia, heterogeneidade, polifonia;
- constitui um exercício particular do pensamento analítico que, sem se confundir com uma análise "interpretativa", ou qualquer ciência hermenêutica, toma do campo constituído pela Psicanálise (e pela Psicologia) seu referencial último, quando considera a singularidade do sujeito psíquico;
- considera que este sujeito psíquico é, sempre, matriciado nas instituições: não há como pensar um sujeito fora da instituição, da mesma forma como não há como pensar vida social fora das instituições.

2.2.4 Observações Complementares

Já vimos que falar em *análise de discurso* implica que, por *análise*, se entenda um processo ativo (que ocorre no nível do pensamento e não no nível da "realidade") de desmontagem e reconstrução de um objeto - o que, inevitavelmente, resulta em uma transformação do mesmo e no seu domínio, pelo analista. E implica que *discurso* seja entendido como ato, exercício de poder e objeto de desejo; datado, localizado, cujos efeitos de reconhecimento/desconhecimento (sob a forma das práticas que põe em movimento) constituem e são constituídos por uma lógica imaginária de atribuição de lugares institucionais, inscrita num contexto institucional determinado - sua cenografia.

Assim é que, desse modo específico de se fazer/pensar a Psicologia - Institucional - podemos assumir uma perspectiva de abordagem analítica das instituições, recortada como uma leitura das mesmas, a Leitura Institucional, e operacionalizada como um método de análise... de discurso. Neste sentido, importa assinalar que o que qualquer análise de discurso produz como "resultado" é - em última instância - discurso. Mas como um corte ao que se analisou. Nisto, ao abrir a possibilidade de um momento instituinte, como "um corte que faz pensar" (Guirado, 1987) ela pode apontar caminhos.

Dessa forma, a escolha e utilização de tal ou qual operador analítico tomado de empréstimo da AD, fica inevitavelmente subsumida a uma compreensão - que lhe antecede - do que seja instituição, sujeito e discurso.

No que se refere ao conceito de representação, seu sentido não é plenamente coincidente em Albuquerque, Maingueneau e Guirado; tampouco coincide com o sentido corrente, que lhe atribui uma condição de exterioridade em relação à "coisa" representada. Embora se possa considerar, do ponto de vista da leitura institucional, que a 'realidade' seja representação, não se pode afirmar com isso, que - ao analisar representações - estaríamos analisando a realidade. O que vai ser analisado é a realidade, mas a realidade *do* discurso - e nenhuma 'dimensão representativa' sua. Em outras palavras, o que se vai analisar é o próprio discurso.

Assim, no lugar de dizer que nos propomos a analisar as representações presentes no discurso de uma dada instituição, adotamos, com Guirado, a idéia de que o que faremos com isso será tentar circunscrever, pela análise de discurso, e

lógica, imaginária, de atribuição dos lugares que se ocupam nessa rede institucional, numa cenografia específica que a sustenta. Essa atribuição não se confunde, assim, com uma delegação burocrática de lugares, feita, em geral unilateralmente, mas (se) constitui (em) um jogo constante em que se negociam as posições (papéis) dos atores institucionais envolvidos e se supõem certas condições particulares que compõem o quadro enunciativo sob análise. Dessa maneira, o contexto em que cada instituição se relaciona com as outras, mesmo que indiretamente, é também levado em consideração na medida em que nele se inscreve tal lógica.

Lembre-se, por fim, que - ao tomarmos textos escritos como objeto de nossa análise - acreditamos poder identificar aí a mesma ordem discursiva que configura as práticas institucionais cotidianas dos sujeitos/atores institucionais concretos. Assim, tomaremos a produção escrita destas instituições como seu discurso, tendo em mente as particularidades de uma produção dessa natureza - o que pode vir a requerer algumas adaptações/extensões do método, já que até agora aplicado à análise de entrevistas e textos de caráter literário. Aqui consideramos, também, que a análise de textos escritos e não produzidos para um pesquisador pode evitar o possível viés da situação em que o locutor/enunciador responde a uma entrevista, embora certamente implique outros que, do lugar de analista, por ora só podemos supor. Esse aspecto tem importância em nosso estudo, por conta da relação institucional hierarquizada e configurada (pela Lei) entre CRP, práticas "alternativas" e também nós que a pesquisamos.

2.3 As Instituições Objeto de Nosso Estudo

Creemos que as instituições que ora estudamos compreendem um certo cenário que, uma vez descrito, pode nos fornecer a base para uma compreensão das relações sociais que ali se fazem práticas. Essas relações, "revelam", por sua vez, esta cenografia na qual se inscrevem - e aos seus discursos.

No caso do CRP-06, há uma configuração institucional própria a uma associação desta natureza: seus agentes privilegiados exercem uma função delegada por outros, que se representam, a si próprios, nessa delegação de poder decisório e legislativo sobre sua prática profissional, enquanto submetem-se às decisões desse grupo por eles delegado, o Conselho - lugar de onde emanam as normas, as leis, os vetos, as sanções, as punições. Mas também lugar de onde emanam as regulamentações que garantem aos psicólogos, ora mais ora menos, uma identidade profissional, no cenário das profissões liberais. Senão vejamos.

Instalado em 27.08.1974, o Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região - CRP-06, assim como os demais Regionais e o Conselho Federal, é definido como

...uma autarquia federal, órgão do poder público, que tem finalidade de orientar, fiscalizar e regulamentar o exercício da profissão de psicólogo, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº. 5.766, de 20 de dezembro de 1971. Em 21 de novembro de 1986, os Conselhos de Psicologia (e demais entidades fiscalizadoras do exercício de profissões liberais) foram desvinculados da supervisão do Ministério do Trabalho.⁵³

Seu âmbito de ação institucional, como já apontava Guirado (1995), referindo-se ao Conselhos, caracteriza-o como instituição política, que tem por objeto "o exercício da psicologia como profissão e, portanto, como serviço prestado à saúde." (p.11)

A história dos primeiros 20 anos dessa instituição encontra-se registrada em livro publicado pelo CRP-06 (1994b) - *Uma Profissão chamada Psicologia (CRP-06, 20 Anos)* - do qual extraímos informações importantes para nosso estudo e cuja leitura sugerimos, caso se deseje obter mais detalhes sobre a formação e o desenvolvimento da entidade.

⁵³ Dados obtidos em <http://www.crp.org.br/div/finalidade.html> [12.10.1998]

A relação das diversas gestões pelas quais passou o CRP-06, desde sua instalação, em 1974, até o momento mais recente, com o período de seus respectivos mandatos, segue abaixo:

TABELA 6:O CONSELHO E SUAS DIVERSAS GESTÕES

PERÍODO	GESTÃO
1974-1977	<i>Primeiro Conselho</i>
1977-1980	<i>Segundo Conselho</i>
1980-1983	<i>Terceiro Conselho</i>
1983-1986	<i>Palavra Aberta</i>
1986-1989	<i>Palavra Aberta II</i>
1989-1992	<i>Movimento</i>
1992-1995	<i>Psicologia e Cidadania</i>
1995-1998	<i>Psicologia em Ação</i>
1998 -....	<i>Um Conselho para Cuidar da Profissão</i>

Quanto às práticas alternativas, caracterizá-las como *uma* instituição, nesse conjunto de certa forma indiscriminado em que são apresentadas - e em que, por vezes, também se apresentam - só é possível na medida em que a referência é a confrontação de seu discurso com o discurso do CRP - neste sentido, o discurso 'oficial' da Psicologia.

Conforme apontamos antes, o próprio termo "práticas alternativas" denuncia uma multiplicidade que vai marcar, igualmente, as possibilidades de abordar a dispersão de práticas e discursos a que se refere. Assim também, considerando haver várias possibilidades de se classificarem e nomearem tais práticas, de acordo com tipo de atividade, fundamentos, princípios, objeto, etc., nosso mapeamento das práticas alternativas passíveis de terem seu discurso analisado ocorreu à medida que fomos nos debruçando com material que atendessem aos critérios estabelecidos para a análise, conforme veremos a seguir.

2.4 Material e Procedimentos

2.4.1 Material

O material analisado como representativo da produção do CRP sobre as práticas alternativas foi extraído do conjunto constituído pelas edições do *Jornal do CRP-06*, compreendidas entre o período de janeiro de 1981 a agosto de 1998 (números 1 a 112). Definido, inicialmente, como “órgão informativo oficial do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região” (JORNAL DO CRP, 1981), o *Jornal do CRP-06* começou a ser editado só a partir da terceira gestão desse Conselho, na primeira vez em que duas chapas concorreram às eleições, das quais saiu vencedora a chapa de oposição. Seu ‘antecessor’ foi o *Boletim do CRP-06*, editado a partir de 1976 (Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, 1994b. p.15, nota 1)

A estrutura fixa dos exemplares pesquisados era: a capa, com chamadas para os tópicos mais importantes, um Editorial, uma seção de cartas, uma seção de comunicados e convocatórias, seção de Eventos, e uma matéria central. Em geral apresentavam-se também um ou dois artigos assinados. Quanto ao seu conteúdo, já que caracterizado como um jornal editado para servir de canal de comunicação com a categoria profissional, a temática era sempre relacionada às questões do exercício da profissão, da produção teórica e prática em Psicologia e à divulgação das atividades e atos políticos do Conselho.

O período pesquisado correspondeu ao mandato de seis gestões conforme descrito na Tabela 7, onde encontraremos também outros dados relativos ao material.

TABELA 7 - O MATERIAL ENCONTRADO NO JORNAL DO CRP - Números de 01 a 112

GESTÃO	PERÍODO	TIPO DE MATÉRIA/ESPAÇO DEDICADO AO TEMA			TOTAL DE MATÉRIAS ONDE APARECE O TEMA
		TEMA CENTRAL	SUBTEMA	MENÇÃO (**)	
<i>Primeiro Conselho (*)</i>	1974-1977				
<i>Segundo Conselho (*)</i>	1977-1980				
<i>Terceiro Conselho</i>	1980-1983 (18 EDIÇÕES)	01	-	01	02
<i>Quarto Conselho (Palavra Aberta)</i>	1983-1986 (29 EDIÇÕES)	-	01	-	01
<i>Quinto Conselho (Palavra Aberta II)</i>	1986-1989 (17 EDIÇÕES)	01	04	02	07
<i>Sexto Conselho (Movimento)</i>	1989-1992 (17 EDIÇÕES)	07	01	04	12
<i>Sétimo Conselho (Psicologia e Cidadania)</i>	1992-1995 (16 EDIÇÕES)	04	01	15	20
<i>Oitavo Conselho (Psicologia em Ação)</i>	1995-1998 (16 EDIÇÕES)	04	03	15	22
TOTAL GERAL		17	10	37	64

(*) O Jornal do CRP-06 ainda não existia no período correspondente a essas gestões.

(**) Textos que se encontram inseridos em seções do tipo Anote/Agenda/Aconteceu... foram considerados como menção.

Já o material representativo da produção dos alternativos, é constituído por textos diversos, produzidos por representantes de várias práticas alternativas e foi obtido em fontes diversas: artigos de revistas, de jornais, manifestações públicas, palestras, debates e Congressos (I CONPSIC, Semana de Psicologia da USP), a que tivemos acesso, ao longo da pesquisa.

Consideramos a diversidade de fontes e de material, neste caso, um recorte garantidor de que pudéssemos tomar em análise tanto a fala de entidades “alternativas” e de seus representantes, como a de psicólogos que se valessem, em sua prática profissional, de alguma(s) dessas práticas.

A Tabela 8 lista o material pesquisado. Em maiúsculas, os textos selecionados para análise.

TABELA 8 – LISTA DAS PUBLICAÇÕES ALTERNATIVAS COLETADAS

<i>TEMA/TÍTULO</i>	<i>AUTOR/FONTE</i>	<i>TIPO/DATA</i>
A Era da Consciência	Revista ISTOÉ	No. 1425 - 22 de Janeiro, 1997 - p. 40-46
ASTROLOGIA	Transcrição da palestra de Lídia Vainer	ANAIS DO I CONPSIC, 1989 - Mesa-Redonda: "Tarô, Astrologia, Quiromancia, Parapsicologia: Práticas Psicológicas?"
Capa: A Cura Alternativa Matéria: Vitória Alternativa	Revista ISTOÉ	No. 1413 - 30 de Outubro, 1996 - p. 134-140
Capa: Mágico ou Charlatão? Matéria: Gênio ou Idiota?	Revista EXAME	Ano 30 - no. 11 - 21 de Maio, 1997 p. 102-111
Capa: Reencarnação Matéria: A Ciranda das Almas	Revista ISTOÉ	No. 1435 - 2 de Abril, 1997 - pag. 112 a 117
FLORAIS DE BACH	Associação Brasileira de Florais – ABREFLOR / CRP-06, Centro de Orientação, pasta "Florais".	Carta à Comissão de Ética do CRP-06 [24/08/91]
Florais de Bach: Os Remédios do Corpo e da Alma	Dr. Eduardo Lambert / Revista Catharsis	Seção Alternativos - http://www.revistapsicologia.com.br [21.07.1999]
Mergulhe fundo, e encontre o xamã	Eclética (guia oficial da Vila Madalena)	Outubro de 1997- no.1, p.6-10
O Medo no Ser Humano	Dr. José Maria Clemente Campos/ Jornal SINAIS	Seção Cura e Harmonização - Julho/agosto/setembro 1996 - n°. 3, Página 5
O que é crer em Deus	Revista VEJA	Ano 30 - no. 13 - 2 de Abril de 1997, p. 96-104
PARAPSICOLOGIA Parapsicologia, técnica psicológica?	Wellington Zangari / JORNAL DO CRP-06	Ano 10, n.66, p.8 - Mai-Jun, 1990 – Gestão Movimento
Profissão: Esotérico	Revista PLANETA	Mai 1995
RENASCIMENTO	REVISTA CATHARSIS- <i>On-line</i> - Regina Marigny Grosman / Entrevista com Ruth Adler	http://www.revistapsicologia.com.br , Mar.- Abril 1998 – Seção Alternativos
Sobre a SBTVP	Site da Sociedade Brasileira de Terapia de vida Passada, na Internet-	http://www.sbtvp.com.br [15.10.1999]
TERAPIA DE VIDA PASSADA - TVP O que é TVP (Definição "O que é TVP", sobre o conceito de Terapia de Vida Passada de acordo com a Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada)	Site da Sociedade Brasileira de Terapia de vida Passada, na Internet-	http://www.sbtvp.com.br [15.10.1999]

2.4.2 Procedimentos

Jornal do CRP-06

Leitura de todos os números que compunham o material, rastreando-se e destacando-se os textos que tratavam das ou se referiam às práticas alternativas e posterior cópia dos textos com essas características. Em seguida, seleção dos textos para análise, segundo critérios que buscavam contemplar:

- a) a ocorrência, no tempo, de textos publicados sobre o tema, observando-se o período/gestão em que foram publicados;
- b) a localização dos textos dentro do Jornal (se constante do Editorial, da seção de Notas, etc.), observando-se o tipo de destaque conferido ao tema;
- c) a forma de apresentação da(s) matéria(s) (se na forma de artigos, reportagens, entrevistas, ou outras; se inserida numa matéria principal ou não, etc..)

Alternativos

Leitura de todos os textos coletados já na perspectiva de terem sido discursos produzidos a respeito da psicologia e das práticas psicológicas, especialmente quando referidos/dirigidos ao CRP-06.

Na seleção dos textos para análise o corte observado era a presença de referências explícitas acerca de si como psicologia e/ou acerca de suas relações com a psicologia. Atentava-se também ao tipo de prática referida e à procedência e vinculação institucional dos responsáveis pelas publicações/enunciações.

Para a identificação do material de análise atribuíram-se códigos aos conjuntos de textos: JCRP para os textos do Jornal do CRP-06 e ALT para os alternativos. Em seguida atribuiu-se um código a cada texto, acompanhado do ano de sua publicação.

Nossas menções aos textos analisados⁵⁴ encontram-se apresentadas em itálico, em parágrafo recuado e espaçamento simples; o texto da análise segue o mesmo formato utilizado por nós ao longo do trabalho. Para facilitar a remissão aos

⁵⁴ A íntegra dos textos analisados será encontrada nos ANEXOS A e B, do volume 2 deste trabalho.

textos de origem, adicionamos, entre colchetes, uma numeração correspondente aos parágrafos citados.

A Tabela 9 relaciona os códigos utilizados.

TABELA 9 - CÓDIGOS ATRIBUÍDOS AOS TEXTOS ANALISADOS

TEXTOS JCRP-06	TÍTULO	GESTÃO	ANO	CÓDIGO
	“Pirâmides, uma simples técnica entre tantas?”	<i>Terceiro Conselho</i>	1981	JCRP-002/1981
	Editorial, sem título	<i>Palavra Aberta</i>	1986	JCRP-041/1986
	“No caso de Astrologia e Terapia de Vidas Passadas”	<i>Palavra Aberta II</i>	1989	JCRP-062/1989
	“Alerta à População”	<i>Movimento</i>	1992	JCRP-078/1992
	“Práticas Alternativas: algumas faces da questão”	<i>Psicologia e Cidadania</i>	1993	JCRP-081/1993
	“Sincretismo Ocupacional”	<i>Psicologia e Cidadania</i>	1994	JCRP-086/1994
	“Temas Prioritários: formação e exercício profissional”	<i>Psicologia em Ação</i>	1996	JCRP-098/1996
	“Categoria quer mudanças no atendimento psicológico”	<i>Psicologia em Ação</i>	1996	JCRP-100/1996
/ / / / /				
TEXTOS ALTERNATIVOS	TEMA	FONTE	ANO	CÓDIGO
	ASTROLOGIA	Anais do I CONPSIC - CRP-06	1989	ALT-ASTRO/1989
	PARAPSIKOLOGIA	Jornal do CRP-06	1990	ALT-PARAP/1990
	FLORAIS DE BACH	Correspondência ao CRP-06 / Centro de Orientação	1991	ALT-FLORA/1991
	RENASCIMENTO	Site da Revista de Psicologia Catharsis	1998	ALT-RENAS/1998
	TERAPIA DE VIDAS PASSADAS	Site na Internet da Sociedade Brasileira de Terapia de Vidas Passadas - SBTVP	s/d	ALT-TEVEP/sd

A análise dos textos comportou quatro etapas, inter-relacionadas. Na primeira delas, os textos de cada grupo (JCRP e ALT) eram analisados um a um, na seqüência normal com que se apresentavam à leitura, destacando-se os pontos significativos de acordo com os parâmetros já mencionados. Confeccionava-se, então, para cada um deles, um texto analítico correspondente.⁵⁵ Também eram comparados entre si os textos de cada grupo, assinalando-se as regularidades que surgiam para, então, passar-se à segunda etapa, em que os textos eram desmontados em fragmentos; estes eram agrupados segundo um temário organizador que, se de um lado buscava contemplar as questões da pesquisa, de outro incorporava os temas surgidos da própria análise. Na terceira etapa era redigido um texto a partir da articulação dos fragmentos e dos textos analíticos individuais, agora reorganizados e dispostos em tópicos correspondentes aos temas, de um e outro grupo. Por último, a redação do texto aqui apresentado, resultado do trabalho das etapas anteriores, dividido em dois capítulos: um dedicado à análise do discurso do CRP-06 e outro à análise do discurso dos alternativos. Essa divisão em capítulos não impede, no entanto, que ao longo do texto da análise de um bloco estabeleçam-se paralelos com os textos do outro, ocasião que não deixamos de assinalar, quando o contexto assim o permitiu.

⁵⁵ Exemplos desses textos podem ser encontrados no Apêndice 7.

2.4.3 Dispositivos de Análise

O modo de pensar as relações institucionais que procuramos apresentar nas seções dedicadas ao método constitui, ele mesmo, o eixo fundamental a partir do qual procedemos à análise dos textos. Esta perspectiva perpassa, aliás, todo o nosso estudo, como se pode notar no que temos apresentado até aqui, desde a Introdução.

Assim, buscando responder às questões que motivaram esta pesquisa, tivemos como parâmetro atentar, na análise dos textos, aos seguintes aspectos:

- as condições de produção dos discursos (entidade de origem; contexto/cenário institucional em que foram construídos; os gêneros discursivos utilizados; os modos de enunciação);
- os modos de difusão e de circulação desses discursos (o tipo de publicação; enunciadores/locutores e destinatários; tipo de material - se cartas, memorandos, pareceres, punições, artigos, etc.);
- a relação entre a aparência do texto ('estrutura formal') e sua enunciação, ou seja, entre o gênero discursivo e o manejo das regras próprias a esse gênero;
- as marcas de heterogeneidade (polifonia; discurso relatado; ironia, imitação, etc.) e outras ocorrências que se destacassem como fenômeno discursivo;
- a presença de termos e/ou expressões recorrentes;
- a inter-relação entre os discursos, suas semelhanças e diferenças

Dentre as marcas de heterogeneidade, dedicamos uma atenção especial à dimensão implícita do discurso, por meio da explicitação dos pressupostos e subentendidos dos enunciados, tomados na perspectiva com que os define Maingueneau (1996).⁵⁶

Considere-se que esses são parâmetros gerais e que não se esgotam na análise, uma análise entre diversas possíveis, que aqui propomos.

⁵⁶ "Pressupostos e subentendidos permitem que os locutores digam sem dizer, adiantem um conteúdo sem assumir completamente sua responsabilidade. No caso do pressuposto, existe um recuamento desse conteúdo: no do subentendido, trata-se antes de uma espécie de adivinhação colocada ao co-enunciador." (p.105)

Quanto aos discursos do CRP-06 e de entidades ou profissionais “alternativos” aqui analisados, lembremos que eles foram produzidos e vieram a público em diferentes momentos no tempo; marcados pelas especificidades das diferentes gestões pelas quais passou o CRP-06 no período estudado, e pelas diferentes procedências dos profissionais e entidades, no caso dos alternativos. São acontecimentos discursivos singulares, na medida de sua aparição em um tempo, um local, um contexto determinado.

Assim, se destacamos algumas ocorrências isoladas, em cada texto, por sua importância no contexto de nossa análise, por outro enfatizamos a ocorrência repetida, dentro do mesmo texto e em textos diferentes, de referências e concepções a/sobre a psicologia e as “práticas alternativas”; o trabalho do psicólogo, o trabalho do(s) “alternativo(s)”; a ciência, o misticismo; as técnicas psicológicas/psicoterápicas, as técnicas não-psicológicas; o cliente do psicólogo, o cliente do “alternativo”.

Dessa forma, se a análise cruzada dos textos é o que nos permite assinalar as regularidades existentes e destacar as especificidades presentes em cada um deles (e isto é válido em qualquer situação analítica que se nos apresente), um dos aspectos a que atentaremos será, sempre, a forma específica com que, em cada discurso, o locutor/enunciador responsável pela circulação desse discurso se põe em relação com o objeto de seu ato de enunciação. Tal relação - configurada que é pelo entrelaçamento de diversos elementos, determinados e ordenados segundo o cenário enunciativo específico à sua ocorrência - configurará, por sua vez, modos de dizer o que se diz em cada enunciado. Atentamos, portanto, à aparição e ao arranjo de recursos linguísticos tais como qualificativos, sentenças, proposições, explicações, etc., empregados nos discursos analisados, de forma que os tomamos como os modos peculiares de apreciação dos temas que recortamos ou, em outras palavras, como o modo específico à instituição CRP e à instituição práticas alternativas de dizerem a relação que mantêm entre si, na voz de seus atores concretos.

Vejam, pois, mais de perto, o rearranjo dos elementos surgidos a partir das análises dos textos, agrupados segundo sua procedência institucional - primeiramente o grupo CRP-06 e em seguida o grupo Alternativos.

No interior de seus limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas ela repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber. O exterior de uma ciência é mais e menos povoado do que se crê: certamente, há a experiência imediata, os temas imaginários que carregam e reconduzem sem cessar crenças sem memória; mas, talvez, não haja erros em sentido estrito, porque o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida; em contrapartida, rondam monstros cuja forma muda com a história do saber.

(Michel Foucault - A Ordem do Discurso)

3. ANÁLISE: DO CRP-06

3.1 O Conjunto dos Textos Analisados

Uma característica específica dos textos do *Jornal do CRP-06* é que, se tomados em seu conjunto, eles seguem uma cronologia que oferece condições de reconhecermos alguns pontos em comum entre as gestões que os publicaram e também peculiaridades de cada uma delas.

Se consideramos haver uma instituição que discursa em seus agentes, podemos considerar também como a relação entre os textos de diferentes gestões do CRP-06 pode ser atravessada por um corte longitudinal, a mostrar um processo, um desenvolvimento, não necessariamente linear, do posicionamento do CRP em relação ao tema em estudo. Há o que se mantém, dessa instituição, a despeito dos discursos de seus agentes concretos ocorrerem em tempos diferentes. Isso mostra uma cenografia que faz parte do e compõe o discurso do CRP-06. Assim, podemos dizer que os enunciados de uma gestão muitas vezes retomam os ou reportam aos enunciados de outra - e isso será possível observar, pela análise. O recurso às práticas alternativas por parte dos psicólogos, por exemplo, ao mesmo tempo em que vai sendo posto e pressuposto no discurso do CRP, ao longo das diferentes gestões, vai sendo também construído por esses movimentos do discurso, em ato, quando de um texto para o outro notamos a assunção de determinados modos de dizer inaugurados em outros momentos. Apresentemos, então, os textos, nesse cenário institucional.

No primeiro texto, JCRP-002/1981, o enunciador não aborda a questão das práticas alternativas que, aliás, até aquele momento, nem sequer se apresentava como tal, mas acaba fazendo uma defesa do trabalho das profissionais que apresenta e que, elas sim, se alinham e utilizam práticas estranhas à formação do psicólogo. Nesse período não existe a preocupação ou a exigência de algum posicionamento do CRP, enunciada em textos posteriores. Trata-se de um texto que figura no segundo número

de um jornal recentemente lançado, pela primeira chapa de oposição que assumiu a direção do Conselho.

O segundo texto, de cinco anos mais tarde, JCRP-041/1986, traz uma discussão sobre os testes apresentados em revistas de entretenimento como se fossem testes psicológicos. Discutem-se as implicações de tal situação e apontam-se semelhanças entre testes, horóscopos, a leitura de um livro, etc... O teste psicológico é aqui afirmado, com muita ênfase, no lugar de instrumento científico da psicologia. A gestão da época em que se publicou esse texto, um editorial, foi a primeira a adotar um nome diferente da designação comum às gestões anteriores (“Primeiro ...”, “Segundo ...” e “Terceiro Conselho”). Essa gestão denominava-se Palavra Aberta.

Esses dois primeiros textos distinguem-se dos demais, tanto pela época em que foram produzidos quanto pela forma como apresentam enunciada a posição do CRP em relação a práticas não-psicológicas. Também o que é claro, então, é que não há, ainda, uma caracterização de práticas outras como práticas alternativas.

No terceiro texto, JCRP-062, de 1989, assistimos pela primeira vez a um posicionamento explícito do CRP quanto a acontecimentos que põem em cena o que começa a ser enunciado sob o termo práticas, com determinadas características, diferentes das práticas psicológicas. Do posicionamento, contrário, do Conselho, especificamente quanto à inclusão de uma disciplina sobre Astrologia e Parapsicologia no currículo do curso de Psicologia de uma determinada faculdade, vemos surgir, então, não propriamente uma ação disciplinar, normativa, mas um discurso que inaugura um modo de dizer que logo foi adotado e transformou-se na forma mais recorrente de referência à astrologia, parapsicologia e outras.

O quarto texto (JCRP-078/1992), é um comunicado aos psicólogos sobre outro comunicado, feito como um Alerta à População.... Este texto corresponde ao período em que mais houve publicações e manifestações do CRP-06 sobre as práticas alternativas; época também em que as sentenças e censuras públicas motivadas por conduta ética inadequada no que dizia respeito ao uso de práticas alternativas eram publicadas no *Jornal*. Sabemos que também houve censuras, punições, suspensões, enfim, em outros momentos da história do CRP, mas foi nesse, exclusivamente, que vimos tais atuações do Conselho serem divulgadas aos psicólogos, em seu jornal.

O quinto texto, JCRP-081/1993, apresenta reflexões/considerações sobre as práticas alternativas e suas implicações na prática da psicologia, em particular no contexto da Psicologia Clínica. O texto é, inclusive, assinado pela Comissão de Psicoterapias do CRP-06 e propõe a discussão sobre as práticas alternativas de um ponto de vista diferente do que vinha sendo feito até então, apontando aspectos problemáticos relacionados à formação e ao exercício profissional em psicologia.

No texto seguinte, JCRP-086/1994, o Conselho assume um posicionamento confuso. Ele diz, literalmente, não ser contra nem a favor das práticas alternativas. Mostra, também, sua dificuldade de enunciar, em termos claros, o que compreende como psicologia, embora seja em torno das diferenças que sugere haver entre práticas psicológicas e práticas alternativas que ele indique claramente a possibilidade de punição do psicólogo que fizer uso das últimas.

Nos textos JCRP-098/1996 e JCRP-100/1996, os dois da mesma gestão, observamos que o tom político do discurso se acentua, em relação aos anteriores - que também já traziam esse matiz. Optamos por manter juntos esses dois textos em virtude de os dois abordarem, com matérias e reportagens, o momento anterior e o posterior ao II Congresso Nacional da Psicologia, ocasião em que as práticas alternativas foram um dos temas da pauta de discussão e deliberações.

Dos textos, o que de comum parece se destacar é o fato de serem discursos que, mais ou menos distantes no tempo entre si e guardarem suas especificidades, ainda assim podem ser tomados como o discurso de uma instituição em que, embora mudem seus agentes concretos, uma certa ordem discursiva é mantida.

Uma vez delineado o contexto mais amplo no qual os textos do JCRP-06 tiveram acontecimento, passemos à análise dos fragmentos agrupados em categorias, segundo o mapeamento já descrito anteriormente. Note-se, entretanto, que muitas vezes o mesmo fragmento pode constar de mais de uma categoria, o que só reafirma o fato de ser a análise possível a partir de vários planos, vários níveis.

3.2 Os Temas

3.2.1 A Expressão “Práticas Alternativas”

Consideremos inicialmente a presença constante da expressão “práticas alternativas” no discurso do CRP, atentando às modulações do seu uso e às possíveis implicações desse fato.

Embora o emprego dessa expressão não tenha sido registrado em todos os textos analisados, um exame mais detalhado mostra-nos ter decorrido um certo período de tempo ao longo do qual o termo, uma vez introduzido no discurso do CRP, passou a ser amplamente utilizado entre seus pares. Atendo-nos ao material analisado, verificamos que em JCRP-002/1981, embora não se encontrem referências a um conjunto de práticas que fosse qualificado, à época, como alternativas, as mesmas não deixam de estar presentes, na condição de técnicas utilizadas por psicólogos:

Sua formação é kleiniana. Hoje, quando falam na adoção de uma “linha” de conduta se afirmam ecléticas (...) Vilma e Adelaide consideram que é um conjunto de fatores que fará com que o indivíduo se modifique. E, para atender as necessidades atuais e reais do paciente, elas podem usar pirâmides, sonoterapia, hipnose, relaxamento, regressão, acupuntura, análise, anamnese. “Todos são igualmente válidos”, argumentam as psicólogas. (JCRP-002/1981) [1]

A utilização do discurso relatado, direto e indireto, que faz o Conselho nesse enunciado - marca da heterogeneidade do discurso - marca também a posição que ele assume. Ainda que, em decorrência da heterogeneidade aí mostrada, possam ser confundidas as “vozes” do Conselho e das psicólogas, é da responsabilidade do primeiro ter publicado/feito circular tal discurso. Além disso, quando se enuncia que *... para atender as necessidades atuais e reais do paciente, elas podem usar ...*, encontra-se pressuposto que seja tarefa do psicólogo/psicanalista não só *atender as necessidades...*, como também identificar, primeiro, as necessidades de seu(s) paciente(s) e, depois, dentre essas, as que são *atuais e reais*.

Junto a esse, o enunciado *“Todos são igualmente válidos”*, atribuído às psicólogas, coloca as técnicas a que elas se referem todas em um mesmo plano, unificando-as pela sua operacionalidade - ao preço da não-diferenciação de suas distintas origens e finalidades. Tornam-se, assim, equivalentes e, dessa forma, pouco

importam as possíveis diferenças entre hipnose, acupuntura, anamnese ou análise: todas as técnicas são válidas. Essa igualação de procedimentos distintos, processos, técnicas diversificadas, instrumentos os mais variados, traz subentendida uma concepção da psicologia como um conjunto de técnicas cujo objetivo, posto em consecução pelo psicólogo, é o de atender as necessidades de seu paciente. Esse objetivo, por sua vez, parece suficiente para justificar o uso de quaisquer técnicas na prática profissional. Veremos como é recorrente, tanto no discurso do CRP quanto no dos alternativos, o pressuposto de que é papel do profissional (psicólogo e/ou alternativo) identificar e atender as necessidades de seus clientes.

No que diz respeito ao emprego da expressão “práticas alternativas”, observamos no texto seguinte, JCRP-041/1986, a referência indireta (*ler...horóscopo*), a uma prática (a astrologia) posteriormente identificada como alternativa:

...como é atraente ao indivíduo as previsões,⁵⁷ explicações, justificativas que surgem das mais diversas origens, religiosas, místicas, científicas que possam lhe assegurar maior controle e sucesso em seus empreendimentos vitais. Assim podemos entender algumas das motivações que podem levar um indivíduo a ler um horóscopo, a ler determinado livro, a buscar determinada ciência, a fazer um teste psicológico. (JCRP-041/1986) [4]

Configuração específica desse texto – um editorial do Jornal do CRP-06 – , a temática das práticas alternativas não parece figurar além da introdução e do trecho acima citado, de forma difusa e não identificada como tal. O que de fato aparece é a inserção do *horóscopo*, da leitura de um *livro*, da *ciência* e do *teste psicológico* em um mesmo plano, determinado pela atração que as possíveis *previsões, explicações e justificativas* neles contidas podem proporcionar aos que a eles recorrem - uma vez que asseguram *maior controle e sucesso*. Isso também os torna equivalentes, a exemplo do que analisamos em JCRP-002/1981.

Aqui não podemos deixar de apontar, ainda que sem aprofundamento, a concepção de psicologia que se pode entrever também na análise deste fragmento. Trata-se de uma concepção que, a exemplo de JCRP-002/1981, parece não fazer

⁵⁷ Todas as citações, incluindo erros tipográficos e incorreções gramaticais, encontram-se rigorosamente conforme o original.

qualquer distinção entre recursos que poderiam figurar entre os que se reconhecem como psicológicos (como o teste psicológico) e recursos outros, até de outra natureza, como a leitura de um livro ou do horóscopo. O que se nos apresenta como questão nos dois casos é se, não havendo tal distinção, aquilo que os psicólogos teriam a oferecer aos que procuram seus serviços não poderia também ser disponibilizado por outros meios.

Vimos até agora fragmentos dos dois primeiros textos que analisamos; neles, não só os termos e/ou expressões referidos às práticas alternativas estavam ausentes, como a própria ocorrência do fenômeno ainda não configurava claramente uma temática da qual o Conselho se ocupasse da maneira como o fez nas gestões seguintes. Isto é demonstrado pela análise dos textos produzidos então.

É em JCRP-062/1989 que vemos o termo “práticas” ser empregado, pela primeira vez, para designar o conjunto que reúne, entre outras, aquelas práticas ali citadas nominalmente:

Desde o segundo semestre do ano passado, por ocasião do I CONPSIC, o CRP-06 abriu um debate a respeito do crescente uso de práticas - como a astrologia, parapsicologia e tarô - que se dizem associadas à Psicologia (...). (JCRP-062/1989) [1]

Como sinônimos, são usados os termos *recursos, instrumentos, conjuntos de conhecimento*:

Na época, o Conselho se colocou, de modo claro e público, contra a utilização de tais recursos (...). ... a entidade adotou uma atitude aberta em relação à questão: propôs discuti-la amplamente, no sentido de definir limites precisos, ao invés de simplesmente proibir o uso desses instrumentos (...) (JCRP-062/1989) [1]

(...) Não questionamos o estudo dos referidos conjuntos de conhecimento (...) (JCRP-062/1989) [4]

O emprego do termo “práticas” parece, então, introduzir a perspectiva de tratar, como um conjunto, determinadas técnicas não-psicológicas, que teriam alguma característica em comum. Essa hipótese é confirmada quando observamos o seguinte enunciado:

Assim, para dar continuidade e aprofundar a reflexão iniciada sobre o assunto, a Comissão de Orientação e Fiscalização desenvolveu, em maio último, estudos que

resultaram num parecer acerca de uma das modalidades dessas práticas: a terapia de vidas passadas (...). (JCRP-062/1989) [2]

Temos, a partir deste texto, a reunião, em um mesmo conjunto, de modalidades de práticas que, segundo o enunciador-Conselho, *se dizem associadas à Psicologia* e por esse critério são agrupadas. Dessa maneira, às práticas anteriormente citadas - *astrologia, parapsicologia e tarô* - junta-se agora a terapia de vidas passadas, *uma das modalidades dessas práticas*.

No texto seguinte, JCRP-078/1992, encontramos, pela primeira vez entre o material analisado, o adjetivo “alternativo” associado ao termo “tratamento”, na expressão “técnicas de tratamento alternativo”:

Hoje, existe a oferta de inúmeras técnicas de tratamento alternativo (florais de bach, cristais, astrologia, terapia de vidas passadas etc) que são divulgadas como sendo instrumentos da Psicologia (...). (JCRP-078/1992) [2]

Observe-se que o adjetivo em questão é atribuído, pelo próprio CRP, a técnicas de tratamento também mencionadas nominalmente: *florais de bach, cristais, astrologia, terapia de vidas passadas*. Estas encontram-se, então, identificadas/qualificadas/reconhecidas como *técnicas de tratamento* e, ainda, *alternativo*.

A questão que se nos coloca, a partir da análise desses enunciados, diz respeito à responsabilidade pela enunciação de tais ditos. Enunciar que as técnicas mencionadas *são divulgadas como sendo* embora não discrimine, no nível enunciativo, aquele que assim as divulga - por quem são divulgadas?, poderia ser a pergunta - também não isenta o Conselho da responsabilidade de reconhecer, ele próprio, tal caráter nas técnicas, já que é o enunciador responsável pela sentença. Assim - embora o enunciado diga que são as práticas que *se dizem associadas à Psicologia* (JCRP-062/1989) - está posto, mostrado, no discurso do Conselho, o seu próprio reconhecimento de tal fato. Assim ocorre também com o enunciado que mostra o reconhecimento do Conselho de que há oferta de técnicas *divulgadas como sendo instrumentos da Psicologia* (JCRP-078/1992). E, mais que isso, encontra-se explícito, no enunciado, o reconhecimento de tais técnicas como *técnicas de tratamento alternativo*. É de se perguntar, portanto, que efeitos discursivos vão sendo construídos a partir da introdução, no discurso do Conselho, desse adjetivo,

alternativo. Alternativo a quê? De que reconhecimento se trata, afinal? Vejamos como o prosseguimento da análise permite responder a isso.

Um ano depois, em JCRP-081/1993, a expressão "práticas alternativas" já se encontrava incorporada ao discurso do CRP. Observe-se que o adjetivo *alternativas* figura entre aspas em alguns momentos, enquanto a expressão *práticas alternativas* não recebe esse tipo de destaque:

As práticas alternativas estão hoje nas portas das salas de aula da Psicologia (...). Nem as universidades nem o Conselho podem ficar omissos ao "barulho" que as práticas alternativas estão fazendo (...)

Por quê as chamadas "alternativas" têm obtido espaço junto ao público leigo? (JCRP-081/1993) [4-5]

Tanto este como outros enunciados, apresentados como ilustrações do tópico em análise, oferecem muitos outros elementos à nossa observação, merecendo, portanto, maior atenção do que a que nos cabe conceder no momento. Assim, limitarmos-nos aqui ao assinalamento da oposição entre os termos *chamadas* e "*alternativas*", no que diz respeito ao uso das aspas. Este, marca inequívoca da polifonia presente no discurso, revela um aspecto intrigante do enunciado em questão. Se o uso de aspas em *Por quê as chamadas "alternativas" têm obtido espaço junto ao público leigo?* introduz o discurso direto, ou seja, a citação literal do discurso de um outro enunciador, o emprego do termo *chamadas* também o faz, mesmo sem as aspas. Assim, parece-nos lícito supor que se sobrepõem mais "vozes" à do locutor-CRP (sobrepondo-se, portanto, possíveis sentidos às suas enunciações), às quais ele delega lugares específicos, a saber: a) as *chamadas "alternativas"*, assim o são porque alguém assim as chama. Sem que importe de onde provém essa "voz", a falta das aspas parece sugerir um menor distanciamento do locutor-CRP quanto a esse aspecto, indicando sua assunção da denominação *alternativas*; b) a introdução, entre aspas, apenas do termo *alternativas*, estratégia que produz, no discurso, um maior distanciamento de posições enunciativas entre CRP e o enunciador do termo, parece sugerir também, por tal distanciamento, a suspeita sob a qual o enunciador CRP coloca a qualidade/condição *alternativa* atribuída às práticas a que se refere.

O texto seguinte (JCRP-086/1994), produzido durante a mesma gestão, parece confirmar essa utilização das regras do discurso. Verificamos também o emprego da expressão *as chamadas "práticas alternativas"*, da mesma forma como

no texto anterior, embora, nesse caso, *práticas alternativas* apareça entre aspas todo o tempo:

... As chamadas "práticas alternativas" se popularizam no País, a exemplo do que acontece no mundo (...) (JCRP-086/1994) [1]

... não é propósito da categoria [dos psicólogos] discutir a eficácia das "práticas alternativas" no tratamento (...) (JCRP-086/1994) [5]

O uso das aspas parece deslocar o sentido de reconhecimento de algum caráter efetivamente alternativo das práticas, e neste sentido pode diferir do que assinalamos anteriormente (em JCRP-078/1992, particularmente), quanto à introdução e o reconhecimento de uma qualidade alternativa das práticas. Atente-se, por isso, para o reconhecimento, explícito no discurso, da popularização das mesmas alternativas que, entre aspas, podem não ser tão alternativas assim e para o reconhecimento, implícito, de que há alguma eficácia nessas práticas, ainda que não seja *propósito da categoria* discuti-la.

Já em JCRP-098/1996 o tema das práticas alternativas não aparece mais discutido na condição de fenômeno isolado, nem entre aspas, mas inserido em um conjunto maior de outros temas relativos à ação (e preocupação) política do Conselho:

OS TEMAS LIGADOS AO COTIDIANO DO PSICÓLOGO DEVERÃO PROVOCAR AS MAIORES POLÊMICAS DOS CONGRESSOS. CONSELHO PRETENDE BATER FIRME NA FORMAÇÃO E NAS PRÁTICAS QUE FORTALECEM A CULTURA DA EXCLUSÃO (JCRP-098/1996) [1, Lead]

Outro assunto que promete incendiar o plenário são as práticas alternativas.(...) (JCRP-098/1996) [5]

... a discussão sobre as práticas alternativas não vai se deter em exames de cada uma das chamadas terapias alternativas.(...) (JCRP-098/1996) [6]

A inserção da temática em um conjunto mais amplo de discussões produz, entre outros possíveis, um efeito discursivo - institucional, portanto - de generalização e indefinição (*Os temas ligados...; as práticas que...; Outro assunto que...*), propício para isentar o enunciador-Conselho de se manifestar direta e

clusivamente sobre as práticas alternativas e, no entanto, permitir-lhe qualificá-las, junto com outras, como *práticas que fortalecem a cultura da exclusão* ou como um dos assuntos que *promete incendiar o plenário*. Neste sentido, vemos também como é explícita no discurso a intenção do Conselho de não *se deter em exames de cada uma das chamadas terapias alternativas*, o que se assemelha com o enunciado que queria não ser propósito da categoria avaliar a eficácia das práticas. Observe-se, porém, como pode ocorrer, em um tal discurso, uma produção de sentidos bastante diversa daquela que, supomos, seria a almejada. Um aspecto que se destaca refere-se ao fato de que, a despeito de seu desinteresse em examinar cada prática em particular ou em discutir sua eficácia, o Conselho enuncia que este é um assunto capaz de *incendiar o plenário*, além de, antes, já tê-lo incluído no rol *das práticas que fortalecem a cultura da exclusão*. Ora, se por um lado o enunciador-Conselho parece pretender se isentar e talvez, com isso, manter-se distanciado da polêmica que ele próprio anuncia, por outro tal isenção mantém sua relação com as práticas alternativas na mesma indefinição que já apontamos anteriormente. Sabemos já, pelos enunciados apresentados, que não será o Conselho quem vai definir/determinar a eficácia e/ou o caráter das práticas, ainda que ele suspeite de tal caráter. Mas é o enunciador-Conselho que se mantém referindo-se àquele conjunto de práticas com a expressão *alternativas*, mesmo que remeta a outrem/alhures a autoria/origem do termo.

Antes de aprofundarmos a análise dessas estratégias discursivas - efeitos e disparadores, simultaneamente, da ordem discursiva e institucional que dessa forma se revela - apresentemos mais dois fragmentos de texto/discurso do CRP (JCRP-100/1996), sobre as deliberações do Congresso Regional da Psicologia, analisados quanto aos modos de seu locutor-enunciador localizar, no enunciado, as práticas alternativas:

Foram discutidos temas diretamente ligados ao dia-a-dia do profissional no trato com a população, tais como: avaliação psicológica, as práticas atualmente conhecidas como "terapias alternativas", critérios para abertura e fechamento de cursos de psicologia, os estágios supervisionados e as clínicas-escola. (...) (JCRP-100/1996) [4]

PREOCUPAÇÕES COM AS PRÁTICAS ALTERNATIVAS
A polêmica sobre as chamadas práticas alternativas também
foi uma das preocupações centrais dos delegados.(...) (JCRP-
100/1996) [8]

Aqui novamente aparece a referência às práticas alternativas pelo emprego da expressão *as chamadas práticas alternativas*. Além disso, observamos a introdução de uma outra expressão: *as práticas atualmente conhecidas como "terapias alternativas"*. É interessante, sobretudo, notar o emprego da expressão "*terapias alternativas*" como correlata da freqüentemente utilizada "práticas alternativas", a exemplo do que se viu também em fragmento anterior (JCRP-098/1996). Novamente podemos supor não ser apenas uma questão de variação de expressões sinônimas a escolha de uma ou outra expressão; pensamos que, na medida mesma de sua opção por *terapias*, o enunciador-Conselho acaba por reconhecer, em seu discurso, o caráter terapêutico das referidas práticas, que inclusive destaca, em alguns momentos, como em JCRP-100: *tarô, florais de Bach, búzios, terapia de vidas passadas, etc.* Ou seja, do ponto-de-vista do discurso do Conselho sobre a questão práticas alternativas, estas são algumas das (como mostra o *etecétera* que termina a seqüência) *terapias* que se podem considerar *alternativas*. Uma vez nomeadas dessa maneira, é hora de nos perguntarmos com que discurso se tece a relação dessas práticas com a Psicologia, os psicólogos e o próprio Conselho.

3.2.2 A Psicologia

Parece-nos evidente que a Psicologia ocupe lugar de destaque no discurso do CRP, seja este ou não sobre as práticas alternativas. Interessa-nos, portanto, e em um primeiro momento, mapear as formas que assume a Psicologia nesta ordem discursiva, sua constituição, suas bases teóricas, sua especificidade, seus métodos, técnicas e instrumentos. Vejamos os principais extratos em que essa configuração se faz explícita:

O que é válido ou não no tratamento de um paciente? Quais os métodos e as técnicas que um psicólogo pode utilizar? Quando um método ou uma técnica podem ser considerados científicos? A resposta, ou as respostas não estão no bolso do colete, a menos que a verdade seja propriedade privada. Ora, como a ciência está sendo, não é um produto acabado à venda nas boas casas do ramo, tomemos, para começo de conversa, que uma ciência é, pelo menos, um conhecimento sistematizado. Na área da Psicologia, como de resto em qualquer área do conhecimento, todo dia surgem novidades. Novidades, sim. Não milagres. (JCRP-002-1981) [6]

Conforme observamos anteriormente, embora não se verifique, em JCRP-002/1981 e JCRP-041/1986, uma problematização clara que se refira às práticas alternativas no campo das técnicas psicológicas, também não deixamos de ver contemplada, desde esse primeiro momento, a discussão a respeito do que constituiria o campo da Psicologia e o que pertenceria a outras áreas/disciplinas.

Destarte, quando o enunciador-CRP lança as perguntas (*O que é válido ou não ...; Quais os métodos e as técnicas...; Quando ... podem ser considerados científicos...*) que ele próprio parece se dispor a responder (*A resposta, ou as respostas não estão ...; Ora, como a ciência ..., etc...*), ele passa a problematizar uma situação em que também se coloca, com sua concepção de ciência (*uma ciência é, pelo menos, um conhecimento sistematizado*) e de psicologia (*Na área da Psicologia, como de resto em qualquer área do conhecimento, todo dia surgem novidades*).

Essas perguntas são emblemáticas, uma vez que parecem condensar um questionamento (ou uma discussão?) que reencontraremos repetidas vezes em todos os outros textos. Observe-se a maneira como são formuladas e apresentadas ao leitor, sugerindo o início de um debate ou, melhor, o questionamento das bases que sustentariam a prática psicológica (*métodos e ... técnicas que um psicólogo pode*

utilizar), além de introduzir uma discussão sobre a cientificidade das técnicas (*Quando um método ou uma técnica podem ser considerados científicos ...*). Estas, subentende-se que estejam relacionadas à psicologia; no entanto, o enunciado é impreciso o bastante para deixar em aberto se sua referência extrapola ou não o âmbito da prática psicológica.

É de se considerar, também, que o locutor-Conselho está dirigindo suas perguntas ao seu co-enunciador – o leitor do Jornal do CRP-06 – que por sua vez é, em primeira instância, o profissional de psicologia. Assim, se é o próprio locutor – o Conselho de Psicologia, instituição responsável por disciplinar e fiscalizar o exercício profissional dos psicólogos – quem formula tais questões, é de se perguntar a razão de elas estarem sendo dirigidas ao público-alvo, leitor do jornal, os psicólogos. Isso porque já há uma antecipação do Conselho às suas próprias perguntas: *A resposta, ou as respostas não estão no bolso do colete, a menos que a verdade seja propriedade privada*, o que sugere não ser seu objetivo obter respostas de outrem mas, sim, preparar o terreno para sua própria argumentação.

Tomemos um dos subentendidos⁵⁸ derivados do enunciado e veremos, primeiramente, que se ... *as respostas não estão no bolso do colete, a menos que a verdade seja propriedade privada* ... então não há quem detenha a verdade, a não ser que consiga torná-la privativa. Assim, neste discurso, não sendo a verdade propriedade privada ... ela só pode ser pública. O que sugere que nem o Conselho nem os psicólogos, frente às questões formuladas, podem dar respostas isoladamente, particularizando sua verdade.⁵⁹ A despeito disso, lemos o Conselho apresentar, *para começo de conversa*, sua visão de ciência: *não é um produto acabado à venda nas boas casas do ramo*. Além disso, *uma ciência é, pelo menos, um conhecimento sistematizado*.

Quanto à visão da Psicologia explicitada nesse enunciado, vemos que, na área psicológica, as novidades surgem *todo dia*. Mas, como se lê: *Novidades, sim. Não milagres*. Assim, se o posto do enunciado é que o conhecimento científico é produto

⁵⁸ Assumimos aqui o conceito de subentendido como um dos operadores conceituais advindo da AD e da Pragmática, conforme a definição de Maingueneau, citada na página 118 deste trabalho.

⁵⁹ Essa estratégia discursiva torna-se uma importante sustentação do posicionamento do CRP-06, nesse momento (1981), quanto ao uso, por psicólogos, de técnicas estranhas à formação profissional. Voltaremos a este ponto, adiante.

de um processo que exige sistematização (... é, pelo menos, um conhecimento sistematizado), por outro lado, quanto à Psicologia, está subentendido que tal sistematização deva ser cotidiana - uma vez que as novidades surgem *todo dia* - e árdua, uma vez que não há *milagres*. Aqui o que está pressuposto é que milagres existem. Assim, é possível que aqui a alusão a *milagres* sugira a idéia de soluções fáceis e/ou mágicas, enquanto que *sistematização* evoca a idéia de um processo trabalhoso. Podemos suspeitar, então, que nesse primeiro momento a evocação do caráter científico da psicologia seja atestado muito menos pela definição precisa dos métodos e técnicas que ela poderia incluir do que por sua condição de manter-se aberta à sistematização das novidades, que surgem diariamente. Vejamos por que.

Se do enunciado: *como a ciência está sendo, não é um produto acabado à venda nas boas casas do ramo*, pudermos subentender que a ciência é produto em elaboração e, ainda, se pudermos também subentender que a *área da Psicologia*, na condição de *área do conhecimento*, é apresentada, nesse discurso, como relacionada à ciência, devemos considerar, uma vez que *uma ciência é, pelo menos, um conhecimento sistematizado*, que todo o empenho da Psicologia, se é que pretende constituir-se como um campo de conhecimento científico, deva ser no sentido de avançar a partir da sistematização das novidades que surgem todo dia. Parece contraditória, porém, e pouco científica, a busca de sistematização de todas as novidades que surgem cotidianamente. A ponto de supormos serem necessários milagres também cotidianos para que seja possível discriminar, dentre as novidades, aquelas que de fato podem vir a se constituir como instrumentos válidos, *no tratamento de um paciente* - processo esse que costuma demandar um tempo maior que o necessário para que surja uma outra novidade.

A questão da cientificidade da Psicologia e a definição de seus instrumentos também marca presença no texto de quase cinco anos depois. Encontramos aqui, entretanto, definições mais claras quanto a uma concepção da psicologia como ciência e seu instrumento privilegiado - segundo o que nossa análise nos permite demonstrar - : o teste psicológico.

Assim entendemos, também, porque os "testes" que aparecem em revistas, principalmente as ditas femininas, exercem uma grande atração no ser humano. (...) sua função é lúdica; serve como "passatempo", embora, é claro, muitas pessoas que realizam tais testes podem acreditar em seu

resultado e se pautar por ele. (...) Tais "testes" utilizam-se de terminologias que lembram termos da ciência psicológica o que leva muitos leigos a julgarem estar, de fato, sendo "apreciados" em seus aspectos psicológicos, tal como se, realmente, houvessem feito um teste padronizado e cientificamente válido. (JCRP-041/1986) [5]

O dito, ou posto, desse enunciado é que o público *leigo* pode confundir os testes publicados em revistas com aqueles que provêm da *ciência psicológica* (... o que leva muitos leigos a julgarem estar, ... sendo "apreciados" em seus aspectos psicológicos, tal como se ... houvessem feito um teste padronizado e cientificamente válido.). Essa confusão parece ocorrer tanto por conta da utilização de uma terminologia semelhante (*terminologias que lembram*) quanto pela atração que tais testes podem exercer (...*exercem uma grande atração no ser humano*...). Por outro lado, a função lúdica do teste de revista, antes diagnosticada pelo locutor-CRP, parece não se evidenciar ao público *leigo*. Aqui importa saber quem seriam os *muitos leigos* a que se refere o enunciado, ou melhor, o que caracterizaria a posição de *leigo*. A lógica discursiva deste e do enunciado seguinte, embora não mencione explicitamente quem ocupa a posição de *leigo*, mostra-nos que *leigo* é o público que não é psicólogo:

Com relação a tal situação [a confusão do público quanto aos testes] cabe, a nós psicólogos, quer individualmente, quer através de suas entidades representativas, esclarecer ao público a diferença que existe entre esses testes e os testes feitos por um profissional habilitado para tal mister. (JCRP-041/1986). [6]

Um tal esclarecimento quanto à *diferença entre esses testes e os testes feitos por um profissional habilitado para tal mister* introduz no discurso do CRP não só a idéia de que é tarefa dos psicólogos *esclarecer*, como a própria atribuição dessa tarefa aos mesmos: *cabe, a nós psicólogos, quer individualmente, quer através de suas entidades representativas...* Esse esclarecimento parece implicar, assim, a defesa do teste psicológico como instrumento do psicólogo, na medida de sua diferenciação dos testes de revistas. Note-se o uso das aspas que faz o locutor quando se refere aos testes não científicos, mostrando sua suspeita quanto à credibilidade dos mesmos. Note-se também que, talvez inadvertidamente, exatamente no momento em que se refere aos testes de revista tomados como testes psicológicos (...*muitas pessoas que realizam tais testes podem acreditar em seu resultado e se pautar por*

ele ... tal como se...), as mesmas aspas não aparecem. Mero erro tipográfico, seria nossa conclusão, caso se tratasse de uma ocorrência isolada. Mas, a exemplo de outros erros gramaticais que verificamos, justamente em um texto que se apresenta sob a rubrica de Editorial do Jornal do CRP-06, essa é uma situação recorrente - o que configura um fenômeno discursivo de importância para nossa análise. Assim, lemos na continuação do parágrafo:

Esses testes, embora nos desagradem enquanto profissionais, cumprem uma determinada função dentro da perspectiva do indivíduo humano em sua busca de seu ser no mundo, podemos criticar tais testes, mas não temos o poder e, creio, o direito de impedir tais publicações, mesmo porque foge ao âmbito do exercício da profissão de psicólogo. (JCRP-041/1986) [6]

É interessante notar como a ausência das aspas neste período coincide, novamente, com uma enunciação em que os testes de revista parecem resgatar alguma credibilidade, diferentemente de quando são mencionados pela primeira vez no texto, entre aspas. Essa credibilidade, por sua vez, parece ocorrer a partir do reconhecimento da função desses testes para o *indivíduo humano*, em busca de *seu ser no mundo*. Reconhecimento esse que parece se dar em nome de uma certa condição, de ordem moral e legal: ... *não temos o poder e, creio, o direito de impedir tais publicações, mesmo porque foge ao âmbito do exercício da profissão de psicólogo*. Impõe-se, então, por esta lógica discursiva, a idéia de que, ainda que tais testes desagradem aos psicólogos, não é de sua alçada fazer algo a respeito, além de criticá-los (*podemos criticar tais testes...*).

Esse texto, embora pouco se refira às práticas alternativas, aborda um aspecto fundamental à nossa análise, na medida em que, de forma muito eloqüente, apresenta e defende o teste psicológico como instrumento da psicologia e, mais que isso, define suas características e sua função, a partir de uma determinada concepção da psicologia. Vejamos:

... Torna o teste psicológico um "inimigo" que deve ser vencido e não aquilo que de fato o teste é, um instrumento que auxilia ao próprio indivíduo a se conhecer, dentro de uma perspectiva própria de um campo do conhecimento humano, a psicologia. (JCRP-041/1986) [9]

... o teste psicológico não "inventa" uma pessoa. O teste psicológico reflete, traduz o que uma pessoa é (...) (JCRP-041/1986) [10]

Temos aqui uma descrição do teste psicológico que o apresenta tanto como um instrumento auxiliar para o autoconhecimento (... *aquilo que de fato o teste é, um instrumento que auxilia ao próprio indivíduo a se conhecer ...*) quanto como um objeto especular (*O teste psicológico reflete, traduz...*), também servindo ao conhecimento do ser: ... *o que uma pessoa é*. Analisando aquilo que se encontra mostrado nesta seqüência de enunciados encontramos uma construção bastante interessante a respeito do teste psicológico e da psicologia, que se baseia, necessariamente, em pressupostos a apontar. O primeiro deles refere-se à pressuposição da cientificidade da psicologia (... *utilizam-se de terminologias que lembram termos da ciência psicológica...*). Em seguida, vemos o próprio teste psicológico ter autenticada, por tal cientificidade, uma função que o autoriza como instrumento, válido, de apreciação de aspectos psicológicos das pessoas: ... *muitos leigos ... sendo "apreciados" em seus aspectos psicológicos, tal como se, realmente, houvessem feito um teste padronizado e cientificamente válido*. Outro pressuposto importante se encontra no enunciado que diz: ... *esclarecer ao público a diferença que existe entre esses testes e os testes feitos por um profissional habilitado para tal mister ...* e mostra que deve haver, portanto, uma habilitação profissional para que se apreciem aspectos psicológicos. Leve-se ainda em conta o enunciado que diz, sobre os testes de revistas, que *Esses testes, embora nos desagradem enquanto profissionais, cumprem uma determinada função dentro da perspectiva do indivíduo humano em sua busca de seu ser no mundo...*, mostrando não haver, então, uma única forma de responder à busca enunciada como *busca do indivíduo humano por seu ser no mundo*. Temos, assim, a pressuposição de existência de uma psicologia científica, que se vale do - e valida o - teste psicológico como seu instrumento principal, na perspectiva de oferecer, ao ser humano, a possibilidade de ele conhecer a si próprio (... *auxilia ao próprio indivíduo a se conhecer, dentro de uma perspectiva própria de um campo do conhecimento humano, a psicologia*). Acompanhar essa lógica discursiva nos leva a pensar que, se este autoconhecimento tem a sustentação do conhecimento científico, representado pela psicologia, testes quaisquer, publicados em revistas quaisquer, não valem senão para oferecer diversão. (... *sua*

função é lúdica; serve como "passatempo"). No entanto, como vimos, embora seja apontado o caráter lúdico desses últimos, ... *é claro, muitas pessoas que realizam tais testes podem acreditar em seu resultado e se pautar por ele*. Assim, é de se pensar se o que está em jogo, nesse discurso, não é a própria credibilidade do teste psicológico diante do teste de revista, uma vez que, sob esta ótica, os dois podem se propor a auxiliar as pessoas a se conhecerem melhor.

Verificamos como essa questão de credibilidade do teste psicológico em relação a testes de revistas se mantém presente no discurso do CRP, anos depois, no texto utilizado na campanha nacional de 1992, com informações e esclarecimentos à população sobre as práticas alternativas e os serviços psicológicos:

Uma das atribuições do psicólogo é aplicar, apurar e fazer uso de testes psicológicos. Não leve a sério diagnósticos baseados em testes aplicados por profissionais não-habilitados ou divulgados em revistas não-científicas.(JCRP-078/1992) [11]

A análise do enunciado: *Uma das atribuições do psicólogo é aplicar, apurar e fazer uso de testes psicológicos*, permite-nos concluir estarmos diante de uma técnica da psicologia privilegiada em relação a outras técnicas psicológicas, uma vez que - embora seja citada como *uma das atribuições* - é a única mencionada, e isso ocorre ao longo de todo o texto. É verdade que o alerta ali feito ao usuário é o de não levar *a sério* testes que não sejam aplicados por psicólogos ou que sejam publicados em *revistas não-científicas* - e isso poderia, por si, justificar a menção ao teste psicológico como a técnica psicológica nominalmente identificada.

Trata-se, porém, de um texto que vai sendo todo ele construído a partir de oposições e diferenciações entre técnicas psicológicas e técnicas alternativas, forma enunciativa que reaparece em outros textos, como recorrência, conforme veremos adiante. Aqui (JCRP-078), as características próprias às técnicas psicológicas que vão surgindo ao longo do texto encontram, na menção ao teste psicológico, seu exemplo concreto.

Não parece ser essa, entretanto, a posição que o teste psicológico vem a ocupar, em textos posteriores:

... a se considerar as tendências esboçadas por eventos anteriores tratando do mesmo tema no âmbito do CRP-06, a utilização dos instrumentos da psicologia deverá ser questionada em suas bases ideológicas. A grande questão

deverá girar em torno de um posicionamento dos psicólogos em relação à prática que contribui para a cultura da exclusão, respaldada em laudos, testes e todo o instrumental desenvolvido pela psicologia. (JCRP-098/1996) [3]

A análise desse enunciado possibilita-nos confirmar, no discurso do CRP-06, o lugar do teste como um dos *instrumentos da psicologia*. Assim, embora haja, segundo o enunciado, todo um *instrumental desenvolvido pela psicologia*, o que sugere haver outros instrumentos, são os testes e os laudos psicológicos que se encontram identificados nominalmente no texto.

É sempre curioso observar a inevitável produção de efeitos de desconhecimento, em qualquer discurso. Se por um lado o teste é reconhecido na condição de instrumento da psicologia, por outro, sua utilização, que *deverá ser questionada em suas bases ideológicas*, parece ser um dos elementos que respalda a *prática que contribui para a cultura da exclusão*. Ora, se a utilização dos instrumentos da psicologia - o teste, entre eles - deve ser *questionada em suas bases ideológicas* pelos psicólogos, que são justamente os profissionais que se valem de tais instrumentos e são aqueles de quem se espera um posicionamento (*A grande questão deverá girar em torno de um posicionamento dos psicólogos em relação à prática que contribui para a cultura da exclusão*), então o *posicionamento dos psicólogos* é também, e necessariamente, uma questão ideológica. E mais: uma vez que o teste respalda *uma prática que contribui para a cultura da exclusão*, o que está pressuposto, então, no discurso do CRP-06, é a existência de uma psicologia que exclui. Assim também, se o enunciado diz haver uma *prática que contribui para a cultura da exclusão, respaldada em laudos, testes e todo o instrumental desenvolvido pela psicologia* - ainda que ele não defina nem o que seja *cultura da exclusão* nem o que integra *todo o instrumental desenvolvido pela psicologia* - ele está, ao mesmo tempo, por efeito de seu próprio discurso, mostrando praticar a exclusão que enuncia.

Isso se dá primeiramente na medida em que os psicólogos que se valem de laudos e testes em sua prática profissional - instrumentos legítimos, reconhecidos pelos próprios Conselhos de Psicologia - são localizados no lugar de quem contribui com a prática da exclusão, que é respaldada por esses instrumentos. Em segundo lugar, ao enunciar o indefinido e genérico *todo o instrumental desenvolvido pela psicologia* na série dos elementos que respaldam a prática da exclusão, o CRP-06

parece, também ele, excluir. Excluir, da psicologia, toda e qualquer possibilidade de não respaldar a exclusão. O que converteria, por sua vez, a própria prática da psicologia em prática de exclusão. Se assim for, os psicólogos responsáveis por tais enunciados ou estarão também se excluindo, ou estarão criando uma outra psicologia - uma prática alternativa à prática psicológica que se vale de todo um *instrumental* não discriminado no enunciado, mas que inclui testes e laudos psicológicos.

Uma outra linha discursiva parece se desenhar no discurso do Conselho, pouco tempo depois:

ABUSOS COM TESTES PSICOLÓGICOS

A utilização indiscriminada de testes psicológicos foi um dos temas discutidos no Congresso. Muitos profissionais têm questionado os fundamentos teóricos e a validade desses testes para a população brasileira, já que quase todos eles são elaborados em outros países e aplicados aqui sem nenhuma adequação. Durante o Congresso, os psicólogos condenaram a avaliação psicológica baseada unicamente nesse instrumento. (JCRP-100/1996) [5]

Encontramos nesse fragmento uma abordagem mais direcionada à aplicação do teste psicológico e ao questionamento de algumas de suas características: ... *têm questionado os fundamentos teóricos e a validade desses testes ... já que quase todos eles são elaborados em outros países e aplicados aqui sem nenhuma adequação.* O elemento que parece se repetir aqui diz respeito às formas enunciativas com que o CRP se posiciona em relação ao teste: *Durante o Congresso, os psicólogos condenaram a avaliação psicológica baseada unicamente nesse instrumento.* Observe-se, em primeiro lugar, que *os psicólogos* refere-se aos participantes do Congresso - delegados e conselheiros - mas, na forma genérica como enunciado, pode sugerir a presença e/ou a participação de toda a categoria dos psicólogos no mesmo evento. Esta estratégia discursiva, muito utilizada no gênero de discurso político, impõe ao co-enunciador a coerção de uma afirmação (em geral pelo uso do modo verbal indicativo - *condenaram*) de forma a fazer valer aquilo que se enuncia como uma verdade inquestionável. Assim, ao posto do enunciado que diz que *os psicólogos condenaram...*, corresponde um pressuposto de que *os psicólogos* dispõem da prerrogativa de condenar - no caso, *a avaliação psicológica baseada unicamente* no teste psicológico - e, por outro lado, que seja essa uma prerrogativa passível de ser exercida em um Congresso (*Durante o Congresso ... condenaram*). O

Congresso converte-se, então, em uma instância jurídica, capaz de emitir sentenças sobre instrumentos de avaliação psicológica.

Voltemos agora nossa atenção a outros modos de dizer a concepção de Psicologia que se apresenta no discurso do CRP quando este se posiciona em relação às práticas alternativas:

... a Psicologia tem seu próprio corpo de conhecimentos desenvolvido (de modo a ser aplicado no campo da terapia) que não se vincula, de maneira nenhuma, às técnicas difundidas pela parapsicologia e astrologia, tais como o mapa astral.(...)
(JCRP-062/1989) [4]

Aqui a Psicologia ressurge como detentora de um *corpo de conhecimentos desenvolvido* próprio, e que possibilita sua aplicação *no campo da terapia*. O que permanece obscuro, a exemplo de outros fragmentos já analisados, é o que integra tal *corpo de conhecimentos*. Temos indicados até o momento, na condição de instrumentos da psicologia, o teste psicológico e os laudos. Também o *campo da terapia* é indicado de forma genérica, não ficando claro, no enunciado, o que pode ou não ser compreendido por ele, mas ficando pressuposto, por parte do enunciador (pelo uso do artigo definido na preposição no, de *no campo da terapia ...*) de que seja do conhecimento de seu co-enunciador o que é abarcado por esse campo. Assinale-se, ainda, que em nenhum outro momento do texto do qual destacamos o fragmento acima se encontra discriminado o que aqui apontamos como obscuro. Temos, assim, um *corpo de conhecimentos* cujos elementos desconhecemos, mas que pode ser *aplicado no campo da terapia*, cuja configuração também desconhecemos.

A mesma indefinição quanto aos conhecimentos, técnicas, instrumentos, que comporiam o campo da Psicologia se faz presente no texto seguinte:

A Psicologia se baseia em conhecimentos científicos.
(...)
A Psicologia não faz milagres. Práticas místicas e advinhatórias não são técnicas da Psicologia. (JCRP-078/1992)
[7; 8]

Se o enunciado que diz que *A Psicologia se baseia em conhecimentos científicos* talvez não introduza nenhuma novidade no que já vimos até então, quanto à associação da psicologia com a ciência, e apenas reafirme a indefinição, no discurso, do que vem a constituir tais conhecimentos científicos, o enunciado que

afirma que *A Psicologia não faz milagres*, parece-nos assumir uma posição chave - de múltiplos sentidos e encadeamentos com outros enunciados, anteriores e posteriores - no discurso do Conselho. Senão vejamos.

Afirmar não fazer milagres implica dizer que há milagres e quem os faça. Assim, afirmar não fazê-los é diferenciar-se de quem os faz; além de distanciar-se de qualquer conotação mística que o termo carregue. Também se pode apontar que o dito *A Psicologia não faz milagres* pressupõe haver quem pense que ela os faz, ou espere isso dela. É interessante pensarmos que, do ponto de vista da lingüística, estamos diante de uma figura de linguagem utilizada para expressar uma idéia por meio de uma analogia com outra imagem, não literal.⁶⁰ No caso, a imagem de fazer ou não milagres é associada à religião, ou ao sobrenatural. Fazer milagres costuma ser atribuição de Deus, dos santos, ou de alguma outra espécie de místico. Dessa forma, fazer milagres é da ordem do sobrenatural. Ora, se a psicologia não é Deus, nem santa, nem mística, talvez não precisasse dizer que não faz milagres. Se o diz é por alguma razão não totalmente clara, ainda. Mas, se observarmos o enunciado imediatamente posterior ao que estamos analisando, veremos que ele se refere a *práticas místicas e adivinatórias*, que *não são técnicas da Psicologia*. Destaque-se, neste sentido, como o emprego equivocado do termo *advinatórias*⁶¹ configura uma cena discursiva tal que se pode por em questão o sentido explícito do enunciado: o que são práticas adivinatórias? A que está o CRP denominando com este termo? Como identificá-las? Se a Psicologia não faz milagres e, então, nada tem a ver com o místico, o religioso ou o sobrenatural, esse enunciado só o confirma. Discriminam-se e qualificam-se, neste texto, as técnicas que não são da Psicologia. Mas novamente não se apontam as que são. O que se marca, entretanto, é a polarização entre ciência, de um lado, e milagres, de outro.

⁶⁰ Como Aquino já postulava em sua tese de doutorado (1995), os efeitos de desconhecimento no discurso podem ser identificados em expressões com função conotativa, como seria o caso de figuras de linguagem, particularmente a metáfora e a metonímia. A assertiva *A Psicologia não faz milagres* parece ser um bom exemplo disso.

⁶¹ Pensamos ser o termo *divinatórias* o que se pretendeu utilizar aqui, cujo sentido - "1. Relativo a divinação ou adivinhação. 2. Que tem a faculdade de adivinhar..." (cf. Ferreira, 1977, p.486) - é semelhante ao utilizado no texto do CRP (*advinatórias*). Este último não encontra lugar no dicionário, além de estar grafado incorretamente. Aqui temos um fenômeno discursivo importante, em se considerando a origem do texto: de um lado, o uso de um neologismo; de outro, um erro ortográfico em um texto produzido em condições em que se supõe conhecer e dominar a língua culta.

Antes de prosseguirmos na análise, talvez seja útil fazer um esclarecimento quanto à nossa assunção de uma certa personificação do Conselho. A hipótese de que essa personificação permite a uma instituição discursar por meio de seus locutores/enunciadores tem sido tomada em consideração durante toda a análise, já que marca uma ordem discursiva característica (mas não exclusiva) de uma instituição como o CRP-06. Assim, quando no enunciado se lê Conselho, Psicologia, etc..., lemos – concomitantemente – o discurso de seus atores concretos que, legitimando tal personificação, legitimam-se a si próprios neste lugar.

Posto isto, passemos ao enunciado que diz:

Na verdade, a Psicologia é um conhecimento em construção e o dogmático pode inibir seu desenvolvimento. Neste sentido, a Psicologia Clínica, em especial no Brasil, não pode negar a realidade de um país que sofre uma crise sócio-econômica, bem como a desinformação do público leigo quanto às linhas de atuação e objetivos das Psicoterapias. (JCRP-081/1993) [6]

Em que pese o sentido do termo - ainda obscuro para nós - neste contexto discursivo, sabemos que o *dogmático* tem o poder de inibir o desenvolvimento da Psicologia. Se sujeito ou predicado, aquilo que se liga à postura dogmática implica estar ligado ao que é indiscutível. Sendo assim, é preciso que haja discussão para que a Psicologia *em construção* possa se desenvolver sem inibição e não se feche em posturas dogmáticas.

Lemos entretanto, a seguir, que *a Psicologia Clínica ... não pode negar a realidade de um país ... bem como a desinformação do público leigo quanto às linhas de atuação e objetivos das Psicoterapias*. Ou seja, a instituição *Psicologia Clínica* - aqui em destaque e personificada, no lugar dos seus agentes privilegiados, os psicólogos clínicos - *não pode negar* as afirmações/constatações do enunciador quanto à crítica condição *sócio-econômica* do Brasil, nem a situação de *desinformação do público leigo* com relação *às linhas de atuação e objetivos das Psicoterapias*. Porém, se examinarmos o enunciado: *a Psicologia Clínica ... não pode negar...*, veremos que o pressuposto que o sustenta é o de que a Psicologia Clínica disponha da prerrogativa de negar ou de ter negado, em algum momento, a realidade sócio-econômica do país e a desinformação do público leigo. Ora, se há desinformação do público leigo quanto à diversidade de linhas e objetivos das psicoterapias, essa desinformação é da responsabilidade da Psicologia Clínica - uma

instituição possível na ação concreta de seus agentes, os psicólogos clínicos. Esta, porém, segundo o pressuposto do enunciado, pode negar ou ter negado a desinformação do público quanto a suas possibilidades terapêuticas (*linhas de atuação e objetivos das Psicoterapias*), instituindo, com isso, não só uma diferença entre o público leigo e o não leigo, de acordo com seu grau de informação, quanto uma situação pouco propícia à discussão, uma vez que a informação costuma ser condição necessária à discussão. Assim, ao configurar-se como conhecimento em construção, a Psicologia parece poder contar apenas com o público não leigo, aquele que supostamente conhece as diferenças entre linhas e objetivos das Psicoterapias, ou seja, os psicólogos.

Nessa vertente, considerem-se os trechos seguintes, todos extraídos do mesmo texto:

... a Psicologia é uma ciência, na qual se opera com métodos próprios e técnicas específicas, que foram instituídos graças a teorias submetidas a comprovações práticas através dos tempos. (JCRP-086/1994) [2]

O tipo de informação que o enunciado apresenta, no nível do explícito (dito), sobre o que é a Psicologia, nos diz que ela é ciência, possui métodos e técnicas particulares, desenvolvidos pela comprovação prática de teorias, ao longo do tempo. O que está implicado, no nível do implícito (mostrado), aponta-nos a insuficiência dessa informação. Observe-se a indefinição dos termos empregados no enunciado, com relação aos quais podemos propor as perguntas apresentadas entre parênteses: ... *a Psicologia é uma ciência* (O que isso implica, ser uma ciência? De que concepção de ciência se trata?); ... *se opera com métodos próprios e técnicas específicas* (quais são os métodos *próprios* e as técnicas *específicas* com que *se opera*? quem opera?); ... *foram instituídos* (por quem? quando?); ... *graças a teorias submetidas a comprovações ...* (que teorias?, que comprovações?); ... *através dos tempos* (desde quando?, até quando?). Vemos, dessa maneira, que a informação mais relevante do enunciado pode ser considerada a grande indefinição sobre o que é a Psicologia.

A seqüência seguinte parece atestar, em ato, o que nossa análise apontou:

É bastante difícil definir o que exatamente faz parte do exercício profissional da Psicologia (...)

Normalmente, é mais fácil perceber o que não é Psicologia (...) (JCRP-086/1994) [3; 4]

Retomaremos a análise dessa seqüência enunciativa mais adiante, quando enfocarmos a relação da Psicologia com as práticas alternativas no discurso do CRP. Assinale-se, por ora, que a dificuldade de definir o que é psicologia, bem como a facilidade de perceber o que ela não é, encontra-se enunciada no discurso do CRP-06. Sendo assim, é de se perguntar o que acontece quando a solicitação de uma definição do que seja a psicologia é endereçada aos seus agentes concretos, os psicólogos.

3.2.3 Os Psicólogos

Conforme já apontado em outros momentos, nossa suposição é de que quando o CRP age/discursa - ocupando, portanto, a posição de enunciador - seus co-enunciadores principais sejam os psicólogos, uma vez que são eles quem constitui a clientela direta do CRP. Apresentamos a seguir trechos em que esse discurso dos e aos psicólogos encontra-se explícito. A análise mostra haver sempre atitudes, posturas e convicções dos psicólogos pressupostas no discurso do CRP, de forma que o(s) lugar(es) em que este último os coloca quando enuncia sobre seu papel, sua formação, formas de trabalho, organização, etc., configura (e é configurado por) uma cenografia específica dessa particular relação, CRP/psicólogos.

É recorrente a presença de apreciações sobre os psicólogos e, muito embora a forma como isso ocorre possa variar de gestão para gestão, são essas apreciações que, ditas ou mostradas, sustentam as formas específicas de o Conselho discursar/exercer seu papel em relação à sua clientela. Passemos à análise:

... *“Vamos adotar uma ‘escola’ para cada paciente. Não podemos colocar o indivíduo numa trilha e dizer que ‘tudo é complexo de Édipo’. Portanto, não podemos ser só Freud, só Klein”. Vilma e Adelaide consideram que é um conjunto de fatores que fará com que o indivíduo se modifique. E, para atender as necessidades atuais e reais do paciente (...) (JCRP-002/1981) [1]*

Observe-se a estratégia discursiva de que se vale o CRP neste enunciado, quando, por intermédio do discurso relatado, direto (uma das modalidades polifônicas mais presentes neste texto), dá voz às próprias psicólogas. A análise desses dois planos sobrepostos - já que se pode identificar um discurso do CRP e um discurso das psicólogas a quem ele se refere - assume aqui grande importância. É o que nos possibilita identificar uma postura política por parte do Conselho em relação às psicólogas, e aos psicólogos em geral: tanto se pode afirmar que, se são as psicólogas quem fala, a responsabilidade pelo enunciado é delas, quanto se pode perguntar se o Conselho concorda ou não com as assertivas das mesmas, uma vez que seu dito (das psicólogas) está no Jornal publicado por ele, Conselho.

Quanto ao que dizem as psicólogas, vemos que elas argumentam pela negação: o que explicitam é o que não podem fazer - *Não podemos colocar o indivíduo numa trilha e dizer que ‘tudo é complexo de Édipo’*, enquanto que o que

elas fazem se apresenta na forma da intenção futura: *Vamos adotar uma 'escola' para cada paciente*. A introdução do modo indicativo do verbo (poder colocar), em sua forma negativa, associada à pessoa que aí se identifica (nós) e ao tempo (presente), sugere que a atitude de não *colocar o indivíduo numa trilha ...* deva ser a atitude de todos (*Não podemos colocar*); destacando-se, com isso, a atitude que, afirmativamente, é intenção das psicólogas: *adotar uma escola para cada paciente*. Entretanto, quando dizem: *não podemos ser só Freud, só Klein*, mostram pressupostos aí implicados que nos interessa comentar.

Primeiramente, *ser ... Freud, [ser] ... Klein* é identificar-se, em algum nível, com esses referentes; em segundo lugar, é do conhecimento geral que Freud e Klein eram psicanalistas. Assim, o pressuposto é o de que não se pode ser só psicanalista, como Freud, como Klein. Opostas a esse não poder *ser só Freud, só Klein*, Vilma e Adelaide apontam tanto a pluralidade das escolas e técnicas de que podem lançar mão, e que vão variar de acordo com o paciente, como a diversidade de *um conjunto de fatores que fará com que o indivíduo se modifique*. Essa diversidade de fatores aparece aqui como a responsável pela modificação do *indivíduo*. Tal modificação, por sua vez, supõe de um lado uma demanda já identificada do indivíduo e, de outro, que seja esse o papel das psicólogas: fazer intervenções modificadoras. Em outras palavras, se *é um conjunto de fatores que fará com que o indivíduo se modifique*, então o indivíduo é modificável, transformável, pela ação do psicólogo que intervém, valendo-se desse conjunto de fatores que, como já vimos anteriormente, compõe-se de técnicas diversas. Há aqui pressuposições de existência: de um *indivíduo*, cliente do psicólogo; de um indivíduo que demanda; de uma demanda dirigida ao psicólogo e de um psicólogo que atende a essas demandas, sejam quais forem. É interessante assinalar que é com uma lógica discursiva semelhante a essa que os profissionais 'alternativos' reivindicam seu lugar junto à Psicologia, conforme veremos.

Sublinhe-se que o discurso relatado, direto e indireto, com que é construída grande parte do texto de onde extraímos esse fragmento é o recurso de que se vale o locutor CRP para apresentar a posição das psicólogas, como enunciadoras. Com isso, a "voz" de quem está falando do lugar do Conselho, da norma, da lei, pode confundir-se e ser confundida com a das psicólogas que estão defendendo seu direito

de usarem a(s) técnica(s) que julgarem mais apropriada(s) para cada um de seus pacientes, a despeito de ela ser ou não psicológica:

A pirâmide, explicam Vilma e Adelaide, é um simples condensador e distribuidor de energia cósmica ou ódica. Ela nada mais faz do que captar energia através das pontas, criando dentro um campo de força. Seu princípio é o de que o desequilíbrio da energia cósmica afeta o equilíbrio da energia calórica e o da telúrica, gerando desequilíbrios somáticos e psíquicos. A doença, assim, é conseqüência de uma descompensação de energia.

Na sua lide com os pacientes, Vilma e Adelaide não tomam as pirâmides com⁶² um "método" de atuação. É uma técnica, entre tantas, que dá resultados que consideram positivos. "Não se trata de bruxaria, como pode ver", dizem as psicólogas. Na defesa da liberdade de serem "eccléticas", Vilma e Adelaide argumentam que boa parte dos profissionais geralmente não admitem que abandonaram a "ortodoxia" na sua prática diária, uma vez que uma "linha" bem definida por enquanto é o que há de mais aceito do ponto de vista institucional. (JCRP-002/1981) [4; 5]

Esta seqüência, na qual lemos que *A pirâmide ... é um simples ...; Ela nada mais faz do que ...* e, ainda: *Na sua lide com os pacientes, Vilma e Adelaide não tomam as pirâmides com um "método" de atuação. É uma técnica, entre tantas...*, introduz um elemento interessante, que parece pretender a desmistificação das pirâmides (*é um simples; nada mais faz*) e sua incorporação ao trabalho clínico do psicólogo (*Na sua lide com os pacientes...*), por intermédio de uma descolagem do caráter místico de que elas poderiam estar investidas (*"Não se trata de bruxaria, como pode ver", dizem as psicólogas*). Se por um lado as pirâmides não estão sendo tomadas como um *"método" de atuação* - o que talvez exigisse maior rigor daqueles psicólogos que delas fazem uso em seu trabalho clínico (como a submissão a protocolos de pesquisa, sistematização dos dados e comprovação de resultados, por exemplo), por outro, os termos empregados para defini-las parecem servir para conferir-lhes um estatuto distinto de ser um conhecimento mágico, místico ou esotérico: apresentar-se como *uma técnica* e dar *resultados* faz aproximar esse conhecimento da ciência moderna. Ser, além disso, *uma técnica, entre tantas*, não é o que desqualifica as pirâmides como uma técnica qualquer, mas o que as coloca na

⁶² Conforme original. Supomos, pela construção geral do período, que o que se pretendia usar aqui fosse "como".

condição de *técnica*, e não de uma prática mística, *uma bruxaria*. E aqui se retoma a idéia de que não importa quais sejam as técnicas utilizadas pelos psicólogos em sua prática clínica, já que o que importa é atender as necessidades do paciente. Nesse texto, especificamente, o que parece importar é que, *se não se trata de bruxaria*, as técnicas utilizadas possam dar *resultados* considerados *positivos* no tratamento do paciente.

Dessa maneira, quando o enunciado diz: *Na defesa da liberdade de serem "eccléticas", Vilma e Adelaide argumentam ...* subentende-se que o ecletismo pode ser cerceado. Entretanto, defender a *liberdade de serem "eccléticas"*, no caso das psicólogas, é defender o direito de incluir as pirâmides como uma técnica a mais em sua prática profissional. E mais: *se defesa da liberdade*, o pressuposto evidente aí é de que esta liberdade pode ser atacada; encontrando-se, portanto, ameaçada. Mas... o que a ameaçaria, então? Ora, o que as psicólogas argumentam se explicita no enunciado: *... boa parte dos profissionais geralmente não admitem que abandonaram a "ortodoxia" na sua prática diária...* o que sugere, por um lado, que tais profissionais também utilizem técnicas diversas em sua prática e, por outro, que não admitir isso deve-se a algum tipo de cerceamento que o abandono da *"ortodoxia"* poderia acarretar. A razão de tal atitude (*não admitem que abandonaram a ortodoxia*), explícita no enunciado, é que *... uma "linha" bem definida por enquanto é o que há de mais aceito do ponto de vista institucional*. Assim, a ameaça à liberdade de ser eclético (ou à possibilidade de abandonar a ortodoxia) parece advir da falta de aceitação institucional que isso pode implicar. Certamente, este não é o caso de Vilma e Adelaide, que encontram lugar privilegiado no discurso do Conselho daquele momento.

Se é verdade que a análise parcial desse texto (JCRP-002/1981) não nos permite ainda identificar o posicionamento do Conselho com relação à utilização de técnicas como as pirâmides na atividade profissional do psicólogo, o uso do discurso relatado, como vimos, não isenta o enunciador - no caso, o Conselho - da responsabilidade pelo que enuncia.

Passemos agora à consideração de um outro aspecto relativo à relação do CRP-06 com os psicólogos:

Essas empresas, visando lucros, desrespeitam a toda uma classe profissional, por procurarem invalidar um instrumento

importante, por criarem um clima de competição negativa com os testes e, é claro, por decorrência, criarem um clima de competição com o próprio profissional psicólogo, lançando uma imagem desse profissional como alguém que existe para impedir, para frustrar seu sucesso na vida, quando é justamente o oposto que nós, psicólogos, pretendemos ser. (JCRP-041/1986) [11]

Há, aqui, para além da discussão sobre o teste psicológico, que já analisamos no tópico anterior⁶³ uma concepção relativa ao papel do psicólogo; este pretende ser, segundo o enunciado, *o oposto de alguém que existe para impedir, para frustrar seu sucesso na vida.*

Não sabemos ao certo a quem se refere o enunciador quando fala de *sucesso na vida*, uma vez que o pronome (*seu*) não remete claramente a nenhum sujeito ao longo do enunciado. Já destacamos, em outro momento, como o erro gramatical se converte em fenômeno discursivo, de acordo com o contexto enunciativo em que ele ocorre. Neste caso, em se tratando de um texto publicado pelo órgão informativo de uma instituição cujos agentes privilegiados possuem formação universitária, este fenômeno ganha contornos mais significativos, em especial por ser o editorial do jornal, o que implica tanto em ter sido redigido por conselheiros do CRP quanto em dar lugar ao discurso da instituição.

Tomaremos como suposição que o sujeito a que se refere o enunciado *seu sucesso na vida* seja qualquer sujeito que demande pelos serviços profissionais do psicólogo. Já vimos que, segundo o enunciador-Conselho, os psicólogos pretendem ser o oposto de alguém que parece ter como finalidade (*existe para*) impedir, frustrar o *sucesso na vida* de outrem. Ora, ser o oposto de alguém que assim age pode significar ser/agir de muitas maneiras, ou seja, várias podem ser as atitudes possíveis: desde nenhuma até a de fazer todo o possível para facilitar, propiciar o sucesso. Isto porque o oposto de impedir ou frustrar não pode ser proposto, em termos lógicos, como algo além de não impedir, ou não frustrar.

Assim, no que diz respeito ao papel do psicólogo, vemos que sua pretensão é ser alguém que pode ser de muitas maneiras, desde que tal maneira possa ser reconhecida como o oposto de quem impede, frustra, o sucesso na vida de outrem.

⁶³ Ver tópico *A Psicologia No Discurso do CRP.*

Consideremos, dessa perspectiva, a possibilidade de o psicólogo, dentre tantas possibilidades, assumir como seu o papel de fazer de tudo para facilitar o sucesso na vida daquele que o procurar e veremos que isso não se distancia muito da perspectiva de que é papel do psicólogo *atender as atuais e reais necessidades* de seus pacientes, como vimos enunciado em JCRP-002/1981. Essa temática nos remete ao próximo fragmento a examinar, proveniente do texto publicado três anos depois de JCRP-041/1986:

... reprovamos igualmente a publicidade feita por profissionais que associam outros títulos à sua profissão, como por exemplo, psicólogo-médium, psicólogo-astrólogo. A relação terapêutica em Psicologia é bem distinta da estabelecida por essas outras práticas. Por isso, aqueles que divulgam esses títulos juntos estão, no mínimo, enganando o público. (JCRP-062/1989) [6]

A primeira informação que nos fornece o enunciado é de que há profissionais de psicologia que *associam outros títulos à sua profissão*. A associação de títulos citada como exemplo é a de *psicólogo-medium* e *psicólogo-astrólogo*, o que nos leva a supor que estas fossem duas modalidades conhecidas pelo Conselho naquele momento. Note-se que, curiosamente, o que está sendo reprovado, no nível enunciativo explícito, não é a associação das práticas (psicologia-mediunidade; psicologia-astrologia), embora esta se possa subentender do enunciado, mas a publicidade feita pelos psicólogos. Talvez seja relevante assinalar que o texto de onde extraímos o fragmento não apresenta explícita, em nenhum momento, a reprovação que aqui se diz repetida (*reprovamos igualmente*). Como não se trata aqui de procedermos a uma análise individual do texto, ocasião em que talvez pudéssemos apontar a reprovação como subentendido (no nível implícito, ou mostrado, do enunciado), tomemos que o ato de reprovação do Conselho só se apresenta como dito no momento em que aponta, como objeto explícito de sua ação, a publicidade feita por profissionais que associam títulos de natureza diferente. Essa diferença é indicada pelo Conselho, em seu enunciado: *A relação terapêutica em Psicologia é bem distinta da estabelecida por essas outras práticas*. Temos, então, de um lado a psicologia e, de outro, a mediunidade e a astrologia.

Observe-se que enunciar haver uma distinção entre *a relação terapêutica em Psicologia* e a relação terapêutica *estabelecida por essas outras práticas*, implica

dizer que há uma relação terapêutica em jogo, tanto em Psicologia como nessas *outras práticas*. Por outro lado, se não podemos saber quais são *essas outras práticas*, além da mediunidade e da astrologia, tampouco sabemos que relação terapêutica se configura em Psicologia, porque isso também não se explicita no enunciado. Temos, assim, operando como distinção entre a relação terapêutica da Psicologia e a de outras práticas, a afirmação do Conselho.

Ao ato enunciativo de reprovar, não a associação de práticas - portanto o uso de mediunidade ou de astrologia por psicólogos, em sua atividade profissional - mas a publicidade feita por eles, junta-se a assertiva que diz que *aqueles que divulgam esses títulos juntos estão, no mínimo, enganando o público*. Interessante efeito discursivo este, que parece fazer deslocar uma possível reprovação do Conselho aos psicólogos que associam práticas outras ao seu trabalho, para a reprovação da associação de títulos e sua conseqüente divulgação. A implicação mais evidente de uma tal situação reside na possibilidade de seus efeitos seguirem uma direção distinta daquela talvez pretendida pelo Conselho, já que abre a possibilidade de ser compreendida como uma mera questão de não divulgação de títulos juntos, para não enganar o público. Considere-se, entretanto, a tensa relação que se estabelece entre o Conselho e os psicólogos que associam títulos, já que tal atitude é, *no mínimo*, a de enganar o público. Ora, se a avaliação do Conselho é a de que uma atitude dessas é *no mínimo* enganadora, então é de se pensar que o lugar destinado a esses psicólogos em seu discurso é o de quem age de má-fé. E, já que este é o mínimo que fazem, o subentendido aí implicado é de que deve-se tomar cuidado com eles. Enfatize-se, ainda, que a posição assumida pelo Conselho em relação aos psicólogos parece ser uma posição ambígua, uma vez que a estratégia utilizada não é a da reprovação direta, nem a da explicitação daquilo que vem a ser apontado como diferente (*a relação terapêutica*), mas a da insinuação (*no mínimo enganando*) de uma atitude de má-fé por parte dos psicólogos.

O próximo fragmento pode nos ajudar a ampliar esta análise:

A Psicologia se baseia em conhecimentos científicos. Ao procurar um psicólogo, informe-se sobre seu método de trabalho. Discuta com ele se suas necessidades e expectativas podem ser atendidas por este profissional. (JCRP-078/1992) [7]

Evocam-se mais uma vez os *conhecimentos científicos* em que se baseia a Psicologia. Sugere-se ao usuário que se informe, junto ao psicólogo, *sobre seu método de trabalho* e que discuta, com ele, *se suas necessidades e expectativas podem ser atendidas por este profissional*. Examinemos os pressupostos que constroem esse enunciado. Discutir se *necessidades e expectativas* podem ou não ser *atendidas* pelo psicólogo implica, em primeiro lugar, que seja esta a proposta de trabalho do psicólogo e que tais *necessidades e expectativas* ou já estejam identificadas ou venham a ser, na discussão. Isto requer, por sua vez, que se possa/saiba identificá-las. Assim, é de se perguntar se, no caso de o próprio usuário não poder identificar suas necessidades e expectativas, caberá ao psicólogo fazê-lo.

Volta à cena, aqui, a idéia de que o papel do psicólogo seja o de atender às necessidades do cliente. Somadas, agora, a *expectativas*. Há uma diferença, contudo, neste caso: aqui, o psicólogo tem um método de atuação (*informe-se sobre seu método de trabalho*). Dessa forma, a diferença entre o psicólogo que tem método e o que não tem, como vimos no caso das psicólogas que usam pirâmides (e, supomos, pode ser o caso dos psicólogos-mediums e psicólogos-astrólogos) parece ser o conhecimento científico (*A Psicologia se baseia em conhecimentos científicos*). Nosso trabalho passa a ser, então, lançar a pergunta sobre que diferença pode haver entre atender as necessidades dos pacientes com conhecimentos científicos ou com conhecimentos não-científicos. Vejamos:

Só pode exercer a profissão de Psicólogo aquele que estiver inscrito no Conselho de Psicologia de sua região. É direito seu solicitar a apresentação da carteira de identidade profissional do psicólogo.

Uma das atribuições do psicólogo é aplicar, apurar e fazer uso de testes psicológicos. Não leve a sério diagnósticos baseados em testes aplicados por profissionais não-habilitados ou divulgados em revistas não-científicas.

(...)

Havendo um atendimento não adequado pelo psicólogo, procure orientação no Conselho de Psicologia. (JCRP-078/1992) [10;11;13]

A seqüência enunciativa acima apresenta fragmentos do texto utilizado na campanha nacional dos Conselhos, em 1992, cujo título, *Alerta à População* já sugere a existência de algum problema. Sendo assim, é de se considerar que aquilo a ser comunicado diga respeito a interesses que devem ser salvaguardados. A análise

nos revela a existência de alguns elementos relacionados entre si, condições e qualificativos atribuídos ao psicólogo, de forma a apontar o que está em jogo em sua atuação. Em primeiro lugar, é necessário estar inscrito no Conselho, ou seja, exercer a profissão legalmente, para em segundo lugar poder exercer a atividade que se lhe é atribuída, a de *aplicar, apurar e fazer uso de testes psicológicos*. Há outras atribuições, nos diz o enunciado (*Uma das atribuições do psicólogo é ...*), mas não estão arroladas. Além disso, a seriedade do psicólogo parece ser um aspecto que também deve ser levado em consideração; aqui, seriedade se aproxima de saber manejar os testes psicológicos, e fazê-lo seguindo parâmetros científicos. Observe-se que a recomendação é de não levar a sério *diagnósticos baseados em testes aplicados por profissionais não-habilitados ou divulgados em revistas não-científicas*.

Vale lembrar que, sendo a única das atribuições do psicólogo identificada pelo Conselho em seu discurso, essa atribuição adquire maior importância que quaisquer outras, que nem são mencionadas. Vale lembrar também que a instituição é conjunto de práticas que se repetem e se legitimam enquanto se repetem. E aqui essa atribuição do teste como tarefa do psicólogo está se repetindo e se legitimando, por intermédio da fala oficial dos Conselhos de Psicologia à população. Há, ainda, mais um elemento que contribui para isso e diz respeito à atuação do profissional: é possível que o psicólogo não atenda de forma adequada. É o que se pressupõe do enunciado que diz: *Havendo um atendimento não adequado pelo psicólogo, procure orientação no Conselho de Psicologia*. E o que se subentende do mesmo enunciado é que há condições de se identificar a forma adequada de atendimento. O que nos chama a atenção, porém, é que a responsabilidade de averiguar o grau de adequação do atendimento do psicólogo passa a ser de seu(s) cliente(s). Então, procure-se o Conselho quando isso ocorrer.

Podemos considerar, assim, que o Conselho, além de mostrar toda sua desconfiança quanto à atitude dos profissionais que representa, acaba transferindo uma responsabilidade que é sua, a saber, a fiscalização do (bom) exercício profissional dos psicólogos, aos clientes destes. Talvez caiba aqui perguntar se é possível desconfiar da atuação do psicólogo e, ao mesmo tempo, confiar na entidade que tem como atribuição *orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de*

Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, segundo a Lei nº 5.766, de 20.12.1971⁶⁴, ainda em vigor.

Se é possível entender a ação do Conselho como exercício de sua responsabilidade legal, é igualmente possível pensarmos na razão de a campanha não ter sido realizada junto aos próprios psicólogos, mas ter sido divulgada na grande imprensa, nacionalmente, com um texto que só se deu a conhecer ao público psicólogo, leitor do Jornal, posteriormente, e como reprodução do que foi divulgado à população. Esta é, sem dúvida, uma estratégia discursiva que mostra uma ação do Conselho, em relação à sua clientela, neste momento, pautada pela desconfiança.

Verificamos nos textos posteriores que assim como o lugar atribuído ao psicólogo no discurso do CRP parece mudar, também o CRP parece mudar de posição em relação a seus co-enunciadores. A população encontra-se não mais na posição daquela a quem se fala mas comparece na posição daquela de quem se fala, enquanto o psicólogo parece ocupar um lugar pouco definido:

A população em crise, desinformada, busca saídas para o alívio de suas angústias. O místico, o mágico e o imediato são sedutores. Cabe, porém, aos psicólogos a consciência profissional sobre o que têm a oferecer. (...) (JCRP-081/1993)
[7]

Aqui o Conselho atribui aos psicólogos uma tarefa diferente, mas bem menos definida do que aquela de aplicar testes. Por outro lado, o enunciado sugere haver um outro co-enunciador a quem o Conselho se dirige que não os psicólogos. Além disso, aquilo que é dito caber aos psicólogos, como tarefa, *a consciência profissional sobre o que têm a oferecer*, tanto pressupõe não estar garantido que os psicólogos tenham tal consciência, quanto que eles saibam o que têm a oferecer. É de se perguntar, porém, o que pode ser oferecido pelos psicólogos e a quem pode ser oferecido e, principalmente, a quem cabe definir aquilo que pode ser oferecido. Isto porque, quanto ao que os psicólogos *têm a oferecer*, podemos pensar que é tão amplo e variado quanto oferecer tratamento com pirâmides; oferecer sua boa vontade para não frustrar o sucesso na vida de ninguém; oferecer o engano, no caso de associar

⁶⁴ Dados obtidos no site do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo em <http://www.crp.org.br/biblioteca/doc001.html>

títulos; oferecer testes psicológicos; oferecer disponibilidade para atender as necessidades dos clientes... É assim que, no fragmento abaixo, que diz:

Cabe aos profissionais responsáveis avaliar a inserção da sua atuação na comunidade, a bagagem teórica e prática da Psicologia e a pertinência a um campo mais amplo que aquele das seitas preferidas. (JCRP-081/1993) [19],

parece clara a posição do CRP como aquele que pode definir o que cabe ao psicólogo. Por outro lado, o que ele enuncia caber ao psicólogo parece envolver exigências de ordens distintas: primeiro, ser responsável (*Cabe aos profissionais responsáveis*) e, depois, avaliar sua forma de inserção social, a própria formação e, ainda, as formas de pertencer a determinados grupos, aqui identificados como *seitas*, ao modo dos grupos religiosos. Essas exigências nos remetem ao campo da formação profissional, área de ação de uma outra instituição, que não os Conselhos: a Universidade.

Segundo o que analisamos até aqui julgamos possível afirmar que aquilo que vai dar a medida do que pode ou não ser oferecido pelos psicólogos é o discurso do CRP, seja aos próprios psicólogos, seja à população que se utiliza dos serviços prestados por esses últimos. No entanto, pouco sabemos ainda sobre as formas de o Conselho dizer o que cabe a ele mesmo. Por enquanto, vemo-lo novamente atribuir ou, mesmo, transferir responsabilidades.

... Na definição de Cristina Amélia Luzio, conselheira-presidente do CRP-06, o tema da avaliação psicológica terá muitas vertentes. "Precisamos avaliar os fundamentos da aplicação dos instrumentos psicológicos para podermos delimitar sua abrangência e limitações. Hoje, muitas vezes há uma supervalorização do psicólogo por esse instrumental e isso determina uma extrapolação da própria finalidade dos laudos e testes." O assunto, portanto, promete provocar reações, pois, apesar de todos os questionamentos, os testes e laudos continuam sendo o baluarte de grande número de profissionais no momento de emitir um parecer. Mas o que se espera é a deliberação de diretrizes políticas para o trato da questão. (JCRP-098/1996) [4]

Vemo-nos outra vez diante de um dos temas recorrentes no discurso do CRP quanto ao psicólogo: o uso de testes. As formas de relação possíveis à instituição e sua clientela principal no que se refere ao tema nem sempre seguiram na mesma direção. Já vimos alguns textos em que o teste se apresenta valorizado como o

principal instrumento do psicólogo e textos em que se explicita o questionamento e a crítica ao uso desse instrumento, como é o caso do texto acima. Interessa-nos, contudo, focalizar aqui o confronto que parece se deflagrar entre a posição do Conselho e a dos psicólogos que se valem de testes - e que não são poucos, conforme aponta o enunciado: *... apesar de todos os questionamentos, os testes e laudos continuam sendo o baluarte de grande número de profissionais no momento de emitir um parecer.* É de se pensar, portanto, que não é posição do Conselho, neste caso, identificar os testes como um importante instrumento da psicologia, como em JCRP-002/1981, nem tampouco apresentá-lo como *uma das atribuições do psicólogo*, tal qual em JCRP-078/1992. Mas vem do discurso do CRP, mais uma vez, a definição do lugar dos testes na avaliação psicológica (*Na definição de Cristina Amélia Luzio, conselheira-presidente do CRP-06...*) e, conseqüentemente, a definição do lugar dos psicólogos (*"... Hoje, muitas vezes há uma supervalorização do psicólogo por esse instrumental e isso determina uma extrapolação da própria finalidade dos laudos e testes."*), de maneira que a própria discussão dos instrumentos de avaliação psicológica, na forma como a enuncia o Conselho, não deixa de avaliar os profissionais que usam testes e/ou laudos psicológicos. Ou seja, *se há uma supervalorização do psicólogo por esse instrumental*, esta avaliação é feita pelo próprio CRP, uma vez que é ele próprio quem o afirma.

Interessante, ainda, notar essa assunção que faz o Conselho de uma posição de avaliador quanto aos instrumentos de avaliação psicológica e os termos com que isso é enunciado: *"Precisamos avaliar os fundamentos da aplicação dos instrumentos psicológicos para podermos delimitar sua abrangência e limitações.* Por fim, é de se perguntar se é ao Conselho que cabe tal função. Com esta perspectiva voltemo-nos agora ao último fragmento desse tópico:

Os psicólogos do Estado de São Paulo pretendem mudar vários aspectos da prática profissional, adequando os modelos de atendimento psicológico à realidade brasileira. O objetivo é substituir o atendimento em que prevalece o princípio de identificar e curar doenças por uma intervenção que leve em conta a dinâmica social em que os indivíduos estão inseridos. Esta é a conclusão final para a qual apontam as teses aprovadas no II Congresso Regional da Psicologia, que aconteceu no mês de junho, em São Paulo, e deverão ser levadas por 36 delegados ao II Congresso Nacional da Psicologia, em agosto, em Belo Horizonte. (JCRP-100/1996) [2]

A análise desse enunciado mostra-nos alguns elementos interessantes. O primeiro deles relaciona-se com o fato de, no dito do CRP, serem *os psicólogos* que *pretendem mudar vários aspectos da prática profissional, adequando os modelos de atendimento psicológico à realidade brasileira*. Ora, enunciar *Os psicólogos pretendem mudar ...* implica, necessariamente, conhecer as pretensões dos mesmos. Assim, quando lemos que o objetivo da mudança pretendida pelos psicólogos relaciona-se com a substituição do *atendimento em que prevalece o princípio de identificar e curar doenças por uma intervenção que leve em conta a dinâmica social em que os indivíduos estão inseridos*, devemos supor também que tal substituição tenha sido amplamente discutida pelos psicólogos, uma vez que se trata de matéria relativa ao exercício profissional. Observe-se, entretanto, que o princípio de *identificar e curar doenças* é amplo o suficiente para permitir seja evocado como princípio válido em várias áreas de atuação profissional, da mesma forma como é ampla a alternativa substitutiva de *uma intervenção que leve em conta a dinâmica social em que os indivíduos estão inseridos*. É de se perguntar, inclusive, sobre a razão da substituição de uma pela outra, deixando subentendido serem alternativas que se excluíam, mutuamente.

Mais intrigante, no entanto, é lermos na seqüência que *Esta é a conclusão final para a qual apontam as teses aprovadas no II Congresso Regional da Psicologia, que aconteceu no mês de junho, em São Paulo ...* Tomemos, por um instante, o dito do enunciado e, reordenando seus termos, vemos que *as teses aprovadas no II Congresso Regional da Psicologia ... apontam ... para ... a conclusão final ... de que Os psicólogos do Estado de São Paulo pretendem mudar vários aspectos da prática profissional...* O simples rearranjo dos termos torna evidente que se trata de uma conclusão tirada pelo enunciador Conselho, e que tais assertivas são de sua inteira responsabilidade.

É possível supor que uma tal estratégia discursiva tenha o efeito de estender a efetiva condição do CRP-06, de instituição responsável por orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, na direção de ocupar um lugar de instância política de representação dos interesses de toda uma categoria profissional, uma vez que o vemos enunciar como dos psicólogos pretensões que são suas, decorrentes de seu posicionamento político em relação à atuação profissional.

Nesse sentido, é marcante a utilização do termo “*os psicólogos*” no discurso do CRP-06⁶⁵ para se referir a deliberações e posturas assumidas por seus agentes concretos, nem sempre representando a categoria como um todo, mas nunca deixando de representar pelo menos uma parcela dos psicólogos, o que pode implicar em nem sempre se estabelecer uma relação pacífica da instituição com sua clientela.

⁶⁵ A recorrência deste termo se observou muito maior nos três últimos textos analisados.

3.2.4 O CRP-06 - Papel e Posicionamentos do Conselho

Ao voltarmos nossa atenção para este tópico, temos como perspectiva considerar as estratégias discursivas em jogo no que diz respeito tanto ao que a instituição CRP julga ser seu papel, como no que se refere à imbricação desse papel com seu posicionamento e suas ações institucionais. Em outras palavras, temos como perspectiva mapear o(s) lugar(es) atribuído(s) e ocupado(s) pelo Conselho em seu próprio discurso.

Para tanto tomamos alguns extratos em que julgamos contemplado esse aspecto, particularmente pela forma explícita em que, pensamos, pode ser identificado no texto. Neste sentido, nosso trabalho de análise será, mais uma vez, o de apontar o estatuto que assume a dimensão do implícito no plano enunciativo, de uma forma que não é possível separá-la da dimensão do dito, explícita, sem incorrer no equívoco de supor a existência de um discurso imaterial, que veicularia algum sentido para além de si próprio, de sua materialidade. Isto implica, em termos concretos, que aquilo que o Conselho diz e mostra em seu discurso não corresponde a “algo” que esteja fora do que ele diz e mostra, mas constitui, efetivamente, o plano em que ele atua, na condição de instituição, com seus agentes concretos.

Desse ponto de vista, lembremos que a personificação do Conselho que produzimos quando nos referimos a ele (como, por exemplo no parágrafo anterior) em lugar de nos referirmos à ação concreta de seus agentes concretos, tem como consequência possível a suposição de existência de uma instituição sem agentes. Como alternativa a isto, nossa proposição é de se manter em mira o viés lingüístico a que estamos sujeitos cada vez que nos referimos ao Conselho, de forma a não só viabilizar nossa análise, que tem, como passagem obrigatória, a consideração de tal fato, como recuperar a perspectiva de que ao falarmos do Conselho estamos sempre falando de seus agentes concretos e suas práticas. Posto isto, passemos à análise dos próximos fragmentos.

A proposta do CRP-06 é abrir espaço para a discussão, a troca de idéias e experiências. Pelo sim e pelo não. Assim, o jornal do CRP-06 inicia uma série de reportagens com os profissionais de Psicologia e seus inúmeros métodos e técnicas de trabalho.

Começamos pelas pirâmides. (JCRP-002/1981) [6]

Ao dizer que sua proposta é *abrir espaço para a discussão, a troca de idéias e experiências*, *Pelo sim e pelo não*, o Conselho explicita um posicionamento marcado pela abertura à diversidade de posições e correntes teóricas possíveis em psicologia; à discussão, troca de idéias e experiências entre partes/posições opostas, sim e não. Assim explicitado, o papel do Conselho seria apenas o de abrir espaço para a discussão e para a troca, e não o de tomar alguma posição, além da de mediador, entre o sim e o não. Mas quando *o jornal do CRP-06 inicia uma série de reportagens com os profissionais de Psicologia e seus inúmeros métodos e técnicas de trabalho* e começa pelas pirâmides, o Conselho está tomando uma posição clara: entre os *inúmeros métodos e técnicas de trabalho* dos profissionais de Psicologia incluem-se as pirâmides - escolhidas para iniciar a série.⁶⁶

Vemos também como a proposta do CRP é, ao mesmo tempo, uma ação já deflagrada. Dessa perspectiva, observe-se que a apresentação da proposta é feita no mesmo momento em que já estão apresentadas as psicólogas que se utilizam de pirâmides, ou seja, no mesmo número do Jornal. Assim, podemos concluir que não se trata efetivamente de uma proposta do CRP-06 a ser considerada, mas da escolha de uma linha de atuação já posta em andamento, em que sua proposição comparece talvez mais como uma justificativa. O que implica no subentendido de que não se trata de ação ingênua ou impensada. Afinal, é de se perguntar a razão pela qual, dentre os enunciados *inúmeros métodos e técnicas de trabalho* utilizados por psicólogos, escolheu-se começar pelas pirâmides.

O que se mostra, pela análise do dito, é o reconhecimento das pirâmides, pelo Conselho, como técnica de trabalho dos psicólogos. Assim, pode-se supor que a ação do Conselho sirva como defesa autorizada do argumento das mesmas psicólogas que, conforme já analisamos anteriormente, defendem a liberdade de serem ecléticas justamente por se valerem de pirâmides e outros recursos não-psicológicos em seus atendimentos. É dessa forma que o discurso em defesa do trabalho com pirâmides e outras técnicas não-psicológicas acaba sendo ressaltado e confundido com o discurso do próprio Conselho e valorizado como um dos *inúmeros métodos e técnicas de trabalho* dos psicólogos.

⁶⁶ Série essa que não teve prosseguimento, segundo nossos arquivos.

Embora não tenhamos encontrado, nos números subsequentes do Jornal do CRP-06, nem o prosseguimento das reportagens nem novas referências ao tema, tivemos com esse texto a oportunidade de verificar o peso da palavra do CRP, como instituição que ocupa lugar estratégico na determinação dos rumos da atuação profissional da categoria dos psicólogos.

Cerca de oito anos e duas gestões depois encontramos, já em um outro contexto, o tema da utilização de técnicas não-psicológicas tratado de outra forma pelo Conselho. Vejamos a seqüência:

Desde o segundo semestre do ano passado, por ocasião do I CONPSIC, o CRP-06 abriu um debate a respeito do crescente uso de práticas - como a astrologia, parapsicologia e tarô - que se dizem associadas à Psicologia. Na época, o Conselho se colocou, de modo claro e público, contra a utilização de tais recursos, por não reconhecê-los enquanto técnicas psicológicas. Apesar do posicionamento contrário, a entidade adotou uma atitude aberta em relação à questão: propôs discuti-la amplamente, no sentido de definir limites precisos, ao invés de simplesmente proibir o uso desses instrumentos, o que, aliás, poderia fazer por atribuição legal.

(...) um fato novo veio esquentar ainda mais a discussão: o Jornal "O Estado de S. Paulo" divulgou a proposta da Faculdade Metropolitanas Unidas de introduzir a disciplina (optativa) "Parapsicologia e Astrologia Aplicada à Clínica de Psicoterapia" no currículo do seu Curso de Psicologia.

Diante do ocorrido, o Conselho se pronunciou na imprensa, veiculando sua discordância quanto à inserção da disciplina pretendida no curso de formação dos psicólogos. Além disso, enviou também ofício à FMU (com cópia encaminhada ao MEC) reiterando idêntica posição. A divergência teve efeito positivo: em junho, a diretoria da Faculdade cancelou a inclusão da matéria, que seria lecionada pelo psicólogo Luiz Delfino da Costa Mendes. (JCRP-062/1989) [1; 2; 3]

(...)

O compromisso do CRP-06 com a qualidade dos serviços oferecidos à população baseia a posição adotada. (...) (JCRP-062/1989) [6]

Aqui vemos como a posição ativa que o Conselho assume logo de início em seu enunciado (*abriu um debate...; se colocou, de modo claro e público, contra ... por não reconhecê-los; adotou uma atitude aberta...; propôs discuti-la amplamente...*), bem como a invocação de seus poderes legais: *... ao invés de simplesmente proibir o uso desses instrumentos, o que, aliás, poderia fazer por*

atribuição legal, sugere uma demonstração de força a que o CRP parece ser convocado diante da situação. Esta situação, por sua vez, parece se configurar a partir do *crescente uso de práticas - como a astrologia, parapsicologia e tarô - que se dizem associadas à Psicologia* e prosseguir com o *fato novo [que] veio esquentar ainda mais a discussão...* Aponte-se também que dizer *esquentar ainda mais a discussão* é mostrar que já havia discussão, e que essa já era “quente”. Ora, se uma discussão pressupõe ao menos duas partes em confronto, uma das quais parece ser o Conselho, é de se considerar a possibilidade de que este busque fazer prevalecer sua posição.

Quando lemos que *Diante do ocorrido, o Conselho se pronunciou na imprensa*, consideramos que a demanda criada pelo que se divulgou na mídia leva o Conselho a utilizar o mesmo recurso - a imprensa - para se pronunciar e deixar clara *sua discordância*, ainda que isso represente não estar mais no campo de sua atribuição legal.⁶⁷ Ainda que a Faculdade que propôs a disciplina optativa, e provocou a atitude do Conselho, não deixe de ser o alvo principal de sua ação, é de se considerar as razões pelas quais o Conselho foi à imprensa se pronunciar, uma vez que tinha a opção de outros recursos, entre os quais enviar ofício à Faculdade, como enviou, e publicar o ocorrido no Jornal do CRP-06, como o fez. Resta-nos supor que a imprensa passou tanto a representar o campo utilizado pela outra instituição para divulgar ações entendidas como parte das ações cabíveis ao Conselho, quanto o meio a partir do qual se constitui como co-enunciador um grupo significativo: o grande público. Se de um lado podemos entender a disposição legal sobre o que pode ou não integrar o campo de formação do psicólogo configurada como uma disputa de objeto e de clientela entre duas instituições - o Conselho e a Faculdade de Psicologia - , de outro, quanto à *divergência* do CRP-06 ter produzido um *efeito positivo*, a saber, o cancelamento *da inclusão da matéria* pela diretoria da Faculdade, é de se observar novamente a força institucional das posições assumidas pelo Conselho.

Nesse sentido, consideremos também que, ao evocar seu compromisso com a qualidade dos serviços (*O compromisso do CRP-06 com a qualidade dos serviços oferecidos à população baseia a posição adotada*) como argumento/fundamento (*baseia*) à sua postura, o CRP - embora não proíba, *como poderia fazer por*

⁶⁷ Não cabe ao CRP legislar sobre formação e, sim, ao Ministério da Educação e Cultura - MEC.

atribuição legal - desqualifica, ao mesmo tempo, o uso de recursos e/ou instrumentos que não sejam aqueles que reconhece como técnicas psicológicas. Assim, parece ser pela desqualificação - bem como pela reprovação dos psicólogos que porventura utilizam e/ou associam práticas não-psicológicas, como já vimos - que o Conselho exerce sua função normativa, deixando indefinido seu posicionamento quanto ao tema: nem exclui, pela proibição, o *uso desses instrumentos*, embora pudesse fazê-lo; nem inclui, pois não os reconhece *enquanto técnicas psicológicas*. Essa indefinição de posição ressurgirá em textos posteriores que examinaremos logo adiante. Por ora, focalizemos ainda o modo de o Conselho justificar sua atuação como instituição de orientação e fiscalização:

No dia 28 de junho último, os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia fizeram uma campanha nacional, com o objetivo de fornecer informações à população sobre os serviços psicológicos. A campanha se iniciou com a publicação de matéria paga (cujo texto reproduzimos abaixo) nos jornais de maior circulação, em todas as regiões do país e, ao mesmo tempo, foram distribuídos 10 mil cartazes (contendo o mesmo texto) em locais estratégicos, como postos e centros de saúde, hospitais, faculdades etc, nas principais cidades do Brasil. (JCRP-078/1992) [1]

As medidas institucionais que visam conter o uso dessas práticas [alternativas] no exercício profissional do psicólogo já estão encaminhadas, mas é necessário também esclarecer a sociedade quanto ao seu direito de exigir qualidade nos serviços que lhe são prestados. (JCRP-078/1992) [3]

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e do interesse social, fazem este alerta à sociedade (...) (JCRP-078/1992) [6]

Diversamente do texto anterior, o Conselho parece aqui justificar sua ação não a partir de fatos específicos ocorridos em tal ou qual momento, mas a partir de uma situação mais ampla, que pede e justifica a realização de uma campanha de âmbito nacional. Sabemos que o deflagrador de tal campanha relaciona-se com o crescimento das práticas alternativas no contexto do exercício profissional da psicologia. Por outro lado, não parece muito claro o posicionamento a partir do qual o CRP escolhe tomar tal ou qual atitude. E aqui podemos observar como, paralelamente ao apelo a seus poderes legais (*O Conselho Federal e os Conselhos*

Regionais de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e do interesse social...), o CRP argumenta, aqui também, ser necessário *esclarecer a sociedade quanto ao seu direito de exigir qualidade nos serviços que lhe são prestados*.

Sabemos que, por força de Lei, dizer que *As medidas institucionais que visam conter o uso dessas práticas no exercício profissional do psicólogo já estão encaminhadas*, se por um lado só faz confirmar ser este o campo de ação dos Conselhos de Psicologia, por outro mostra o reconhecimento, pelo Conselho, de sua função fiscalizadora. Todavia, *esclarecer a sociedade quanto ao seu direito de exigir qualidade nos serviços que lhe são prestados* pressupõe uma disposição, daquele que esclarece, a oferecê-los. Importa assim atentar ao esclarecimento a que o CRP se propõe. Atente-se também que esta não é a primeira vez - nem será a última - que deparamos com a proposta do Conselho de esclarecer a sociedade, o público leigo, os psicólogos, etc... quanto à diferença entre psicologia e práticas alternativas.

Temos, pressuposto ao ato de esclarecer, o reconhecimento de algum tipo de obscuridade, confusão, não-diferenciação. É de se assinalar, portanto, que o ato de *esclarecer a sociedade quanto ao seu direito* pressupõe que a mesma não o conheça ou se confunda quanto a ele (por oposição a esclarecimento: elucidação, aclaração), ou não o exerça. Além disso, tal direito é o *de exigir qualidade nos serviços que lhe são prestados*. Mais dois pressupostos a apontar: a) não há qualidade nos serviços prestados e b) a sociedade não sabe que tem o direito de exigir essa qualidade, ou não a exige. O Conselho, entretanto, só pode legislar no âmbito institucional do exercício da Psicologia como profissão. Quanto ao âmbito mais geral da *sociedade*, ele não pode legislar, apenas *esclarecer*. Desta feita, ao evocar as razões do alerta que faz à sociedade, o Conselho o faz por meio de um enunciado curioso: *O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e do interesse social...* Em que pese a duplicidade de sentidos (ademais sempre presente no discurso), aberta pelo uso aparentemente equivocado da preposição *do* em *do interesse social* - lapso gramatical ou efeito de desconhecimento - o *interesse social* que aí se alinha às *atribuições legais* dos Conselhos é o que aparece como justificativa de suas ações e orientações comunicadas à população.

Destaque-se, por fim, o fato de o Conselho também aqui se valer do argumento que defende a qualidade dos serviços prestados à população como

justificativa para sua ação em relação às práticas alternativas, o que sugere que a apreciação que faz das mesmas é que elas não têm qualidade - ou, pelo menos, não a mesma qualidade dos serviços psicológicos. Lembremos que deste texto já apresentamos fragmentos que mostram a posição privilegiada do teste psicológico como uma das atribuições do psicólogo e a única que é, de fato, identificada. Outras atribuições, mencionadas, não são especificadas. Sendo assim, é de se supor que a qualidade dos serviços oferecidos à população, naquele momento, estivesse vinculada ao estudo e à utilização dos testes, e que disto se esperasse qualidade, uma vez desqualificadas outras alternativas, assim reconhecidas - frise-se - pelo próprio Conselho. Outra parece ser a posição do CRP em gestões posteriores:

A Comissão de Psicoterapias do CRP-06 está empenhada em transformar esta demanda em questão, em propiciar o encontro e o diálogo entre as práticas alternativas e a instância capacitada para avalizá-las ou não, que é a Academia. (JCRP-081/1993) [2]

Observe-se a mudança no discurso que ocorre aqui, deixando clara a intenção do Conselho, por intermédio da Comissão de Psicoterapias, em mediar (*está empenhada*) o encontro entre práticas alternativas e Academia. Neste sentido, é de se considerar a hipótese de que as práticas alternativas já não ocupam o mesmo lugar desqualificado que até então ocupavam no discurso do CRP, em JCRP-062/1989 e JCRP-078/1992. Senão, vejamos.

Quando a Comissão de Psicoterapias do CRP-06 toma a responsabilidade pelo enunciado, ela o faz na posição do enunciador que já diagnosticou uma demanda. Agora, *está empenhada em transformar esta demanda em questão...* ou seja, *está empenhada em interferir (transformar ... em questão)* de alguma forma. Entretanto, essa transformação, que constitui a oferta que a Comissão faz à demanda que enuncia, não equivale a propor alternativas ou respostas, pelo contrário. A busca/demanda será transformada em *questão*. O empenho da Comissão em tal transformação é seguido por - e corresponde ao - seu empenho em *propiciar o encontro e o diálogo entre as práticas alternativas e a instância capacitada para avalizá-las ou não - a Academia*. O pressuposto implícito nesse enunciado é o de que práticas alternativas e Academia não se encontram nem dialogam, por enquanto, já que a isto se propõe a Comissão de Psicoterapias.

Destarte, a transformação em questão da demanda identificada anteriormente apresenta-se agora encadeada com a idéia de propiciação de encontro e de diálogo entre duas instâncias, uma das quais (a Academia) é introduzida nesse ponto do discurso. Propiciar tais encontro e diálogo por intermédio de sua Comissão de Psicoterapias surge, assim, como o modo de o CRP-06 dizer sua atuação, neste momento, produzindo efeitos de deslocamento, no discurso, de sua posição em relação às práticas alternativas.

Encontramos adiante mais uma seqüência em que se identificam ações do Conselho quanto às práticas alternativas:

Os delegados decidiram que as técnicas ainda sem reconhecimento da comunidade científica não sejam associadas à psicologia. Essa posição é compatível com a política adotada pelo CRP, que vem orientando os profissionais a não vincularem essas práticas ao seu título. (JCRP-100/1996) [9]

“Há algum tempo, os conselhos profissionais se limitavam a proibir a utilização de técnicas alternativas. Desde a última gestão, o CRP propôs uma discussão com os profissionais que fazem uso dessas técnicas. Mas ficou claro que ainda não existe debate acumulado na comunidade científica”, explicou Cláudia. (JCRP-100/1996) [11]

Vemos aqui como o referencial para o posicionamento do Conselho centra-se no possível *reconhecimento da comunidade científica* conferido às técnicas alternativas. Vemos também como ressurge a demonstração da postura ativa e benevolente do CRP, que *propôs uma discussão com os profissionais que fazem uso dessas técnicas*, ao contrário de outras gestões, quando *os conselhos profissionais se limitavam a proibir a utilização de técnicas alternativas*. Verifica-se, no entanto, que apesar da abertura concedida pelo Conselho, *ficou claro que ainda não existe debate acumulado na comunidade científica* e esta parece ser a justificativa para que o Conselho assuma a mesma posição já assumida em outras gestões, ... *orientando os profissionais a não vincularem essas práticas ao seu título*.

Examinaremos, a partir de agora, um elemento recorrente no discurso do Conselho quando este discursa seu lugar e papéis institucionais e que diz respeito ao o que lhe cabe:

Com relação a tal situação cabe, a nós psicólogos, quer individualmente, quer através de suas entidades representativas,

esclarecer ao público a diferença que existe entre esses testes e os testes feitos por um profissional habilitado para tal mister. (JCRP-041/1986) [6]

Muitas foram as vezes em que deparamos na análise, como aqui, com o emprego do verbo *caber*, quando se trata de dizer o que é assumido pelo Conselho como tarefa sua ou o que ele designa, em seu discurso, como a ser assumido por outrem. No caso do enunciado acima verificamos que é tarefa dos psicólogos, segundo o Conselho (*cabe, a nós psicólogos*) *esclarecer*... E o esclarecimento de que se trata aqui parece ser devido à confusão que se pode estabelecer, como já vimos antes, entre os testes de revistas e os testes psicológicos. Uma vez afirmada a diferença entre os tipos de testes, é de se perguntar em que instância se pode encontrar o esclarecimento do que causa tal confusão entre eles. Mas esta é uma pergunta que não temos como responder valendo-nos somente da análise desse fragmento. Deixemo-la em suspenso, momentaneamente, enquanto nos ocupamos de apresentar mais um fragmento em que vemos comparecer o termo recorrente:

Ao Conselho não é dado julgar nem tampouco ignorar as novas maneiras de pedir e oferecer respostas. Ao Conselho cabe favorecer, através dos recursos que dispõe, a observância dos princípios éticos que dão sustentação à prática profissional da Psicologia, garantindo minimamente que os referenciais sejam comuns, públicos e acessíveis: tanto para os que fazem formação em Psicologia, quanto aos profissionais psicólogos como àqueles que se servem dos serviços psicológicos prestados por estes profissionais. (JCRP-081/1993) [3]

Quando *Ao Conselho* (e não mais à Comissão de Psicoterapias, como vimos há pouco, em fragmento extraído do mesmo texto) *não é dado julgar nem ... ignorar as novas maneiras de pedir e oferecer respostas*, ao Conselho - cuja posição já está indicada no discurso do próprio como uma posição de intermediação entre práticas alternativas e Academia - é dada também a condição de não emitir juízo de valor (*não julgar*) e de não ignorar as práticas alternativas, ou qualquer outra nova maneira de pedir e oferecer respostas. Por outro lado, este é, explicitamente, o julgamento - avaliação - do Conselho quanto às práticas alternativas. Tomemos a própria idéia de julgamento no sentido de proferição de uma sentença e verificaremos haver uma sentença proferida: práticas alternativas são, ainda que entre outras, novas maneiras de pedir e oferecer respostas. Contêm novidade, portanto.

O enunciado seguinte apresenta, como tarefa do Conselho (*Ao Conselho cabe*), *favorecer* que os *princípios éticos* que sustentam a *prática profissional da Psicologia* sejam observados e garantir (*minimamente*) a existência de *referenciais comuns, públicos e acessíveis* a todos que estão, de uma forma ou de outra, ligados à Psicologia: os que estão se formando em Psicologia, os que exercem a profissão de psicólogo e os que se utilizam dos serviços que prestam os profissionais psicólogos. Há vários pressupostos em jogo, construindo tal discurso. Um primeiro se refere à assertiva de que o que sustenta a prática profissional da Psicologia são princípios éticos. Esses princípios, cabe ao Conselho favorecer sua observância, com os recursos de que dispõe para isso. Assim, é possível supor que, uma vez que tais princípios não sejam observados, põe-se em risco a prática profissional da Psicologia, já que esta pode perder sua sustentação. Desta perspectiva reafirma-se e atualiza-se, pelo discurso, o papel crucial da instituição Conselho como zelador/vigia de princípios éticos que devem ser observados – mas que não são enunciados explicitamente – com recursos que também não são aqui explicitados. Soma-se dessa maneira, àquilo que cabe ao Conselho, explicitar tanto os princípios que garantiriam minimamente os referenciais comuns, quanto os próprios referenciais, quanto ainda os recursos disponíveis para tanto.

Não queremos escamotear as divergências, dúvidas e a necessidade de se tomar posições em relação às práticas alternativas, mas a nossa proposição é a de desenvolver e promover junto ao meio acadêmico e científico o que lhe compete: discutir, avaliar, criticar e produzir conhecimento.
(JCRP-081/1993) [10]

A análise do enunciado acima permite-nos supor que, uma vez que não quer *escamotear as divergências, dúvidas e a necessidade de tomadas de posição em relação às práticas alternativas*, o enunciador-Conselho reconhece o caráter conflitante da situação. No entanto (*mas*), ao se propor *desenvolver e promover junto ao meio científico o que lhe compete*, e ainda apontar o que faz parte dessa competência (*discutir, avaliar, criticar e produzir conhecimento*), o enunciador-Conselho só pode estar se antecipando a este lugar de competência. Paradoxalmente, este é tanto o lugar ao qual reporta a discussão quanto o lugar que se põe a ocupar, por seu discurso.

Assim, se a necessidade de tomar posições se traduz em uma proposta de o Conselho agir como mediador, conforme vimos na análise do fragmento anterior, agora, de mediador que se propunha ser, o Conselho parece ou passar a ocupar o lugar do meio acadêmico ou, na melhor das hipóteses, deixar subentendido que o próprio meio acadêmico não seja capaz de dar conta de sua tarefa. Isto se subentende do enunciado: *nossa proposição é a de desenvolver e promover o que compete ao meio acadêmico.*

O próximo fragmento mostra-nos novamente o movimento paradoxal que o CRP parece ser capaz de sustentar em seu posicionamento diante das práticas alternativas:

O Conselho Regional de Psicologia, da 6ª. Região, não condena - nem defende - as "práticas alternativas". Afirma que, até que se prove o contrário, elas não se encaixam no campo de conhecimentos da Psicologia. (JCRP-086/1994) [2]

Verificamos de um lado a indefinição do posicionamento do CRP-06, que *não condena - nem defende -* as práticas alternativas, sugerindo neutralidade. Mas, quando afirma em seguida que, *até que se prove o contrário, elas não se encaixam no campo de conhecimentos da Psicologia*, o Conselho se posiciona em um lugar a partir do qual não só se autoriza a avaliar o conteúdo das práticas alternativas e a relação delas com o campo de conhecimentos da Psicologia, como parece abdicar de qualquer neutralidade que porventura estivesse sugerida na frase anterior.

Não deixa de ser intrigante que embora pareça não querer se posicionar sobre o assunto o Conselho tome posição clara em relação às práticas alternativas, distanciando-as do *campo de conhecimentos da Psicologia* por seu enunciado. Assim é que lemos, alguns parágrafos depois:

Os psicólogos não entram no mérito da questão, pois não é propósito da categoria discutir a eficácia das "práticas alternativas" no tratamento - ou cura - de problemas psíquicos. (JCRP-086/1994) [5]

O emprego dos termos genéricos *Os psicólogos* e, logo adiante, "*a categoria*" torna relevante a identificação/discriminação do locutor e possíveis enunciadorees no enunciado acima. Considerando que o locutor é o responsável pelo dito e o(s) enunciadoree(s) se define(m) por ser(em) aquele(s) cuja "voz" pode se fazer presente no enunciado, ainda que não se precisem suas palavras, vemos que, a despeito de sua

referência aos psicólogos e, em seguida, à categoria, é o próprio CRP-06 tanto o locutor quanto o enunciador do texto.

Quanto à eficácia das “práticas alternativas” no tratamento - ou cura - de problemas psíquicos, é de se pensar em que medida é possível se posicionar em relação a elas sem discutir sua eficácia. É importante, outrossim, que se aponte que o fato de o Conselho enunciar que *não é propósito da categoria discutir a eficácia...* é, já, e por isso mesmo, pressupor e reconhecer que há alguma eficácia nas práticas alternativas. E, no caso, sem nem mesmo verificá-la.

Segundo a conselheira Cláudia Maria Sodré Vieira, o grande mérito da discussão foi reverter a expectativa de que o CRP tomasse para si uma decisão que é de âmbito mais geral. Quando o tema começou a ser debatido, alguns grupos defendiam que o Conselho referendasse as práticas alternativas e outros que ele as condenasse. O CRP, no entanto, avaliou que era necessário aprofundar as discussões sobre a questão, já que não cabe à entidade o papel de reconhecer ou não a validade científica dessas práticas, mas sim o de orientar os profissionais quanto ao exercício da psicologia. (JCRP-100/1996) [10]

Se comparado com outros posicionamentos assumidos pelo CRP, o que encontramos no fragmento acima indica uma posição distinta, uma vez que este é o único momento em que é dito não caber ao Conselho *o papel de reconhecer ou não a validade científica dessas práticas, mas sim o de orientar os profissionais quanto ao exercício da psicologia*. Sendo assim, reconhecer a validade científica passa a ser atribuição de outra instância, enquanto o Conselho assume como sua a tarefa de orientação do exercício da psicologia. Por outro lado, não é a primeira vez em que é aventada e atribuída alguma validade científica às práticas alternativas. Observe-se que, no nível da pressuposição - e, neste caso, no nível da produção de efeitos de desconhecimento - enquanto o Conselho reconhece não lhe caber reconhecer a validade científica dessas práticas, ele parece desconhecer que, pela própria organização de seu enunciado, já a reconheceu.

Outros elementos relativos às formas como se relacionam CRP e práticas alternativas no discurso do primeiro podem ser apontados nos fragmentos que seguem.

... Não questionamos o estudo dos referidos conjuntos de conhecimento, desde que os mesmos não sejam incluídos

enquanto recurso ou instrumentos pelos psicólogos na sua prática profissional. (JCRP-062/1989) [4]

No texto acima o Conselho explicita seu posicionamento contrário a qualquer tentativa, por parte de psicólogos, de inclusão de práticas alternativas (*conjuntos de conhecimento*), como *recurso* ou *instrumento*, em sua prática profissional. Assim, embora afirme não questionar o estudo dessas práticas, o Conselho só o faz na condição (*desde que*) de que esse estudo, quando feito por psicólogos, não redunde em aplicações no campo psicológico. Isso implica, por sua vez, o que aqui parece ser uma tentativa de separar, discriminar e definir o que se pode ou não fazer quanto ao uso de práticas alternativas: pode-se estudá-las, não aplicá-las. No entanto, em que pese a diferença entre o caráter e as finalidades das técnicas alternativas e psicológicas, é de se perguntar se é possível estudar matérias que se proponham ao campo clínico sem aplicá-las.

Considere-se que, a rigor, nem o questionamento do estudo de técnicas alternativas (ou qualquer outro *conjunto de conhecimentos*) faz parte das atribuições reconhecidas como as de um Conselho profissional, nem a inclusão/exclusão de disciplinas no/do programa de formação de psicólogos, conforme vimos anteriormente, seria de sua alçada, se levarmos em conta o papel destinado ao CRP, segundo as disposições legais. Neste sentido, a restrição (*desde que*) enunciada pelo Conselho quanto à inclusão de práticas alternativas na prática profissional de psicólogos não parece configurar mais do que o reconhecimento explícito dos limites de seu campo de ação institucional. Por outro lado, também não deixa de constituir sua forma peculiar de tentar ampliar esse espaço, na medida em que pressupõe poder questionar algum estudo. Marca-se, mais uma vez, a importância da dimensão implícita dos enunciados, na medida em que, a partir disso, novas cenas discursivas se impõem à análise. Vejamos um outro exemplo:

No terceiro domingo do mês de fevereiro, o repórter Ernesto Paglia apareceu na telinha da Globo, instalado em um divã, para experimentar a terapia de regressão a vidas passadas. Na mesma reportagem, ele foi ouvir o presidente do CRP-06, Odair Sass, que o esclareceu: esse assunto não é da área de Psicologia (JCRP-086/1994) [1]

Consideremos, primeiramente, que todo esclarecimento pressupõe algum grau de obscuridade, dúvida ou confusão. Assim é que consideramos, também, que no

momento em que se juntam, no mesmo quadro, um *divã* - componente importante da cenografia da instituição psicanalítica e, por vezes, da cenografia da instituição psicológica em sua dimensão clínica - e a *terapia de regressão a vidas passadas*, que pressupõe, inevitavelmente, a aceitação da reencarnação, tal fato parece requerer algum *esclarecimento* por parte dos representantes da(s) instituição(ões) envolvida(s). Isso, quem o faz é o *presidente do CRP-06* que, diante da dúvida/confusão (pressuposta) instaurada pela pitoresca junção, novamente recorre ao esclarecimento (posto) como papel (também pressuposto) do Conselho. Desta feita, porém, o esclarecimento não se refere às possíveis diferenças entre as duas práticas, nem as esclarece de fato, mas parece introduzir maior confusão ao afirmar que *esse assunto não é da área de Psicologia*. Podemos, a rigor, considerar que nem terapia de vidas passadas nem psicanálise sejam assunto da *área da Psicologia*, mas isto implica, certamente, em se posicionar em relação ao seu uso por psicólogos (tanto da psicanálise como da terapia de vidas passadas) como se fora algo de somenos importância. À possível neutralidade sugerida pelo enunciado (*esse assunto não é...*) opõe-se a necessidade de o CRP tomar posição em relação ao fato, ainda mais se considerada a divulgação feita por intermédio de um grande meio de comunicação, como é o caso da televisão. Seu enunciado, assim, além de não isentá-lo de se posicionar, também não o livra de se responsabilizar pelo posicionamento assumido.

O próximo fragmento, extraído do mesmo texto, possibilita-nos observar um outro aspecto relacionado a essa indefinição no posicionamento do Conselho:

A preocupação dos psicólogos, encampada pelo CRP-06, é com as possibilidades de as pessoas que exercem "práticas alternativas" se apresentarem como profissionais da área e também de usarem métodos e técnicas da Psicologia nos atendimentos que dão a seus clientes. Nesse caso, há um exercício indevido/ilegal da profissão. O psicólogo, que entra nessa área, está se desvinculando do processo científico e, portanto, do exercício profissional - não pode apresentar o seu procedimento como trabalho psicológico. Pode ser que um dia, com o avanço dos conhecimentos, algumas dessas práticas se integrem ao campo da Psicologia. É interesse do CRP-06 propiciar condições de avanço. (JCRP-086/1994) [6]

É curiosa a atitude do CRP que, para manifestar-se como entidade, atribui sua preocupação aos psicólogos, e a encampa a seguir. Não há dúvidas de que sejam

psicólogos os que estão preocupados *com as possibilidades de as pessoas que exercem "práticas alternativas" se apresentarem como profissionais da área...*, mas é interessante a forma discursiva que encontra o enunciador para provocar uma espécie de distanciamento entre os psicólogos e o CRP, de modo a generalizar uma preocupação que é sua.

Nesse sentido, vemos que o foco da preocupação é o de que alternativos misturem práticas alternativas com práticas psicológicas. Sabemos, por textos anteriores, da existência de psicólogos que fizeram tal mistura (tanto as psicólogas que trabalham com pirâmides, como os que divulgaram títulos juntos) e supomos ainda que, no momento dessa publicação do CRP, houvesse também psicólogos entre as pessoas que misturam práticas, conforme subentende-se do enunciado (*O psicólogo, que entra nessa área ...*) Importa portanto observar que, pela lógica de um enunciado como esse, não há como dizer que são os psicólogos que estão preocupados, sem forjar uma inversão da relação imposta pela própria ordem discursiva. Esta mostra, claramente, como só se pode dizer haver uma preocupação dos psicólogos se ao menos uma parcela deles encampar o enunciado do CRP quanto à sua preocupação e tomar para si a responsabilidade de enunciá-la.

O próximo fragmento, que retoma alguns aspectos já analisados por nós em outros momentos, introduz mais um aspecto importante a ser analisado neste tópico:

... a preocupação básica do Conselho é garantir a qualidade dos serviços prestados pelo profissional da psicologia. Nesse sentido, a discussão sobre as práticas alternativas não vai se deter em exames de cada uma das chamadas terapias alternativas. O que se pretende com o tema é evidenciar a perspectiva de que o Congresso consiga contribuir para estabelecer uma relação crítica da psicologia junto à sociedade em defesa da cidadania. (JCRP-098/1996) [6]

Já vimos como *a qualidade dos serviços prestados pelo profissional da psicologia* é recorrente no discurso do CRP-06 e ainda voltaremos a ela no próximo tópico. O que nos interessa analisar aqui, entretanto, refere-se à *defesa da cidadania* como objetivo último da discussão do tema das práticas alternativas no Congresso mencionado.

A análise do enunciado *O que se pretende com o tema é evidenciar a perspectiva de que o Congresso consiga contribuir para estabelecer uma relação*

crítica da psicologia junto à sociedade em defesa da cidadania mostra que defender a cidadania passa pelo estabelecimento de *uma relação crítica da psicologia junto à sociedade*, ou seja, depende desta relação crítica. Tomemos como suposto que toda relação pressupõe, no mínimo, duas partes. Verificamos, entretanto, que no caso da *relação crítica da psicologia* não há especificação da outra parte, a não ser que tomemos a expressão *junto à sociedade* como sinônimo disso. Assinale-se, porém, que dizer de uma relação *junto à sociedade* não corresponde a dizer relação com a sociedade. De qualquer forma, o que se nos coloca o dito em análise é a indefinição do que uma tal *relação crítica da psicologia* possa representar em termos concretos.

Buscando ordenar os termos do enunciado observamos que menos se trata de rearranjá-los do que destacá-los, um a um, propondo sentidos possíveis, para depois tornar a encadeá-los em seqüências lógicas sucessivas. Assim, temos que *evidenciar a perspectiva de que o Congresso consiga contribuir para estabelecer uma relação...* pode ser lido como tornar evidente (*evidenciar*) a expectativa, ou a probabilidade, (*a perspectiva*) de que o Congresso consiga contribuir para tornar estável, fixar, ou determinar (*consiga contribuir para estabelecer*) ... *uma relação crítica da psicologia junto à sociedade em defesa da cidadania*.

Ora, *a perspectiva de que o Congresso consiga* não configura propriamente um fato, mas uma possibilidade, que parece ser desejada, uma vez que é uma perspectiva sobre algo que ainda vai acontecer. Essa mesma perspectiva, se desejo do CRP, constitui um desejo que ele parece querer dar a conhecer, uma vez que *O que se pretende ... é evidenciar a perspectiva ...* Assim, podemos concluir que se trata de desejo do CRP que o Congresso estabeleça condições para que a psicologia sirva para a defesa da cidadania. Sendo assim, podemos então supor que seu desejo último seja de que a psicologia se constitua como instrumento de defesa da cidadania. O que, por sua vez, implica necessariamente em supor que ela ainda não o é, bem como que seja esse o seu objetivo.

Podemos perguntar, por outro lado, se *a defesa da cidadania* depende da psicologia, particularmente de sua *relação crítica junto à sociedade*. Trata-se, ou parece tratar-se, de valores abstratos de ordem moral (*defesa da cidadania* e *relação crítica*), de tal forma que quase não se pode discutir seus pressupostos sem o risco de se colocar contra imperativos éticos – *relação crítica* e *defesa da cidadania* são, hoje,

palavras de ordem comuns no discurso de diversos segmentos políticos, configurando valores caros à cultura contemporânea. Assim, embora se possa perguntar sobre a relação entre as práticas alternativas e a defesa da cidadania no discurso do CRP-06 sem se obter resposta clara e direta, supomos - pelo desdobramento do enunciado em seus implícitos - que tal relação seja de oposição e, quiçá, de conflito.

Assim é também que lemos o enunciador-Conselho se manifestar preocupado em *garantir a qualidade dos serviços prestados pelo profissional da psicologia*, o que nos coloca duas opções: ou estamos diante de um falso problema, na medida em que a qualidade dos serviços tem relação com muitas outras variáveis, tais como a formação, as condições de trabalho, a postura de cada profissional, etc... ou, se trata de uma tentativa do Conselho de ampliar seu âmbito de ação institucional, por meio da ocupação do lugar de quem garante - ou pode garantir - a qualidade dos serviços de cada profissional de psicologia.

Seja como for, estamos diante de estratégias enunciativas que compõem a tessitura das relações sociais que se dão sob a insígnia da instituição CRP-06. Ai encontramos inscritos aspectos que consideramos de relevância para a compreensão do uso de "práticas alternativas" no contexto da prática profissional da psicologia. Os tópicos seguintes dedicam-se a apresentar o exame mais específico do discurso institucional sobre essa ocorrência. Vamos a eles.

3.3 Os Termos Recorrentes

3.3.1 “Uma Constante Preocupação”

Se dedicamos alguns tópicos a apontar as concepções e definições de psicologia presentes no discurso do CRP-06, bem como seu posicionamento ou sua atribuição/distribuição de lugares aos psicólogos, os próximos tópicos destinam-se a apresentar a análise do que pudemos mapear a partir dos modos específicos do Conselho dizer a relação da psicologia com as práticas alternativas e, com isso, configurar o entrelaçamento desses vários aspectos, imbricados que estão no discurso. Até porque são justamente os modos de o CRP dizer sua posição em relação às práticas alternativas o que mostra todas essas concepções e definições anteriores que pudemos apresentar. É baseado nelas que o Conselho se posiciona, localiza seus co-enunciadores e se mantém na ordem do discurso que lhe faz instituição.

A análise conjunta dos diferentes textos do Jornal do CRP-06 possibilitou-nos destacar algumas regularidades, a partir da repetição de termos e expressões que atribuíam características e/ou qualidades às práticas alternativas. Uma das mais frequentes refere-se ao emprego do termo *preocupação*, presente na maior parte dos textos, para se referir a tais práticas. Essa *preocupação* é direcionada, na maior parte das vezes, ao público usuário dos serviços psicológicos, ou mesmo aos usuários *de técnicas de tratamento alternativo*, conforme citação abaixo, que já apresentamos anteriormente e que aqui voltamos a reproduzir⁶⁸:

Hoje, existe a oferta de inúmeras técnicas de tratamento alternativo (florais de bach, cristais, astrologia, terapia de vidas passadas etc) que são divulgadas como sendo instrumentos da Psicologia. Os Conselhos não reconhecem a validade científica de tais técnicas e se preocupam com os efeitos que estas podem causar nos seus usuários. (JCRP-078/1992) [2]

Faz-se notar aqui, como em outros momentos, o fenômeno discursivo da duplicidade de sentidos produzida pelo uso de termos como o pronome pessoal *seus*, de *seus usuários*, em circunstâncias em que não se encontra explicitado quem é a

⁶⁸ Será possível observar no desenvolvimento deste e dos próximos tópicos a repetição de alguns fragmentos já apresentados e analisados anteriormente. O que nos interessa a partir deste ponto é poder tomá-los pelo recorte específico a que se prestam, de acordo com o tema focalizado no momento.

pessoa a que se refere o pronome: abre-se a dúvida, produzem-se sentidos outros, que o enunciador talvez não pudesse supor possíveis ao seu enunciado.

No caso desse enunciado em particular - *Os Conselhos ... se preocupam com os efeitos que estas [técnicas] podem causar nos seus usuários* - os dois sentidos possíveis mais evidentes são de que: *a)* os Conselhos se preocupam com os possíveis efeitos das técnicas alternativas nos seus - dos Conselhos - usuários e *b)* os Conselhos se preocupam com os possíveis efeitos das técnicas alternativas nos usuários destas técnicas.

Ora, entre os que são usuários dos serviços dos Conselhos encontram-se sempre, em primeira instância, os próprios psicólogos (clientela direta) e em segundo lugar, por conseqüência, os usuários dos serviços oferecidos/prestados pelos mesmos (clientela indireta do CRP, a não ser nos casos de queixas, denúncias e consultas), cabendo ao Conselho, dessa perspectiva, a posição de mediador entre a categoria profissional e a clientela desta. Tal fato permite-nos supor que a preocupação do Conselho seja, neste caso, com os efeitos das técnicas de tratamento alternativo sobre os seus usuários psicólogos e/ou sobre os usuários dos psicólogos, a quem o CRP representa, e por quem se concretiza como instituição.

Já no caso de serem os usuários das técnicas alternativas o foco da preocupação dos Conselhos, então é de se perguntar o que os motivaria a se preocuparem com tal clientela e de se supor estarmos diante de uma disputa de clientela entre o Conselho - em nome dos psicólogos - e os praticantes alternativos.

Parece-nos, de qualquer forma, não haver alternativa para os Conselhos senão que se preocupem. Assinalemos, portanto, outro momento em que a preocupação se faz presente:

As chamadas "práticas alternativas" se popularizam no País, a exemplo do que acontece no mundo, e se constituem numa preocupação constante para os psicólogos: a mesma tendência de misturar as coisas, que resultaram na salada de religiões e práticas místicas que resultam no sincretismo religioso do Brasil, ameaça também a Psicologia.(JCRP-086/1994) [1]

Aqui o fator de preocupação parece se deslocar dos possíveis efeitos causados nos usuários das alternativas - psicólogos ou não - para a popularização das práticas alternativas, não só localmente (*no País*), mas mundialmente. É intrigante,

desse ponto de vista, a relação estabelecida no discurso entre as práticas alternativas e a *salada de religiões e práticas místicas que resultam no sincretismo religioso do Brasil*. Sabemos, pois o enunciado o diz, que tal *salada* está relacionada com a *mesma tendência de misturar as coisas que ameaça também a Psicologia*. Entretanto, é curioso notar que, embora a popularização das práticas alternativas esteja ocorrendo mundialmente (...*a exemplo do que acontece no mundo*) a comparação seja estabelecida entre sua popularização e um fenômeno local (*sincretismo religioso ... do Brasil*). É de se notar, ainda, o encadeamento de três elementos/fatores distintos ([1] *a mesma tendência de misturar as coisas, que resultaram na* [2] *salada de religiões e práticas místicas que resultam no* [3] *sincretismo religioso do Brasil*) pelo uso repetido do verbo *resultar*. Sendo assim, o *sincretismo religioso do Brasil* (um atributo do Brasil, portanto) é resultado da *salada de religiões e práticas místicas* que, por sua vez, é resultado da *tendência de misturar as coisas* que, por sua vez, é atributo, identificado também às práticas alternativas, que *ameaça a Psicologia*. A mistura de coisas parece ser, então, o fator que preocupa os *psicólogos* e *ameaça a Psicologia*. Isto, quem o enuncia é o Conselho.

Observe-se também que o enunciador CRP-06, na voz do locutor do texto, refere-se a uma *preocupação constante para os psicólogos*, o que a estende a toda a categoria; a preocupação é de todos. Abram-se parênteses aqui para destacarmos, ainda, o que verificamos, precisamente no nível da enunciação, como um forte efeito de desconhecimento do dito, produzindo outras ambigüidades. Em primeiro lugar, vemos que a concordância do verbo *resultar* ocorre com *as coisas (que resultaram)* - e não com *a mesma tendência*; não sabemos se por engano do locutor ou não, o que de qualquer forma implica um fenômeno discursivo de importância. Se erro gramatical, o implicado é estar presente num texto que circula entre um público leitor que supostamente domina a língua culta. Se intenção do locutor, o enunciado diz de *coisas, que resultaram na salada de religiões e práticas místicas*. Nos dois casos, *as coisas* não estão nomeadas, discriminadas, no enunciado. Assim, a *tendência de misturar as coisas* de que fala o locutor começa a apresentar-se em ato, no seu próprio discurso.

Vejamos, ainda em JCRP-086/1994, como se detalha a preocupação que já foi estendida anteriormente a todos os psicólogos:

A preocupação dos psicólogos, encampada pelo CRP-06, é com as possibilidades de as pessoas que exercem "práticas alternativas" se apresentarem como profissionais da área e também de usarem métodos e técnicas da Psicologia nos atendimentos que dão a seus clientes. (JCRP-086/1994) [6]

Parece-nos possível afirmar, a partir dessa especificação, que a preocupação do enunciador-CRP é com *a mesma tendência de misturar as coisas* que pode ocorrer, agora explicitamente no campo do exercício profissional da psicologia, o objeto de sua ação institucional. Aqui, os usuários dos que exercem práticas alternativas voltam à cena, como o foco da *preocupação dos Conselhos* (vide JCRP-078/1992), uma vez que tal preocupação, sendo *preocupação dos psicólogos*, é *encampada pelo CRP-06*. E voltam à cena, como foco de preocupação, na medida em que os praticantes alternativos podem vir a se apresentar como psicólogos *profissionais da área* e podem vir a utilizar *métodos e técnicas da Psicologia nos atendimentos que dão a seus clientes*. Aqui, o que está subentendido é que estes clientes, os mesmos usuários identificados em JCRP-078/1992 (*Os Conselhos não reconhecem a validade científica de tais técnicas e se preocupam com os efeitos que estas podem causar nos seus usuários*) poderão ser confundidos pela mistura de coisas - práticas alternativas e Psicologia - e tomar as primeiras como se fossem práticas da segunda. Também aqui verificamos a preocupação do Conselho direcionada aos clientes dos alternativos. Ora, considerando ser este o foco de preocupação do Conselho e considerando a ambigüidade produzida no enunciado (tal como já apontado em nossa análise quanto à identificação dos usuários com quem se preocupa o Conselho), é de se pensar que os usuários/clientes dos alternativos podem ser, ambigüamente, tanto os usuários dos serviços oferecidos por psicólogos quanto os próprios psicólogos.

Voltemo-nos agora para mais um fragmento em que figura o termo preocupação:

... continua valendo a orientação de que se configura como infração ética o profissional psicólogo trabalhar com qualquer prática alternativa vinculando esse exercício à psicologia. Essa será a posição que nós, do Conselho, defenderemos nos debates do Congresso Regional', adiantou Tozoni.

(...).

De acordo com essa posição, a preocupação básica do Conselho é garantir a qualidade dos serviços prestados pelo profissional da psicologia.(...) (JCRP-098/1996) [5; 6]

Se de um lado parece que o tema das práticas alternativas já foi definitivamente incorporado como *preocupação* do Conselho, o caráter dessa preocupação reafirma-se aqui como sendo com a *qualidade dos serviços prestados* pelos psicólogos. Observe-se que, desta perspectiva, caso se vinculem os *serviços prestados* pelos psicólogos ao exercício de *qualquer prática alternativa*, a qualidade dos serviços psicológicos parece ficar comprometida. Isso é o que parece indicar a posição enunciada e assumida pelo Conselho, na voz de um de seus conselheiros, ao afirmar que, não havendo *resultados que comprovem que ... as práticas alternativas pertençam ao campo da psicologia*, configura-se como *infração ética o profissional psicólogo* que vincule o exercício de *qualquer prática alternativa à psicologia*.

Assinale-se que a expressão *De acordo com essa posição* parece apontar novamente para a multiplicidade de sentidos possíveis em cada enunciado. Essa locução (*De acordo com...*) pode sugerir que segundo a posição específica do conselheiro citado, essa é a preocupação do Conselho. Nesse sentido, a expressão sugere também não ser essa a única posição assumida e, com isso, não ser essa, necessariamente, uma preocupação do Conselho. Mas pode também sugerir que se está de acordo com essa posição - o discurso relatado favorece tal ambigüidade ao posicionamento do enunciador. Entretanto, quando o Conselho publica a opinião de um de seus conselheiros, falando desse lugar de conselheiro, torna-se evidente que o Conselho o autoriza a falar em seu nome.

Quanto à preocupação em *garantir a qualidade dos serviços prestados ...* verificamos um importante aspecto, aí implícito, relativo aos critérios que pautam as formas de qualificação atribuídas, no discurso do CRP, às práticas alternativas e que vemos surgir, aos poucos, em nossa análise. Tomemos o encadeamento da argumentação: *Até agora não temos resultados que comprovem que elas pertençam ao campo da psicologia. Portanto, ... se configura como infração ética ... trabalhar com qualquer prática alternativa vinculando esse exercício à psicologia ... Essa será a posição que nós, do Conselho, defenderemos ... De acordo com essa posição, a preocupação básica do Conselho é garantir a qualidade dos serviços prestados pelo*

profissional da psicologia. O fato de (o Conselho) não ter *resultados* comprobatórios da pertença das práticas alternativas ao *campo da psicologia* pressupõe a existência de procedimentos que poderiam/deveriam apontá-la, além de deixar subentendido que não se pode afirmar, por enquanto, sua não-pertença. *Até agora*, ressalta o locutor, *não temos*. Assim, se pertencer ao campo da psicologia parece ser, neste enunciado, o critério que norteia o posicionamento do Conselho em relação às práticas alternativas, critério este condicionado ao momento enunciado (*Até agora*), a comprovação de não pertencer a esse campo também fica condicionada a um momento futuro no tempo, que não se sabe quando, apenas que não é *agora*.⁶⁹ Podemos verificar, dessa forma, a construção de um encadeamento de enunciados indicando que a qualidade dos serviços prestados pelo profissional de psicologia pode perder sua garantia, caso práticas (*alternativas*) que (*até o momento*) não pertencem ao campo da psicologia passem a ser utilizadas pelos psicólogos.

Essa argumentação talvez esclareça melhor o porquê de a preocupação do Conselho com as práticas alternativas surgir na forma como ocorre em JCRP-100/1996:

PREOCUPAÇÕES COM AS PRÁTICAS ALTERNATIVAS

A polêmica sobre as chamadas práticas alternativas também foi uma das preocupações centrais dos delegados. As discussões giraram em torno da identificação das chamadas "terapias alternativas" (tarô, florais de Bach, búzios, terapia de vidas passadas, etc.) à ação psicológica. Como ponto central da discussão estava a grande procura por essas práticas e por que estão sendo confundidas com as técnicas psicológicas, para que se possa pensar ações políticas para enfrentar o problema.(JCRP-100/1996) [8]

Vemos que o foco de preocupação parece se deslocar, aqui, da questão da qualidade dos serviços psicológicos para *a polêmica sobre as práticas alternativas*, polêmica essa já anunciada em texto anterior (JCRP-098/1996), cujo fragmento também já analisamos em outro momento (*Os temas ligados ao cotidiano do psicólogo deverão provocar as maiores polêmicas dos congressos...* [JCRP-098/1996 - 1, *Lead*]).

⁶⁹ É de se assinalar, outrossim, que o valor referencial desse termo só se explicita em relação ao tempo e ao espaço em que ocorre (Maingueneau, 1998). Assim, o momento justo (*agora*) em que escrevemos este texto, já não corresponderá ao momento em que alguém o estiver lendo, e que novamente se apresentará, na enunciação, como agora, assim como o foi quando da redação do texto que agora analisamos.

A análise do fragmento de JCRP-100/1996 possibilita-nos também destacar vários outros aspectos importantes, relativos à discussão sobre as práticas alternativas, condensados nesse único trecho: além de apontar o caráter polêmico que identifica nas práticas e que o faz situá-las no rol de suas preocupações, o enunciador toma como *problema a grande procura por essas práticas*. Essa procura e o fato de estarem *sendo confundidas com as técnicas psicológicas* é o que parece exigir que se pensem *ações políticas* no âmbito da instituição. É do entrecruzamento de aspectos como esses, mais e menos distintos entre si, que se constitui o cenário discursivo no qual se podem ler os modos de dizer (e atuar) do CRP-06 quanto às práticas alternativas. Essa configuração constitui um vetor de sentido importante no discurso do CRP-06, que será mais bem explorado no próximo tópico: “Uma Questão Complexa”.

Pode-se observar ainda que, segundo o que vimos no início deste tópico, se em JCRP-078/1992 o Conselho enuncia a existência de uma *oferta de inúmeras técnicas de tratamento alternativo ... divulgadas como sendo instrumentos da Psicologia*, em JCRP-081/1993 testemunhamos o reconhecimento do CRP à existência de uma *grande procura por essas práticas* e ao fato de elas estarem *sendo confundidas com as técnicas psicológicas*. É interessante observar a sutil mudança de posição do Conselho - bem como a mudança, em seu discurso, do estatuto das práticas alternativas - ocorrida no intervalo de um ano: do reconhecimento da *oferta de técnicas* alternativas, o CRP passa ao reconhecimento de uma *grande procura* por elas. O que podemos considerar é que à existência de qualquer oferta e de qualquer procura corresponde sempre a existência de quem oferta e de quem procura. Note-se, entretanto, que não há, em um ou outro caso, discriminação daquele(s) que oferta(m) e/ou procura(m).

Se atentarmos ao enunciado: *Como ponto central da discussão estava a grande procura por essas práticas e por que estão sendo confundidas com as técnicas psicológicas*, veremos que não estão definidas para o CRP as razões da confusão entre práticas alternativas e técnicas psicológicas, embora a existência da confusão esteja explicitamente reconhecida. Este parece ser o ponto a partir do qual se instaura a *polêmica que foi uma das preocupações centrais dos delegados...* e que

parece constituir igualmente a preocupação do CRP-06, uma vez que ele assim a enuncia.

Nossa análise apontou, até aqui, que a preocupação do Conselho em relação às práticas alternativas é enunciada como motivada por sua (do Conselho) preocupação com: os efeitos das técnicas alternativas sobre os usuários (JCRP-078/1992); a popularização das práticas alternativas e sua tendência de misturar as coisas (JCRP-086/1994); a possibilidade de alternativos se apresentarem como psicólogos e/ou utilizarem métodos e técnicas da Psicologia (JCRP-086/1994); a qualidade dos serviços prestados pelos psicólogos (JCRP-098/1996); a polêmica em torno do tema (JCRP-098/1996 e JCRP100/1996).

Passemos agora à análise de mais um item presente no discurso do CRP como regularidade.

3.3.2 “Uma Questão Complexa”

Tomemos como hipótese que quanto maior a diversidade de qualificativos identificáveis atribuídos a algo ou alguém, maior a possibilidade de que a relação estabelecida entre o enunciador - qualificador - e o objeto de sua qualificação seja controvertida. Por outro lado, consideremos que as formas valorativas que dessa maneira se podem estabelecer podem vir a ser também mais reveladoras dos sentidos dessa relação.

Analisando o discurso do CRP, observamos as marcas de uma ocorrência, em algum momento no tempo, em que parece ter sido constatada a presença de práticas outras que não as que integram os programas de formação profissional de psicólogos, no que é reconhecido e considerado o campo do exercício profissional da psicologia, e as diversas conseqüências de tal fato, inclusive os discursos que se produziram nesse contexto:

Desde o segundo semestre do ano passado, por ocasião do I CONPSIC, o CRP-06 abriu um debate a respeito do crescente uso de práticas - como a astrologia, parapsicologia e tarô - que se dizem associadas à Psicologia. (...) (JCRP-062/1989) [1]

Hoje, existe a oferta de inúmeras técnicas de tratamento alternativo (...) (JCRP-078/1992) [2]

Podemos observar nos trechos acima como, em JCRP-062/1989, antes de abrir *um debate*, o CRP-06 já tem por reconhecido em seu discurso o *crescente uso de práticas*. Da mesma forma, em JCRP-078/1992, *Hoje* - um tempo qualquer que só se pode definir pelo contexto em que acontece - *existe a oferta de...técnicas divulgadas como sendo...* Aqui, o que nos interessa apontar são os elementos comuns presentes nos dois enunciados em que o CRP assume o crescimento das práticas (JCRP-062/1989) e reconhece a existência de sua oferta (JCRP-078/1992). Talvez sem se dar conta, concomitantemente ao que enuncia, o locutor-Conselho marca uma posição diante de um fato que ele tanto apresenta como tema de debate (JCRP-062/1989), quanto como passível de ter alguma validade científica (JCRP-078/1992).

Já vimos como atribuir uma possível validade científica às técnicas que o Conselho chama de alternativas, neste caso, aparece pela negação. Não reconhecer a validade científica de tais técnicas é aventar a possibilidade de que elas possam ter alguma, em algum momento, enunciado por alguém. Embora tal possibilidade não

esteja explicitada no texto do CRP, ela o é pela modalização apreciativa que é feita: faz-se referência ao discurso de um outro (discurso secundário), que em algum momento atribui/u alguma validade científica às práticas alternativas, de modo que o Conselho é levado a se manifestar e posicionar-se como o que não a reconhece. É o mesmo Conselho, entretanto, que, na gestão anterior, reconhecendo o crescimento das práticas alternativas toma a iniciativa de abrir um *debate* sobre o assunto. Destaque-se, aí, o pressuposto pragmático da legitimidade que o CRP mostra ter em seu ato: para não reconhecer a validade científica das técnicas alternativas é antes necessário que ele, o enunciador-Conselho, seja reconhecido como capaz de conferir ou não conferir reconhecimento - bem como de abrir ou não debates. Esse tema, que já foi apontado e analisado no tópico dedicado ao posicionamento do Conselho, reaparece, em JCRP-078/1992, quando o CRP, na posição de locutor, reproduz a íntegra do comunicado que fez divulgar em campanha nacional:

*O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, (...) fazem este alerta à sociedade:
 (...) Técnicas ditas terapêuticas que propõem soluções imediatas de problemas psicológicos não têm o nosso reconhecimento. (JCRP-078/1992) [6; 9]*

Um outro elemento de interesse para nossa análise já se anuncia acima: há uma qualificação das técnicas, por atribuições sucessivas. Em primeiro lugar, se é enunciado que elas são ditas terapêuticas mostra-se com isso a intenção do enunciador-CRP de não se identificar com quem as diz terapêuticas, embora o faça, efetivamente, pela repetição do qualificativo em seu discurso. Além disso, essas técnicas *propõem soluções imediatas de problemas psicológicos*. E parece ser exatamente por esse motivo (*Técnicas... que propõem...*) que *elas não têm o nosso reconhecimento*.

O pronome pessoal *nosso* também introduz um vetor importante, na medida em que vai se referir a um conjunto de profissionais que ocupam um lugar institucional determinado: são os agentes privilegiados dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia (*O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, no uso de suas atribuições legais...*), psicólogos, portanto. Psicólogos que ocupando o lugar de agentes privilegiados da instituição encarregada de regulamentar a sua profissão exercerão a prerrogativa legal de reconhecer, ou não,

técnicas que pleiteiem tal reconhecimento. E este será, necessariamente, o reconhecimento (ou não reconhecimento) de técnicas como técnicas psicológicas ou passíveis de serem utilizadas por psicólogos. Assim, não reconhecer técnicas *que propõem soluções imediatas de problemas psicológicos* implica em pressupor que haja psicólogos pleiteando seu reconhecimento pelo Conselho. Em que pese o fato de não termos analisado nenhum texto exemplar dessa situação, pudemos observar, na análise dos textos, a presença dessa questão tanto enunciada como uma preocupação, conforme já vimos, quanto mostrada (não dita) como uma possibilidade - e, portanto, também como pré-ocupação.

Voltemos às apreciações/qualificações do CRP-06 quanto às práticas alternativas. Um dos aspectos mais recorrentes nos textos é a associação das práticas alternativas a um caráter místico e/ou religioso, que constituiria o próprio fundamento das mesmas:

...em relação à terapia de vidas passadas, o parecer do Plenário deste CRP-06 se pauta nesta constatação: o objeto focalizado por essa linha psicoterápica é explicitamente a suposta "vida passada" ou "vidas passadas" do paciente. Assim sendo, ela se baseia, necessariamente, na crença da reencarnação que se constitui - pelo menos até o momento - em princípio religioso. Neste sentido, a sua prática foge do âmbito das teorias psicológicas. (JCRP-062/1989) [5]

... O ponto fundamental é que essas práticas se baseiam em pressupostos místicos, religiosos, espiritualistas ou em qualquer outra forma de conhecimento que não tem vínculo com a Psicologia. Mesmo a literatura, classificada como de "auto-ajuda" e, as vezes, apresentada como se tivesse um conteúdo psicológico, não tem qualquer compromisso com a ciência da Psicologia. E, normalmente, se aproxima muito do senso comum, ao afirmar, por exemplo, que o pensamento positivo faz bem às pessoas. (JCRP-086/1994) [5]

Verificamos pelos extratos acima que além da religiosidade, do misticismo e do caráter espiritualista atribuídos às práticas alternativas, outros atributos se fazem entrever nos ditos do Conselho, de forma a se constatar quão contraditórias parecem ser algumas assertivas.

Observe-se por exemplo, em JCRP-062/1989, como parece não haver dúvidas, no dito do Conselho, quanto ao fato de a terapia de vidas passadas ser uma *linha psicoterápica*. Assim vemos também que, na maneira como organiza seu

enunciado, a constatação do Conselho de que o objeto focalizado pela terapia de vidas passadas é a "*vida passada*" compõe a mesma seqüência enunciativa que a coloca no lugar das psicoterapias (... *o objeto focalizado por essa linha psicoterápica é explicitamente a suposta "vida passada" ou "vidas passadas" do paciente.*). Se por um lado, ao apontar *a suposta "vida passada" ou "vidas passadas" do paciente*, o enunciado, pelo emprego do adjetivo, atribui um caráter questionável ao próprio objeto dessa terapia, por outro nada é dito quanto à qualificação da terapia de vidas passadas como psicoterapia. Temos inscrito, no discurso do CRP, como puro efeito de desconhecimento e a par de seu reconhecimento como princípio religioso, o reconhecimento da terapia de vidas passadas na condição de técnica psicoterápica – e isto sem qualquer discussão por parte do Conselho. Por sua vez, a *crença na reencarnação*, que baseia tal terapia, é definida pelo Conselho como princípio religioso, *pelo menos até o momento*. Essa restrição demonstra haver aqui uma abertura à possibilidade - implícita - de que a crença na reencarnação possa se converter em outra espécie de princípio, não conhecido até o momento.

Vemos, no entanto, em JCRP-086/1994, que *O ponto fundamental é que essas práticas se baseiam em pressupostos místicos, religiosos, espiritualistas ou em qualquer outra forma de conhecimento que não tem vínculo com a Psicologia*. Pode-se verificar, neste e nos textos anteriores, como a atribuição de determinados qualificativos (*Técnicas ditas terapêuticas que propõem soluções imediatas...*; *essa linha psicoterápica ... se baseia ... na crença da reencarnação que se constitui ... em princípio religioso; essas práticas se baseiam em pressupostos místicos, religiosos, espiritualistas...*; etc...) parece definir a diferença entre o que seria prática psicológica e prática alternativa ou práticas que não tenham vínculo com a psicologia.

Observe-se aqui, para além da atribuição de qualificativos (*místicos, religiosos, espiritualistas*) aos *pressupostos* em que se baseiam *essas práticas*, a indicação de um outro critério, que parece introduzir uma nova condição das práticas alternativas e estabelecer mais uma diferença entre elas e as práticas psicológicas. Ou seja, práticas alternativas não só se baseiam em pressupostos místicos, religiosos ou espiritualistas como podem também se basear em *qualquer outra forma de conhecimento* que não tenha vínculo com a Psicologia. Atente-se para a implicação aí presente: uma vez que as práticas alternativas podem se basear em qualquer outra

forma de conhecimento, abre-se a possibilidade de que tudo aquilo em que elas se baseiam seja alternativo. Dito de outra maneira, ser alternativo é não ser psicologia - o que faz crer ser necessário que se defina o que é psicologia, já que é ela, segundo a lógica do enunciado, que define o que é ser ou não alternativo.

Assim também lemos, ainda no mesmo texto, que

... Métodos e técnicas psicológicas surgem de descobertas científicas, enquanto "práticas alternativas" podem decorrer, por exemplo, de descobertas espirituais. (JCRP-086/1994) [2]

Se a definição das práticas pela diferenciação entre elas faz supor que a psicologia seja definida, logo verificamos que a contraposição feita pelo CRP entre as descobertas que originam os métodos e técnicas psicológicas e aquelas que podem dar origem a práticas alternativas sustenta-se na diferença entre o caráter geral de umas e outras. Encontram-se aqui, em confronto direto, de um lado a ciência e de outro a espiritualidade ou a religião. Ademais, o que se deve destacar é a afirmação, pelo enunciador (provavelmente como efeito de desconhecimento), do caráter inovador, pioneiro (*descobertas*), das práticas alternativas, embora em outro campo (o espiritual).

Vimos, até aqui, que as formas enunciativas utilizadas pelo CRP para qualificar e definir diferenças possíveis entre práticas psicológicas e práticas outras introduz as alternativas de ou a) apontar os pressupostos em que se baseia a Psicologia ou b) supor que os pressupostos em que se baseia a Psicologia sejam conhecidos. Não é isso, porém, o que se verifica na análise. Vejamos, pois:

É bastante difícil definir o que exatamente faz parte do exercício profissional da Psicologia e o que integra o campo de "práticas alternativas". (JCRP-086/1994) [3]

Normalmente, é mais fácil perceber o que não é Psicologia: o que envolve religião, por exemplo, se baseia em dogmas, não em comprovação científica; "florais de Bach", como se informa, se baseia em física quântica, que não faz parte da gama de conhecimentos que constituem a Psicologia; musicoterapia também não é Psicologia, embora possa ser usada pelos psicólogos como um recurso extra no desenvolvimento do trabalho psicológico. (JCRP-086/1994) [4]

Mais uma vez se pode observar que o CRP não explicita o que é psicologia. Seu enunciado é claro: *É bastante difícil definir o que exatamente faz parte do exercício*

profissional da Psicologia, da mesma forma como também é bastante difícil definir o que integra o campo de "práticas alternativas". No entanto, se estas podem ser consideradas como não sendo assunto da Psicologia - conforme já vimos anteriormente, na resposta do presidente do CRP-06 ao repórter de televisão - é de se perguntar como se posiciona, então, o CRP diante da dificuldade oferecida pelo assunto objeto de sua própria ação institucional, o exercício profissional da Psicologia. A resposta parece estar no fragmento seguinte, em que se enuncia que *Normalmente, é mais fácil perceber o que não é Psicologia* e se exemplifica tal enunciado com os "florais de Bach", que se baseiam em física quântica e com a musicoterapia, que pode ser usada como *recurso extra* no trabalho de psicólogos.

Vemos assim como a percepção do que é Psicologia se dá pela percepção do que ela não é. Aqui, não se enuncia mais a ação de definir, como no fragmento anterior, em que se dizia ser difícil definir o que faz parte do exercício profissional da Psicologia. Estamos, agora, no campo da percepção. Definir e perceber são ações diferentes, em relação a um objeto. Podemos considerar que a primeira pressupõe observação, descrição e enquadramento conceitual, um ato de pensamento. No segundo caso, não há necessariamente a exigência de participação do pensamento, nem de exatidão, uma vez que perceber implica, antes, o uso dos sentidos. Dessa forma, o que não é Psicologia é percebido como o que não se baseia em comprovação científica e como o que se baseia em dogmas - caso da religião. A comprovação científica parece ser, portanto, um crivo perceptivo pelo qual não se define exatamente o que faz parte do exercício profissional da Psicologia mas se percebe o que ela não é. São esses os termos definidores empregados pelo enunciador CRP que não definem, em momento algum, o que é a Psicologia.

Um outro aspecto a se assinalar, ligado ao anterior, é de um lado configurado pela discriminação - baseada em informação de outrem (*como se informa*) - da área de pertinência dos florais de Bach à física quântica, dada como não integrante dos conhecimentos da Psicologia, mas não discriminada quanto à condição que ocupa em relação à ciência. De outro lado, pela indicação explícita de que musicoterapia, embora não seja Psicologia, pode *ser usada pelos psicólogos como um recurso extra* no desenvolvimento de seus trabalhos. Aqui está posta novamente uma oposição entre o que se pode comprovar cientificamente e o que se baseia em dogmas, assim

como está posta em questão a comprovação científica dos pressupostos da física quântica, assim também como está posta a possibilidade de se utilizar musicoterapia como um recurso a mais (*extra*), no trabalho psicológico. Ora, a contradição que emerge desse enunciado é a de se postular a cientificidade da Psicologia de um lado e admitir, de outro, a existência de recursos alternativos, não-científicos, como recursos a mais, a serem utilizados por psicólogos.

Nesse sentido, consideremos um fragmento do texto de dois anos depois:

... as teses aprovadas no Congresso deixaram claro que as técnicas que não forem baseadas em princípios místicos ou religiosos devem passar por discussões mais aprofundadas até que se decida se podem efetivamente ser praticadas por psicólogos. (JCRP-100/1996) [14]

O que se evidencia, então, é que há um critério que define quais práticas podem vir a ser *praticadas por psicólogos*: não serem *baseadas em princípios místicos ou religiosos*. Mas, ainda assim, as práticas *devem passar por discussões mais aprofundadas, até que se decida...* - o que nos leva a perguntar a quem o CRP delega, em seu discurso, esse lugar de decisão. Isso porque, àqueles que couber tal decisão, cabe também, inevitavelmente, assumir a responsabilidade de definir quando um princípio é considerado místico ou religioso.

Um outro elemento que surge da análise dos textos do CRP-06 sobre as práticas alternativas diz respeito a considerações sobre as possíveis razões de elas terem se tornado alternativas à psicologia:

Alívio, o mais rápido possível. Um tanto de magia e mistério para resgatar a fé, a luz, antes do fim do túnel. Alguém que compreenda perfeitamente o que estou sentindo, sabe e tem o que preciso para me sentir melhor. Respostas, receitas, práticas alternativas...Ou alternativas práticas. Esta parece ser a demanda do homem apressado, ansioso, estressado e empobrecido deste fim de século. (JCRP-081/1993) [1, Lead]

Discurso indireto livre. Assim começa a matéria assinada pela Comissão de Psicoterapias do CRP-06, em destaque de *lead*⁷⁰. As 'vozes' se misturam, e não se sabe ao certo quem procura ou precisa de *alívio, o mais rápido possível*, de quem é a 'voz' que introduz *um tanto de magia e mistério* e fala em *resgatar a fé, a luz, antes do fim do túnel*; quem é o 'eu' que se refere a *alguém que compreenda perfeitamente*

⁷⁰ Termo utilizado em jornalismo para indicar a parte introdutória de uma matéria, em que se procura apresentar as informações principais a ela relacionadas.

o que estou sentindo. Quando, em seguida, se diz parecer ser esta a *demanda do homem apressado, ansioso, estressado e empobrecido* deste fim de século, as ‘vozes’ já não parecem tão misturadas. Introduce-se, aqui, uma voz que avalia (*Esta parece ser a demanda*), generaliza (*do homem*) e diagnostica (*apressado, ansioso, estressado e empobrecido deste fim de século*) uma situação vivida por outrem, cuja ‘voz’ já não se confunde com a do locutor.

Essas diferentes vozes que podemos identificar no enunciado permitem-nos vislumbrar uma cena enunciativa em que atua, de um lado, alguém que ou procura ou precisa de alívio; de outro, alguém que identifica essa busca ou necessidade e aponta as características do objeto buscado/necessitado: alívio rápido, compreensão perfeita, respostas e receitas. Se há nisso magia e mistério necessário para resgatar a fê e a luz antes do fim do túnel, estes integram o caráter mágico, misterioso, místico, desse objeto. Uma vez qualificada, a busca/necessidade do homem deste fim de século passa a ser identificada como a busca por respostas, receitas, nomeadas a seguir como práticas alternativas ou alternativas práticas.

O uso do conectivo alternativo e a inversão dos termos, com a inversão de sua função sintática e de seus possíveis sentidos, configura uma ironia que serve tanto para questionar o que se está buscando quanto para propor uma nova definição desse buscado, enquanto que o reconhecimento, no discurso, de toda essa cena também é nomeado: demanda (*Esta parece ser a demanda do homem...*).

As práticas alternativas estão hoje nas portas das salas de aula da Psicologia, de maneira informal, mas estão. Nem as universidades nem o Conselho podem ficar omissos ao “barulho” que as práticas alternativas estão fazendo e que repercute em vários segmentos da sociedade. Isto sinaliza que o campo de atuação da Psicologia precisa ser repensado. (JCRP-081/1993)

Por quê as chamadas “alternativas” têm obtido espaço junto ao público leigo? (JCRP-081/1993) [4; 5]

É interessante que o Conselho coloque as práticas *alternativas nas portas das salas de aula da Psicologia*, e ainda identifique esta situação como informal. Por sua vez, é de se pensar que se *as universidades* não podem ficar omissas ao “barulho” que *as práticas alternativas estão fazendo*, e que já chegou às *portas das salas de aula*, esse “barulho” seja grande o suficiente para repercutir em vários segmentos da sociedade, inclusive no Conselho, que o está ouvindo

Aqui é possível se pensar que o que está sendo ouvido configura-se já como uma escuta orientada por uma avaliação, dado que esse barulho é, para o Conselho, um sinal de que *o campo de atuação da Psicologia precisa ser repensado*. Se entendemos que este campo coincide com o âmbito da atuação institucional do próprio Conselho, é de se supor que repensá-lo seja também tarefa dessa instituição, ainda mais se levarmos em conta que ao lançar a pergunta: *Por quê as chamadas "alternativas" têm obtido espaço junto ao público leigo?*, o CRP assume o reconhecimento desse fato.

É de se assinalar também a pressuposição da existência de um *público leigo* que, segundo o enunciador, de alguma forma cede espaço às práticas alternativas. Associe-se a esse pressuposto o que se encontra subentendido no enunciado que diz: *Nem as universidades nem o Conselho podem ficar omissos ao "barulho" que as práticas alternativas estão fazendo e que repercute em vários segmentos da sociedade* - e que nos parece ser que o Conselho e as universidades façam alguma coisa quanto ao fato de as práticas alternativas estarem ganhando espaço - e veremos que, novamente, o alvo da ação proposta pelo CRP é o público leigo, aquele que não conhece psicologia.

O Conselho demonstra, além disso, deter algum conhecimento sobre as práticas alternativas ao qualificá-las, discriminá-las, situá-las, ouvir seu barulho e nelas apontar um caráter de novidade:

... O conhecimento da Psicologia Clínica necessita abrir caminhos junto ao espaço acadêmico para uma avaliação séria quanto às novas alternativas de trabalho. O tempo e a dedicação são seus grandes aliados. (JCRP-081/1993) [7]

Observamos aqui o enunciador-Conselho, pioneiro, adiantar-se à avaliação que parece propor à academia, embora passando a responsabilidade disso (*abrir caminhos junto ao espaço acadêmico para uma avaliação séria...*) ao *conhecimento da Psicologia Clínica*, elemento impessoal. Podemos supor, portanto, que ele se refira aí aos psicólogos clínicos. Essa é uma forma enunciativa interessante, na medida em que, de forma indireta, parece convocar os psicólogos clínicos a fazer uma avaliação séria do que, de partida, o próprio Conselho já avaliou como *novas alternativas de trabalho*. Ora, dado que é às práticas alternativas que o texto se refere, não temos dúvida de que seja a elas que se destina a qualificação de *novas*

alternativas ali enunciada. Destaque-se que essa é uma qualificação inédita até então, assim como é inédita a consideração abaixo:

Se a efervescência das práticas alternativas, por um lado, possibilita a ação de pessoas inescrupulosas ou malpreparadas academicamente, que encontram campo aberto e propício na ingenuidade e sofrimento daqueles que os procuram; por outro, há profissionais que buscam honesta e seriamente desenvolver um trabalho inovador. (JCRP-081/1993) [8]

Assistimos aqui à introdução, no discurso do Conselho, de qualificações bastante diferentes das que pudemos observar em outros textos, em relação às práticas alternativas. Além do caráter inovador que já apontamos, podemos ainda identificar qualificativos como honestidade e seriedade vinculados à prática de alguns profissionais alternativos. Mesmo as qualidades pouco abonadoras que é possível apontar na prática 'alternativa' podem agora aparecer como decorrência da falta de preparo acadêmico, ainda que ao lado da falta de escrúpulo. Entretanto, uma questão crucial e talvez definidora da relação CRP/práticas alternativas parece estar contemplada no emblemático enunciado que lemos a seguir:

Parece inquestionável a existência de uma procura de atendimento para a resolução de problemas psicológicos, o que não significa necessariamente a busca de psicoterapia.(...) (JCRP-081/1993) [11]

É explícita aqui a admissão, pelo Conselho, da existência de formas outras de resolução de problemas psicológicos, uma vez que lhe *parece inquestionável* o fato de haver *uma procura de atendimento para a resolução* dos mesmos, mas que não redunde, necessariamente, em procura por psicoterapia. Isso põe em suspenso, automaticamente, a pressuposta exclusividade que poderia ser reivindicada para a psicologia clínica no que diz respeito à solução de problemas psicológicos. Note-se que a sustentação do dito do enunciado é a pressuposição de uma psicologia capaz de desenvolver técnicas psicoterápicas que ofereçam soluções para problemas. Esse é, aliás, um dos enunciados emblemáticos no discurso dos alternativos: o fato de termos problemas.

Na seqüência do mesmo fragmento, lemos o que é enunciado como sendo *vários estratos possíveis de explicação* para o fato de haver procura de atendimento que não redunde em procura por psicoterapia:

- *O acesso limitado da população aos serviços psicoterápicos.*
- *O modelo clínico aprisionado ao atendimento em consultório particular.*
- *A indefinição do campo da psicoterapia.*
- *Os múltiplos e variados modelos teóricos e técnicos que problematizam a formação e acabam promovendo opções baseadas em meras simpatias e superficialidades.*
- *A formação de “guetos” teóricos e técnicos que não produzem intercâmbios.*
- *A dinâmica de circuito fechado que tem sido característica dos iniciados no exercício da psicoterapia, na medida em que se retro-alimentam na seguinte cadeia: o psicoterapeuta, o paciente, o supervisor, o grupo de estudos e o aluno de Psicologia. Assim, propiciam um modelo narcísico de organização que se distancia tanto da comunidade leiga quanto da comunidade científica. A prática da psicoterapia pode adquirir tendência autofágica do psicoterapeuta, o que acaba por restringir a Psicologia para psicólogos.*
- *A formação precária dos psicólogos, evidenciada pelos inúmeros problemas do exercício profissional que chegam ao conhecimento do CRP.*

(JCRP-081/1993) [12 a 18]

O caráter assertivo com que se apresentam os vários estratos possíveis de explicação parece desmentir seu estatuto de possibilidade, na medida em que são afirmações cujos pressupostos não são colocados em questão, em nenhum momento. Segundo a ordem de tais afirmações, é fato que a população tem acesso limitado aos serviços psicoterápicos, o modelo clínico é aprisionado ao consultório particular, o campo da psicoterapia é indefinido, são muitos e variados os modelos teóricos e técnicos, há ‘guetos’ teóricos e técnicos e há uma dinâmica de circuito fechado - interpretada como modelo narcísico de organização - além da formação dos psicólogos ser precária.

É interessante assinalar como o modelo de organização apontado nesse discurso, a respeito da iniciação no exercício da psicoterapia, explicita uma relação em que psicólogos se servem dos serviços de outros psicólogos (*se retro-alimentam na seguinte cadeia: o psicoterapeuta, o paciente, o supervisor, o grupo de estudos e o aluno de Psicologia*) e se distanciam tanto da comunidade leiga quanto da comunidade científica. Aqui, a contraposição do leigo ao científico sugere a reprodução da mesma contraposição que se encontra na origem do vocábulo leigo. Se

o dicionário registra o sentido figurado de leigo como o “Que é estranho ou alheio a um assunto; desconhecedor”⁷¹, todos os outros significados indicados referem-se ao que não é clérigo. Dessa forma, é de se perguntar se a oposição de um público leigo a um público não-leigo, em Psicologia, corresponde à oposição de um público desconhecedor da Psicologia a um público que a conheça. Ainda, se tomarmos que a psicologia, cujo exercício profissional é objeto do Conselho, é várias vezes descrita como conjunto de conhecimentos científicos, podemos aventar a hipótese de que o público leigo se oporia, num tal discurso, ao “clero” (aqui também no sentido figurado) da ciência e, neste caso, ao “clero” da Psicologia. Esse aspecto - o estatuto de ciência que assume a Psicologia no discurso do CRP-06 - será explorado a seguir, no último tópico relativo à análise do discurso do CRP-06, “Temos Ciência”.

Detenhamo-nos, por ora, na posição em que se apresentam os psicólogos, cuja formação precária os distancia tanto da comunidade leiga quanto da científica e parece deixá-los permeáveis à introdução de *novas alternativas de trabalho* em seu campo de atuação profissional. Se considerarmos a oposição freqüentemente enunciada pelo CRP, entre o leigo e o científico, a posição dos psicólogos parece tornar-se ainda mais ambígua e permeável, na medida em que - como já sabemos - não se define nem como leiga nem como científica. O que não parece ser indicado, com isso, é a posição que ocuparia o próprio Conselho nessa trama, uma vez que ele também só se define em função das ações e relações concretas de seus agentes privilegiados, igualmente psicólogos.

Toda a análise do discurso do CRP-06 a que procedemos até agora, em especial neste tópico, permite-nos afirmar que, se em algum momento poderia parecer que o Conselho ocupava um lugar de neutralidade em relação à questão das práticas alternativas, já pudemos verificar que não é isso o que ocorre. Muitas foram as vezes em que pudemos observar as apreciações de diversas ordens, sobre elas, nos enunciados do Conselho; várias são as tentativas de explicação e enquadramento para o ‘fenômeno’, ora visto como vindo de fora, ora visto como engendrado no interior mesmo dos impasses das práticas psicológicas. A complexidade dessa trama discursiva, desenhada aos poucos ao longo dos diversos fragmentos analisados, é enunciada de forma emblemática na seqüência abaixo:

⁷¹ Cf. Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI, 1999.

*Outro assunto que promete incendiar o plenário são as práticas alternativas. **Trata-se de questão complexa** e que vem suscitando posições variadas entre os profissionais, tendo aqueles que defendem sua total recriminação pelos Conselhos até os que reivindicam seu reconhecimento indiscriminado.(...)*
(JCRP-098/1996) [5; grifo nosso]

3.3.3 “Temos Ciência”

... Temos ciência da complexidade deste tema, bem como da necessidade de contextualizarmos a discussão referente às práticas alternativas no âmbito das psicoterapias em geral. (JCRP-081/1993) [9]

Encontra-se explícito, no enunciado acima, o reconhecimento do âmbito das psicoterapias como lugar de discussão das práticas alternativas no contexto da psicologia. Essa é, como vimos, uma questão ampla e controvertida, cuja análise consideramos não ter se esgotado aqui. Queremos entretanto destacar, a partir desse enunciado - o dito *Temos ciência* - o que nos parece ser um dos aspectos mais importantes, talvez o principal, que pudemos identificar na análise da produção do CRP-06 e que, em nosso entendimento, parece sustentar o(s) posicionamento(s) do mesmo ao longo do período estudado, em relação às práticas alternativas. Ainda que tomemos o termo *ciência* nas suas diversas acepções - conhecimento, saber, erudição, instrução, etc... - não deixamos de tocar o campo de significações que evoca a oposição entre a detenção de um saber qualquer e o não saber.

Verificamos que a maioria absoluta dos textos se refere, em algum momento, à cientificidade da Psicologia. Essa referência - a ciência - figura como o pano-de-fundo para os posicionamentos do CRP quanto às práticas alternativas, sempre identificadas em seu discurso como baseadas em pressupostos religiosos, místicos e até mesmo irracionais (termo este empregado no discurso das duas últimas gestões pesquisadas). Em outras palavras, baseadas em pressupostos não-científicos.

Ora, se a Psicologia se apresenta, no discurso do CRP-06, sempre identificada à ciência, isso implica que se considere o exercício profissional uma atividade científica. Assim, se podemos encontrar, no discurso do Conselho, enunciados que dizem:

... como a ciência está sendo, não é um produto acabado à venda nas boas casas do ramo, tomemos, para começo de conversa, que uma ciência é, pelo menos, um conhecimento sistematizado.(...) (JCRP-002-1981) [6],

podemos também observar que, da perspectiva de uma *ciência psicológica*, o teste psicológico, *padronizado e cientificamente válido*, configura, em última instância, o

grande instrumento de reconhecimento da Psicologia em um lugar de ciência, como verificamos abaixo:

Tais "testes" utilizam-se de terminologias que lembram termos da ciência psicológica o que leva muitos leigos a julgarem estar, de fato, sendo "apreciados" em seus aspectos psicológicos, tal como se, realmente, houvessem feito um teste padronizado e cientificamente válido. (JCRP-041/1986) [5]

Essa observação se confirma ao lermos que

Hoje, existe a oferta de inúmeras técnicas de tratamento alternativo (...) divulgadas como sendo instrumentos da Psicologia. Os Conselhos não reconhecem a validade científica de tais técnicas (...). (JCRP-078/1992) [2]

e verificarmos que a diferenciação possível entre *instrumentos da Psicologia* e práticas alternativas se dá não só pelo não reconhecimento da *validade científica* destas últimas quanto pela afirmação da validade científica dos primeiros:

Uma das atribuições do psicólogo é aplicar, apurar e fazer uso de testes psicológicos. Não leve a sério diagnósticos baseados em testes aplicados por profissionais não-habilitados ou divulgados em revistas não-científicas. (JCRP-078/1992) [11];

A Psicologia se baseia em conhecimentos científicos. Ao procurar um psicólogo, informe-se sobre seu método de trabalho. Discuta com ele se suas necessidades e expectativas podem ser atendidas por este profissional. (JCRP-078/1992) [7].

Dessa forma, muito embora tenhamos observado em textos posteriores uma espécie de diluição da afirmação dos testes como o instrumento por excelência da psicologia tomada como científica, essa não deixa de ter garantido e valorizado seu estatuto de cientificidade, ainda que de forma indireta, como é o caso do enunciado abaixo:

Não queremos escamotear as divergências, dúvidas e a necessidade de se tomar posições em relação às práticas alternativas, mas a nossa proposição é a de desenvolver e promover junto ao meio acadêmico e científico o que lhe compete: discutir, avaliar, criticar e produzir conhecimento. (JCRP-081/1993) [10]

Note-se, nesse enunciado em particular, uma distinção entre o papel que caberia ao CRP-06 e o que caberia ao *meio acadêmico e científico*, no que diz

respeito às práticas alternativas. Podemos pensar se isto não implicaria também em uma distinção entre o estudo e a investigação sistemática da psicologia, atividade em geral associada e atribuída ao meio acadêmico e científico, e a prática ou aplicação da psicologia, atividade cuja regulamentação, fiscalização, etc.. cabe aos Conselhos de Psicologia. Nesse sentido, é possível perguntar se é pretensão do Conselho antecipar-se ao mesmo meio acadêmico e científico a quem ele anteriormente delegou o papel de *discutir, avaliar, criticar e produzir conhecimento*, quando enuncia que

... a Psicologia é uma ciência, na qual se opera com métodos próprios e técnicas específicas, que foram instituídos graças a teorias submetidas a comprovações práticas através dos tempos. (JCRP-086/1994) [2],

ou quando enuncia:

Métodos e técnicas psicológicas surgem de descobertas científicas, enquanto "práticas alternativas" podem decorrer, por exemplo, de descobertas espirituais. (JCRP-086/1994) [2]

Parece-nos que, de fato, a consideração da Psicologia como ciência menos serve a uma definição mais precisa de seus termos que a alguma outra estratégia ainda não explicitada. Recorde-se a insolúvel indefinição, observada ao longo de todos os textos analisados, dos termos empregados pelo CRP para definir a Psicologia, jamais abrindo mão de afirmá-la científica:

Normalmente, é mais fácil perceber o que não é Psicologia: o que envolve religião, por exemplo, se baseia em dogmas, não em comprovação científica (...). (JCRP-086/1994) [4]

... O ponto fundamental é que essas práticas se baseiam em pressupostos místicos, religiosos, espiritualistas ou em qualquer outra forma de conhecimento que não tem vínculo com a Psicologia. Mesmo a literatura, classificada como de "auto-ajuda" e, as vezes, apresentada como se tivesse um conteúdo psicológico, não tem qualquer compromisso com a ciência da Psicologia. (...). (JCRP-086/1994) [5]

Aqui é possível supor que um dos objetivos da estratégia discursiva delineada pela reiteração do lugar de ciência atribuído à psicologia seja exatamente o de garantir a diferenciação entre ela e qualquer prática que tenha por referência a religião, o misticismo ou a espiritualidade. Destaque-se entretanto que a mesma

diferenciação atribui à ciência, por pressuposição, o lugar de um conhecimento completamente desprovido de qualquer caráter religioso, místico ou espiritual. Tal atribuição, ainda que implícita - e passível, portanto, de ser desconhecida do próprio enunciador - não é sem conseqüências.

A preocupação dos psicólogos, encampada pelo CRP-06, é com as possibilidades de as pessoas que exercem "práticas alternativas" se apresentarem como profissionais da área e também de usarem métodos e técnicas da Psicologia nos atendimentos que dão a seus clientes. Nesse caso, há um exercício indevido/ilegal da profissão. O psicólogo, que entra nessa área, está se desvinculando do processo científico (...). Pode ser que um dia, com o avanço dos conhecimentos, algumas dessas práticas se integrem ao campo da Psicologia. É interesse do CRP-06 propiciar condições de avanço. (JCRP-086/1994) [6s]

Parece-nos claro o empenho do enunciador-Conselho em garantir à Psicologia um lugar de ciência, tanto para alertar os psicólogos que resolvam fazer uso de práticas alternativas das sanções a que estão sujeitos, como para deixar aberta a possibilidade de revisão das mesma sanções, caso *algumas dessas práticas se integrem ao campo da Psicologia*. Ora, se para que isso ocorra é necessário que se investiguem as práticas em questão, considere-se, no entanto, que a aplicação das mesmas na forma como está sendo feita encontra-se explicitamente cerceada, segundo o dito (e a ação) do CRP. É de se supor, assim, pela lógica discursiva do enunciado, que embora não se tenha enunciado nada nesse sentido, a investigação possível dessas práticas deva ser feita segundo algum modelo científico.

... Quando o tema começou a ser debatido, alguns grupos defendiam que o Conselho referendasse as práticas alternativas e outros que ele as condenasse. O CRP, no entanto, avaliou que era necessário aprofundar as discussões sobre a questão, já que não cabe à entidade o papel de reconhecer ou não a validade científica dessas práticas, mas sim o de orientar os profissionais quanto ao exercício da psicologia. (JCRP-100/1996) [10]

Observamos aqui que, mesmo enunciado não caber ao Conselho *reconhecer ou não a validade científica dessas práticas, mas sim o de orientar...*, o critério fundamental para o referendo ou não às práticas alternativas passa pela possibilidade de nelas se encontrar alguma cientificidade, o que é confirmado pelo enunciado seguinte:

“Há algum tempo, os conselhos profissionais se limitavam a proibir a utilização de técnicas alternativas. Desde a última gestão, o CRP propôs uma discussão com os profissionais que fazem uso dessas técnicas. Mas ficou claro que ainda não existe debate acumulado na comunidade científica”, explicou Cláudia. (JCRP-100/1996) [11]

Note-se, por fim, que a exemplo de outros momentos, o critério básico para o estabelecimento de alguma diferença entre as práticas psicológicas e as alternativas continuou sendo o caráter científico das primeiras, em detrimento do caráter místico das segundas:

... No II Congresso os psicólogos perceberam a necessidade de fazer uma distinção entre as diversas práticas que hoje são consideradas alternativas, separando aquelas que dispõem de pressupostos científicos das que se baseiam em princípios religiosos, místicos, irracionais ou de senso comum. De acordo com as decisões da plenária, algumas delas podem conter elementos passíveis de utilização pela psicologia. (JCRP-100/1996) [11]

Temos no entanto um último elemento a considerar, no que diz respeito à ciência, à cientificidade da Psicologia e, principalmente, à delimitação da área de atuação própria ao exercício profissional da psicologia. Eis que o enunciador Conselho apresenta *a necessidade de fazer uma distinção entre as diversas práticas que hoje são consideradas alternativas*, pela separação daquelas *que dispõem de pressupostos científicos das que se baseiam em princípios religiosos, místicos, irracionais ou de senso comum*. Vemos, então, surgirem dois grupos de práticas alternativas, divididos de acordo com um duplo critério: de um lado, dispor de pressupostos, científicos; de outro, basear-se em princípios, de ordens diversas: *religiosos, místicos, irracionais ou de senso comum*.

Ora, dispor de pressupostos e basear-se em princípios, sejam eles quais forem, não implica as mesmas conseqüências, nem implica que não se possa dispor de pressupostos e basear-se em princípios ao mesmo tempo. De outro lado, é de se considerar a necessidade de se estabelecer critérios para que se identifiquem quais práticas alternativas se enquadram em um ou outro caso. Podemos assim supor que o critério efetivo para a distinção entre diferentes práticas alternativas se estabeleça a partir das *decisões da plenária*, que parece ter constatado que *algumas delas podem*

conter elementos passíveis de utilização pela psicologia, tornando assim algumas das práticas alternativas candidatas a práticas psicológicas.

Essas estratégias discursivas, políticas, institucionais, de poder, carregam consigo as marcas das possíveis formas de relação do CRP a outras instituições, dentre as quais a instituição das práticas alternativas, que ele próprio parece ajudar a instituir ao discursá-las.

*... estabelecemos discursos e discutimos, não
para chegar à verdade, mas para vencê-la.*

Michel Foucault

4 ANÁLISE: DOS ALTERNATIVOS

4.1 Os Textos

A diversidade dos textos produzidos por representantes e/ou associações de práticas alternativas em relação às fontes e ao contexto específico de cada um deles implica, no que diz respeito à sua análise, que os situemos também em relação às fontes e ao contexto em que os obtivemos. Conforme indicado em seção anterior, dos cinco textos analisados, três foram obtidos a partir do material coletado no CRP-06 (ALT-ASTRO/1989, ALT-PARAP/1990 e ALT-FLORA/1991) enquanto os outros dois (ALT-RENAS/1998 e ALT-TEVEP/sd) foram obtidos por meio eletrônico, em pesquisas efetuadas por nós na Internet.

Tornemos a enfatizar, quanto aos textos apresentados nesta seção, que nós os tomamos como o discurso das “práticas alternativas” - estas entendidas como instituição: conjunto de práticas sociais que se repetem e nisto encontram sua legitimação. Tomá-los, assim, como o discurso de uma instituição é considerá-los de forma diferente de tomá-los como ações individuais e/ou destacadas do cenário institucional em que ocorrem.

O texto ALT-ASTRO/1989 integra um conjunto de textos publicados nos Anais do I CONPSIC - evento promovido pelo CRP-06, em 1988, já mencionado na primeira parte deste trabalho⁷² - e é a transcrição do que foi pronunciado em palestra pela astróloga e psicóloga clínica Lídia Vainer, na mesa de debates intitulada “Tarô, Astrologia, Quiromancia, Parapsicologia: Práticas Psicológicas?”.

O texto encontra-se dividido em duas partes: a primeira é a exposição da psicóloga-astróloga, enquanto a segunda parte reproduz as respostas da mesma às perguntas feitas pelo público presente. Sua apresentação ocorreu logo após a do primeiro expositor, um professor de estatística, que situou as práticas tema do debate em seu contexto histórico, teceu comentários sobre cada uma delas, analisando-as do ponto de vista científico, e posicionou-se contrário à consideração das mesmas como práticas psicológicas. Foi antecedida por um comentário da coordenadora do debate,

⁷² Ver seção 1.4 - *Os Eventos*.

conselheira do CRP-06, agradecendo ao professor “por sua brilhante exposição”. (Conselho Regional de Psicologia – Sexta Região, 1989, p. 253)

ALT-PARAP/1990 é um artigo sobre parapsicologia, escrito por um psicólogo e parapsicólogo, que foi publicado no *Jornal do CRP-06*, número 66, na seção denominada *Enfoque*. O caráter da respectiva seção, segundo o enunciador (o CRP) é explicitado em nota de rodapé, como lemos abaixo:

Enfoque é uma seção aberta à colaboração dos psicólogos ou dos profissionais ligados às práticas da Psicologia. As opiniões apresentadas neste espaço de discussão não coincidem, necessariamente, com as posições do CRP-06. (ALT-PARAP/1990) [14]

Há também uma observação no final do texto informando sobre seu autor:

Welington Zangari é psicólogo clínico, pós-graduando em Psicanálise e presidente do ECLIPSY - Instituto de Investigações Científicas em Parapsicologia. Seu artigo é síntese do trabalho que apresentará num Congresso sobre o tema. (ALT-PARAP/1990) [13]

O fato de um *psicólogo clínico, pós-graduando em Psicanálise e presidente* de uma instituição de estudos sobre Parapsicologia estar escrevendo sobre o tema no jornal do próprio CRP-06, sugere a abertura de espaço, pelo Conselho, a conhecedores de técnicas não-psicológicas, como já havia ocorrido com a promoção, no I CONPSIC, do debate que mencionamos acima. Note-se, todavia, que se a instituição representada pelo psicólogo é apresentada como identificada à ciência (*ECLIPSY - Instituto de Investigações Científicas em Parapsicologia*), essa apresentação quem a faz é o próprio CRP-06. Note-se também que, segundo o texto que apresenta a seção *Enfoque*, esta “é uma seção aberta à colaboração dos psicólogos ou dos profissionais ligados às práticas da Psicologia.” Isso implica uma situação equívoca quanto à Parapsicologia: não podemos saber se ela estaria sendo admitida, pelo CRP-06, como técnica psicológica ou se o fato de se ser psicólogo clínico, ligado portanto a práticas da Psicologia, representaria condição suficiente para se tratar de qualquer assunto, independentemente de este ter ou não relação com as práticas psicológicas.

Quanto ao texto sobre florais de Bach, ALT-FLORA/1991, o documento foi obtido nos arquivos do CRP-06, Centro de Orientação, pasta "Florais"⁷³. Trata-se de uma carta, datada de 24/08/91, enviada pelo presidente da "Abreflor"- Associação Brasileira de Florais, à Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia. Ela é assinada pelo presidente da Associação, um médico - cirurgião vascular - que faz constar, inclusive, seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - CRM, o que nos faz supor ser este um índice da autoridade e seriedade que se pretende atribuir à prática da Terapia Floral, conforme verificaremos ao longo da análise.

ALT-RENAS/1998, cujo tema é uma técnica batizada de Renascimento, foi obtido na Internet, na edição 'on-line' de uma revista de psicologia, a Revista Catharsis. Ali encontramos, com o título *Palavra do Editor*, um texto de apresentação que reproduzimos abaixo⁷⁴:

PALAVRA DO EDITOR

Cada instante é um momento de partida. Somos mestres e alunos procurando desvendar novos caminhos, apresentando nossas conquistas práticas e teóricas, aprendendo a rever nossas vidas quando reconhecemos verdadeiras e ricas manifestações de solidariedade e preocupação social.

Nossa matéria prima é o ser humano, sua qualidade de vida, suas relações com o mundo material e espiritual. A visão holística remonta um mundo fragmentado, proporcionando insights em busca de catarses de integração do ser - cósmico, as energias física, psíquica e do universo mantêm-se didaticamente pesquisadas em limites tenues de co-relação. Deixar descartáveis somente os bens de consumo, mantendo as relações humanas duradouras.

Ressalte-se que há *link* para a página dessa revista tanto a partir do site do Conselho Federal de Psicologia - CFP quanto a partir do site do Conselho Regional de Psicologia - CRP-06.⁷⁵ Vejamos agora o parágrafo que introduz a matéria publicada, objeto de nossa análise:

⁷³ Vide seção 1.3.2 - *No Conselho Regional de Psicologia - CRP-06*.

⁷⁴ Revista de Psicologia Catharsis - Fonte: <http://www.revistapsicologia.com.br/> [14.10.1999].

⁷⁵ Ver http://www.psicologia-online.org.br/index_links.html, a partir do endereço do site do Conselho Federal (<http://www.psicologia-online.org.br>) e a partir de <http://crpsp.org.br>, no caso do site CRP-06.

A revista Catharsis foi entrevistar Ruth Adler, que tem formação em Hipnose, Regressão a Vidas Passadas e Cromoterapia, pela Sociedade Psicanálise Integrativa de São Paulo. Reiki pela Reiki Association International da Alemanha. Renascimento, formação com Ronald Fuchs conhecido renascedor da Europa. Também é estudiosa do Tarô, I Ching, Astrologia, Florais de Bach e especialmente Runas, sendo ela autora do primeiro livro em português, intitulado "A Magia das Runas". (ALT-RENAS/1998) [1]

Esse texto, que se inicia com a informação de que é uma entrevista, traz também os dados profissionais da entrevistada, cuja formação pode ser considerada tipicamente 'alternativa': são listadas nada menos que dez técnicas diferentes; todas elas, inclusive a hipnose, costumam compor a lista das técnicas reconhecidas como alternativas.⁷⁶ Cita-se também uma associação - responsável por parte da formação da entrevistada - cuja denominação (*Sociedade Psicanálise Integrativa de São Paulo*) ao mesmo tempo que evoca uma instituição conhecida e reconhecida entre os psicólogos, a psicanálise, apresenta-a sob uma modalidade (*Integrativa*) a respeito da qual não se tem maiores informações.

É de se considerar também que, a rigor, para falar sobre o renascimento, a entrevistada talvez não precisasse ser apresentada como conhecedora de tantas técnicas. Assim, é possível que o fato de conhecer/ter formação/estudar várias técnicas alternativas seja mencionado como um 'a mais' profissional, que a autorizaria a falar não só sobre o renascimento, mas sobre quaisquer assuntos a ele correlacionados. Note-se, também, que não é mencionado nenhum tipo de formação convencional. Dessa forma, pode-se supor que, do ponto de vista do enunciador, o discurso que será apresentado é o discurso de uma especialista em técnicas alternativas, sugerindo ser seu discurso o de uma autoridade no assunto.

O que se poderá verificar, entretanto, é que embora o discurso pareça assumir, inicialmente, o aspecto formal do gênero discursivo entrevista, tal qual anunciado na apresentação, esse caráter não se confirma ao longo do texto.

⁷⁶ Cf., por exemplo, a Resolução CFP de 94, na seção 1.1. O Tema dessa Pesquisa.

ALT-TEVEP/sd também foi obtido na Internet, a partir do site da Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada - SBTVP, de onde extraímos algumas informações de interesse para nossa análise:⁷⁷

A Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada (SBTVP) é uma sociedade formada por um grupo de médicos e psicólogos interessados no estudo e na pesquisa científica da TVP bem como no desenvolvimento, pelos seus profissionais credenciados, de atividade clínica nessa abordagem terapêutica (...). É uma instituição civil, sem fins lucrativos, cujos objetivos são:

Divulgar, promover e fundamentar a TVP, sobretudo entre profissionais da saúde, concorrendo para uma melhor e maior compreensão de seus pressupostos teóricos, filosóficos, fundamentação científica e técnica e eficácia terapêutica.

Patrocinar, coordenar ou incentivar eventos científicos (Seminários, Simpósios, Congressos, Encontros, etc.) voltados à divulgação de trabalhos relacionados com a TVP.

Realizar estudos e pesquisas dentro do campo temático da TVP.

Promover cursos de formação em TVP destinados a profissionais das áreas de Medicina e Psicologia, estabelecendo critérios técnicos e científicos para essa formação, fiscalizando a atuação desses profissionais, segundo estatutos. (...)

Esse texto de apresentação da Sociedade encontra-se assinado por uma médica, que também faz constar o número de seu CRM, a exemplo do texto sobre Florais. Note-se a ênfase em qualificar de científicas as atividades ali desenvolvidas e o caráter normativo de que parece se investir a SBTVP. Quanto ao texto que analisaremos, destaquemos, por ora, seu título:

O que é TVP (Definição "O que é TVP", sobre o conceito de Terapia de Vida Passada de acordo com a Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada) (ALT-TEVEP/sem data) [1],

para marcar a intenção declarada do enunciador de apresentar uma *definição* sobre um *conceito*: a *Terapia de Vida Passada*.

⁷⁷ Ver o texto completo no ANEXO C, Sobre a SBTVP (Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada), no vol. 2 deste trabalho. A data de publicação/divulgação dos textos não é informada.

Esperando ter definido contornos mínimos relativos às condições de produção e modos de circulação dos textos aqui apresentados, prossigamos com a análise mais pontual dos elementos que compõem esses discursos.

4.2 As Particularidades

A definição da relação entre práticas alternativas e psicologia como o contexto específico para o desenvolvimento de nossa análise permite-nos, como já vimos, tomar o discurso das diversas práticas alternativas como o discurso de uma só instituição. Tal fato não se presta, entretanto, a ser justificativa para que ignoremos as possíveis diferenças existentes entre elas. Interessam-nos, pois, as descrições, explicações e definições sobre si que nos oferece cada uma, com os seus particulares modos de dizê-lo. Examinaremos a seguir as formas discursivas definidoras de cada prática em separado.

4.2.1 Astrologia

Tendo em vista o recorte teórico que adotamos para a análise, é de se considerar a maneira como se inicia um discurso, já que se apresentam, aí, elementos que podem vir a desempenhar um papel de grande importância no desdobramento dos enunciados seguintes. Isso é o que parece ocorrer no início de ALT-ASTRO/1989:

Bem, eu vou começar explicando como é que eu vejo a união entre a astrologia e a psicologia.

Comecei a estudar astrologia antes de entrar na faculdade de psicologia. Então, ao cursar psicologia eu já tinha em mente alguns conceitos astrológicos, o que ajudou muito a minha percepção de alguns conceitos psicológicos que eram sintetizados por alguns signos ou planetas que são corpo da astrologia.

A astrologia, especificamente, é utilizada por várias áreas, desde a agricultura, meteorologia, medicina, psicologia, onde eu mais me detive. Então, a astrologia compõe-se basicamente dos doze signos e dos dez planetas. O Sol e a Lua são considerados planetas, uma vez que nós, os terráqueos, somos o centro desse corpo de estudos. Então, tudo gira em torno de nós. (ALT-ASTRO/1989) [1-3]

A primeira frase do texto introduz dados importantes acerca do discurso que se inicia. Ele assemelha-se ao gênero discursivo de uma aula (*vou começar explicando*) e constitui a visão particular da locutora-enunciadora (*como é que eu vejo*), sobre a pressuposta *união entre astrologia e psicologia*. Assinale-se também como o gênero discursivo só pode se configurar como uma aula – em que se introduzem e explicitam-se conceitos supostamente desconhecidos do público co-enunciador – na medida em que este é um público composto eminentemente de psicólogos⁷⁸, desconhecedores de astrologia.

É interessante notar que, na primeira vez em que vai falar de astrologia a enunciadora já a afirma unida à psicologia. Aqui, é de se supor que as menções à psicologia podem constituir uma estratégia discursiva pela qual a locutora-enunciadora (se) aproxima (d)os co-enunciadores. É concomitante a isso, porém, sua

⁷⁸ Esta suposição é de nossa responsabilidade e fundamenta-se na consideração de que o público majoritário de um Congresso de Psicologia seja composto por psicólogos.

explicação de conceitos constitutivos de um *corpo de estudos* (e de uma prática) distinto da psicologia – o que marca a diferença de sua posição enunciativa em relação ao público a que se dirige.

São de ordem pessoal as informações que se seguem e comunicam a vinculação da locutora tanto com a astrologia quanto com a psicologia. A primeira é conhecimento anterior à segunda e parece oferecer a condição de ajudar não só na percepção de alguns de seus conceitos como de poder sintetizá-los. (*Comecei a estudar astrologia antes de entrar na faculdade de Psicologia ... o que ajudou muito na minha percepção de alguns conceitos psicológicos que eram sintetizados por alguns signos...*).

O que se lê em seguida é que o específico da astrologia (*A astrologia, especificamente ...*) se define pelo seu uso, por sua aplicabilidade a alguma área como *a agricultura, meteorologia, medicina, psicologia*. Observe-se que, nesse primeiro momento, a apresentação da astrologia não ocorre por uma definição formal de seus pressupostos teóricos e/ou de sua finalidade, mas pela sua utilização em várias áreas, ou seja, por uma suposta função que ali ela pode exercer. Temos ainda a explicitação dos elementos que a compõem (*...a astrologia compõe-se basicamente...*) mas continuamos com definições que não explicitam mais do que o fato de ela ser um *corpo de estudos*. Assim, quando enunciado que *A astrologia, especificamente, é utilizada por várias áreas*, enuncia-se também sua caracterização como um instrumento, ou ferramenta útil a tais áreas. Dessas, destaquemos a psicologia, que – entre as outras áreas citadas – utilizaria então a astrologia como um instrumento ou ferramenta sua. Estamos, com isso, diante de algumas pressuposições quanto à relação entre astrologia e psicologia que, por ora, importa-nos marcar.

Se ao posto de ter sido a astrologia, no caso particular da locutora-enunciadora, um corpo de conhecimentos capaz de ajudar a *percepção de conceitos psicológicos* e capaz de sintetizá-los, associarmos a pressuposição de que ela constitui uma ferramenta *utilizada por várias áreas* – dentre elas a psicologia – teremos deduzido como subentendido dessa seqüência enunciativa a idéia de que a astrologia é ferramenta importante para o entendimento da psicologia. Dessa forma, se nossa análise de discurso estiver observando os procedimentos básicos a ela afeitos, encontraremos a explicitação desse subentendido em outros índices

lingüísticos/marcas discursivas ao longo do texto. Este, apesar de longo, não nos oferece muitos momentos em que se pode encontrar uma definição mais formal da astrologia - aspecto de relevância nesse discurso, se considerarmos o público a quem se dirige a apresentação. Vejamos o fragmento seguinte.

... O momento específico de um nascimento é um momento único no Universo; não se repete, a não ser depois de milhões ou bilhões de anos. Então, por aí, esse momento é individualizado. E é nessa premissa que se baseia uma carta astrológica. A carta astrológica é exatamente o desenho ou a fotografia desse momento. (ALT-ASTRO/1989) [4]

Temos aqui a definição de um elemento que se subentende ser um instrumento da astrologia, a carta astrológica, e temos também a explicitação da premissa em que ela se baseia. Isso ocorre, no entanto, sem que tenhamos verificado qualquer referência anterior a esse instrumento. Este fato sugere, por sua vez, a pressuposição de que já se saiba ser a carta astrológica o instrumento de que se utiliza a astrologia, ou seja, supõe-se o conhecimento do co-enunciador sobre a relação existente entre carta astrológica e astrologia.

Quanto ao enunciado que se refere ao *momento específico de um nascimento*, observe-se o destaque que se dá à singularidade, à especificidade do momento do nascimento: *é um momento único no Universo...; esse momento é individualizado*. Reencontraremos esse elemento presente no discurso de outras práticas alternativas, oportunidade em que aprofundaremos sua análise. Assinale-se, outrossim, a importância fundamental que o momento do nascimento adquire para a astrologia; pode-se afirmar que não há carta astrológica que não se baseie no momento de um nascimento, já que ela é *exatamente o desenho ou a fotografia desse momento*.

Os fragmentos que se seguem acrescentam novos dados a respeito da astrologia e sua definição:

A união da astrologia com a psicologia começa quando dividimos os quatro elementos da Natureza: fogo, água, terra e ar. Cada elemento – como a própria visão que temos desse elemento – tem uma característica.(...)

(...)

É esse tipo de raciocínio que usamos na astrologia. Um raciocínio analógico. A partir desse tipo de raciocínio, desse tipo de linguagem, de analogia, é que começamos a analisar os

conceitos astrológicos. A base são esses quatro elementos: fogo, terra, ar e água. (ALT-ASTRO/1989)

(...)

... o corpo astrológico é extremamente complexo, porque são milhões de variáveis que interferem numa carta astrológica ou na percepção daquele momento em que o indivíduo nasceu. Mas, para facilitar, começamos do grosso e vamos refinando cada vez mais a análise. (ALT-ASTRO/1989) [6;10;13]

Retomada aqui a suposição de uma união da astrologia com a psicologia, é de se notar como a enunciadora parece se apoiar nesse pressuposto para desenvolver sua argumentação. Nesse caso, a divisão da Natureza em quatro elementos surge como o ponto de partida para a união de astrologia e psicologia. Ora, se o enunciado diz que *Cada elemento ... tem uma característica*, é de se pensar que, em havendo união entre astrologia e psicologia, esta seja da ordem de uma caracterologia (evidentemente suposta), pouco refinada. Isso porque, se *A base são esses quatro elementos: fogo, terra, ar e água*, ... por outro lado *o corpo astrológico é extremamente complexo*. No entanto, *para facilitar, começamos do grosso e vamos refinando cada vez mais a análise*. Sendo assim, e seguindo a lógica discursiva do que aqui se enuncia como um *raciocínio analógico*, devemos supor que a aplicação da astrologia à área da psicologia tenha correspondência com um processo inverso – a aplicação de um discurso psicológico ao trabalho astrológico:.

...a astrologia ajuda muito a apreender a emoção que o indivíduo tem em relação à mãe, emoção que muitas vezes nem é expressa no processo terapêutico, por dificuldade de expressão, por uma série de resistências, pelo fator inconsciente, também. Então, a astrologia é um canal de luz, de visão mais ampla, mais clara dos processos que não enxergamos dentro de um contexto terapêutico a curto prazo. Se o processo dura muito, muito tempo, aquilo vai aparecendo, de uma maneira ou de outra (ALT-ASTRO/1989) [40]

Há algumas implicações importantes no que está posto e pressuposto aí. Dessas, vamos nos ater à qualificação da astrologia como *canal de luz, de visão mais ampla, mais clara* ... Essa configuração visual parece colocar a astrologia em evidência, pelo fato de ser ela possuidora de tais atributos em relação a um contexto terapêutico, cujos processos não são visíveis a curto e médio prazo – diz o enunciado que, se o processo durar *muito, muito tempo, aquilo vai aparecendo*. Verifica-se,

assim, que a duração, no tempo, de um processo terapêutico apresenta-se como fator importante – e talvez decisivo – quanto ao uso da astrologia como possibilidade de se ter uma visão mais ampla e mais clara. Assim, marca-se também o pressuposto de que o contexto terapêutico de curto prazo seja um momento em que não se podem enxergar os processos que estão em curso. Implicado nisso há, portanto, um pressuposto de que é importante ter uma visão imediata do que ocorre com o cliente – e isso, subentende-se, é o que a astrologia pode oferecer.

Note-se, por outro lado, que no único momento em que apresenta uma definição direta do que é a astrologia (*a astrologia é ...*), a enunciadora nos diz que ela é *um canal de luz*, ou um canal *de visão mais ampla*. Essa é uma definição da astrologia por algo que se supõe ser um atributo seu. Se considerarmos que qualquer qualificação sempre apontará valores que compõem o repertório do enunciador, é preciso lembrar que, ao mesmo tempo, esses valores partem de pressupostos que se constroem sobre valores supostos também ao co-enunciador, ou seja, são valores compartilhados. No caso dessa atribuição, podemos pensar que o primeiro pressuposto é de que ser *canal de luz* possua algum valor, carregue alguma valoração favorável, esse é um pressuposto pragmático que espera, dos co-enunciadores, que também atribuam valor ao que seja *canal de luz*. Caso contrário, torna-se possível pôr em questão a própria definição oferecida.

Nesse sentido, o que nos parece de fundamental importância aqui, quanto às derivações de tais pressuposições é que são elas que sustentam a prática combinada de astrologia e psicologia, tal como apresentada (e exercida) pela locutora-enunciadora desse discurso.

4.2.2 Parapsicologia

... cabe perguntar: a Parapsicologia é ou domina um conjunto de técnicas utilizáveis pelo ser humano para aumentar capacidades "psíquicas", como alguns preconizam? Prefiro esclarecer esta questão ao mesmo tempo que respondo a outras - enfim, o que é a Parapsicologia? Qual seu objeto de estudo? Qual sua metodologia? (ALT-PARAP/1990) [3]

É interessante verificar que o enunciado introduz uma questão a respeito do que seria a parapsicologia em termos que revelam haver concepções outras sobre ela: pergunta-se se ela seria ou dominaria - *como alguns preconizam* - um conjunto de técnicas utilizáveis pelo ser humano para aumentar capacidades "psíquicas". Ora, ainda que seu entendimento sobre o caráter da parapsicologia não coincida com a perspectiva enunciada acima, há um reconhecimento explícito do enunciador de uma situação em que se afirma possuir a parapsicologia uma função definida - *aumentar capacidades "psíquicas"*, muito embora os que o *preconizam*, indicados que estão pelo pronome indefinido *alguns*, não sejam apontados no enunciado como um grupo definido. O uso das aspas, aqui, parece-nos sobretudo irônico, como a questionar a legitimidade de tais argumentos.

Ao dizer que *prefere esclarecer esta questão ao mesmo tempo que* [responde] *a outras*, o enunciador não só explicita tomar para si o encargo de apresentar, da Parapsicologia, questões sobre sua constituição, seu *objeto de estudo* e sua *metodologia*, como também explicita que ele possui as respostas a essas perguntas. Pode-se afirmar, ainda, que pelos termos em que apresenta a pergunta (- *enfim, o que é ...*), o enunciador parece que se dispõe a dar - na posição de presidente de uma instituição de investigação científica - uma definição formal, e suficiente, para ela:

A Parapsicologia é o campo científico que trata de interações tanto entre os seres humanos, quanto entre o ser humano e seu meio, nas quais não se pôde constatar nenhuma mediação física (conhecida). Duas classes de fenômenos são estudados: 1) percepção extra-sensorial (telepatia, clarividência e precognição) na qual uma informação é recebida pelo organismo, sem a mediação dos sentidos conhecidos; 2) a psicocinesia, na qual ocorre a interação do organismo com o meio sem a utilização de seu aparato motor.

Quanto à metodologia, uma série de questões deveriam ser abordadas. Entretanto, pelos fins que busco nessa explicação, basta dizer que é uma metodologia científica, adequada às características do objeto de estudo. (ALT-PARAP/1990) [4;5]

Enquanto essa definição de parapsicologia coloca-a lado a lado com a ciência, (*A Parapsicologia é o campo científico...*), e parece ser suficiente (basta) tanto para informar o co-enunciador do que se trata (...*campo científico que trata de interações tanto entre os seres humanos, quanto entre o ser humano e seu meio...*) e o que se estuda (*Duas classes de fenômenos... 1) percepção extra-sensorial...2) a psicocinesia...*), a metodologia não é discutida, embora se enuncie que *uma série de questões deveriam ser abordadas*. Assim, quando *basta dizer que é uma metodologia científica, adequada às características do objeto de estudo ...* abre-se, como efeito discursivo - possivelmente como efeito de desconhecimento - a possibilidade de se questionar se dizer-se científico (e adequado) é o suficiente (basta) para sê-lo.

Esse efeito se desdobra nos parágrafos seguintes:

A Parapsicologia está ainda engatinhando em nível de conhecimentos concretos. Passou há pouco tempo da fase de mera comprovação destes fenômenos. É possível afirmar que está em um momento de pesquisa de "ciência pura", uma vez que busca linhas mestras tanto em nível teórico-conceitual, quanto metodológico.

Portanto, atribuir a esse ainda incipiente ramo científico um conjunto de técnicas para a utilização da chamada paranormalidade é, no mínimo, um erro epistemológico, na medida em que confunde o objeto de estudo com certos objetivos pragmáticos. A Parapsicologia investiga a chamada paranormalidade e não a busca como fim em si mesma. (ALT-PARAP/1990) [6;7]

Tem-se, aqui, uma seqüência em que, embora apresente a parapsicologia como ciência, o enunciador deixa claro também a fragilidade dela neste aspecto (*está ainda engatinhando; busca linhas mestras...*), o que é reafirmado em seguida: *...esse ainda incipiente ramo científico...* Tal condição (*incipiente*) de um conhecimento que ainda está buscando se constituir como ciência parece servir, por outro lado, como argumento ao locutor-enunciador para se contrapor ao preconizado *conjunto de técnicas para a utilização da chamada paranormalidade* que, seguindo o enunciado, também seria chamado de parapsicologia. Mas, a exemplo de outros momentos no

texto, o recurso a índices de indefinição como em *um conjunto de técnicas: certos objetivos pragmáticos*, ou mesmo pelo uso do infinitivo *atribuir* (...*atribuir a esse ainda incipiente ramo científico...*), na medida mesma de sua ambigüidade, também não ajuda a esclarecer nem a origem nem o(s) responsável(is) pelo que se enuncia. Dessa perspectiva, o uso desses elementos de indefinição sugere também a suposição, do enunciador, de que o(s) co-enunciador(es) conheçam o contexto ao qual ele se refere.

Torna-se significativa, entretanto, a sobreposição de sentidos que acaba ocorrendo nos enunciados que se referem à *chamada paranormalidade*. Observe-se que esse é tanto o termo que nomeia as interações que ocorrem sem mediação física conhecida e que são o objeto de estudo da parapsicologia definida como *campo científico* (*Duas classes de fenômenos são estudados ... ; A Parapsicologia investiga a chamada paranormalidade ...*) quanto o termo que nomeia o *conjunto de técnicas utilizáveis pelo ser humano para aumentar capacidades "psíquicas"*.

Assim, se o que se encontra explicitado no enunciado é que a parapsicologia é uma ciência que apenas *investiga* a *chamada paranormalidade*, o que está subentendido/mostrado no texto é que ela ainda não conquistou esse estatuto (*É possível afirmar que está em um momento de pesquisa de "ciência pura", uma vez que busca linhas mestras tanto em nível teórico-conceitual, quanto metodológico*). Da mesma forma, e embora conte com o empenho de seu representante para não ser confundida (*Prefiro esclarecer esta questão ...*) com a prática de *alguns* que a propalam como *um conjunto de técnicas utilizáveis pelo ser humano para aumentar capacidades "psíquicas"* e que parecem buscá-la ... *como fim em si mesma*, a parapsicologia parece encontrar-se na mesma condição de indefinição dos termos utilizados para identificar aqueles que parecem mal empregá-la, em nome de *certos objetivos pragmáticos*, que não sabemos quais são.

4.2.3 Florais de Bach

A Terapia Floral utiliza as Essências Florais preparadas segundo a técnica descoberta pelo Dr. Edward Bach em 1930.(...)

(...) As Essências Florais não são remédios químicos, não têm princípios ativos e não possuem substâncias tóxicas. Visam apenas aumentar as nossas qualidades mentais positivas. Não combatem frontalmente as emoções negativas. Estas serão eliminadas naturalmente. (ALT-FLORA/1991) [3]

Já no primeiro enunciado do fragmento deparamos com a informação de que *A Terapia Floral utiliza as Essências Florais preparadas segundo a técnica descoberta pelo Dr. Edward Bach em 1930*. Não nos é oferecida, entretanto – nem aqui, nem no restante do texto – qualquer descrição da técnica mencionada.

Por outro lado, nota-se que, a seguir, definem-se as essências florais pelo que elas não são, pelo modo como elas não atuam e pelos atributos que não possuem: ... *não são remédios químicos, não têm princípios ativos e não possuem substâncias tóxicas*, em contraste com as características da maior parte dos fármacos utilizados pela medicina tradicional. Se visam a aumentar algo - *nossas qualidades mentais positivas* - o pressuposto implicado aí é o de existência de qualidades mentais – positivas e negativas, já que as primeiras não se definem sem as segundas. Não se apontam, porém, que qualidades seriam essas.

Quanto às *emoções negativas* - subentende-se que existam também as positivas, a exemplo das *qualidades mentais* - o enunciado afirma que as essências florais as combatem, mas não frontalmente. À ambigüidade desse enunciado - sabe-se haver um combate às emoções negativas, só não se sabe como ele ocorre - soma-se o fato de as mesmas serem eliminadas naturalmente. Destaque-se aí a pressuposição de que emoções negativas devem ser combatidas.

Devemos apontar, da mesma forma, que se o uso da negativa (*não são..., não têm ... e não possuem*) para definir as essências florais e a terapia que se propõe por seu intermédio pode servir para discriminá-la, diferenciá-la, de outras práticas que se valem de remédios químicos, princípios ativos e substâncias tóxicas, a mesma negação serve também para que não se declare explicitamente o que ela é, de fato, e

como atua. Assim, se podemos subentender de sua definição que elas são inofensivas, é de se perguntar também qual seria sua utilidade, e em que campo.

Finalmente, do que apresenta o enunciado sobre a Terapia Floral parece-nos lícito supor que, na medida em que se utiliza de essências que nem intervêm nem produzem mudanças no organismo, o critério sobre o qual ela se pauta para definir-se terapêutica repousa em sua pressuposta atuação no nível sutil das também pressupostas *qualidades mentais positivas e emoções negativas*, imprecisas e indefinidas.

4.2.4 Renascimento

Renascimento é um método moderno e holístico de auto-ajuda, que tem sido usado, com sucesso, por milhões de pessoas em todo o mundo. Utiliza uma técnica respiratória precisamente definida e saudável para dar consciência profundamente positiva e detalhada de sua mente, do seu corpo e de suas emoções. O propósito do Renascimento é lembrar e re-experimentar o nascimento, reviver fisiológica, psicológica e espiritualmente o momento da primeira respiração e libertar o trauma disto. O processo começa transformação da impressão que o subconsciente teve do nascimento, passando de dor primal para o prazer. Os efeitos sobre a vida são imediatos. Padrões de energia negativa fixados na mente e corpo começam a se dissolver. Rejuvenescimento substitui envelhecimento e a vida se torna mais divertida. É aprender como encher o corpo físico com energia divina no dia-a-dia. (ALT-RENAS/1998) [2]

Conforme assinalamos na apresentação geral dos textos dos alternativos, vemos que não se confirma o caráter de entrevista antes anunciado; o extrato citado acima, em que se introduzem explicações acerca do que é o renascimento, bem como os parágrafos que o sucedem, não apresenta uma estrutura de perguntas e respostas, como se poderia esperar de um discurso desse gênero. *Ruth Adler*, a entrevistada, sequer comparece como tal. E também não é quem assina o texto. Não podemos ignorar, porém, que as várias explicações e informações sobre o renascimento que são introduzidas ali podem ser provenientes tanto do depoimento tomado à entrevistada, como podem constituir a opinião da revista ou, ainda, ambas as coisas. Temos, assim, a constituição do fenômeno polifônico por meio do uso do discurso indireto livre, no qual as vozes que enunciam não são discrimináveis. Mas é por intermédio de tais vozes, confundidas, que se enunciam características definidoras do que vem a ser o renascimento: *um método de auto-ajuda, moderno e holístico; milhões de pessoas já o utilizaram, com sucesso. A técnica respiratória de que se utiliza o renascimento é precisamente definida e saudável. Disso resulta (Utiliza uma técnica...para dar) uma consciência profundamente positiva e detalhada da mente, do corpo e das emoções. Assinale-se aqui como o uso do pronome possessivo - sua mente; seu corpo; suas emoções - marca a introdução de uma modalidade discursiva em que o leitor é chamado a participar mais diretamente da cena enunciativa: sua mente, seu corpo e suas emoções estão em foco.*

Quanto ao seu propósito, ressalte-se que a finalidade do renascimento não é o de *re-experimentar o nascimento* mas, sim, o de libertar o *trauma* do momento do nascimento, por intermédio da recordação e da repetição da experiência. O pressuposto essencial aí, sem o qual não há a técnica, é de que o nascimento é traumático. Isso é o que parece permitir que o renascimento seja apresentado como o método capaz de promover a transformação das impressões (*negativas*) que o primeiro causou, trazendo modificações na vida cotidiana. (*O processo começa transformação⁷⁹ da impressão que o subconsciente teve do nascimento... Os efeitos sobre a vida são imediatos... É aprender como encher o corpo físico com energia divina no dia-a-dia*)

Diante da caracterização do *Renascimento* como *um método moderno e holístico de auto-ajuda que tem sido usado, com sucesso, por milhões de pessoas em todo o mundo*, consideremos como essas atribuições revelam, ao mesmo tempo, o tipo de apreciação que faz o enunciador sobre o que está definindo e os valores assumidos pelo enunciador, já que são esses os primeiros atributos por ele apresentados em seu discurso. Assim é que observamos, já nesse período, o entretencimento de diversos pressupostos bem como a utilização de modalizadores diversos para não só caracterizar o renascimento como para valorizá-lo como um produto a ser divulgado (e consumido) em grande escala.

Observe-se como a apresentação do renascimento como *um método*, que *utiliza uma técnica respiratória precisamente definida*, e o dito de que *tem sido usado, com sucesso, por milhões de pessoas em todo o mundo*, parece pretender sugerir a larga utilização do método como índice de aceitação e respeitabilidade. Nesse sentido, pode-se supor que o que autorizaria o renascimento como método seria o próprio *sucesso* obtido por sua utilização *em todo o mundo*, por *milhões de pessoas*. A grande aceitação (*milhões de pessoas*) e disseminação (*em todo o mundo*) do *método* e o uso de uma terminologia bastante presente no discurso da sociedade contemporânea, industrializada e tributária do discurso científico - ou mesmo cientificista - em que método, precisão e definição são reconhecidos como valores importantes parece construir tal efeito. Esse aspecto ganha importância, como efeito

⁷⁹ Conforme o texto original.

discursivo, se considerado em sua contribuição para conferir maior autoridade ao locutor-enunciador, naquilo que ele tem a dizer. Note-se, por outro lado, que a afirmação do sucesso do *método* entre milhões de pessoas apóia-se efetivamente em um gênero discursivo mais afeito à propaganda (*Os efeitos sobre a vida são imediatos ... Rejuvenescimento substitui envelhecimento ... a vida se torna mais divertida ...*) que a um gênero técnico-científico de discurso. Dessa forma, enunciar que a *técnica respiratória* utilizada pelo renascimento é *precisamente definida* não implica defini-la com precisão.

Façamos aqui o assinalamento do fato de estarmos novamente diante da enunciação do momento do nascimento como uma referência importante para a definição da técnica, a exemplo do que já vimos ocorrer em ALT-ASTRO/1989. Estamos, assim, diante de uma recorrência. Se astrologia e renascimento podem ser descritas como duas práticas que guardam diferenças e independem uma da outra para se instituírem, podemos dizer, por outro lado, que tanto uma como a outra se vale da evocação do momento do nascimento. A astrologia se funda nesse momento para construir uma carta astrológica, um mapa do céu - que é o seu instrumento privilegiado de atuação. O renascimento, por sua vez, também se funda no momento do nascimento para afirmar que cada um viveu, nesse momento, um trauma.

Dessa maneira, a evocação do momento do nascimento configura um elemento recorrente no discurso das duas práticas, embora mostrando coisas distintas. A grande diferença parece então advir de que, no caso do renascimento, não se trata mais de enfatizar a exclusividade, a especificidade do momento do nascimento, como faz a astrologia, mas de dar lugar ao caráter específico de uma experiência comum a todos os sujeitos: o trauma do nascimento. Assim, uma vez que sem a pressuposição da vivência traumática inicial o renascimento não tem sentido algum, é de se supor que, então, o trauma deva ser transformado em objeto-problema do renascimento.

Examinemos agora um outro momento enunciativo:

... A respiração no Renascimento é circular e conectada. Aprendemos que respirar rapidamente não necessariamente induz à hiper-ventilação (medicamente descrita como respiração tão profunda que tem uma perda de dióxido de carbono no sangue); observamos que, independente do ritmo da respiração, relaxar na presença de um renascedor pode

produzir a síndrome. Elevar a respiração, desde que a respiração esteja relaxada, elimina os elementos da síndrome completamente. A respiração rítmica é puxar inspiração e relaxar na expiração numa contínua sucessão de forma que a inspiração esteja conectada com a expiração; a chave é relaxar no formigamento ou desconforto. A respiração rítmica tira a massa mental negativa de seu corpo e lhe habilita a incorporar nele a energia de vida. (ALT-RENAS/1998) [7]

Observa-se neste período o emprego de verbos na primeira pessoa do plural (*aprendemos; observamos*). Destaque-se que são introduzidas referências ao renascimento até então não mencionadas, como *hiper-ventilação, síndrome, respiração rítmica, formigamento, desconforto*, construindo-se um quadro enunciativo sugestivo de um discurso para iniciados, uma vez que os elementos a que se referem não podem ser deduzidos sem um conhecimento prévio, e pressuposto, da situação a que se referem. Dessa maneira, é de se supor que o uso do verbo na primeira pessoa do plural insere, no discurso, um grupo de interlocutores que já experimentou o processo de renascimento e que nesse grupo se incluem necessariamente os enunciadores.

Outro aspecto a assinalar quanto aos termos empregados relaciona-se ao fato de que essa terminologia faz lembrar a linguagem científica: *a hiper-ventilação é medicamente descrita ...*; menciona-se uma *perda de dióxido de carbono no sangue ... síndrome ...* Cabe marcar, entretanto, que valer-se desse tipo de linguagem, se pode propiciar a aproximação dessa ou outra técnica, por meio da imitação, à condição de técnica científica, por outro lado exige-lhe o compromisso com um gênero de discurso que, verifica-se, não se sustenta por muito tempo.

Tomemos, por exemplo, o enunciado *A respiração rítmica tira a massa mental negativa de seu corpo e lhe habilita a incorporar nele a energia de vida ...*, ao qual se pode contrapor a pergunta sobre o sentido dos termos com que se apresenta o pressuposto de existência de uma *massa mental negativa* no corpo do co-enunciador (*seu corpo*).

Assim como sabemos distintas as coerções de um e outro gênero do discurso, assim também supomos que, se aproximado da linguagem científica, o enunciado que apresenta essa suposta *massa mental negativa*, se a pretende uma afirmação deve

submeter-se às regras próprias ao contexto discursivo específico desse gênero, que certamente lhe exigiria a definição conceitual de cada um dos termos enunciados.

4.2.5 Terapia de Vidas Passadas

(Definição "O que é TVP", sobre o conceito de Terapia de Vida Passada de acordo com a Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada)

A Terapia de Vida Passada, de acordo com a SBTVP, é uma abordagem psicoterápica que tem como princípio teórico básico a hipótese científica da reencarnação e utiliza a regressão de memória como a técnica base de tratamento. O tema da reencarnação sempre é abordado como objeto de estudo de vários cientistas renomados nesse meio, não tendo absolutamente quaisquer ligações com aspectos místicos ou religiosos. (ALT-TEVEP/sem data) [1;2]

O enunciado que abre o texto confirma o que se anunciava no título: apresenta-se uma definição do *conceito* de Terapia de Vida Passada, *de acordo com a Sociedade Brasileira de Terapia de Vida Passada*. Esta se torna, assim, a responsável pelo que se diz então.

Note-se também aqui, o emprego de uma terminologia técnico-científica: *abordagem psicoterápica; princípio teórico; hipótese científica; técnica base; tratamento;* que, como estratégia discursiva, parece ser o recurso que possibilita ao enunciador apresentar a crença na reencarnação como hipótese científica. O período seguinte confirma essa tendência: *O tema da reencarnação sempre é abordado como objeto de estudo de vários cientistas renomados nesse meio, não tendo absolutamente quaisquer⁸⁰ ligações com aspectos místicos ou religiosos.* Ao estatuto de cientificidade já atribuído à reencarnação agrega-se agora o fato de ela ser tema e objeto de estudo de vários cientistas. Estes, embora renomados, não são identificados, nem tampouco nomeados no texto. O uso do pronome - *vários* - ajuda a conservar o caráter de indefinição desse enunciado; assim, se por um lado afirma-se haver cientistas que fazem da reencarnação seu objeto de estudo, por outro, ocorre uma espécie de descompromisso do locutor em relação a seu enunciado, pela indefinição do quadro enunciativo que apresenta a esse respeito. A expressão *nesse meio* também não explicita claramente se a referência é ao meio reencarnacionista ou ao meio científico. Toda essa ambigüidade e indefinição dos termos e das referências

⁸⁰ Conforme o original.

teóricas que supostamente sustentariam a TVP parece servir, entretanto, à ligação - subentendida - entre a reencarnação e a ciência, tal como já sugeria o enunciado anterior. Essa ligação, mais explícita aqui (*O tema da reencarnação sempre é abordado como objeto de estudo ...*) parece servir, por sua vez, como o argumento para a enunciação seguinte: *... não tendo absolutamente (...) [quaisquer] ligações com aspectos místicos ou religiosos*. Assim, se por um lado os termos definidores desse discurso são, na verdade, vagos e indefinidos, por outro pode-se identificar, subentendida aí, uma oposição entre ciência e religião. O que se verifica, então, é a explicitação da posição do enunciador quanto à reencarnação: nesse discurso, ela se liga à ciência e não possui qualquer ligação com o misticismo ou a religião.

Note-se como, segundo o enunciado, é fato indiscutível a reencarnação ser hipótese científica. Aqui, o que está em jogo é que à reencarnação enunciada dessa forma corresponde uma atribuição de valor, que também é feita à ciência. Assim, não basta à reencarnação ser apresentada como uma hipótese, ela precisa ser científica. Vemos, entretanto, que investi-la no lugar de ciência menos resulta de alguma constatação ou experimentação que a validasse como tal do que do modo de dizer característico do enunciador, que apõe qualificativos sugestivos de cientificidade a ela: *a hipótese científica da reencarnação... objeto de estudo de vários cientistas renomados ...* Embora esses qualificativos, não se explicita, em nenhum momento, qualquer enunciado que descreva o processo reencarnacionista, nem em termos científicos nem em quaisquer outros.

Desses desdobramentos, julgamos lícito supor que o valor de se atribuir um caráter de ciência à reencarnação encontra-se no próprio dizer-se científico, não no fato de ser ciência. Isso porque, enquanto o fato de ser ciência implicaria, possivelmente, em formas enunciativas que confirmassem e reafirmassem essa condição, ao longo do texto - o que não ocorre - por outro lado, conforme já identificamos também na análise do discurso de algumas das outras práticas alternativas, o simples fato de dizer-se científico parece ser suficiente para reivindicar esse caráter à TVP. Assim, se o que é mostrado como importante é dizer-se científico, e não necessariamente sê-lo, por outro lado é de se pensar que, por isso, a importância que aqui se atribui ao científico deve-se menos à ciência e muito mais à possibilidade de que ser científico seja, em si, um valor. Dessa perspectiva, dizer

que a reencarnação é hipótese científica eleva-a a um outro estatuto, diferente daquele que ela teria se fosse considerada um princípio místico.

4.3 Recorrências

A análise dos modos de dizer das práticas alternativas a seu próprio respeito - sua finalidade, suas técnicas, seus agentes, etc..., embora considere a forma particular de cada uma delas, demonstra haver diversos pontos em comum entre elas.

Assim, verificamos, já nas definições apresentadas, algumas repetições que procuramos destacar. Mas é sobretudo quando tomamos os elementos principais surgidos da análise individual dos textos e os agrupamos de forma a configurarem os temas organizadores da análise conjunta, que vemos surgir recorrências e especificidades a delinear o espaço discursivo próprio às práticas alternativas, no contexto de sua relação com a psicologia. É importante assinalar que a configuração específica dos textos dos alternativos nem sempre permitiu que o que aqui consideramos recorrência estivesse obrigatoriamente presente, explícita ou implicitamente, em todos eles. Por outro lado, justamente em função da heterogeneidade e multiplicidade características desses discursos, é que se puderam sublinhar as repetições encontradas como aspectos recorrentes no discurso dos alternativos.

4.3.1 A Psicologia no Discurso dos Alternativos

A união da astrologia com a psicologia começa quando dividimos os quatro elementos da Natureza: fogo, água, terra e ar. Cada elemento – como a própria visão que temos desse elemento – tem uma característica. Se nós, por exemplo, olhamos a terra, a pedra, ela está fixa no solo; ela, de uma certa maneira, é visível – as árvores são visíveis, as pedras são visíveis. Esse é o elemento terra. As pessoas que fazem parte desse elemento, ou pessoas que nasceram com uma predominância desse elemento, têm um funcionamento diferente das pessoas do elemento água, ou ar, ou fogo.

Se olharmos para o fogo, veremos que ele é algo crepitante, rápido, um movimento constante. Então, dessas analogias, dessas visões ao nível concreto, partiu a percepção da astrologia, que é baseada numa linguagem analógica.

Se olharmos a água no mar, ela bate na pedra, entra pelos meandros, ela tem uma capacidade de adaptação a cada corpo com que ela entre em contato. Portanto, as pessoas que têm predominância em relação ao elemento água têm também essa capacidade de penetrar mais, de aderir mais, tanto aos outros como a si próprias.

E o ar é um elemento que nós não enxergamos, que está por aí, por todos os lugares, e que é muito associado ao pensamento. O pensamento é invisível, tal qual o ar.

É esse tipo de raciocínio que usamos na astrologia. Um raciocínio analógico. (...) (ALT-ASTRO/1989) [6-10]

Examinemos a maneira como se apresentam os pressupostos que permitem os enunciados acima. *A união da astrologia com a psicologia começa quando dividimos os quatro elementos da Natureza: fogo, água, terra e ar.* A pressuposição de uma união entre astrologia e psicologia sustenta-se - ela mesma - em um outro pressuposto: a existência de quatro elementos da Natureza que, a julgar pelo enunciado, são partes constitutivas desta última (*dividimos...os elementos da Natureza*). Assim, mesmo que essa pressuposição possa ser posta em questão⁸¹, aqui ela está sendo tomada pela enunciadora como princípio válido; se assim não fosse, as asserções e a teoria que nela se baseiam perderiam todo o seu sentido. Assim,

⁸¹ A idéia da constituição da Natureza por quatro elementos básicos - fogo, terra, ar e água - remonta à filosofia grega, particularmente a Empédocles (490-430 a.C). Encontramos em Ferreira, 1999: "Quatro elementos. Híst. Filos. 1. Segundo Empédocles (...), as substâncias primárias ou raízes (terra, água, fogo e ar), que não tiveram começo e não terão fim, que são imutáveis e devem dar conta de todas as qualidades das coisas percebidas no mundo." [Cf. verbete elemento]

seguindo essa lógica, a própria pressuposição de união entre a astrologia e a psicologia só pode ser possível uma vez que se aceite, de ambos os lados, a proposição de existência de uma inter-relação entre os quatro elementos da Natureza e o comportamento humano. Isso porque daí também decorrem novas derivações, das quais a principal nos parece ser a de que *Cada elemento - como a própria visão que temos desse elemento - tem uma característica*: da pressuposição dessas características, próprias a cada elemento, deriva-se a idéia de que se pode descrever características humanas. Vejamos:

Depois, num trabalho terapêutico, a carta não serve para um diagnóstico imediato do indivíduo. Ela é um espelho do indivíduo. Quanto melhor for a nossa leitura, nossa capacidade de ler aquela carta astrológica, mais auxílio temos, num trabalho terapêutico.

É evidente que o trabalho como astróloga é completamente diferente do trabalho como psicóloga. (ALT-ASTRO/1989)
[18;19]

Vários são os elementos que nos chamam a atenção, nesse período. Em primeiro lugar, parece-nos contraditória a enunciação de que, *num trabalho terapêutico, a carta não serve para um diagnóstico imediato do indivíduo*, seguida da afirmação de que *Ela é um espelho do indivíduo*. As orações subsequentes sugerem, por outro lado, que é possível obter o auxílio da carta astrológica no trabalho terapêutico - que se supõe, pelo contexto em que é enunciado, seja o trabalho psicoterápico - uma vez que a leitura seja bem feita (*Quanto melhor for a nossa leitura, nossa capacidade de ler aquela carta astrológica, mais auxílio temos, num trabalho terapêutico*). Ora, em que pese a aparente contradição entre ser *um espelho do indivíduo* e não servir *para um diagnóstico imediato*, o fato de se caracterizar a carta astrológica, definindo-a como *um espelho*, parece sugerir que ela pode oferecer uma imagem do *indivíduo* - tão mais precisa e fiel quanto melhor for a *capacidade de ler* daquele que toma para si tal tarefa. Temos também, pressuposta aí, a idéia de que o *trabalho terapêutico* necessita do auxílio de um instrumento que lhe permita ver melhor o *indivíduo*, como se pode verificar pelo encadeamento enunciativo.

Podemos ainda perguntar de que auxílio se trata quando se enuncia que, melhor a *leitura*, maior o *auxílio* que *temos*, num trabalho terapêutico. Também

podemos nos interrogar a respeito da finalidade de tal auxílio. São questões que reencontraremos melhor explicitadas em outros fragmentos do texto, mas que aqui são parcialmente respondidas se considerarmos a hipótese de que a aproximação metafórica da carta astrológica ao espelho serve para atribuir à primeira as características funcionais do segundo: refletir, o mais fiel e precisamente possível, a imagem de algo, ou de alguém.

Mais intrigante parece ser, no entanto, a introdução - no parágrafo seguinte - do enunciado que diz ser *evidente que o trabalho como astróloga é completamente diferente do trabalho como psicóloga*. Muito embora se verifique que a locutora-enunciadora apresenta, nos parágrafos seguintes, suas considerações acerca das diferenças entre o trabalho astrológico e o psicológico, cabe perguntar se há condições enunciativas anteriores a esse enunciado (*É evidente*) que o sustentem como afirmação, isso considerando que todo o movimento discursivo anterior parecia convergir no sentido de afirmar as semelhanças e a união entre a astrologia e psicologia, e não suas diferenças. Parece-nos, assim, que só na medida em que o enunciado afirma a posição de auxílio que o trabalho astrológico ocuparia em relação ao trabalho terapêutico é que se podem marcar as diferenças entre eles: *Depois, num trabalho terapêutico, a carta... Quanto melhor for a nossa leitura... mais auxílio temos, num trabalho terapêutico*. É de se supor, neste caso, que a psicologia precise do *auxílio* da astrologia.

Examinemos, agora, as seqüências em que se apresentam características dos planetas e aspectos do comportamento humano, a partir da pressuposição básica de uma associação entre eles. Os parágrafos seguintes são dedicados à apresentação das características atribuídas aos planetas do sistema solar, ao Sol e à Lua:

Eu aqui não estou falando da astrologia em si, de como se lê uma carta, de como se verifica um aspecto dos planetas; ampliando um pouco mais, os dez planetas são como se fossem as funções psicológicas. Por exemplo, o Sol é desde o pai, como a ambição, o self, [em itálico, no original] todo o nosso ser interior. A Lua é a representação arquetípica, em todos os tempos, da mãe, do feminino é, então, emocional, é o subjetivo, a instabilidade. No próprio céu, astronomicamente falando, o movimento de translação do Sol é de 365 dias, e o da Lua é de 28 dias, apenas, ou seja, ela dá treze voltas enquanto o Sol dá uma. Isso denota a instabilidade da Lua. Sua rapidez, como a rapidez das emoções, das percepções subjetivas, em relação ao

Sol, que é uma ambição, um objetivo, a racionalidade, a consciência, que é mais determinado, mais lento, mais fixo, mais permanente. O Sol e a Lua são como se fossem o pai e a mãe. Mercúrio, o filho, é o pensamento. É a forma segundo a qual a gente pensa. É a nossa função do raciocínio, da comunicação, do contato com o mundo, é a apreensão das idéias e como eu codifico essas idéias. Em nível de terapia, através da minha visão do Mercúrio do indivíduo, posso saber como ele está recebendo aqueles conteúdos psicológicos. E se a devolução dele for pequena, for pouca, posso avaliar como ele processa os dados, o pensamento, os conteúdos que ele recebeu, numa sessão ou num processo terapêutico. (ALT-ASTRO/1989) [24]

Note-se que a enunciadora afirma não estar falando *da astrologia em si, de como se lê uma carta, de como se verifica um aspecto dos planetas ...* quando, a partir da afirmação *ampliando um pouco mais, os dez planetas são como se fossem as funções psicológicas ...* ela passa a apresentar as aproximações entre astrologia e psicologia por meio de uma seqüência enunciativa que se tanto se apóia em pressupostos familiares como estranhos ao cenário enunciativo de um Congresso de Psicologia. É de se apontar aproximações como: *o Sol é... o pai, ou: os dez planetas são como se fossem as funções psicológicas; A Lua é a representação arquetípica...* quando se pode pôr em questão o uso de conceitos advindos de teorias psicológicas (*funções psicológicas; representações arquetípicas*) sem nem a menção nem a inserção no contexto específico de onde eles provêm. Aqui, o que se torna de fato evidente é que há uma suposição, da enunciadora, de que seus co-enunciadores sabem do que ela está falando. Prossigamos.

Vênus (...) é o gostar, a nossa capacidade de relação, de afetividade; é o que me atrai, o de que eu gosto, o que me faz bem; é o conjunto de valores do que eu procuro no mundo. (...) é o planeta relacionado com o amor e, conseqüentemente, com a relação, pois o amor exige uma relação. Então, Vênus, no mapa do indivíduo, revela como é que ele se relaciona, como trava os vínculos na vida.

Marte é o planeta do combate, o deus da guerra. Dentro de nós, são todos os impulsos para combater, na vida afora. O Sol dá o que somos por dentro. Marte indica como nós agimos em função daquilo que está dentro de nós. Está relacionado com a vontade, é um planeta do fogo, e o fogo é a vontade. A função Marte, dentro de nós, coloca-nos na vida de modo a irmos atrás daquilo que desejamos. Quanto mais forte é Marte numa carta, maior a capacidade do indivíduo de buscar e satisfazer os seus

desejos. Marte é a competição, é um planeta guerreiro, enfim, é tudo o que nos coloca no mundo numa posição de guerreiro.

Esses são os planetas pessoais. Por serem muito rápidos, eles individualizam muito os sujeitos.(...) (ALT-ASTRO/1989) [25;26;27]

Note-se o emprego do modo verbal indicativo, afirmando como verdade que *Vênus é; Vênus revela; Marte é, Marte indica, Está relacionado...*, e a personificação atribuída aos planetas. Ora, afirmar que *Vênus é o gostar, Marte é o deus da guerra* implica, primeiramente, e a exemplo do que já verificamos antes, que estes são ditos que só se enunciam porque apoiados na suposição de que os co-enunciadores não vão contestar seus pressupostos. Em segundo, os próprios pressupostos indicam a assunção de princípios, pela enunciadora, que só fazem sentido no contexto específico de onde surgem, e que aqui não está explicitado. Supõe-se que seja o contexto da prática astrológica, mas é preciso lembrar que a própria enunciadora já afirmara não estar falando *da astrologia em si*. Assim, se não houver como aproximá-los de outros enunciados, cujos princípios podem ser aceitos em um outro contexto enunciativo - o psicológico - é de se perguntar como poderia ela falar a uma platéia de psicólogos.

Logo depois destes, vêm os planetas que nós chamamos de sociais. Eles são mais lentos (...)

... Júpiter é todo o movimento de expansão. Ao sociabilizar-me, estou expandindo-me no mundo, estou colocando-me nesse mundo. É um planeta do conhecimento, do pensamento abstrato, que é algo superior a Mercúrio, que é um pensamento mais rápido, dialético, de começo-meio-fim.

Depois, vem Saturno, que é o planeta que dá a estrutura da vida. No corpo humano, inclusive, é Saturno que rege o nosso esqueleto. Ele nos põe em contato com as coisas ósseas, ou seja, duras da vida: a responsabilidade, os limites, as dificuldades, os obstáculos. É um planeta muito ligado ao nosso destino, ou seja, ao que nós temos que enfrentar na vida com certas limitações e com certas dificuldades. É um planeta fundamental na estruturação do ser humano, na estruturação de sua vida. (ALT-ASTRO/1989) [28-30]

Aqui verificamos a presença do elemento contextual que faltava explicitar na seqüência anterior: há um *nós*, na posição de enunciador, a quem se reporta a locutora (...*os planetas que nós chamamos de sociais*). O exame dos pressupostos implicados sugere estarmos diante de um conjunto de valores referido como corpo de

conhecimentos de uma determinada comunidade discursiva que parece compartilhar, entre outras, a pressuposição de existência de um *destino*, suposto, por sua vez, como aquilo ... *que nós temos que enfrentar na vida com certas limitações e com certas dificuldades*. Vejamos adiante:

Estes dois planetas [Júpiter e Saturno] estão ligados com o social. Depois deles há três outros planetas, Netuno, Urano e Plutão, que são mais sutis, e que estão mais ligados a nossa vida inconsciente. São planetas que atuam em nível de massas. As pessoas que conseguem vivê-los em nível individual têm um certo destaque dentro da nossa sociedade ou da vida.

(...)

Urano já é um planeta que rompe com todas as tradições, rompe com as forças das coisas estruturadas. Portanto, a pessoa que vive um Urano individual tem que ter uma certa força para romper com o estabelecido.

Netuno é o planeta da sensibilização, da sutileza, da espiritualidade. Ele dissolve, inclusive o próprio Ego. É um planeta transcendente, mas também o do engano, das ilusões, é uma névoa, uma fumaça que passa sobre nós.

E Plutão, por fim, que foi o último planeta a ser descoberto, está intimamente ligado ao inconsciente, principalmente, em nível de psicologia jungiana, ao inconsciente coletivo. Ele é um planeta que irrompe dentro da vida com muita força. É extremamente potente; está muito associado à bomba atômica, aos antibióticos, aos fertilizantes, ou seja, coisas que estão ligadas à própria motivação inconsciente, invisível, porque não vemos nem o efeito do antibiótico, nem do fertilizante. Como a força da bomba atômica, a força de Plutão é extremamente potente, extremamente destrutiva. É só isso. (aplausos) (ALT-ASTRO/1989) [31;33-35]

Da longa seqüência de texto aqui transcrita, queremos ainda dar destaque ao uso dos pronomes pessoais como elemento constituinte da relação entre enunciador e co-enunciadores que se estabelece. Assim, quando empenhada a locutora-enunciadora em apresentar as características planetárias em sua aproximação a supostas funções psicológicas, o pronome pessoal nós, seu substituto a gente, o relativo nosso e flexões verbais correspondentes parecem se referir ao grupamento mais extenso dos seres humanos, universal: *o Sol é ... todo o nosso ser interior (...)* *Mercúrio... É a forma segundo a qual a gente pensa. (...)* *Marte....Dentro de nós, são todos os impulsos para combater... indica como nós agimos...* Por outro lado, parece haver uma individualização das funções quando ela se refere a cada planeta em

particular e detalha seu conteúdo ‘representacional’, empregando então a primeira pessoa do singular: *Mercurio ... é a apreensão das idéias e como eu codifico essas idéias. (...) Vênus, que vem em seguida, ... é o que me atrai, o de que eu gosto, o que me faz bem; é o conjunto de valores do que eu procuro no mundo.* Mas ainda aqui não temos uma particularização de um sujeito singular, uma vez que dizer *eu* pode implicar dizer coisas diferentes, a cada vez que é enunciado. Este *eu* enunciado é qualquer um de *nós*. A particularização parece ocorrer quando a locutora, coincidindo com quem enuncia, diz do seu papel na relação com seus clientes: *Em nível de terapia, através da minha visão do Mercurio do individuo, posso saber como ele está recebendo aqueles conteúdos psicológicos.* Observe-se, entretanto, a sobreposição de papéis astróloga/psicóloga: *Em nível de terapia, ... minha visão do Mercurio do individuo...* Podemos observar que na referência aos outros planetas não se explicita tal sobreposição. Há, como já apontamos, o emprego de um *nós*, diferente do empregado em um sentido mais genérico (*Logo depois destes, vêm os planetas que nós chamamos de sociais.*), que parece referir-se exclusivamente aos astrólogos. Assim, a utilização do *eu* singular referido à própria locutora-enunciadora parece ocorrer apenas no momento em que o que está em jogo é a particularidade de seu trabalho. E mais: o comentário que ela faz, implicando seus conhecimentos de astrologia em seu trabalho como psicóloga, refere-se justamente ao planeta Mercúrio, que ela enuncia como representante do pensamento. Este, por sua vez, já havia sido qualificado, antes, como invisível (*o pensamento é invisível, tal qual o ar*⁸²). E muito de seu empenho, como temos verificado em seu discurso, parece ser o de poder ver melhor o indivíduo.

Da mesma forma, é curioso notar como ao planeta Plutão – cujas características enfatizadas são a irrupção, a força (*irrompe dentro da vida com muita força*), a extrema potência e destrutividade (*Plutão é extremamente potente, extremamente destrutivo*) – também se atribui a qualidade de ser invisível. Ele é, além disso, associado ao inconsciente coletivo – e aqui constatamos a referência explícita à psicologia junguiana – e também à bomba atômica, aos antibióticos e fertilizantes. Estes, por sua vez, são descritos *como coisas que estão ligadas à*

⁸² Vide ALT-ASTRO/1989 [9], neste mesmo tópico.

própria motivação inconsciente, invisível. Assim, se – de acordo com o enunciado – *não vemos nem o efeito do antibiótico, nem do fertilizante*, tampouco veremos, seguindo essa lógica, o efeito do inconsciente, coletivo ou não.

Temos, portanto, elementos suficientes para apontar que, na sustentação da pressuposição de a astrologia ser um auxílio importante para o trabalho psicológico, há pelo menos duas ordens de fatores que concorrem: de um lado, a pressuposição de que o trabalho psicológico lida com elementos que não são visíveis, ou só o são parcialmente, e a decorrente pressuposição de que é necessário algum instrumento auxiliar que permita seja visto o que não se vê, no *indivíduo*. De outro, a idéia de que o que advém do inconsciente, do que não se vê, tanto é de difícil acesso e manejo quanto pode ser perigoso e destrutivo. Nessas condições, é de se supor que o corolário de uma tal ordem discursiva seja considerar o conhecimento astrológico – e, talvez, a leitura da carta astrológica dos clientes – como condição prévia ao trabalho terapêutico/psicológico.

Assim é que, após as perguntas da platéia:

... De uma maneira geral, a pergunta que suscita maior polêmica é: - “Qual seria a vantagem, em termos terapêuticos, de ter um conhecimento a priori do perfil do indivíduo? Parece que esse saber primeiro limitaria o próprio trabalho do terapeuta”,

temos como resposta:

É uma pergunta que exigiria uma longa explanação. De maneira geral, utilizo duas formas para trabalhar com a astrologia num processo terapêutico. Primeiramente, o paciente chega, eu peço os dados dele – nome, endereço, telefone, data e hora do nascimento, sem explicar nada. E eu faço o mapa por conta própria, e estudo aquele mapa. Existe uma outra possibilidade, que é a do indivíduo saber que eu sou psicóloga e astróloga, e procurar-me para tentarmos fazer um trabalho conjugado de psicologia com astrologia. São diferenças muito marcantes. (ALT-ASTRO/1989) [37; 38]

Nesse trecho, a enunciadora apresenta sua forma de trabalhar com a astrologia num processo terapêutico, o que mostra que seu trabalho como psicóloga não prescinde da astrologia: *Primeiramente, o paciente chega, eu peço os dados dele E eu faço o mapa por conta própria, e estudo aquele mapa. Existe uma outra*

possibilidade, que é a do individuo ... procurar-me para tentarmos fazer um trabalho conjugado de psicologia com astrologia.

Verifica-se entretanto, que quando afirma serem ... *diferenças muito marcantes* ... o que está em jogo é, na verdade, a diferença entre o cliente saber que seu mapa será feito e interpretado e não sabê-lo. Entram em cena, aí, as implicações éticas dessa diferença. Em um caso, o paciente encontra o que procura: um trabalho psicológico apoiado na astrologia ou vice-versa. No outro, o paciente procura o trabalho psicológico sem saber que a profissional se vale de uma técnica que não integra o conjunto das práticas psicológicas e que é, por ela mesma, considerada auxiliar. Se não é do conhecimento do paciente o fato de que a psicóloga utiliza o mapa astrológico, (*eu faço o mapa por conta própria, e estudo aquele mapa*) subentende-se, também, que não houve consentimento dele para tanto.

Ressalte-se ainda, como diferença marcante, o fato de que, em um caso, o conhecimento da profissional a respeito do cliente vem dele próprio. No outro – quando o cliente sabe que ela é astróloga e psicóloga – o conhecimento parece vir da própria carta astrológica:

Tive um caso do qual eu vou falar rapidamente: o caso de uma moça, que era uma física, e de forma alguma ela conseguia expressar-se ou ela chorava ou ela sonhava. Então, tendo em mãos a sua carta astrológica, e com os sonhos que ela trazia, pude perceber – talvez seja até uma limitação minha, precisar de uma carta astrológica para isso – quão fundo era o buraco, o abismo em relação à mãe. Ela nunca falava da mãe, só falava do pai. Na interpretação de sonhos, através da astrologia você pode até ver suscitadas algumas figuras que nem estão sendo colocadas. O que é uma coisa muito sutil. (ALT-ASTRO/1989)

[41]

A forma como se organizam os enunciados nesse fragmento permite-nos supor que o choro e os sonhos não são tidos como formas de expressão válidas e/ou suficientes para o desenvolvimento de um trabalho psicológico: ... *de forma alguma ela conseguia expressar-se ou ela chorava ou ela sonhava*. A percepção, por parte da enunciativa, do que ocorre com o paciente só é possível quando a carta astrológica é utilizada, inclusive para a interpretação de sonhos.

Dessa forma é de se enfatizar o comentário destacado no enunciado: *Então, tendo em mãos a sua carta astrológica... pude perceber – talvez seja até uma*

limitação minha, precisar de uma carta astrológica para isso – quão fundo era...

Temos aqui, entre travessões, o metadiscurso da locutora-enunciadora, indicando sua posição no discurso. Esta parece ser de dúvida: *talvez seja até ...*, em relação à condição profissional: *precisar de uma carta astrológica para isso*.

Passemos agora à investigação do discurso das outras práticas com relação ao tema contemplado neste tópico:

Parapsicologia, técnica psicológica?

(...)

Muita polêmica tem sido levantada, hoje, em relação à utilização de técnicas - tais como astrologia, tarô etc. - enquanto recursos psicoterapêuticos. Pretendo deter-me aqui ao caso específico da aplicabilidade das técnicas da Parapsicologia, já que tenho me ocupado, há algum tempo, do estudo sistemático desse assunto

Antes de entrar na questão, contudo, é importante ressaltar a necessidade de se traçar uma clara delimitação entre a prática psicológica e o campo das chamadas correntes alternativas. Penso, a priori, que o exercício da Psicologia se baseia única e exclusivamente nas teorias, métodos e técnicas de reconhecimento dessa ciência. (ALT-PARAP/1990) [1;2]

Observe-se, antes de mais nada, que o texto em questão é escrito por um psicólogo clínico, pós-graduando em psicanálise, que fala a partir do lugar de representante da parapsicologia, tomada como iniciativa científica (Vide a transcrição da nota de rodapé no início da seção 3.2.1). A essa condição soma-se o fato de o artigo ter sido publicado no Jornal do CRP-06. Essa cenografia tão singular já é, por si, sugestiva da posição a partir da qual parece ser tomado esse discurso: uma posição autorizada pela instituição de normatização e fiscalização do exercício profissional em psicologia.

O termo que introduz o tema-título (*Parapsicologia, técnica psicológica?*) e caracteriza a situação em que *técnicas ... como astrologia, tarô etc* são utilizadas *enquanto recursos terapêuticos* é o termo *polêmica*, que já tivemos a oportunidade de constatar presente também no discurso do CRP. Essa *polêmica tem sido levantada*, conforme diz o enunciado, e embora não se aponte por quem, é do enunciado mesmo que emana tal asserção. Temos assim, de saída, a criação de uma situação em que parece se encontrar também a própria parapsicologia - *polêmica* - uma vez que, já no título, se insinua a pressuposição de haver quem a tome como

técnica psicológica. Essa pergunta - *Parapsicologia, técnica psicológica?* - introduz um problema, se não à psicologia, à própria parapsicologia. E quem se dispõe a discuti-lo é um locutor que, ao longo do texto, parece falar em seu próprio nome, exclusivamente – observe-se o emprego de formas verbais e pronominais na primeira pessoa do singular: *pretendo deter-me; tenho me; penso; prefiro...etc...* e a ausência de referências a autores, bibliografias, etc... relativos à Parapsicologia – fazendo coincidir sua posição com a do enunciador do texto. É de se notar, entretanto, que, na condição de representante de uma instituição na qual ocupa o cargo de presidente, fala em nome da mesma - e talvez seja exatamente em virtude da posição que ocupa que lhe seja facultada, no discurso, a prerrogativa de falar no singular.

Pela análise verificamos que, se de um lado o enunciador fala a favor da Psicologia como ciência (*Penso ... que o exercício da Psicologia se baseia ... nas teorias, métodos e técnicas de reconhecimento dessa ciência.*), de outro esse mesmo discurso só é possível porque reafirmado pela ocupação simultânea do lugar de psicólogo e de pós-graduando em psicanálise de seu enunciador. Esta ocupação implica, por sua vez, uma posição discursiva tal que, em alguns momentos, não se podem sequer distinguir os enunciados do parapsicólogo daqueles que bem poderiam ser atribuídos ao próprio CRP. Vejamos como isso ocorre.

Citam-se a astrologia e o tarô como exemplos de técnicas utilizadas *enquanto recursos psicoterapêuticos* - o que já pudemos observar ocorrer também em textos do CRP/06. No que diz respeito à prática em questão, a parapsicologia, vemos destacada a aplicabilidade de suas técnicas (*Pretendo deter-me aqui ao caso específico da aplicabilidade das técnicas da Parapsicologia...*) e a sistematicidade de seu estudo, por parte do locutor-enunciador (*tenho me ocupado, há algum tempo, do estudo sistemático desse assunto*). A seguir, verifica-se como o enunciador toma para si a responsabilidade de *ressalvar a necessidade de se traçar uma clara delimitação entre a prática psicológica e o campo das chamadas correntes alternativas*: ele mesmo é quem aponta, em seu discurso, tal delimitação (*Penso, a priori, que...*), não sendo de surpreender, assim, encontrarmos em seu discurso a asserção de que *o exercício da Psicologia se baseia única e exclusivamente nas teorias, ..., etc.* Esta posição, em consonância com o discurso do CRP, anuncia, já, a diferenciação do *campo das chamadas correntes alternativas* em relação à psicologia. Ainda, se

considerarmos a forma como se organiza o enunciado, verificamos que à própria psicologia está atribuída a função de normatizar o exercício profissional, cabendo a ela, psicologia, o reconhecimento de determinadas teorias, métodos e técnicas como próprias ao seu exercício. Interessante fórmula enunciativa - que parece nomear como psicologia a sobreposição dos lugares que ocupam, de um lado, o CRP e, de outro, a Universidade - esse discurso parece imitar, por captação, a mesma ordem discursiva presente no discurso do Conselho, quando este atribui às instituições de formação (universidades) a tarefa de reconhecer métodos e técnicas. Pode-se supor, assim, que da condição da psicologia como ciência emana também a condição de poder reconhecer ou não teorias, métodos e técnicas aplicáveis ao exercício profissional.

As informações que já temos do enunciado possibilitam-nos considerar que a distinção feita entre psicologia e práticas alternativas, situando a primeira no âmbito das ciências, sirva também para, desde então, anunciar o lugar em que se situará a própria parapsicologia: ainda não sabemos se ela é ou não técnica psicológica, na ordem desse discurso mas, pelo enunciado, já se pode subentender que ela não faz parte do *campo das chamadas correntes alternativas*. Quanto à *aplicabilidade das técnicas da Parapsicologia*, note-se que não se explicita a que ela se aplicaria.

Outro aspecto importante nessa discussão é que a própria Parapsicologia tem como um dos seus mais seguros postulados o fato de que a natureza desses fenômenos é eminentemente inconsciente e espontânea e, neste sentido, o controle volitivo deles é impossível.

Assim, a utilização dos chamados "sensitivos" (por alguns que se intitulam "psicólogos-parapsicólogos") no exercício da psicoterapia carece de base científica, confunde e denigre o serviço psicoterapêutico, distorce o conceito de Parapsicologia e de Psicologia e se configura numa prática de charlatanismo. (ALT-PARAP/1990) [8;9]

(...)

Diante do exposto, é certo censurar o uso das ditas "técnicas parapsicológicas" em psicoterapias. Tal censura, no entanto, não deve se estender ao estudo desse campo. Freud mesmo convida a essa investigação quando escreveu nas "Novas Conferências Introdutórias" (texto "Sonhos e Ocultismo"): Preferiríeis, seguramente, que me mantivesse fiel a um moderado deísmo e me mostrasse implacável na repulsa de todo o oculto. Mas sou incapaz de mendigar a favor de alguém, e tenho de convidá-los a acolher mais favoravelmente a

possibilidade da transmissão de pensamento e com ela também da telepatia (...). Senti também o medo a uma ameaça contra nossa concepção científica do universo (...). Hoje, já penso de outro modo: opino que não testemunha grande confiança na ciência não acredita-la capaz de acolher e elaborar o que das afirmações ocultistas possa demonstrar ser como verdadeiro."
(ALT-PARAP/1990) [12]

Voltamos a encontrar o recurso a índices de indefinição: o enunciado *alguns que se intitulam*⁸³, que informa haver quem se valha da prática da parapsicologia como técnica psicológica é um exemplo disso. Esse aspecto é recorrente no texto (*os chamados "sensitivos" ... ditas "técnicas parapsicológicas", etc...*) e sugere a existência de pessoas ou grupos que, além de não se interessarem pelo caráter científico que se busca para a parapsicologia e se reconhece à psicologia, ainda pretendem fazer dela um uso que *confunde e denigre o serviço psicoterapêutico, distorce o conceito de Parapsicologia e de Psicologia e se configura numa prática de charlatanismo.*

Observe-se, entretanto, como essa sentença proferida (*prática de charlatanismo*) contra os *chamados "sensitivos"...* no exercício da psicoterapia só pode ser enunciada depois da aproximação da parapsicologia à psicologia que foi sendo construída até então, e à qual ainda se acresce a utilização do *inconsciente* (aqui em sua acepção adjetiva), como enunciado em ... *a própria Parapsicologia tem como um dos seus mais seguros postulados o fato de que a natureza desses fenômenos é eminentemente inconsciente e espontânea.* O reconhecimento e a assunção desse conceito, largamente utilizado em psicologia - e, evidentemente, em psicanálise - com acepções diversas, parece reafirmar a proximidade e a identidade entre parapsicologia e psicologia. Assim, ter caracterizado a psicologia como ciência, desde o início do texto, parece ter servido também para garantir o estatuto científico da própria parapsicologia e o lugar a partir do qual se pode - em nome de sua cientificidade - diferenciá-la tanto de práticas alternativas (como a astrologia e o tarô, que são citadas como exemplo), quanto de qualquer prática que, em seu nome, desconheça sua cientificidade - a estas, o lugar de charlatanismo.

⁸³ Conforme original.

Ainda, quando se enuncia que *é certo censurar o uso das ditas "técnicas parapsicológicas" em psicoterapias*, mas que, por outro lado, *Tal censura ... não deve se estender ao estudo desse campo*, parece-nos que o que se aponta é, sobretudo, a divisão e a discriminação entre os que praticam (os que fazem *uso das ditas "técnicas parapsicológicas" em psicoterapias*) e os que estudam (evidentemente, o locutor-enunciador, na qualidade de presidente de um instituto de investigação) a parapsicologia. É de se recordar, entretanto, a explicitação da condição inicial, *incipiente*, da parapsicologia estudada cientificamente e a sugestão de uma carência de princípios e de ética da parapsicologia praticada como psicoterapia. Talvez por isso, ninguém menos que Freud seja lembrado (*Freud mesmo convida a essa investigação quando escreveu nas "Novas Conferências Introdutórias" ...*), numa citação de autoridade (máxima autoridade), como a garantir que o estudo da parapsicologia possa ser realizado pelos que também praticam psicologia e/ou psicanálise - e seja, assim, autorizado, admitido, legitimado como um discurso reconhecido e possível entre seus pares.

Passemos a mais um fragmento, agora do texto sobre Florais:

... Nos casos de desequilíbrios psicológicos crônicos, temos insistido em que os pacientes procurem psicólogos, psiquiatras ou terapeutas. (ALT-FLORA/1991) [2]

Nesse enunciado o pressuposto que se destaca é o de que os praticantes da terapia floral estejam habilitados a identificar/diagnosticar desequilíbrios psicológicos (*Nos casos de ...*) e a discriminar, além disso, a cronicidade dos mesmos (*desequilíbrios psicológicos crônicos*). Psicólogos, psiquiatras ou terapeutas são mencionados como os profissionais que tratariam tais desequilíbrios. Aqui é de se perguntar que outra espécie de qualificação pode estar incluída sob o termo *terapeutas*, uma vez que não são discriminados, estes últimos - não sendo possível, portanto, identificarem-se suas práticas. Esta proposição sugere uma forma de relação entre a terapia floral e as outras práticas mencionadas que parece conceder aos praticantes da primeira a prerrogativa de decidir, pelo diagnóstico, quando encaminhar (ou não), um paciente para tratamento com algum dos praticantes das segundas.

... as Essências Florais têm indicações principalmente na Psicologia e na Medicina Psicossomática. Devidos a estas qualidades, julgamos ser do interesse dos psicólogos a aplicação das Essências Florais.

Como bibliografia, consideramos como base os livros: "Os Remédios Florais do Dr. Bach", do Dr. Edward Bach, pela Editora Pensamento, São Paulo; e "La Medicina Floral de Edward Bach", da Dra. Maria Luisa Pastorino, Editorial Club de Estudio, Buenos Aires. (ALT-FLORA/1991) [3; 4]

Já vimos como as qualidades identificadas nas essências florais pouco informam de seus atributos, uma vez que são apresentadas como a negação de atributos presentes em outras substâncias. Vimos também como essa forma enunciativa sugere serem as Essências Florais inócuas, do ponto de vista de seus efeitos orgânicos, mas úteis quanto ao equilíbrio das emoções e das qualidades mentais. Assim é que quanto ao que seja, de fato, a terapia floral, a afirmação de que ela tem *indicações principalmente na Psicologia e na Medicina Psicossomática* levamos a supor que seja nestes dois últimos campos que o enunciador estabelece alguma aproximação. Parece que todos eles - terapia floral, psicologia e medicina psicossomática - lidam com o impalpável e o indiscriminado das qualidades mentais positivas e emoções negativas, diferentemente daquelas práticas que fazem uso de remédios químicos, princípios ativos e substâncias tóxicas.

Quanto ao enunciado que aparece em seguida, observe-se que, da maneira como enunciada, a indicação: *Como bibliografia, consideramos como base...* tanto pode ser uma indicação de leitura para os psicólogos como uma referência bibliográfica que foi considerada para a elaboração da carta... ou mesmo as duas coisas. O outro aspecto que se destaca é o uso do título doutor/doutora para introduzir os autores dos livros mencionados, sugerindo a importância atribuída ao estatuto profissional dos mesmos. Este aspecto, considerado em conjunto com outros elementos que aparecem ao longo da carta denota a preocupação de apresentar a terapia floral como uma prática inspirada num modelo médico e, portanto, científico.

Assim, parece-nos que não é por acaso que o responsável pelo documento identifique-se, ao assiná-lo, como médico cirurgião vascular, fazendo constar também o número de sua inscrição em seu órgão de classe, o Conselho Regional de Medicina - CRM. Nesse sentido, talvez possamos aventar a hipótese de haver, nesse

discurso, a pressuposição de uma relação de subordinação da psicologia ao discurso da medicina, ainda que defendendo uma prática alternativa.

Passemos aos fragmentos discursivos concernentes à prática do Renascimento.

Em algum lugar, no inconsciente, a mente tem um mecanismo profundo. Ela sente que deve existir dois caminhos; como entrar e como sair. Não, não existem dois caminhos. É o mesmo: pela mesma porta você entra e pela mesma porta você sai. E se compreender como entrou, poderá compreender como sair. Assim, quando você ficar zangado, apenas preste atenção em como está entrando nisso. Passo a passo, devagar, preste atenção e, de repente, ficará iluminado! Essa é a situação de todos.(ALT-RENAS/1998) [7]

Observamos, nesse trecho, que embora conserve o tom doutrinário que prevalece em boa parte do texto, aqui o movimento do discurso assume uma tonalidade mais argumentativa, valendo-se, inclusive, de conceitos psicológicos (*inconsciente; mecanismo profundo*). Por outro lado, a mente comparece personificada e independente do sujeito: ela *sente*, por exemplo. Na seqüência vemos retornar o discurso pedagógico, ensinando como fazer: *Assim, quando você ficar zangado, apenas preste atenção em como está entrando nisso. Passo a passo, devagar, preste atenção e, de repente, ficará iluminado! Essa é a situação de todos.* São fórmulas enunciativas que não parecem ter grande compromisso com os conceitos psicológicos de que se valem. O corolário disso parece ser o enunciado abaixo:

O Renascimento não é uma psicoterapia porque o conteúdo das emoções vivenciadas não são analisadas. O processo é vivenciar, sentir a dor e incorporar este sentimento até ser dissolvido. (...) Reprimir uma emoção inevitavelmente leva a um aumento daquela emoção, mesmo que a nível inconsciente.(ALT-RENAS/1998) [9]

Esse fragmento representa a única referência direta à relação entre a técnica do renascimento e a psicologia, encontrada em todo o texto. Em que pese o erro de concordância nominal (*o conteúdo ... não são*) a organização discursiva não altera o sentido que toma o enunciado, quanto à pressuposição do que (se) faz (n)uma psicoterapia: analisa-se o conteúdo de emoções vivenciadas ou, respeitando a ambigüidade gerada pelo erro de concordância, analisam-se as emoções vivenciadas.

A psicoterapia seria, assim, uma análise de conteúdo, o conteúdo emocional, ou uma análise das emoções, enquanto o renascimento implicaria na incorporação da dor, vivenciada e sentida, até sua dissolução. Marque-se, assim, que *este sentimento* parece ser conhecido, precisamente, pelo enunciador e também nomeado pelo mesmo.

Destacamos, em nossa análise, apenas alguns fragmentos do texto, julgando, entretanto, termos apontado sua organização mais global. Importa-nos ressaltar, para efeitos de análise, o fato de ser um discurso que se vale de conceitos psicológicos/psicanalíticos (*ego, inconsciente, trauma, subconsciente...*) como já vimos, mas que, ao mesmo tempo, não se diz nem se propõe como psicoterapia, justificando-o com base numa concepção determinada do que se constituiria como tal (por oposição ao fato de o renascimento não analisar o conteúdo das emoções vivenciadas). No entanto, é artigo publicado numa revista de psicologia, cujos editores identificam-se como psicólogos... e terapeutas alternativos.⁸⁴

Passamos agora à Terapia de Vida Passada:

A Terapia de Vida Passada admite também (como outras formas de psicoterapias) a existência de um inconsciente, com um conceito que transcende aos estudados até agora e que, quando bem acessado pela técnica de regressão de memória, permite levar o paciente a entrar em contato com lembranças quer relacionadas a fatos da vida atual, quer relacionadas a existências pregressas do mesmo e que tenham estreita ligação com seus problemas psíquicos e/ou somáticos do momento presente. Esse acesso é possível pela criação de um estado alterado de consciência, mas sem a necessidade do uso da hipnose. (ALT-TEVEP/sem data) [3]

Quando *A Terapia de Vida Passada admite também (como outras formas de psicoterapias) a existência de um inconsciente*, ela o faz *com um conceito que transcende aos estudados até agora*. Se o ato de admitir ... *a existência de um inconsciente* - como outras psicoterapias o fazem - coloca, pelo discurso, a Terapia de Vida Passada⁸⁵ entre as psicoterapias, fazê-lo *com um conceito que transcende ...* aponta seu lugar diferenciado entre elas (as psicoterapias) e a forma (*com um conceito*) diferenciada (*que transcende...*) como ocupa este lugar. Ora, transcender é,

⁸⁴ Cf. página da Revista na Internet: <http://www.revistapsicologia.com.br>

⁸⁵ Passaremos a usar a sigla TVP, sempre que nos referirmos à Terapia de Vida Passada.

já, ir além do que está posto. Transcender conceitos *estudados até agora* implica se colocar, dessa forma, no lugar dos mais recentes estudos e, talvez, melhores, na medida em que transcender pode assumir também o sentido de “ser superior a”⁸⁶.

O próprio enunciado, em sua seqüência, revela-nos a concepção peculiar de inconsciente de que se vale a TVP: é um inconsciente ao qual se pode ter acesso (*quando bem acessado*), pela regressão de memória, e que - quando observadas essas condições - *leva o paciente a entrar em contato* com determinadas *lembranças*. Note-se, entretanto, que o enunciado *conceito* de inconsciente só se define por características que se podem subentender dele, não por termos ou expressões explicitamente conceituais, que o descrevam.

Assinale-se também o pressuposto implicado nesse enunciado, no que diz respeito ao inconsciente ser tomado como um lugar ao qual se pode ter acesso e neste sentido se constituir como um depósito de lembranças (... *permite levar o paciente a entrar em contato com lembranças...*). Observamos, entretanto, que não são lembranças quaisquer: embora possam ser relacionadas tanto a fatos da vida atual como a existências pregressas, elas devem ter estreita ligação com *seus* [do paciente] *problemas psíquicos e/ou somáticos do momento presente*. Dessa forma, se o trabalho é com os problemas do momento presente, é de se perguntar qual seria a utilidade de uma terapia que se propõe ser de *vida passada*.

Destaquemos mais alguns pressupostos do enunciado e seus desdobramentos. Dois deles referem-se às *lembranças... relacionadas a existências pregressas*; se se pode ter lembranças dessas existências pregressas, estamos diante de um fato certo: a existência delas. Ora, se até então a reencarnação comparecia como uma hipótese, aqui é necessário, seguindo a ordem do próprio discurso, que ela seja certa - caso contrário as lembranças não podem ser tomadas como tal. Neste sentido, a própria idéia de lembranças implica o pressuposto de que sejam lembranças de fato - e não um outro tipo de produção/formação consciente/inconsciente - que ocorram ao paciente submetido à *técnica de regressão de memória*. Junte-se a esses pressupostos o enunciado que diz que o que possibilita o acesso ao inconsciente é a *criação de um estado alterado de consciência*. Este estado, do qual só podemos deduzir, pelo

⁸⁶ Cf. Ferreira (1999), verbete transcender.

enunciado, que é criado como um dispositivo para possibilitar a regressão, é obtido por sua vez, *sem a necessidade do uso da hipnose*, à qual se faz uma ressalva explícita (*mas sem*). Subentende-se, aqui, que a hipnose não é reconhecida como recurso passível de ser incluído nos procedimentos da TVP; esta alinha-se e identifica-se à ciência e procura se afastar de qualquer conotação mística ou religiosa, como já vimos anteriormente. Outra vez, no entanto, não se definem os procedimentos de que efetivamente se utiliza; pelo contrário, seu dispositivo terapêutico é enunciado como a criação de *um estado alterado...*, o que o mantém no campo da indefinição. Assim, se por um lado continuamos sem saber como se procede para criar um estado alterado de consciência e, mesmo, de que estado alterado se trata, de outro temos, nesse discurso, a definição da TVP como psicoterapia e a afirmação da reencarnação como um fato certo.

Vimos, nesse tópico, como as referências à psicologia se fazem recorrentes no discurso dos alternativos, por intermédio de referências nem sempre coincidentes ou semelhantes - em ALT-PARAP/1990 a psicologia é ciência, em ALT-RENAS/1998 ela comparece como análise de conteúdo (e) de emoções, em FLORA ela parece estar condicionada ao diagnóstico médico para se constituir como psicoterapia dos distúrbios crônicos, em ASTRO, ela se define pela relação com a astrologia, seu auxiliar diagnóstico, enquanto em TEVEP ela constitui o campo em que a própria prática se inclui. E a todas elas empresta seus conceitos, menos e mais (in)definidos, de acordo com o cenário enunciativo em que o discurso acontece.

Passemos agora ao exame de um tema em torno do qual se aglutinam alguns dos sentidos mais importantes para a sustentação de um discurso que se pode considerar o discurso da instituição 'práticas alternativas': sua relação de clientela.

4.3.2 A Relação com o Cliente

Ao utilizar uma carta astrológica, essa é a primeira coisa na qual nos detemos: em que nível é que o indivíduo está mais sintonizado: é no ar, na terra na água ou no fogo?

A partir disso, como psicólogo, começamos a comunicarmos com aquele indivíduo no tipo de linguagem em que ele tem mais facilidade.

(...)

Ao nível de consultório, de terapia, os elementos são extremamente importantes, porque o indivíduo atua muito de acordo com o elemento que nele tem predominância. (...) Então, a vida desse indivíduo também vai travar-se com esses parâmetros, com essas premissas, temos que atuar fortalecendo, melhorando, enfim, avaliando esses componentes desse indivíduo.

(...)

... esses quatro elementos já nos dão toda uma visão de como um indivíduo situa-se no mundo. Qual é a mola mestra da sua conduta, qual a visão que tem, como enxerga o mundo. (ALT-ASTRO/1989) [11;12;14; 17]

Astrologia e psicologia estão tão imbricadas aqui, a ponto de considerarmos que o sujeito tomado como cliente da astrologia (*o indivíduo*) coincide com o cliente suposto como o da psicologia. Isso implica, logicamente, que a demanda seja a mesma e que o trabalho oferecido tanto pode ser o astrológico quanto o psicológico. Há, subentendida, quanto ao cliente, uma concepção de que ele seja um *indivíduo* - sujeito não dividido. Este *indivíduo*, subentende-se também, vale-se de linguagens, das quais uma é a que ele tem maior facilidade: *começamos a comunicarmos com aquele indivíduo no tipo de linguagem em que ele tem mais facilidade*. Nesse sentido, o astrólogo parece ocupar o lugar do tradutor-intérprete dessas linguagens para o próprio indivíduo. Torna-se clara, então, a determinação de uma posição do sujeito, em relação ao profissional, que depende completamente do saber deste último, até mesmo para identificar qual a linguagem em que o sujeito tem maior facilidade.

Além desse, outro aspecto de importância é que o elemento que predomina no indivíduo parece comparecer como um determinante da sua atuação. Dessa forma, parece não importar muito que o indivíduo fale sobre si; isso nem parece ser necessário, uma vez que apontar, pela identificação do elemento predominante no

mapa do sujeito, a mola mestra de sua conduta equivale a traduzir a visão que o mesmo tem do mundo: ... *esses quatro elementos já nos dão toda uma visão de como um indivíduo situa-se no mundo. Qual é a mola mestra da sua conduta, qual a visão que tem, como enxerga o mundo.* Por outro lado, e mais uma vez, o aspecto visual se faz marcadamente presente, a *visão da visão do indivíduo* é dada pelos quatro elementos.

No trabalho de astrólogo, o indivíduo quer que eu fale sobre ele, que eu faça uma leitura sobre ele, uma leitura imediata, durante as duas horas em que eu fico com ele. Assim, a minha interferência sobre a vida dele é muito grande, pois ele veio buscar exatamente isso; eu falo dele para ele, sinteticamente, rapidamente, de toda a estrutura de vida dele.

Já o trabalho com a psicologia, o trabalho terapêutico, é diferente. Eu não interfiro de maneira nenhuma: é o indivíduo que vem, que se coloca, que fala, que se expõe; a única coisa que eu tenho em mãos é que quando ele atinge um complexo que é básico na sua vida, aquilo ressalta muito para mim, fica muito mais vivo através do que ele está falando e do que eu vi na carta dele. Então, é aquele ponto que eu tenho muito mais segurança em explorar e aprofundar, pois é como se eu tivesse um diagnóstico imediato na minha mão. (...) (ALT-ASTRO/1989) [20-21]

Há, aqui, níveis de análise que se devem notar: em um nível observamos o caráter de depoimento pessoal que assume o discurso, na medida em que a locutora-enunciadora se reporta à sua experiência, assumindo tanto a posição de astróloga quanto a de psicóloga. (*No trabalho de astrólogo ... a minha interferência ...*). Em um outro nível verificamos a diferenciação que ela faz - em seu discurso - entre astrologia e psicologia, por meio das atribuições que confere a uma e outra. (*Já o trabalho com a psicologia, o trabalho terapêutico ...*). Estas se apresentam como subentendidos dos enunciados que transcrevemos acima. Assim, em *No trabalho de astrólogo, o indivíduo ...* etc., encontra-se subentendido que se sabe o que se quer; tanto a astróloga quanto o *indivíduo* sabem o que este último quer: *que eu fale sobre ele, que eu faça uma leitura sobre ele, uma leitura imediata, durante as duas horas em que eu fico com ele*, enquanto que o pressuposto é de que o trabalho da astróloga seja o de falar sobre o indivíduo, fazer uma leitura sobre ele, etc... Observe-se como a sugestão de precisão está presente, tal como a menção feita, anteriormente, ao espelho. Pode-se apontar *exatamente* o que o indivíduo quer - e o tempo preciso em

que o trabalho ocorre (*duas horas*). Se há *interferência* da astróloga, o cliente *veio buscar exatamente isso*. À astróloga cabe, então, segundo o que enuncia, ser sintética e rápida (... *eu falo dele para ele, sinteticamente, rapidamente...*), ao falar *de toda a estrutura de vida dele*.

Vemos, com isso, como se pode construir/repetir/legitimar, pelo discurso, todo um conjunto de práticas que assim se instituem. No caso em análise, tomando os enunciados, já analisados, acerca da astrologia e sua constituição e reorganizando-os, podemos afirmar que o cliente da astrologia é um *indivíduo*, do qual se pressupõem as intenções e as necessidades; o objeto da astrologia se constitui pela decifração da inter-relação entre dez planetas, doze signos e quatro elementos e que, esta, uma vez decifrada (pela ação do astrólogo), pode fornecer ao cliente uma resposta imediata, um espelho, de sua estrutura de vida.

Já no que se refere ao *trabalho com a psicologia, o trabalho terapêutico...*, o que lemos enunciado é que ele é *diferente*: não ocorre interferência da locutora-enunciadora, agora na posição de psicóloga, na vida de seu cliente: *é o indivíduo que vem, que se coloca, que fala, que se expõe*. Isso sugere uma posição bem mais ativa do cliente, em contraposição à atitude do cliente da astrologia. Continuamos, entretanto, diante de indivíduos cuja maneira de agir está pressuposta nesse discurso.

É de chamar a atenção, também, a enunciação em que a locutora-enunciadora - dada a atitude de se colocar, falar, se expor, do seu cliente - diz: *a única coisa que eu tenho em mãos é que quando ele atinge um complexo que é básico na sua vida, aquilo ressalta muito para mim, fica muito mais vivo através do que ele está falando e do que eu vi na carta dele*. Ao apontar a eventualidade de o seu cliente atingir *um complexo que é básico na sua vida*, como *a única coisa que tem em mãos*, a locutora parece nos indicar o fato de que quando é o cliente quem pode apontar algo a seu próprio respeito, isso se apresenta de forma *muito mais viva*. Não sabemos, porém, quem é o responsável pela nomeação como *complexo* e pela qualificação deste como *básico* - e há condições de supormos que tal enunciado é da responsabilidade da enunciadora e não de seu(s) cliente(s). Atente-se, entretanto, para o fato de que, mesmo nessa situação de trabalho psicológico - apontada como diferente da situação de leitura da carta astrológica - o conhecimento astrológico aparece como o recurso no qual se apóia a enunciadora, para confirmar o que diz seu cliente a respeito de si

próprio (...e do que eu vi na carta). A diferença, antes já enunciada como *evidente*, dilui-se na prática da locutora: confundindo-as em seus propósitos, ela parece obter a confirmação de haver uma união indissolúvel entre as duas práticas, astrologia e psicologia.

Da mesma forma, parece-nos confuso o trecho que se segue, no qual a enunciadora diz ter *muito mais segurança ... pois é como se eu tivesse um diagnóstico imediato na minha mão*, aparentemente apontando que a associação do trabalho psicológico com o astrológico pode fornecer um diagnóstico imediato sobre o *indivíduo*. Eis aqui implicada a pressuposição de que tanto o trabalho psicológico quanto o trabalho astrológico sirvam para fornecer diagnósticos - imediatos, ou não. Apontados esses pressupostos, e seguindo essa mesma lógica, podemos deduzir que o que *une* a astrologia e a psicologia - no discurso, que é prática, da enunciadora - para além dos *quatro elementos*, é sua condição de oferecer diagnósticos acerca dos indivíduos. Ainda quanto a esse trecho, destaque-se também o uso dos termos *em mãos* (em *a única coisa que eu tenho em mãos*) e *na minha mão* (em *um diagnóstico imediato na minha mão*), a sugerir que são essas as possibilidades de manejo do trabalho psicológico que se apresentam à enunciadora.

Assim, se podemos afirmar, a partir do próprio enunciado, que no trabalho com a astrologia o indivíduo é passivo, também podemos subentender que no trabalho com a psicologia o indivíduo é ativo. Note-se, porém, que é a enunciadora quem afirma que *o indivíduo quer que eu fale sobre ele ...*. Parece haver, de qualquer forma, um grande poder associado ao trabalho do astrólogo: o *indivíduo* pede e obtém uma *leitura imediata* de sua *estrutura de vida*. A enunciadora diz saber que sua *interferência* é grande. Também sabe, porque o diz, o que o indivíduo quer dela, além de ser capaz de sintetizar informações sobre o mesmo. Isso também pressupõe que o paciente confie nas informações a seu respeito e mais: que as tome como verdade sobre si - da mesma forma que a própria profissional, que também precisa atuar sob esse suposto. Mas isso, nós já vimos, parece estar garantido.

Adiante deparamos com mais um fragmento de interesse para a análise da relação com o cliente:

Outra pergunta coloca-me que há várias linhas de trabalho astrológico – astrologia cármica, astrologia psicológica, astrologia determinante – mas isso depende muito do nível do

indivíduo, quer dizer, jamais vou violentar o nível de consciência dele; jamais vamos dar uma informação além da sua capacidade de apreender. O trabalho astrológico é uma arte, nesse sentido de você ter o indivíduo na sua frente e perceber o quanto é que ele pode receber, e nunca violentar esse ponto. Principalmente, num contexto de trabalho astrológico, numa sessão de duas horas, temos que saber sintetizar a dinâmica do indivíduo, no momento em que ele nos procura. Essa é a arte da astrologia. (ALT-ASTRO/1989) [42]

Daqui interessa-nos ressaltar que o *nível do indivíduo*, do qual depende a *linha de trabalho astrológico* que será utilizada, é previamente conhecido pela astróloga. Note-se que, nesse caso, o indivíduo fica à mercê da competência do profissional, tanto se ele for considerado artista, quanto se não for, que deverá ser capaz de *perceber o quanto é que ele [o indivíduo] pode receber e nunca violentar esse ponto*. Pode-se supor, assim, que cabe ao profissional perceber e determinar o que o sujeito pode ou não saber, neste caso sobre si. Aspecto semelhante pode ser observado também no discurso de outras práticas, como abaixo:

... No momento do nascimento você formulou impressões sobre o mundo que tem carregado consigo por toda a vida, estas impressões lhe controlam no nível subconsciente. Muitas destas impressões são negativas: "A vida é uma luta"; "Não posso conseguir o que preciso"; "As pessoas me machucam"; "O amor é perigoso"; "Não sou desejado"; etc. (ALT-RENAS/1998) [2]

A organização do enunciado, aqui, explicita e privilegia uma forma de interlocução direta com o leitor: *No momento do nascimento você...* Podemos supor que o uso do pronome 'você', neste caso, não difira substancialmente do uso do 'você' como um índice de generalização, que se poderia substituir também por 'a gente', 'nós', 'todos nós'. Entretanto, o pronome pessoal usado aqui parece introduzir não somente uma apreciação genérica, mas uma interação direta entre o enunciador e o co-enunciador, de forma que o primeiro detém um determinado saber sobre o segundo. Ainda que pautado numa experiência efetivamente genérica - o nascimento - o locutor-enunciador parece dirigir-se a alguém em particular; a cada leitor, individualmente - o que contribui para a criação de um clima de intimidade com o mesmo. Essa intimidade não é, porém, associada a uma relação de igualdade entre enunciador e co-enunciador; pelo contrário, verificamos uma seqüência de

enunciados com muitos verbos no modo indicativo; afirmações dadas como verdade; situações em desenvolvimento ou já ocorridas; pressupostos que não são matizados como tal, mas dados como certos: *você formulou; tem carregado por toda a vida; lhe controlam; são negativas ...*

Este modo de construção do discurso, embora não possa ser considerado exclusivo do texto em análise, encontra aqui uma forma muito peculiar, na medida em que toda a enunciação é construída com base em inúmeros pressupostos, dos quais destacaremos alguns exemplos adiante. O que podemos verificar, a partir desses índices, é que se desenvolve um gênero discursivo, firmado ao longo do texto, que se aproxima cada vez mais da cenografia educacional. Os papéis em jogo, numa tal cenografia, relacionam-se aos papéis sociais representados nas e pelas relações professor-aluno, mestre-discípulo, pais-filhos. Senão vejamos.

Vários são os pressupostos envolvidos no fragmento acima. Dentre eles, verifica-se que está pressuposto ser o *momento do nascimento* um momento de formulação de *impressões sobre o mundo*, cujo caráter de permanência se destaca: essas impressões vêm sendo carregadas *por toda a vida* (*por toda a vida* sugere, também, que se fala com um adulto). Além disso, tais impressões são capazes de controlar uma pessoa – e o pressuposto aqui é o de uma qualidade ativa das impressões, enquanto o próprio ato de formular *impressões* parece ser algo essencialmente particular e subjetivo (*você formulou*). Enuncia-se, assim, a submissão do sujeito a suas próprias impressões, por intermédio do controle que elas exercem sobre ele. Tal controle ocorre *no nível subconsciente* – aqui, o pressuposto implicado é de que o sujeito não tem plena consciência desse controle, já que ele é subconsciente.⁸⁷

A introdução das frases entre aspas, por outro lado, configura uma interessante forma de discurso relatado: é uma citação. Se entre aspas, discurso direto. Não se menciona, porém, quem o diz. As aspas parecem, então, servir para distanciar o locutor da citação, posicionando-o em lugar distinto do lugar ocupado

⁸⁷ *Subconsciente* é conceito cuja origem remonta aos trabalhos de Pierre Janet (1859-1947). Segundo Roudinesco & Plon (1998). Janet, "...contra a tradição do romantismo alemão, reivindicou, em lugar da palavra 'inconsciente', a palavra 'subconsciente', originária da filosofia da consciência e da herança do cartesianismo francês. (...) Tratava-se realmente de definir uma atividade espontânea ou 'inferior' da consciência: associações pré-organizadas." (p.408).

pelo enunciador das frases entre aspas. Dessa forma, pensar que *a vida é uma luta*; que *não se pode conseguir o que se precisa*; que *as pessoas machucam*; que *O amor é perigoso*; que *não se é desejado* não parece fazer parte do pensamento do locutor que faz a citação. Por outro lado, é de seu próprio enunciado que provêm os pressupostos que constróem tais ditos. E são justamente esses pressupostos que possibilitam sua argumentação. Apontá-los implica, portanto, colocar em discussão os lugares/papéis que se atribuem, a si e a seus interlocutores, os agentes desse cenário discursivo. Neste sentido, o que pretendemos assinalar é o fato de que o locutor-enunciador parece se posicionar de maneira a ocupar o lugar de quem sabe, enquanto atribui a seu interlocutor a posição de quem não sabe; opondo, assim, o que teria consciência ao que não a teria.

Suas impressões são negativas porque os seus pais e as outras pessoas que cuidavam de você não sabiam do que você precisava quando você nasceu e lhe deram muitas coisas que você não precisava: luzes brilhantes demais para seus olhos sensíveis, sons estridentes demais para seus ouvidos e toques de mãos e tecidos ásperos demais para sua delicada pele. Alguns do vocês, apesar do fato da coluna ter estado curvada por vários meses, foram virados abruptamente de cabeça para baixo e apanharam presos pelo calcanhar, o que produziu dor excruciante. Respirar foi associado com dor e sua respiração tem sido superficial demais desde então. A dor física em nada é comparada com a dor psíquica do nascimento. A natureza proporciona ao recém nascido receber oxigênio pelo cordão umbilical enquanto aprende a respirar na atmosfera (o que é uma experiência totalmente nova depois de ter estado em água), mas costume tem sido cortar o cordão imediatamente, jogando-lhe num pânico onde você sentiu que certamente iria morrer bem no nascimento. Ruth nos diz que não se pode esperar qualquer tipo de bom resultado na vida sem primeiramente tomar total responsabilidade por sua produção. Por que perguntar como? O como é um truque da mente para adiar. Se você perguntar como, estará perguntando como deixar para depois, porque estará dizendo que deve haver algo a ser praticado. É a prática leva tempo. E naturalmente, você não pode praticar agora; o amanhã chega. E, quando o amanhã chegar, você estará tão debilitado que não terá mais força para começar. As explicações se tornam barreiras para a experiência. Através de explicações você começa a justificar as coisas por aí. Elas não o levam a experiência; em lugar disto, elas se tornam substitutos.(ALT-RENAS/1998) [3]

Tomemos, desse enunciado, primeiramente a parte que vai de: *Suas impressões são negativas porque os seus pais e as outras pessoas ... até ... o que produziu dor excruciante*. Lemos aí uma explicação (*porque*) acerca do que motivou que as impressões sobre o mundo formuladas no momento do nascimento tenham sido negativas. Aqui, ao pressuposto de um desconhecimento dos pais e outros cuidadores a respeito do que o leitor (*você*) precisava quando bebê, agrega-se o pressuposto de eles terem oferecido *coisas* em excesso e não necessárias. De outro lado, a construção do enunciado também apóia-se na descrição de estímulos ambientais que evocam os limites sensoriais, no ser humano, para certa classe de estímulos (*luzes brilhantes demais... sons estridentes demais... toques de mãos e tecidos ásperos demais*). Se brilho, estridência e aspereza podem ser mal suportados por um adulto, a partir de um certo limite, no caso de um recém-nascido, o excesso (*brilhantes demais, estridentes demais, ásperos demais*) parece ser uma agressão a seus sentidos físicos, sensíveis e delicados (*olhos sensíveis; ouvidos; pele delicada*). Segue-se a isso a imagem de que *Alguns do*⁸⁸ *vocês foram virados abruptamente de cabeça para baixo e apanharam ...* Aqui o enunciado sugere que o desconhecimento, o excesso e a rudeza (*abruptamente*) dos pais e das outras pessoas que cuidavam tenham sido vividos como tortura, martírio (*o que produziu dor excruciante*). Assim, o enunciado seguinte: *Respirar foi associado com dor e sua respiração tem sido superficial demais desde então* surge como conclusão inevitável (*tem sido...desde então*), em que o pressuposto está no fato de terem sido as circunstâncias do nascimento já descritas a causa de tal forma de respirar, complementado pela pressuposição de uma dor de natureza psíquica, muito maior que a dor física, presumivelmente sentida pelo bebê. (*A dor física em nada é comparada com a dor psíquica do nascimento*).

Se há, na primeira parte do enunciado, o desenvolvimento de explicações quanto ao que ocorre de traumático no nascimento, é ela que servirá de argumento e sustentará o que se segue nessa segunda parte. Assim, na seqüência lemos o enunciado que vai de *A natureza proporciona ... até ... bem no nascimento*. Nesse trecho comparece a idéia de que a inobservância de princípios da natureza (*cortar o*

⁸⁸ Conforme o original.

cordão umbilical) introduziu o pânico no recém-nascido, que *sentiu que certamente iria morrer*. Tal pânico parece estar associado com a dor psíquica enunciada anteriormente. Ressalte-se que todas essas informações acerca do nascimento de alguém (*você*) são enunciadas por um outro, o locutor-enunciador, que, com uma tal construção discursiva cria todo um quadro descritivo e explicativo do nascimento como uma experiência dolorosa e traumática, singular e subjetiva (*dor física, dor psíquica*) - da qual demonstra ter pleno conhecimento - e, ao mesmo tempo, apresenta-a como uma experiência universal, descrevendo-a para qualquer um que possa vir a ocupar a posição de co-enunciador em seu enunciado - e portanto de usuário de sua prática.

Um pouco adiante, deparamos com um *Ruth nos diz*, no meio de um enunciado que, até então, parecia não ter mais o compromisso de referir-se à entrevistada. Esse trecho parece, assim, introduzir uma quebra na seqüência anterior, mas ao mesmo tempo também parece introduzir um outro movimento no texto, quanto ao quadro enunciativo que se seguirá. Além disso, é de se destacar que, aqui, o enunciador é a entrevistada (*Ruth nos diz*), sugerindo um afastamento do locutor quanto aos termos enunciados, que tanto pode indicar sua discordância como pode indicar um destaque maior para o que está sendo dito. Neste caso, o enunciado parece reverberar, ironicamente, a própria situação enunciativa: *não se pode esperar qualquer tipo de bom resultado na vida sem primeiramente tomar total responsabilidade por sua produção*. Verifica-se, aqui, como já assinalamos em outros momentos, a ocorrência de uma verdadeira doutrinação, só possível pela argumentação já apresentada na parte anterior.

Vemos, nesse texto, que o co-enunciador é colocado numa posição de admitir ou rejeitar cada proposição do enunciador, que fala a seu respeito, a partir do lugar de quem detém um conhecimento sobre o outro, desconhecido por este. Não nos esqueçamos, porém, que se o artigo que estamos analisando foi publicado numa revista de psicologia, o público leitor seria constituído, supostamente, de psicólogos e interessados na área. A se considerar a hipótese de se ter uma parcela do público leitor entre os próprios psicólogos, é de se perguntar a partir de que concepção de psicologia se está falando a esse público. O que vemos, ao longo do texto, parece construir uma relação discursiva essencialmente assimétrica entre enunciadore e co-

enunciadores, com a prevalência de enunciados categóricos a respeito do leitor, seu passado, suas atitudes, suas dificuldades. Passemos ao próximo extrato:

A Terapia de Vida Passada admite também ... a existência de um inconsciente ... que, quando bem acessado pela técnica de regressão de memória, permite levar o paciente a entrar em contato com lembranças quer relacionadas a fatos da vida atual, quer relacionadas a existências pregressas do mesmo (...)
(ALT-TEVEP/1991) [3]

O que encontramos na leitura desse fragmento é que, embora ditos anteriores tenham sustentado a proposição da reencarnação como *hipótese científica*, conforme vimos, aqui ela é dada como certa. Não verificamos a mínima sugestão de que o processo configure somente um experimento relativo a essa hipótese; pelo contrário, verifica-se que o paciente da *Terapia de Vida Passada* deve, necessariamente, reconhecer e aceitar que é reencarnado, levado que é a *entrar em contato com lembranças quer relacionadas a fatos da vida atual, quer relacionadas a existências pregressas ...* Dito de outra maneira, o cliente da TVP deve ser adepto da teoria reencarnacionista; dessa forma, podemos supor também que qualquer pessoa pode ser beneficiária da TVP, desde que aceite a hipótese da reencarnação como fato.

Assim também, considerando que

... A cura ou alívio das dores de nossos clientes deve ser nosso objetivo maior enquanto "curadores da alma". (ALT-TEVEP/1991) [7],

temos sugerido que o cliente/paciente da TVP é alguém que, de alguma forma, experimenta dor, a exemplo do que parece ocorrer com o usuário do método do renascimento, antes de passar pela experiência de renascer. Destaque-se, porém, que a dor aqui mencionada (... *dores de nossos clientes*) é nomeada como tal pelo enunciador - alguém que ocupa, explicitamente a posição de "curador de alma". É de se supor, portanto, que o paciente da TVP esteja ocupando uma posição passiva, em relação ao terapeuta, na medida em que, pelo que se apresenta no enunciado, não há nenhum momento em que os *nossos clientes* ocupam o lugar de enunciador, sendo portanto os terapeutas, os "*curadores da alma*", os que enunciam - e criam - a mesma demanda à qual dizem poder atender.

Passemos agora à consideração do cliente de ALT-FLORA/1991 e ALT-PARAP/1990, não enunciado como tal mas pressuposto, no primeiro caso, e subentendido, no segundo:

... As Essências Florais não são remédios químicos, não têm princípios ativos e não possuem substâncias tóxicas. Visam apenas aumentar as nossas qualidades mentais positivas. (...)
(ALT-FLORA/1991) [3]

Quando o enunciador diz serem *nossas as qualidades mentais positivas* que as *Essências Florais* visam *aumentar*, subentende-se que o cliente da ABREFLOR e beneficiário da terapia floral e/ou de suas essências, sejamos todos nós. É de se assinalar, entretanto, que a pressuposição básica que sustenta o enunciado refere-se à admissão de possuímos, todos nós, qualidades mentais - positivas e negativas, como já analisamos anteriormente.

... a Parapsicologia é ou domina um conjunto de técnicas utilizáveis pelo ser humano para aumentar capacidades "psíquicas", como alguns preconizam? (...)
A Parapsicologia é o campo científico que trata de interações tanto entre os seres humanos, quanto entre o ser humano e seu meio, nas quais não se pôde constatar nenhuma mediação física (conhecida) (ALT-PARAP/1990) [3; 4]

Se aqui não há um cliente enunciado como cliente da parapsicologia, em especial quando ela se define como *campo científico*, por outro lado, o que está mostrado é que há um cliente, que se configura por meio da ação da parapsicologia quando ela *trata de interações* ocorridas *tanto entre os seres humanos, quanto entre o ser humano e seu meio*. Restringem-se, entretanto, as interações estudadas àquelas *nas quais não se pôde constatar nenhuma mediação física (conhecida)* – e isso é o que parece implicar que, aqueles *seres humanos* que interagem em situações como as descritas pela parapsicologia podem vir a obter dela algum tipo de explicação sobre o que lhe ocorre. Resta a dúvida se, desse ponto de vista, o objeto de estudo da parapsicologia são os fenômenos – as interações sem mediação física conhecida – que ocorrem com alguns sujeitos ou se são os sujeitos com quem ocorrem fenômenos dessa espécie. Nesse caso, aqueles que se valem dela como *conjunto de técnicas utilizáveis pelo ser humano para aumentar capacidades "psíquicas"* deverão também estar incluídos como seus clientes.

O que podemos assinalar como recorrência no discurso das práticas alternativas quanto à sua clientela é que esta é composta de sujeitos tomados como indivíduos, passivos, que não sabem de si, que têm dor e/ou sofrem, de quem não se supõe que possam falar de si próprios e que não só precisam da ajuda das técnicas propostas como as fundam, por intermédio das demandas que apresentam. Isso porque, como vimos, essas demandas são identificadas, assumidas e nomeadas não pelos demandantes (os clientes) mas pelos demandados (os praticantes/terapeutas alternativos). Aos primeiros parece caber apenas a tarefa de reconhecer a legitimidade das práticas dos segundos.

4.3.3 O Lugar e o Papel das Práticas e dos Terapeutas Alternativos

Eu particularmente, no contato com as pessoas, muitas vezes não percebo a intensidade de um complexo ou de um problema, no que a carta astrológica ajuda-me muito. Ajuda a perceber exatamente essa dimensão, essa intensidade, esse complexo. É nesse momento que, como astróloga, eu posso aprofundar-me, dirigir, fazer uma leitura, inclusive em nível de sonhos, muito mais referente àquela dificuldade. Sintetizar mais o processo do indivíduo, facilitar inclusive a percepção dele, da intensidade daquele complexo. (ALT-ASTRO/1989) [21-23]

Quando a locutora enuncia que *Eu, particularmente, no contato com as pessoas, muitas vezes não percebo a intensidade de um complexo ou de um problema, no que a carta astrológica ajuda-me muito* vemos explicitada a particularização de uma situação cujos pressupostos se encontram mostrados como a necessidade de se perceber *a intensidade de um complexo ou de um problema*. Este é um pressuposto sobre o caráter do trabalho psicológico. A particularização da situação é enunciada como a dificuldade da locutora-enunciadora em perceber algo que se pressupõe ser importante ser percebido e, em virtude disso, procurar obter ajuda advinda de um outro recurso (a astrologia).

Esse movimento discursivo - do geral para o particular, e vice-versa - se observa como uma constante no texto; não só no sentido de aproximar a astrologia da psicologia por intermédio daquilo que a primeira teria a oferecer como auxílio à segunda (situação geral) e, com isso, ajudar aqueles profissionais que, assim como a locutora-enunciadora, teriam dificuldade de trabalhar de outra forma (situação particular), como também - e principalmente - no sentido de apontar a inserção específica da prática astrológica no âmbito da ação psicológica (situação geral), como exercida - e defendida - por ela, psicóloga-astróloga (situação particular).

Outra pergunta: "Você poderia comentar a carta astrológica enquanto substituto equivalente para o psicodiagnóstico realizado com testes? Como você avalia a relativa eficácia dessas duas estratégias na obtenção dos dados?"

Depois, tem outra pergunta que eu acho interessante: "O momento de alta terapêutica é astrológicamente previsível, quanto ao modo e ao momento? Se for, como é a margem do inesperado, de criativo, no trabalho terapêutico de autoconhecimento?" (ALT-ASTRO/1989) [43-44]

Bem, eu parto do princípio de que o autoconhecimento é infinito. Ele não tem fim. Astrologicamente, existem os trânsitos, isto é, temos a carta de nascimento, e o movimento dos planetas, a cada dia, a cada ano, a cada momento. E em determinado momento, algum planeta no céu incide num planeta de uma carta astrológica. Dependendo da importância desse planeta, ocorrem algumas modificações na sua vida, ou aflora no indivíduo uma série de conteúdos com que ele não tinha contato anteriormente. Os trânsitos astrológicos ajudam-nos muito a saber qual é o momento em que aquele indivíduo encontra-se. A cada trânsito é suscitado um nível de conteúdo. Não há uma alta terapêutica, porque os trânsitos vão continuar ocorrendo no céu, e a cada momento você vai estar em contato com novas energias ou novos conhecimentos, a cada momento você vai ter uma percepção nova. Então, essa alta é muito relativa. Mas existem trânsitos astrológicos que são muito mais delicados, muito mais difíceis de trabalhar, e muitas vezes o indivíduo procura-nos nesses trânsitos. Assim, começamos a lidar com o indivíduo em relação ao que ele está passando, mas sabemos que o conteúdo que está permeando aquela emergência é outro; e é por aí que a gente vai cavando, trazendo material à tona.(...)
(ALT-ASTRO/1989) [45]

Observe-se, primeiramente, que a locutora parece esquivar-se de responder uma das perguntas que lhe é feita (*Você poderia comentar a carta astrológica enquanto substituto equivalente para o psicodiagnóstico realizado com testes?* "...). O intrigante da situação é o fato de ela ter enunciado a pergunta, já que não a responde. Assim, quando em seguida enuncia que *Depois, tem outra pergunta que eu acho interessante*, subentende-se – a partir da relação de sucessão estabelecida com a pergunta anterior – que aquela não fosse *interessante* responder – e talvez seja essa a razão de sua esQUIVA. Nesse sentido, é de se notar que o teor da questão relaciona a carta astrológica e o teste psicológico como instrumentos possíveis de psicodiagnóstico.

Já no fragmento relativo às suas respostas, enquanto lemos que *eu parto do princípio de que o autoconhecimento é infinito*, verificamos que, para enunciá-lo, a locutora parte do pressuposto de um processo de autoconhecimento possível. Ora, se auto, a pressuposição desse processo difere da pressuposição, enunciado, de que o cliente da astrologia precisa do astrólogo. Este comparece, por sua vez, na posição – mostrada – de decifrador dos sinais celestes. Vejamos: *Os trânsitos astrológicos ajudam-nos muito a saber qual é o momento em que aquele indivíduo encontra-se.*

Acrescente-se a isso que *Não há uma alta terapêutica, porque os trânsitos vão continuar ocorrendo no céu ... Então, essa alta é muito relativa*. Neste caso, como não há uma alta terapêutica, subentende-se que a decifração seja contínua. Assim, se é de supor, pela lógica mesma do enunciado, que o cliente se mantenha/seja mantido dependente do conhecimento do astrólogo, é também de se pensar que a não ser que ele próprio se torne um conhecedor de astrologia – e, com isso, também possa decifrar os sinais celestes (*os trânsitos astrológicos*) – ele não tem acesso ao seu (auto)conhecimento.

A ABREFLOR é uma entidade fundada para divulgação, pesquisa, intercâmbio científico e defesa das Essências Florais. Estamos empenhados no momento numa campanha de esclarecimento público combatendo a automedicação indiscriminada. Nossos membros têm participado de todas as últimas entrevistas e reportagens sobre a Terapia Floral em jornais, revistas e televisão. (ALT-FLORA/1991) [2]

O enunciado inicial situa a *ABREFLOR* definindo-a por sua finalidade (*fundada para*) e identificando-a a instituições de caráter científico (*pesquisa e intercâmbio científico*) e corporativo (*divulgação e defesa*). Se o empenho em combater a automedicação alinharia a entidade às práticas da medicina tradicional, que têm, como uma das marcas distintivas de seu discurso, um posicionamento contrário à automedicação, observa-se, entretanto, a presença de um qualificativo (*indiscriminada*), que apõe uma condição específica à automedicação: o que a *ABREFLOR* combate é a *automedicação indiscriminada*. Dessa forma, uma vez aí sugerida a possibilidade da automedicação, isso oporia a entidade defensora das Essências Florais à medicina tradicional.

Quanto à participação de seus agentes *nas últimas entrevistas e reportagens...* encontra-se explícita a ocupação de um espaço que possa conferir visibilidade a essa prática. Assim, se de início o papel da entidade parece ser, sobretudo, o de trazer a público a existência de uma terapia que se pode, inclusive, auto-aplicar (*automedicação*), por outro, quando no contexto de sua interlocução com o CRP - o co-enunciador principal desse discurso - o que aparece, dito e mostrado, é a disposição da *ABREFLOR* em buscar a legitimação social para a prática da terapia floral, razão pela qual a entidade se institui. Assim também parece ocorrer com a terapia de vida passada:

A TVP contém indicações e contra-indicações que devem muito bem ser observadas pelo profissional que dela faz uso (sempre um psicólogo ou médico qualificado, exigindo-se de ambas as categorias uma formação específica em cursos de formação condizentes com a seriedade que o tema requer) (ALT-TEVEP/sd) [6]

É interessante observar o movimento discursivo com que se vai construindo uma cenografia específica à TVP, atividade atribuída a psicólogos ou médicos, exclusivamente, e a quem se atribui também a tarefa de indicá-la ou não. Essa exclusividade se pode apontar no que está posto no enunciado: *...o profissional que dela [TVP] faz uso...sempre um psicólogo ou médico...* E mais: estes devem estar *qualificados* para a tarefa. Assim, parece não ser qualquer um capaz de aplicar a *técnica da regressão de memória*, de forma que *o inconsciente seja bem acessado*, conforme já lemos anteriormente. Também a título da qualificação profissional para a atividade, exige-se dos profissionais mencionados *uma formação específica em cursos de formação condizentes com a seriedade que o tema requer*. Refira-se o *tema* à reencarnação ou à terapia de vidas passadas, o caráter de seriedade a ele atribuído parece ser reafirmado pela exigência de qualificação dos profissionais envolvidos. Assinale-se, porém, que não há menção alguma que identifique quem, a forma como, ou mesmo o teor do que se enuncia exigir como *formação específica*. Observa-se, então, e mais uma vez, o recurso a uma estratégia discursiva que sugere a inserção da TVP entre práticas terapêuticas cuja seriedade se afirma e confirma por intermédio da qualificação de seus agentes; por outro lado, essa mesma estratégia mantém numa região de indefinição os termos com que propõe tal qualificação (*uma formação; em cursos de...*)

Concluindo, é necessário que todos nós, que trabalhamos com a doença mental em toda sua abrangência, estejamos atentos a um novo paradigma que está surgindo nesse final de século, onde a inclusão do aspecto espiritual (transcendente em tempo e espaço) se faz necessária. Não se pode negar que, ao lado de brilhantes descobertas e brilhantes estudiosos na área da compreensão humana, muito ainda está por fazer. A cura ou alívio das dores de nossos clientes deve ser nosso objetivo maior enquanto "curadores da alma". Certamente esse também é o maior objetivo da Terapia de Vida Passada! (ALT-TEVEP/sem data) [7]

Faz-se aqui um chamamento, de ordem moral, aos “*curadores da alma*”, que devem ter, como objetivo maior, *a cura ou alívio das dores de [seus] clientes*. *Curadores da alma*, entre aspas, parece fazer citação a um referente não enunciado mas pressuposto como sendo do conhecimento do leitor, deixando subentender o sentido possível ao emprego desse recurso.⁸⁹

Estamos, de qualquer modo, diante de pressupostos que apresentam o trabalho de psicoterapia e o trabalho na área de saúde mental como o trabalho de curar ou aliviar as (pressupostas) dores dos clientes. Dessa forma, uma vez enunciado que *Certamente esse também é o maior objetivo da Terapia de Vida Passada*, não há dúvidas de que a mesma é colocada entre tais práticas (que se propõem curar ou aliviar dores). O que é de se notar é o fato de isso ocorrer pelo emprego de termos entre aspas, que parecem se referir a uma atividade profissional instituída e reconhecida com o nome de psicoterapia. Assim apresentado, “*curadores da alma*” sugere, por um lado, uma possível intenção do enunciador de retomar a idéia de psicoterapia a partir de seu suposto sentido original - de cura de almas - aproximando-a da idéia desenvolvida ao longo do texto, em defesa da reencarnação como hipótese científica e pela inclusão do aspecto espiritual nas práticas de atenção à saúde mental. Por outro lado, o uso dessa expressão sugere um distanciamento explícito da fórmula enunciativa do início do texto, em que se apresentava a TVP como uma abordagem psicoterápica, ou uma psicoterapia de caráter científico. Ela se converte, assim, pelo discurso de seus próprios agentes, em uma técnica de cura da alma - conceito este muito mais próximo do âmbito religioso que do científico.

Passemos a outra prática, o renascimento, tendo em vista os lugares e as formas enunciativas em que e como se situam os seus agentes:

...Tudo que estou realmente dizendo é que as pessoas terão muito mais energia se celebrarem o fato de estarem vivas, ao invés de fazer de toda a vida um erro e tentarem se esconder dela. Reprimir uma emoção inevitavelmente leva a um aumento daquela emoção, mesmo que a nível inconsciente. (ALT-RENAS/1998) [9]

⁸⁹ Quanto a isso, nossa hipótese é de que o enunciador faz referência à origem etimológica do termo “psicoterapeuta”. bastante conhecida no meio psicológico, em função da origem do próprio termo “psicologia” - estudo da psique. Como um dos sentidos atribuídos à palavra ‘psique’, de origem grega, costuma ser o de alma e ‘terapeuta’. o que cura, é de se supor que a referência seja a essa origem.

Sendo esse o último parágrafo do texto sobre o renascimento, vemos que ele ainda introduz uma novidade. Temos aí, aparentemente, uma espécie de resumo do que foi dito até então (*Tudo que estou realmente dizendo é que ...*). No entanto, dada a fusão de vozes que já assinalamos desde o início como componente fundamental dessa tessitura discursiva, a introdução de um 'eu' que se está responsabilizando pelo enunciado (*estou ... dizendo*), ao contrário de identificar claramente seu responsável, parece apontar, mais uma vez, a semelhança de posições enunciativas ocupadas pela revista, pela entrevistadora e pela entrevistada. Por outro lado, enunciar *as pessoas terão ...* deixa clara a separação feita entre o(s) enunciador(es) e esse outro grupo, *as pessoas*. Dessa maneira, o interlocutor singular e particularizado (*você*), a quem se dirigiu o discurso, sempre no limite entre o gênero educacional e o sermão religioso, parece agora mostrar-se mais que um, na medida em que se aproxima da posição ocupada pelo grupo *as pessoas*. Há, de qualquer forma, e bem demarcada, uma divisão que caracteriza os dois grupos: de um lado, *as pessoas que fazem de toda a vida um erro e/ou que tentam se esconder dela* [a vida]. De outro, há os que são capazes de ajudá-las - e neste grupo é que se inclui(em), necessariamente, o(s) enunciador(es). Estes, a exemplo dos terapeutas representantes das outras práticas alternativas em análise, mostram precisar construir e delegar, em seu discurso, um lugar de (auto)desconhecimento, dependência e carência, onde situam seus clientes, para situarem-se, eles próprios, em um lugar correspondente, de onde podem oferecer suas técnicas de trabalho.

4.4 Termos Recorrentes

Apresentaremos, a partir de agora, os termos e as expressões que pudemos destacar como os mais representativos do discurso analisado sob a rubrica Alternativos. Uma parte dos fragmentos que serão apresentados nas próximas páginas já foi apresentada e analisada e o que a partir de agora pretendemos encetar é a análise mais focal dos pontos emblemáticos que apontamos. Isso é o que, julgamos, justifica sua repetição.

4.4.1 “Um Novo Paradigma”

Concluindo, é necessário que todos nós, que trabalhamos com a doença mental em toda sua abrangência, estejamos atentos a um novo paradigma que está surgindo nesse final de século, onde a inclusão do aspecto espiritual (transcendente em tempo e espaço) se faz necessária. Não se pode negar que, ao lado de brilhantes descobertas e brilhantes estudiosos na área da compreensão humana, muito ainda está por fazer.
(ALT-TEVEP/sem data) [7 - grifo nosso]

Encontramos aqui uma seqüência enunciativa que, ao tempo em que explicita o lugar institucional atribuído/ocupado pela TVP (desde o início apresentada como prática psicoterápica, como vimos), não só apresenta implícitos que, encadeados, constroem uma cenografia específica bastante particular a tal atribuição/ocupação, como também aponta um aspecto recorrente no discurso dos alternativos e que aqui encontra sua forma mais eloqüente. Vejamos a seqüência.

Primeiramente, lemos que *é necessário que todos nós, que trabalhamos com a doença mental em toda sua abrangência estejamos atentos...* Ora, os elementos integrantes do grupo *todos nós*, parecem ser, principalmente, médicos e psicólogos - uma vez que já foram antes discriminados como aqueles que possuem a qualificação necessária para indicar ou não a TVP. No entanto, *todos nós* parece ser um conjunto maior do que o formado por tais profissionais, com a restrição: *todos nós, que trabalhamos com a doença mental*. Se não são apenas médicos e psicólogos os que trabalham com a doença mental, há, por outro lado, uma segunda restrição, que também particulariza o grupo: *todos nós, que trabalhamos com a doença mental, em toda a sua abrangência*. Não é claro, entretanto, o sentido desta última oração: não podemos discriminar, pela construção do enunciado, a que se refere a abrangência: se à doença mental, *em toda a sua abrangência*, ou ao trabalho de *todos nós ... em toda a sua abrangência*. Sendo assim, a possibilidade de especificação do grupo “*todos nós*” é prejudicada pela ambigüidade produzida pelo próprio enunciado. Sabemos, outrossim, que é a uma parcela dos profissionais que trabalham com a doença mental - ainda que não determinada - que se dirige(m) o(s) enunciator(es) e que nesta parcela ele(s) também se inclui(em).

Enquanto o dito do enunciado é o de que *estejamos atentos a um novo paradigma que está surgindo nesse final de século*, seu implícito é o pressuposto de existência de paradigmas que podem ser identificados e qualificados (*um novo*), desde seu surgimento (*está surgindo nesse final de século*). Atente-se, mais uma vez, para o uso do artigo indefinido (*um novo*) como recurso enunciativo que, ao tempo em que afirma a ocorrência de um evento, não fornece maiores detalhes sobre ele. Situa-o, por outro lado, temporalmente (*nesse final de século*), para enunciar, em seguida, que *a inclusão do aspecto espiritual ... se faz necessária*. Também aqui não se explicita o lugar ou situação em que é necessário incluir o aspecto espiritual. Seja aonde for, ao se afirmar a necessidade de sua inclusão, pressupõe-se que ele se encontre excluído. Subentendido que tal inclusão deva ocorrer no âmbito das práticas de atenção à saúde mental (*nós, que trabalhamos com a doença mental...estejamos atentos...*), subentende-se, por decorrência, que seja este o âmbito do qual o espiritual encontra-se excluído. Assim, à estratégia discursiva, recorrente no texto, de aproximar a TVP de práticas científicas, qualificadas, sérias, etc..., agrega-se um elemento presente também em outros discursos analisados até aqui: a idéia de surgimento de um *novo paradigma, neste final de século*.

Isso é o que parece justificar a enunciação de que *Não se pode negar que...muito ainda está por fazer* - embora se reconheçam *brilhantes descobertas e brilhantes estudiosos na área da compreensão humana*. Observe-se a forma como é introduzido o enunciado (*Não se pode negar que...*). O pressuposto evidente aí é o da possibilidade de haver alguém que negue ou tente negar que *muito ainda esteja por fazer*. Podemos nos perguntar se não seria a esses - os que negariam a negação do enunciado - que se dirige o locutor/enunciador, de maneira especial. É interessante observar como, ao vincular o *muito que ainda está por fazer* à *área da compreensão humana*, o enunciado coloca aqueles que possível e pressupostamente podem negar a assertiva em uma situação delicada em relação à *área da compreensão humana*. Negar que, nessa área, *muito ainda está por fazer* implica afirmar que já se tem feito o que se pode/deve fazer ou que não é muito o que ainda está por fazer. Assim, implica também admitir que há o que fazer e, além disso, que se saiba o que e o quanto está por ser feito.

Ora, se a *muito ainda está por fazer* pode-se opor a idéia de um trabalho terminado, os que podem ou desejam negar tal enunciado estarão ocupando o lugar dos que ou já terminaram seu trabalho ou, pelo menos, estão satisfeitos com o que fazem. Porém, dado que o enunciado refere-se ao muito que ainda está por fazer na área da compreensão humana, pode-se aventar a hipótese de não ser muito fácil declarar terminada uma tarefa dessas, sob o risco de se incorrer numa postura arrogante. Este parece ser o subentendido principal do que se enuncia sob a forma *Não se pode negar que...* e talvez seja, também, o que confere a essa fórmula enunciativa um caráter assertivo quase irrefutável; pois que como negar que - *na área da compreensão humana - muito ainda está por fazer*, sem adentrar o campo de uma discussão ética, ou moral, ou mesmo moralista? Dessa maneira, podemos pensar que o aspecto espiritual deva encontrar seu lugar de inclusão na área da compreensão humana onde, segundo a lógica do enunciado, é indiscutível que haja sempre muito o que fazer.

É esse mesmo aspecto, indiscutível, que parece se repetir no discurso de outras práticas alternativas:

Renascimento é um método moderno e holístico de auto-ajuda, que tem sido usado, com sucesso, por milhões de pessoas em todo o mundo. Utiliza uma técnica respiratória precisamente definida e saudável para dar consciência profundamente positiva e detalhada de sua mente, do seu corpo e de suas emoções.(...) (ALT-RENAS/1998) [2]

Desse trecho, já apresentado por nós anteriormente, focalizemos agora o aspecto relativo ao fato de se apontarem, do renascimento, atributos que o situam como *um método / moderno / e holístico ...* e, além disso, como *um método ... de auto-ajuda*. Isso parece implicar que se reconheçam, nele, qualidades que tanto o colocam como um método atual (*moderno*), como sua grande aceitação como *método de auto-ajuda*, uma vez que ele *tem sido usado, com sucesso, por milhões de pessoas em todo o mundo*. Desse ponto de vista, pode-se pensar que sua aceitação se deva exatamente ao atributo *moderno*.

Há, por outro lado, uma atribuição, *holístico*, que - conforme se pode subentender do enunciado - parece também caracterizar o renascimento como um método alinhado aos princípios integrantes de um 'novo paradigma', ao estilo do

texto da TVP⁹⁰. Considere-se, assim, que o próprio fato de ser *moderno e holístico* parece ser suficiente para autorizar o enunciador a apresentar o renascimento como uma *técnica ... precisamente definida*. Nesse sentido, e conforme já apontamos em outros momentos, verificamos também aqui a incorporação de aspectos do discurso científico como um elemento garantidor da seriedade das práticas, tal como o que se apresenta na TVP, nos Florais ou na Parapsicologia.

Temos, então, de um lado, a explicitação da novidade que tais técnicas trariam, ao lado da observação de princípios tidos como científicos. O que podemos verificar, entretanto, é que tal discurso aproxima-se de um discurso técnico-científico pela enunciação de alguns termos característicos, mas sustenta-se, ele mesmo, em pressupostos muitas vezes bastante frágeis e desprovidos de qualquer rigor científico, conforme analisamos e apontamos diversas vezes em seções anteriores.

Quanto a esse aspecto, podemos também observar como é marcante a referência ao científico como forma de valorização e, nesse sentido, ainda que não se apresente como *novo paradigma*, podemos encontrar, em ALT-PARAP/1990, a mesma ordem enunciativa de valorização do caráter científico e o mesmo movimento de distanciamento de qualquer conotação mística para sua prática:

A Parapsicologia está ainda engatinhando em nível de conhecimentos concretos. Passou há pouco tempo da fase de mera comprovação destes fenômenos. É possível afirmar que está em um momento de pesquisa de "ciência pura", uma vez que busca linhas mestras tanto em nível teórico-conceitual, quanto metodológico.

90 Consultado o dicionário (Dicionário Eletrônico Aurélio século XXI, 1999, encontramos a referência ao termo holístico, como adjetivo: "Relativo ao holismo ou próprio dele.". Para o verbete holismo encontramos sua definição como substantivo masculino: "(1) Filos.: Tendência, que se supõe seja própria do Universo, a sintetizar unidades em totalidades organizadas." e "(2) Teoria segundo a qual o homem é um todo indivisível, e que não pode ser explicado pelos seus distintos componentes (físico, psicológico ou psíquico), considerados separadamente: holística."

O emprego do termo holístico, em especial na segunda acepção, sugere configurar uma terminologia cujo modo de circulação é restrito a uma comunidade discursiva específica. Esta, ao assumir a teoria da indivisibilidade e totalidade humanas, parece também apropriar-se desse sentido para significar seu próprio conjunto de práticas. Registre-se, por exemplo, o que apresenta Roberto Crema (1988), no parágrafo introdutório de seu Introdução à Visão Holística - Breve Relato de Viagem do Velho ao Novo Paradigma: "A visão holística, postulada desde 1980 pela psicóloga francesa Monique-Thoenig, é produto de um saber e experienciar o novo paradigma holístico. Esse paradigma, que surge como uma resposta à crise global da consciência humana, dividida e exilada de Holos, sustenta o substrato de uma verdadeira mutação de consciência que transcorre, atualmente, nas mais diversas localidades do globo terrestre. Representa, em última instância, o surpreendente encontro entre ciência e consciência." (p.15. grifos no original).

Portanto, atribuir a esse ainda incipiente ramo científico um conjunto de técnicas para a utilização da chamada paranormalidade é, no mínimo, um erro epistemológico, na medida em que confunde o objeto de estudo com certos objetivos pragmáticos. A Parapsicologia investiga a chamada paranormalidade e não a busca como fim em si mesma.(ALT- (...)

Fora do Brasil a Parapsicologia é aceita como ciência e respeitada enquanto tal. Em 1969, a Parapsychological Association - instituição de maior prestígio por seu trabalho de investigação na área - foi admitida como membro da Americana Association for the Advancement of Science (AAAS). Desde então o relacionamento acadêmico da Parapsicologia vem aumentando. Inúmeras universidades em todo o mundo - a partir da legitimidade dada pela AAAS - abarcam institutos de investigação e cátedras da área.

No Brasil, o que agora denomino de Parapsicologia universitária está chegando a passos curtos. Profissionais de diversas áreas acadêmicas têm se unido para acompanhar os desenvolvimentos em nível de conhecimento que vem se conquistando nesse campo. PARAP-1990) [6, 7, 10, 11]

A par de enunciar a ocupação recente, pela parapsicologia, de um lugar junto à ciência, destaquemos o fato de encontrar-se, mostrado, o caráter de novidade que isso representa, e que se faz característica da própria parapsicologia: *ainda está engatinhando... esse incipiente ramo científico, ...chegando a passos curtos.* Em que pese a ausência de referência ao campo do conhecimento de que a parapsicologia é ramo – vê-se como se garante, desde logo, seu caráter – *ramo científico.*

O mesmo se pode indicar no discurso de ALT-FLORA/1991:

A ABREFLOR é uma entidade fundada para divulgação, pesquisa, intercâmbio científico e defesa das Essências Florais. (...)

A Terapia Floral utiliza as Essências Florais preparadas segundo a técnica descoberta pelo Dr. Edward Bach em 1930. Além das 38 Essências Florais de Bach, existe a utilização de essências preparadas com flores de vários países, por exemplo, as Californianas, Francesas, Argentinas, e no momento, estão sendo pesquisadas as flores brasileiras.(...) (ALT-FLORA/1991) [1, 2]

Embora a indefinição do que seja a Terapia Floral, e a indefinição do que e como se constitui *a técnica descoberta pelo Dr. Edward Bach em 1930*, o enunciado não deixa dúvidas quanto à identificação do trabalho com as Essências Florais como

um trabalho científico, seja no nível da *pesquisa* e do *intercâmbio científico* promovido pela *ABREFLOR*, seja no nível da pesquisa das próprias Essências, como é o caso das *flores brasileiras*.

A análise desses ditos e subentendidos leva-nos a supor que identificar-se explicitamente como e com um novo paradigma, como é o caso tanto da TVP quanto do Renascimento, e/ou atribuir-se um lugar de ciência, incluindo-se aí também a Parapsicologia e os Florais, parece relacionar-se com a pressuposição de existência de uma (boa) aceitação daquilo que é novo, por um lado, e daquilo que é científico, por outro. Deve-se considerar, entretanto, que dizer-se *um novo paradigma* é, por um lado, dizer-se diferente do(s) paradigma(s) dominante(s) e, por outro, supor a insuficiência desse último quanto a algum aspecto. Nesse sentido, passemos ao exame de uma outra expressão recorrente no discurso dos alternativos e que poderá acrescentar novos elementos à nossa análise.

4.4.2 “Nada Mais Que Um Auxílio”

... Num processo terapêutico, a base é você acolher o indivíduo e estabelecer um vínculo afetivo com ele. Não tem nada de astrológico, é puramente humano. O conhecimento astrológico não interfere em nada nesse vínculo, nem na minha predisposição de estabelecer esse vínculo. Ele ajuda, simplesmente, a conhecer a dinâmica inteira do sujeito. (ALT-ASTRO/1989) [39]

Do intrigante enunciado que diz: *Não tem nada de astrológico, é puramente humano*, podemos verificar que ele, além de conter a pressuposição de que a astrologia não é puramente humana, também aponta a forma como a própria profissional compõe, valorativamente, as diferenças que vem apontando entre o processo terapêutico e o conhecimento astrológico. Podemos, assim, evocar o já antes mencionado e analisado dito que afirma ser a astrologia um *canal de luz* e nele supor também um atributo de ordem distinta da ordem do *puramente humano*. Com isso, podemos supor também que, quando enunciado: *O conhecimento astrológico não interfere em nada nesse vínculo (...) Ele ajuda, simplesmente, a conhecer a dinâmica inteira do sujeito ...* estejamos diante de um auxílio muito especial. Trata-se do auxílio de um *canal de luz* que - embora não tenha qualquer interferência no (suposto) vínculo afetivo entre o terapeuta e seu paciente - é capaz de ajudar, *simplesmente, a conhecer a dinâmica inteira do sujeito*. O modalizador que se apresenta aqui - *simplesmente* - oferece-nos a possibilidade de pensarmos em duas alternativas básicas para seu sentido. De um lado, ajudar *simplesmente...* implica que *conhecer a dinâmica inteira do sujeito* seja tarefa simples. Daí que obter o auxílio do conhecimento astrológico poderia ser posto em questão. De outro lado, é de se pensar na hipótese de que o uso de *simplesmente* no enunciado esteja indicando um sentido praticamente oposto à idéia de algo banal, ou feito de forma simples, e esteja sendo utilizado aí justamente no sentido irônico, ou seja, esteja indicando como só um conhecimento não-humano, a astrologia, poderia dar conta de *conhecer a dinâmica inteira do sujeito*. Assinale-se, entretanto, que o *sujeito* a que se refere aqui a enunciativa continua sendo apresentado como alguém incapaz de conhecer sua própria dinâmica sem o auxílio de um instrumento externo.

Assim, não é de surpreender quando, parágrafos depois, encontramos o fragmento que diz:

... Vocês podem estar perguntando se isso não é estar determinando ou influenciando o indivíduo. Eu coloquei que a arte da astrologia e da psicologia é conseguir apreender o conteúdo que o indivíduo nos traz e poder dar uma ajuda a mais, que o contexto terapêutico pode fornecer-nos, mas, no meu caso, a astrologia realmente me dá mais segurança. Obrigada. (ALT-ASTRO/1989) [45]

Vemos que além de explicitar o que concebe como função da astrologia e da psicologia – agora qualificadas como *arte* – a locutora-enunciadora explicita sua posição pessoal, por intermédio da particularização máxima que pode sustentar, pelas leis do discurso (*no meu caso*), e enuncia que, para ser psicóloga, sente-se *mais segura* com o uso da astrologia. Essa parece-nos ser a estratégia discursiva pela qual se institui um discurso que – a partir de um posicionamento aparentemente individual – serve para justificar a escolha e a aplicação, na prática clínica da psicologia, de um método de trabalho não-psicológico. Nesse sentido, ressalte-se que não há, em nenhum momento da exposição, menção a qualquer instrumento/técnica, reconhecido e utilizado em psicologia como recurso auxiliar para uma melhor compreensão da dinâmica individual. Da mesma forma, contraposta à ênfase conferida ao canal visual, não há nenhuma referência à possibilidade de se escutar o que teria o cliente a dizer sobre si próprio. Assim, se toda a argumentação a favor da astrologia tecida ao longo da exposição da enunciadora não tiver sido suficientemente convincente, o argumento principal desloca-se para a questão da segurança, no nível pessoal, que o uso do conhecimento astrológico proporciona ao trabalho da psicóloga. E isto porque, com a astrologia, parece que se pode enxergar o que não é visível de outra maneira.

Finalmente, podemos identificar, por meio dessa lógica discursiva, a inversão configurada pela apresentação da astrologia como mero auxílio à psicologia: esta acaba se tornando, no discurso em análise, recurso indispensável à primeira. Talvez por isso o Congresso em que se proferiu a exposição ora analisada tenha sido considerado um espaço adequado de interlocução da locutora com outros psicólogos.

Prossigamos na análise com a apresentação de um fragmento de outro texto:

... *Essa é a situação de todos. Você entrou na vida. Agora está se debatendo aqui e ali sem saber como escapar, para onde escapar. Esta técnica de respiração nada mais é do que um auxílio para fazê-lo consciente de como entrou. Você pode reviver todo o filme para trás, pode recuar até a infância e depois recuar até o útero materno. E então chega o momento em que você vê a primeira coisa: como entrou no útero. Seu pai e sua mãe apenas criaram uma situação, e nessa situação, você entrou. A janela estava aberta – você entrou. Ela é a mesma para sair.* (ALT-RENAS/1998) [7 - grifo nosso]

Lemos, em *Você entrou na vida. Agora está se debatendo aqui e ali sem saber como escapar, para onde escapar ...* que o uso dos verbos e expressões *se debatendo* e *sem saber como escapar*, sugere a imagem de um aprisionamento. Pressupõe-se existir um espaço do qual se precisa escapar.

Verificamos, também, a partir do enunciado *Esta técnica de respiração nada mais é do que ...* o retorno a um discurso descritivo/explicativo acerca do renascimento, dado o longo período em que o discurso foi desenvolvido como uma preleção, um discurso doutrinário, sem mais referir-se diretamente ao título e tema inicial. É de se apontar como o emprego do demonstrativo *Esta*, em *Esta técnica de respiração ...* marca a mudança sublinhada por nós. Observe-se também que, embora não haja referência explícita ao renascimento nesse extrato, é ele, o renascimento, que vem sendo definido como técnica de respiração, desde o início. Tomemos como hipótese que toda a argumentação desenvolvida ao longo do texto constitui o corpo doutrinário que sustenta tanto a própria prática do renascimento como o discurso de especialista a que nos referimos anteriormente, em virtude da formação peculiar da entrevistada. Assim, para a caracterização do renascimento, *Esta técnica de respiração*, acrescenta-se agora – num movimento contraditório, mas complementar – a expressão recorrente de que aqui tratamos: *nada mais é*.

De início a expressão pode sugerir ser o renascimento algo simples, banal; despojado, talvez, de qualquer aura mística. Assim despojado de qualquer conotação mística, o discurso doutrinário que sustentaria e justificaria o renascimento constituiria, ele mesmo, um discurso simples e acessível a qualquer um que o desejasse, na forma de ensinamentos de vida. Ressalte-se, outrossim, como o emprego da expressão *nada mais é* também pode implicar a indicação da forma mais correta de se entender algo, ou o sentido mais preciso daquilo que se enuncia. Neste

caso, não ser *nada mais do que um auxílio* traz, como possibilidade imediata, a consideração do renascimento não como um mero auxílio a alguma coisa, mas como o auxílio mais adequado.

No caso do fragmento que analisamos, vemos que as dificuldades inerentes ao processo em que se pretende comparecer como auxílio são apontadas: *Você entrou na vida. Agora está se debatendo aqui e ali sem saber como escapar, para onde escapar.* Vemos também ser proposto o renascimento como *a técnica de respiração auxiliar para fazê-lo consciente de como entrou.* E, mais que isso, indicam-se resultados que, parece, se podem obter a partir da aplicação da técnica, embora de forma bizarra: *Você pode reviver todo o filme para trás, pode recuar até a infância e depois recuar até o útero materno. E então chega o momento em que você vê a primeira coisa: como entrou no útero. Seu pai e sua mãe apenas criaram uma situação, e nessa situação, você entrou. A janela estava aberta – você entrou. Ela é a mesma para sair ...*

Encontram-se aqui algumas figuras de linguagem que parecem servir à construção de efeitos discursivos nem sempre reconhecidos pelo locutor-enunciador: Em *reviver todo o filme para trás*, o que está sendo substituído pelo filme é a vida passada do sujeito. Acrescente-se a isso que enunciar *recuar até a infância e depois até o útero materno* e, além disso, que *então chega o momento em que você vê a primeira coisa: como entrou no útero*, parece configurar uma cena discursiva pouco plausível, seja pela ausência de verossimilhança, seja por operar no limite das leis do discurso, quase a transgredi-las - já que, até então, presumimos estar diante de um discurso que não se pretende cômico. Assim, tomado em sua perspectiva de dito, e respeitada a lógica do que se encontra explicitado no enunciado, o ato de ver a primeira coisa: *como entrou no útero*, corresponderia a visualizar tal momento. É possível deduzir-se daí que aquilo que o sujeito veria, então, seria a cena originária de sua concepção, o ato sexual de seus pais - a não ser que se suponha uma outra forma de se entrar no útero, suposição só possível se aceite algum princípio mágico, que dê como possível tal hipótese. Estamos aqui no campo dos subentendidos que

cada enunciado pode produzir, deixando ao co-enunciador a tarefa de deduzir os desdobramentos que apenas são sugeridos pela enunciação.⁹¹

O fragmento abaixo mostra-nos, como subentendido, que também a terapia floral pode ser tomada como um auxílio:

... Nos casos de desequilíbrios psicológicos crônicos, temos insistido em que os pacientes procurem psicólogos, psiquiatras ou terapeutas. (ALT-FLORA/1991) [2]

Já vimos, em outro momento que a identificação *dos casos de desequilíbrios psicológicos crônicos* parece estar pressuposta como competência dos praticantes da terapia floral. Vimos também que, segundo a mesma lógica discursiva, é nesses casos em que se pode/deve procurar *psicólogos, psiquiatras ou terapeutas*.

O que se subentende de imediato, quanto a esses ditos, refere-se à perspectiva de se tomar o trabalho diagnóstico dos terapeutas florais não só como um trabalho prévio ao trabalho dos outros profissionais mencionados como também um trabalho preventivo, se considerarmos que, segundo os enunciados anteriores, as essências florais podem equilibrar as emoções e as qualidades mentais. Nesse sentido, torna-se possível supor o caráter de auxílio que a terapia floral assumiria diante da psicologia, da psiquiatria e de outras atividades terapêuticas. Aos profissionais dessas áreas reservar-se-iam os casos de desequilíbrios psicológicos. É importante que se destaque como aqui também a mostrada como inofensiva terapia floral se converte em importante auxílio a outras práticas terapêuticas, dentre elas a psicologia, reservando a estas o lugar de terapias dos *desequilíbrios crônicos*.

Por todos esses elementos pensamos ser possível afirmar, das práticas alternativas aqui analisadas, que a simplicidade evocada nos ditos e implícitos de seus discursos serve tanto para descaracterizá-las como práticas místicas e/ou religiosas quanto para valorizá-las como o auxílio não-dispensável de práticas de há muito entronizadas no cenário das terapias.

Pudemos observar, até agora, como recorrência no discurso dos alternativos: a) a proposição de um novo paradigma a sustentar e autenticar suas práticas - e isso implica atribuir-se um lugar distinto do lugar atribuído aos paradigmas existentes,

⁹¹ Não é demais lembrarmos que esse princípio é válido tanto para a análise do texto quanto para o texto da análise.

dominantes e concorrentes e *b*) a (auto)atribuição e evidente ocupação do lugar de auxílio indispensável para se alcançarem objetivos que, nem sempre claros, são necessariamente valorizados em seu discurso. Esses dois aspectos permitem-nos avançar na análise e indicar, como a mais importante recorrência, um elemento fundamental a esses modos de dizer das práticas alternativas: a consideração de se ter problemas.

4.4.3 “Temos Problemas”

De acordo com a SBTVP, partimos do pressuposto de que há quatro princípios fundamentais que são a base de nossos problemas atuais:

1. *fatos traumáticos não resolvidos*
2. *o conceito de caráter em TVP*
3. *o conceito de padrões e contra padrões de comportamento*
4. *o conceito de "presenças" em terapia*

Esses conceitos norteiam a sessão de TVP, que é constituída de três partes:

- levantamento do problema*
 - a compreensão das causas do mesmo (através da utilização da técnica de regressão de memória)*
 - utilização de técnicas de reprogramação, que geram a mudança efetiva na problemática do cliente*
- (ALT-TEVEP/sd) [4;5 - grifo nosso]

Observamos, no período acima, um bom exemplo de que o fato de enunciarem-se pressupostos não implica prescindir deles para construir o discurso, uma vez que todo dito traz, consigo, seus implícitos. Assim, quando o enunciado é: *De acordo com a SBTVP, partimos do pressuposto de que há quatro princípios fundamentais que são a base de nossos problemas atuais*, o pressuposto aí mostrado não é o de haver *quatro princípios fundamentais que são a base de...* - isto é o que está dito. O que está pressuposto é que temos problemas, necessariamente. Caso contrário, não se poderia enunciar que os *princípios ... são a base de nossos problemas atuais*.

Há, por outro lado, neste mesmo período, uma construção organizada de tal maneira que marca um claro efeito de desconhecimento produzido pelo discurso e que acarreta conseqüências talvez bem distintas das intenções do enunciador. Observe-se que o enunciado diz: *partimos do pressuposto de que há quatro princípios fundamentais que são a base de nossos problemas atuais ...* e os enumera. É interessante notar como se confundem, na enumeração enunciada, experiências subjetivas (*fatos traumáticos não resolvidos*) e conceitos (*de caráter; de padrões e contra padrões de comportamento; de "presenças" em terapia*). São esses os *quatro princípios fundamentais* pressupostos por aqueles adeptos da TVP que estejam de acordo com a definição enunciada pela Sociedade Brasileira de Terapia de Vida

Passada (*De acordo com a SBTVP, partimos do pressuposto de que há...*). Mas são esses mesmos pressupostos *que* constituem a base de nossos problemas atuais. Assim, o efeito desconhecido que surge do próprio enunciado constitui uma ironia quanto aos princípios que fundamentam a prática da TVP, uma vez que são eles a base de nossos problemas atuais. Vemos também que, se no primeiro caso, a restrição imposta pelo modalizador *De acordo com...*, sugere que somente os que estão de acordo com a SBTVP é que partem do pressuposto de que..., no segundo caso, *nossos problemas atuais* refere-se a um “nós” que inclui todos nós, todos temos problemas - incluindo-se aí também o grupo anterior, dos terapeutas de vida passada.

Além disso, trauma (de *fatos traumáticos*), *caráter e padrões de comportamento*, embora não sejam conceitos explicitados no texto, constituem uma categoria conceitual que se aproxima daquela usada em psicologia e/ou psicanálise. Essa aproximação constitui, também, uma estratégia discursiva que busca reafirmar a inclusão da TVP no campo das psicoterapias. *Contra padrões* parece pertencer a uma outra categoria, que também não é explicitada. Quanto ao *conceito de “presenças” em terapia*, só podemos subentender que se trate de uma outra categoria, aproximada ao misticismo, a partir do índice criado pelo uso das aspas. É de se supor que, se entre aspas, não se trata de indicar a óbvia presença do terapeuta e do paciente, numa sessão de terapia. Não temos, entretanto, outros índices que nos permitam apontar um uso lingüístico - e por isso um sentido - mais preciso para tal conceito.

Seja como for, são esses os conceitos que, segundo o enunciado, *norteiam a sessão de TVP*. Esta é, por sua vez, *constituída de três partes*. Na apresentação de cada uma dessas partes, observamos implícitos que devemos apontar. No que diz respeito ao *levantamento do problema*, o pressuposto aí mostrado é, novamente, o da existência de algum problema. O que se pode perguntar refere-se ao momento de surgimento desse suposto problema (ou problemas), uma vez que tanto ele pode ter sido gerado antes, quanto no momento mesmo de seu levantamento; o enunciado não explicita tal condição. Mas essa mesma pressuposição sustenta o que é dito da segunda parte da sessão de TVP. Este dito implica, por sua vez, o pressuposto de que o problema pode ser (ou será) compreendido em suas causas (*compreensão das causas do mesmo*) - e a regressão de memória é o que o possibilita. Há, ainda, um outro implícito, mais sutil, no mesmo enunciado, relativo à suposição de que

problemas têm causas localizáveis/localizadas no passado. Aqui podemos, então, supor que, se não for possível levantar problemas, a sessão de TVP não se constitui como tal. Neste caso, talvez seja de se perguntar de quem partiria a iniciativa quanto ao levantamento do(s) problema(s): se do paciente ou do terapeuta.

A terceira parte que, segundo o enunciado, constitui a sessão de TVP reafirma ainda outra vez a pressuposição de existência de problemas: há uma *problemática do cliente*, que se supõe poder ser modificada, por intermédio de *técnicas de reprogramação*. Podemos afirmar, assim, a pressuposição da existência de problemas como elemento fundamental na constituição da TVP.

Veja-se como, ainda que por um efeito de desconhecimento produzido na própria ordem discursiva, *problemas* é um termo que figura junto aos quatro princípios fundamentais, tanto como referência (*são a base de nossos problemas atuais*) quanto na condição de um dos elementos enumerados nos *conceitos que norteiam a sessão de TVP*. Neste sentido, é de se atentar, também, para o fato de que o primeiro princípio enumerado (*fatos traumáticos não resolvidos*) distingue-se dos outros três. Enquanto estes parecem ser conceitos que fundamentariam a própria técnica, o primeiro refere-se a vivências de um sujeito, necessariamente suposto como portador de problemas.

Se toda a constituição da TVP depende, como vimos, de que existam problemas a serem tratados/compreendidos, devemos considerar que sem a existência de problemas não há razão para se encetar uma terapia de vidas passadas. No entanto, para que se considerem, ao mesmo tempo, os problemas atuais e os problemas das vidas passadas que não foram resolvidos (*fatos traumáticos não resolvidos*) é preciso dar como certa a existência da reencarnação e o próprio fato de reencarnar como um processo que traz de volta problemas passados. Só então é que podemos apontar que a excelência da TVP, por ela suposta, seja o fato, mostrado, de ela se propor como forma de *transcender* problemas – atuais e de vidas passadas – ai superando outras formas de terapia.

Vejam agora como a suposição de problemas constitui um eixo temático recorrente no discurso dos alternativos, pela análise de fragmentos discursivos das outras práticas:

Lembre-se sempre da diferença entre conhecimento e sabedoria: o conhecimento é uma coisa morta, acumulada; o saber é um constante movimento. A vida se move em direção ao futuro, a mente se move em direção ao passado. Então, aos poucos, a mente fica completamente fechada em si mesma. Não apenas isso, a mente até mesmo fica temerosa de ver o que a vida é. A vida é constantemente uma ressurreição. A cada momento ela morre, a cada momento nasce de novo. Mas você prossegue levando a mente velha. Você não se ajustará a lugar algum. E você o sabe: você nunca se ajusta em lugar algum, e jamais se ajusta a alguém. Onde você estiver, há algum problema. Algo está sempre faltando, falhando. A harmonia nunca vem dos seus relacionamentos - porque a harmonia só é possível se você for um fenômeno que flui, que muda, que se move, que se funde de novo. (ALT-RENAS/1998) [4]

A recomendação ao leitor (*Lembre-se sempre*) quanto à *diferença entre conhecimento e sabedoria* - o primeiro é *coisa morta*, o segundo é *constante movimento* - também mostra pressupostos interessantes. Conhecimento e sabedoria são diferentes, um do outro. Morte e movimento encontram-se em oposição, aqui. A outra oposição é entre vida e mente: no que diz respeito à direção em que se movem, vida (*em direção ao futuro*) e mente (*em direção ao passado*) são distintas uma da outra. O pressuposto implicado é que as duas se movem. Parece contraditório com o dito anterior, na medida em que vida e mente, se movimento, poderiam ser associadas à sabedoria. Entretanto, dado que ... *aos poucos, a mente fica completamente fechada em si mesma*, é de se supor que a mente vai perdendo, *aos poucos*, seu movimento. Agora associa-se ao conhecimento e à morte. Neste sentido, mover-se em direção ao passado (*a mente*) parece acarretar ficar completamente fechada em si mesma e, com isso, seguindo essa mesma ordem, redundar em morte.

É de se notar a multiplicação dos efeitos de desconhecimento presentes nesses ditos, construídos a partir de uma intrincada rede de pressupostos, de tal ordem que se pode apontar a fragilidade da argumentação assim construída. Esta parece comportar contradições e ambigüidades a ponto de quase esgarçar o tecido discursivo. Assim, ao enunciado ...*a mente até mesmo fica temerosa de ver o que a vida é. A vida é constantemente uma ressurreição. A cada momento ela morre, a cada momento nasce de novo*, correspondem pressupostos vários, tais como o da existência de uma mente personificada, que *fica temerosa* e é capaz de *ver*. Estamos, evidentemente,

diante de recursos de linguagem cuja função conotativa possibilita aproximar, pela analogia, idéias que se definem uma pela outra. Isso não impede, entretanto, que se aponte, pela análise, que o próprio renascimento seria então – dado que movimento em direção ao passado – algo semelhante ao que aqui se nomeia como *mente e morte*. Também se seguirmos a lógica discursiva presente no enunciado ... *o conhecimento é uma coisa morta, acumulada; o saber é um constante movimento* veremos que a vida tanto pode ser *conhecimento* quanto pode ser *sabedoria*, uma vez que ela tanto *morre* quanto *nasce de novo*.

Verificamos, na seqüência, com o uso do verbo no futuro, a introdução de uma leitura prospectiva, verdadeiros vaticínios a respeito do que pode acontecer ao leitor (*você*), quando ele *prossegue levando a mente velha*. Sugere-se, pelo enunciado, que o interlocutor a quem se dirige o enunciador já soubesse e compartilhasse de tais concepções sobre a vida e a mente; e apesar disso (*Mas*), teimasse em continuar *levando a mente velha*. Isso tem suas implicações: *Você não se ajustará a lugar algum*. Eis aqui um vaticínio, acompanhado da pressuposição de que há um ajustamento a ser realizado. Mais uma vez observamos como o locutor-enunciador coloca-se na posição de quem sabe o que ocorre com o co-enunciador e convoca-o, ao mesmo tempo, (*você o sabe*) a ocupar uma posição de alguém que não se ajusta e sabe disso. A pressuposição é de que é preciso ajustar-se (ou adequar-se, ou adaptar-se) a algum lugar, a alguma pessoa. Repete-se, pelo discurso, o processo de apropriação de uma verdade sobre o sujeito de quem/a quem se fala (pelo uso do modo verbal indicativo, assertivo, afirmativo). Há um grande emaranhamento de pressupostos, dos quais o principal parece ser o de que o sujeito é portador de problemas (*Onde você estiver, há algum problema*).

Se a indicação de algo que *está sempre faltando, falhando ...* mostra a pressuposição de existência de um momento em que não há falta ou falha, este momento parece ocorrer quando advém a *harmonia*, que *nunca vem dos ... relacionamentos* e, sim, por conseqüência, de outra fonte. A idéia de harmonia parece estar estrategicamente colocada como a possibilidade de sanar os problemas e preencher as faltas. Assim, podemos apontar a pressuposição de seu valor, para um sujeito com problemas. Uma vez que ela *só é possível se você for um fenômeno que flui*, o pressuposto é que *você* não é um fenômeno que flui. Se quiser ter harmonia,

deverá fluir. Lembre-se, no entanto, de que a condição para isso é ser portador de algum problema. Este é o pressuposto que não se põe em discussão. Eis que está em jogo, aqui, a construção de uma realidade (*Onde você estiver há algum problema*) que, pelo modo afirmativo com que é enunciada, compõe uma estratégia discursiva que parece ter como finalidade atestar a existência dos problemas, de modo que eles sejam inerentes tanto ao nascimento quanto a qualquer pessoa que não renasceu.

Vimos, em ALT-TEVEP/sd que não há outra alternativa a não ser admitir haver problemas com o sujeito, que devem e podem ser modificados, pela terapia. Também vimos que em ALT-RENAS/1998 o fato de sempre haver problema onde estiver o sujeito é o que garante o discurso doutrinário que prega a harmonia só possível se o sujeito fluir, o que parece só acontecer na medida em que ele experimentar a renovação promovida pelo renascimento. Veremos agora como em ALT-ASTRO/1989 também se pressupõem problemas ao sujeito; problemas esses que devem ser vistos e/ou diagnosticados pela astrologia:

... Muitas vezes o indivíduo, em nível terapêutico, procura-nos e fala de uma série de coisas da vida dele tudo no mesmo tom, numa linearidade muito grande. Isso acontece principalmente com os indivíduos do ar, que têm uma percepção distante, têm uma perspectiva da vida, então têm uma capacidade de não se envolver até com os próprios conteúdos. Por isso, são indivíduos que falam, que se expõem de uma maneira muitas vezes fria, linear, sem grandes emoções.

Nesse momento, a carta ajuda-nos a determo-nos onde existem tais e tais problemas, conflitos de que o indivíduo fala num nível superficial, muito frio, desprezível, e aquilo não é tão desprezível na sua vida. (ALT-ASTRO/1989) [21;22]

... uma carta astrológica ajuda-me a ver o indivíduo como um todo nas suas diversas partes e poder auxiliá-lo a fazer uma coesão melhor dos diversos fatores. Nisso, a astrologia é brilhante, e auxilia-me muito nesse processo. O conhecimento do núcleo problemático que o indivíduo tem, por exemplo, com a mãe, que é indicado pela Lua. A Lua em aspecto com Saturno, por exemplo, ou com Urano, dá uma visão de como o indivíduo sente a mãe, e que muitas vezes ele nem tem condições de explicar já que não tem a consciência total de quem é aquela mãe para ele. (ALT-ASTRO/1989) [39]

Diversos são os momentos no texto em que deparamos com enunciações que parecem se construir como defesa reiterada das proposições iniciais, em torno da

idéia de união entre astrologia e psicologia e da idéia de que a astrologia seria um recurso auxiliar – mas não secundário – à psicologia. Há, por outro lado, um desenvolvimento observável da questão da visibilidade/invisibilidade como fator determinante do trabalho psicológico e da necessidade do conhecimento astrológico como seu auxiliar. Assim, para que nós – por uma espécie de enredamento no discurso em análise – não precisemos também repetir nossa exposição, passemos à discussão desse aspecto e à apreciação de alguns pressupostos importantes que emergem dos enunciados.

Como já apontado antes, chamou-nos a atenção o uso ostensivo de metáforas visuais e a referência à invisibilidade do pensamento. Tomada a relação analógica entre o elemento ar, o pensamento, o planeta Mercúrio e o comportamento de indivíduos que – segundo o discurso – teriam predominância do ar, é de se sublinhar o fato de os indivíduos do ar serem descritos como frios, distantes, *sem grandes emoções*. Dado não se tratar de condição verossímil a de que *indivíduos do ar* sejam/estejam invisíveis, supomos que, à invisibilidade do ar e do pensamento, a analogia possível como característica desses indivíduos seja a inescrutabilidade de suas emoções.

Assim, consideramos que a sustentação do pressuposto de que a astrologia é um auxílio importante para o trabalho psicológico apóia-se em dois outros pressupostos: de um lado, a pressuposição de que o trabalho psicológico lida com elementos que não são visíveis - ou só o são parcialmente - e, de outro, a decorrente pressuposição de que é necessário algum instrumento auxiliar que permita seja visto o que não se vê, no *indivíduo*: suas emoções, seus problemas e conflitos. Sendo assim, o objeto que até então parece que não se podia enxergar só com o trabalho psicológico, com o auxílio do conhecimento astrológico passa a ser visto: o *núcleo problemático* do indivíduo. O fato de se ter problemas parece, então, a condição fundamental que sustenta também a proposta da astrologia como prática auxiliar à psicologia.

Sem que precisemos repetir análises já apresentadas, apontemos que também em ALT-FLORA/1991 e ALT-PARAP/1990, a pressuposição de problemas desempenha um papel importante. Parece-nos possível afirmar uma certa circularidade, comum às práticas alternativas, quanto a esse aspecto, na medida que

os problemas que todos ou alguns têm se tornam o eixo principal pelo qual elas justificam seu próprio valor como terapias ou campos de estudo e se propõem como alternativa, à psicologia e/ou à ciência. Dessa forma, é também de se mencionar o fato de parecer ser pela mesma suposição da existência de problemas que se pode firmar a ação do terapeuta/entidade alternativo.

E assim, julgamos possível afirmar que, no cenário institucional em que as práticas aqui analisadas (se) discursam - e desse ponto de vista - há que se pressupor, sempre, o fato de que temos problemas cuja solução não pode prescindir de um novo paradigma ao qual essas mesmas práticas, que não representam nada mais que um auxílio, se identificam. E à circularidade desse discurso resta saber se há alternativa.

5. CONCLUSÕES

Pensamos não ser tarefa das mais fáceis demonstrar ao perseverante leitor de um trabalho como o nosso que, à análise a que nos lançamos nos últimos dois capítulos, pouco temos a acrescentar neste momento. E isso muito se deve ao fato de entendermos que, de uma desmontagem paciente e exaustiva como a que tentamos empreender, devem resultar alguns sentidos agora explícitos, sem a necessidade de que os apontemos ainda uma vez.

Sobra espaço, dessa maneira, para que desenvolvamos, à guisa de conclusão, algumas considerações de ordem geral; essas considerações que se vão tecendo - ou mesmo entretecendo - elas próprias, ao longo do trabalho, enquanto estamos mergulhados na tarefa de pensar, buscando sentidos, burilando as palavras, pensando oposições para os sentidos, pensando sentidos para as oposições ... 'afinando' a escuta e a leitura - por certo ainda grosseiras, as nossas - dos discursos e seus poderes.

Nenhuma novidade nisso, principalmente em momentos de fechamentos, como esse. Por isso, nossas considerações retroativas. Sob o discurso que também nós enunciamos sobre o discurso e pelo qual estamos agora irremediavelmente responsáveis, sem que tenhamos jamais capturada a dimensão do que produzimos como efeitos, retomemos o trajeto percorrido e consideremos.

Em primeiro lugar, o tempo passado entre o início e o término desse estudo parece-nos sugerir que os discursos mudam. As práticas mudam. Ou talvez mudem as formas de discursá-las e compreendê-las. Queremos apontar, com isso, o aspecto dinâmico das relações institucionais que também perpassa qualquer estudo acadêmico mas que nem sempre é tomado em consideração como elemento do contexto em que continuamente se produzem e intercambiam discursos. E precisar, assim, que nós também mudamos, ao desenrolar dessas cenas. Por outro lado, dar por suposto que os discursos e as práticas mudam parece não ter maiores conseqüências se não tomarmos para nós a responsabilidade de argumentar por que.

Lembremos, então, que o objetivo inicial desse trabalho era o de investigar as relações que se constituíam entre as práticas alternativas e a Psicologia,

especialmente quando aquelas reivindicavam para si o lugar de psicoterapia e/ou de psicologia e essa Psicologia, representada e discursada pela 'voz' da instituição encarregada de disciplinar o exercício profissional – o CRP-06, a isto respondia. A análise de seus discursos, assim confrontados, era o que supúnhamos iria fornecer, se não respostas, alguns indicativos para pensar a questão.

Se por um lado nosso intento, que afinal já se insinuava no próprio título do trabalho, era o de nos aproximar e, na medida em que fosse possível, apropriarmos de um tema que a todo momento a nós se apresentava e era apresentado como inédito e polêmico, por outro a perspectiva de assumir os riscos inerentes de encetar um trabalho teórico em terreno tão inóspito beirava a desistência. Mas, por sorte, pensamos hoje, prosseguimos. E se o dizemos agora, pensamos tê-lo ilustrado, na primeira parte dessa dissertação, onde apresentamos o relato minucioso da fase inicial da pesquisa.

Era nossa intenção explícita tentar definir melhor esse campo e esse tema de estudos, *ainda bastante imprecisos*, escrevemos no início. A razão da imprecisão, pensávamos então, devia-se à amplitude e diversidade de abordagens que o tema poderia comportar. Também nos debruçamos sobre a origem do termo e seu uso entre psicólogos e, já na análise, pudemos apontar a incidência de elementos contextuais inerentes às produções discursivas na instituição de determinados usos lingüísticos, e não outros.

A discrepância entre o material produzido pela academia, raro e disperso, e o material produzido no âmbito dos Conselhos, abundante mas também disperso, parece-nos ter configurado um, mas nunca o único, vetor de análise específico, centrado na proibição/reivindicação de um lugar às/das práticas alternativas no terreno de ação das psicoterapias. Outra seria, certamente, a análise dos discursos das práticas alternativas confrontados com a análise dos discursos produzidos na instituição acadêmica. E outra seria, também, a história. Vimos que não faltaram eventos, promovidos pelo CRP para que se discutisse o tema, o problema, a questão, a relação das práticas alternativas e seu uso por psicólogos ou sua promoção como técnicas psicológicas, como vimos também não terem faltado controvérsias.

Desde aquelas suscitadas por ações institucionais coercitivas do CRP – como a divulgada em JCRP-078/1992, por exemplo – mais tarde criticadas por seus pares

(JCRP-100/1996), até as decorrentes de puros efeitos de desconhecimento que – e aí podemos confirmá-lo – incidem por vezes até insidiosamente, no discurso, como uma ironia a subverter completamente os sentidos habituais dos ditos. Assim, por exemplo, é o que vimos ser posto em jogo, no texto JCRP-098/1996, quando, para marcar sua posição política em relação aos testes, o enunciador-Conselho se vê enredado numa malha discursiva em que ele ou cria uma nova psicologia, ou também terá que se pôr no lugar do que exclui.

Um importante ponto que levantamos na introdução desse trabalho referiu-se ao fato de que às ações disciplinares do CRP parecia corresponder – *pari passu* - a procura dos alternativos para que suas práticas fossem por ele reconhecidas. Este foi um tópico que orientou, inclusive, nossa pesquisa. A análise não confirmou essa hipótese, mas apontou, isto sim, para uma tensa e contínua confrontação em que do discurso de uma pareciam forjar-se algumas das proposições da outra instituição. E explicitou também uma espécie de região de sobreposição discursiva, em que, ao lermos o discurso de um, CRP, escutávamos os ecos do discurso da outra, práticas alternativas. E vice-versa.

Lembre-mo-nos do episódio envolvendo um psicólogo de outro regional que, valendo-se do uso adequado das leis enunciativas exigidas pelo gênero de discurso corrente no âmbito das instituições dessa espécie (discurso jurídico e discurso técnico-científico), parece ter conseguido, numa intervenção única e aparentemente singular, a revogação da resolução que incluía sua prática no rol das alternativas proscritas. Essa é a conclusão a que pudemos chegar, tendo como base o material a que tivemos acesso. Mas essa é também uma conclusão que nos leva a supor que, no incessante jogo de tensões e negociações de lugares entre quem fala do lugar da norma e quem fala do lugar da demanda por reconhecimento e legitimidade, fala mais alto quem com maior propriedade discursar de seu objeto.

E como discurso é ato, não é de estranhar assistirmos o tema das práticas alternativas ter assumido vulto nacional no âmbito das instituições representativas do exercício profissional da psicologia e virado um dos pontos da discussão do II Congresso Nacional da Psicologia. Isso não nos parece dizer respeito somente a um suposto ganho de força no discurso das práticas alternativas. Antes, o que de fato estranha é a dimensão que a questão assumiu no foro institucional dos Conselhos, a

ponto de se explicitar, como motivo de inclusão da discussão sobre as alternativas na pauta do Congresso, a necessidade de se estabelecerem políticas conjuntas sobre isso. Aqui, sinais de que algo não ia bem.

Os debates e encontros de preparação para os Congressos também sublinhavam as divergências e diferenças de posições que, se eram atribuídas pelo enunciador-CRP aos anônimos grupos dos que defendiam as práticas alternativas e dos que exigiam providências do Conselho, como em JCRP-098/1996, evidenciavam também a dificuldade de legislar sobre a matéria de que a instituição ia dando mostras, já há algum tempo. JCRP-086/1994 o comprova: lembre-se da posição ambígua em que o Conselho ali se colocava em relação não só às práticas alternativas como à própria psicologia. E aqui encontramos a marca mais forte, e recorrente, no discurso do CRP-06: seu modo de dizer a Psicologia.

Objeto visado por sua ação, a Psicologia tal como enunciada pelo CRP-06, mal se parece com o conjunto multivariado e, mesmo, desarticulado de técnicas e práticas mais e menos sustentadas por um discurso tributário do modelo cientificista, médico ou técnico e que também atende pelo nome de psicologia. Vimos à exaustão o enunciador CRP, fosse em que gestão fosse, referir-se ao valor ou caráter científico da Psicologia, de seus instrumentos e, sobretudo, vimos e tornamos a vê-lo tomar as diversas práticas da Psicologia, enunciando-as como práticas científicas, para contrapô-las, como elemento de diferenciação, às práticas alternativas.

A análise mostrou-nos, porém, que tanto a psicologia quanto a ciência jamais são definidas no discurso do CRP-06, a não ser em torno do teste psicológico, dado como o instrumento privilegiado – e científico – da primeira. Não ficamos sabendo, em nenhum momento, a partir de que concepção de ciência se fala; é nossa suposição, pautada pela consideração de vários outros aspectos, que dizer-se científico parece ser, também aqui, suficiente para conjurar os enunciados prejuízos supostamente causados pelas práticas alternativas.

Da Psicologia, se já pudemos apontar sua quase-inefabilidade, como em JCRP-086/1994, em que se diz, dela, ser difícil definir o que é e mais fácil perceber o que ela não é; apontemos agora sua proximidade com as práticas místicas, que tanto foram afastadas da psicologia, mas que bem mais claramente foram definidas, no discurso do CRP-06, no sentido da variabilidade e da mistura de práticas.

É preciso não perder de vista que, do que se explicitou na análise, as práticas alternativas tornaram-se um problema para o Conselho na medida em que passaram a ser utilizadas por psicólogos. Mas também é necessário supor que não se tratasse somente das práticas a serem incorporadas ou não ao exercício profissional da psicologia, mas de práticas que, caso autorizado o seu exercício aos psicólogos, não sendo elas privativas desta categoria profissional, pudessem ser praticadas à sombra do prestígio institucional da psicologia, além de tudo reconhecida como ciência. Essa é uma conclusão nossa, apoiada nas articulações que desenvolveremos a seguir. Sublinhe-se, antes, que este parece ser o mais importante efeito de desconhecimento produzido no discurso do CRP-06 a respeito das práticas alternativas e o que, ao mesmo tempo, as autorizaria a reivindicar seu lugar junto às psicoterapias/psicologias, dizendo-se também ciência.

Assim, entendemos que quando o Conselho delega à Universidade (ou a uma suposta comunidade científica) o papel, que já cabe a ela, de definir o que é ou não científico, o que está em questão não se limita a uma transferência de responsabilidades, digamos, institucionais. Está também em jogo a pressuposição de um valor intrínseco à ciência e uma ciência pressuposta não só como homogênea mas como sapiente. Uma ciência que sabe e pode determinar o grau de adequação científico de técnicas que serão aplicadas a uma área do conhecimento humano, a psicologia, apresentada aqui em termos muito pouco definidos. Talvez por isso, embora esteja presente, todo o tempo, no discurso do Conselho e seja o tempo todo reconhecida e reafirmada como ciência, a psicologia de que fala o CRP-06 não parece encontrar um lugar definido nesse discurso. Há, assim, nos parece, uma sobrevalorização do papel da ciência no discurso do Conselho, inclusive como possibilidade de definição e compensação das indefinições da própria psicologia.

Quanto ao discurso dos alternativos, e tomando como referência as perguntas que nos fazíamos, em especial aquela que interrogava a base sobre a qual se apoiariam as práticas alternativas para se dizerem psicoterapias, temos razões para supor, hoje, que elas se apóiam na mesma indefinição mostrada da psicologia, tal como ela se desenha no discurso do CRP-06. Aqui, se a psicologia não se define, por outro lado ela também parece não poder se fechar, por ser – como enunciado em JCRP-081/1993 – um conhecimento em construção.

A análise sugere, quanto a isso, que as práticas alternativas também se definem por uma identidade com a psicologia concebida como ciência e o fazem tanto como uma ciência da personalidade (ALT-ASTRO/1989), das emoções (ALT-FLORA/1991 E ALT-RENAS/1998), da alma (ALT-TEVEP/sd) e do desconhecido (ALT-PARAP/1990). Ou seja, sempre como ciência do impalpável. Essa percepção do caráter impalpável da psicologia por sua vez, não parece advir do nada. Aqui, seria preciso investigar, primeiro, os discursos da Psicologia sobre si mesma. E perguntar, corajosamente, sobre que discursos se fundam hoje as práticas da psicologia.

Por fim, quanto aos alternativos, é interessante notar a correspondência entre o que a análise pôde apontar e o que se ouviu/leu daquela Semana de Psicologia relatada no primeiro capítulo. Não foi sem surpresa que lá, naqueles fragmentos de discurso, recortados sob outro foco e com outra finalidade, reencontramos a tríade novo/simples/problemático e outros elementos que apontamos em nossa análise do discurso dos alternativos, a atestar a pertinência e a precisão do método analítico utilizado. Basta revisitar Freitas ou Ribaut e encontrar, lá também, marcas das recorrências que a análise realçou, do discurso dos alternativos.

Esta constatação 'pós-análise' assegura-nos termos feito uma escolha metodológica acertada para o estudo do tema e, por isso também, tanto redesenha o contexto no qual se produziram estes e aqueles discursos, quanto inaugura o contexto particular dessa re-leitura... agora analítica.

Os discursos mudam, afirmamos no início dessa conclusão. Mudam, embora não sejam necessariamente outras as palavras, os ditos dos enunciados, os locais em que permanecem em letras impressas. Os discursos mudam quando mudam nossas maneiras de lê-los.

*Ouso dizer, apoiada em experiência própria
que, dessa complexidade e tensão toda, saltam
positividades: desalojado, o psicólogo costuma ir
à busca de saídas.*

Marlene Guirado

Referências Bibliográficas

- ABREFLOR - Associação Brasileira de Florais.** Correspondência enviada à Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo. São Paulo, 24 de Agosto de 1991. [mimeo]
- ALBUQUERQUE, J. A. G. de.** *Instituição e Poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 2^a ed., 1986
- ALBUQUERQUE, J. A. G. de.** *Metáforas da Desordem.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ALBUQUERQUE, L. de.** Cresce no país procura por terapias alternativas (Entrevista com Marques Filho, A.). **Estado de São Paulo.** São Paulo, 11 dez. 1990, p.19.
- AMORIM, C. F. R. B.** *Um Panorama do Uso de Práticas Alternativas como Técnica de Diagnóstico ou Intervenção e suas Relações com a Psicologia.* São Paulo: Relatório de Pesquisa, 1995. [mimeo].
- AQUINO, J.R.G.** *Os discursos da formação do psicólogo: um estudo de representações institucionais.* São Paulo, 1990, 244 p. Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- AQUINO, J.R.G.** *Relação professor-aluno: uma leitura institucional.* São Paulo, 1995, 265 p. Tese (Doutorado), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- BLECHER, N.** Gênio ou Idiota? **Revista EXAME**, 1997, edição 636, Ano 30, nº. 11, 21.maio 1997, pp.102-111.
- BOAINAIN JUNIOR, E.** *Transcendendo: Tornar-se Transpessoal - Elementos para uma aproximação entre a Abordagem Centrada na Pessoa e a Psicologia Transpessoal.* São Paulo, 1996, 206 p. Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
- BOCK, A. M. B.** *Palestra sobre Práticas Alternativas dia 16/05/96 Conselho Regional de Psicologia ,* São Paulo, 1996, [mimeografado]
- BONIFACINO, H.O.A.** *"Práticas alternativas": um estudo exploratório.* São Paulo, 1996. 125 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- CALDERONI, D.** *Caso Hermes: a dimensão política de uma intervenção psicológica em creche*. 3v. + anexos. Dissertação (Mestrado) Sao Paulo, 1994. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- COIMBRA, C.M.B.** *Guardiães da Ordem - Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.** Instrução Normativa 001/97. Obtido em <http://crpsp.org/biblioteca/doc014.html> [Out. 1998]
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.** Lei Federal nº. 5.766, de 20.12.1971. Obtido em <http://crpsp.org/biblioteca/doc001.html> [Out.98]
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.** Resolução 010/97. Obtido em <http://crpsp.org/biblioteca/doc015.html> [Out.98]
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.** Resolução 011/97. Obtido em <http://crpsp.org/biblioteca/doc016.html> [Out.98]
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.** Resolução 016/94. Obtido em <http://crpsp.org/biblioteca/doc015.html> [Out.98]
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.** Resolução 029/95. Obtido em <http://crpsp.org/biblioteca/doc006.html> [Out.1998]
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO.** Comissão de Orientação e Fiscalização, "Terapia Hoffman da Quadrinidade - Síntese e Parecer Técnico". São Paulo, mimeo, s/d, p.1
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO.** *Manual do CRP - 06 - 1994*. São Paulo, 1994a, 1ª. Edição.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO.** *Práticas Alternativas: Campo da Psicologia?*. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, Gestão Psicologia em Ação, 1998.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO.** *Terapia Hoffman da Quadrinidade - Síntese e Parecer Técnico*. São Paulo, s.d., mimeo. Gestão Movimento - 1989-1992
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO.** *Uma Profissão Chamada Psicologia (CRP-06, 20 Anos)*. São Paulo, 1994b
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA-6ª. REGIÃO** *Manual do CRP-06 - 1996*. São Paulo:, 1996.

- COSTA-ROSA, A.** *Práticas de cura nas religiões e tratamento psíquico em saúde coletiva*. 192p. + anexos. São Paulo, 1995, Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo
- COTAL, A.** Sorte e azar existem mesmo. (Entrevista com Freitas, L.V.). **Diário Popular**. São Paulo, 18 ago. 1992, Revista, p.1.
- FERREIRA, A. B. de H.**, Alternativo. In: **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FERREIRA, A. B. de H.**, Holismo. In: **Dicionário Aurélio século XXI** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, A. B. de H.**, Holístico. In: **Dicionário Aurélio século XXI** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, A. B. de H.**, Leigo. In: **Dicionário Aurélio século XXI** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, A. B. de H.**, Quatro elementos [cf. elemento]. In: **Dicionário Aurélio século XXI** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, A. B. de H.**, Transcender. In: **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FIGUEIREDO, L. C. M.** "Ética, Saúde e as 'Práticas Alternativas'". In: *Revisitando as Psicologias*. Da Epistemologia à Ética das Práticas e Discursos Psicológicos. São Paulo: EDUC; Petrópolis: Vozes, 1995, pp. 41-73.
- FOLGATO, M.** Fé não exige o sacrifício de seres humanos. (Entrevista com Paiva, G. J.). **Estado de São Paulo**. São Paulo, 19 jul. 1992, p.6.
- FÓRUM DE ENTIDADES (CFP, CRPs, ENEP e FENAPSI)** *II Congresso Nacional da Psicologia - Caderno de Sistematização das Teses*. Belo Horizonte, 1996.
- FOUCAULT, M.** *A Ordem do Discurso*. (Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970). Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

- FREITAS, L.C.T. de** Participação no debate "Algumas Práticas Diferenciadas do Modelo Tradicional Clínico: Terapias Alternativas?" *in* Livieres, C. (coord.) Mesa-redonda da III Semana de Psicologia, 27-31 out 1997. [Vídeo] São Paulo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 02 cassetes VHS. Color. Son.
- GAUER, G. et al.** "Terapias Alternativas: Uma Questão Contemporânea em Psicologia" *in* *Psicologia Ciência e Profissão*. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 1997. Ano 17, nº. 2, pp. 21-32.
- GEORCZE, J. A.** Participação no debate "Algumas Práticas Diferenciadas do Modelo Tradicional Clínico: Terapias Alternativas?" *in* Livieres, C. (coord.) Mesa-redonda da III Semana de Psicologia, 27-31 out 1997. [Vídeo] São Paulo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 02 cassetes VHS. Color. Son.
- GOMES, M.** Satanismo vitima 50 mil crianças por ano nos EUA. (Entrevista com Guerra, V. N. A.) **Jornal da USP São Paulo**, 05 out. 1992, p.5
- GROSMAN, R. M.,** "Renascimento", Entrevista com Ruth Adler, Revista Catharsis, Mar/Abr 1998 [<http://www.revistapsicologia.com.br> (21.07.1999)]
- GUIRADO, M.** *Instituição e Relações Afetivas - O vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus, 1986.
- GUIRADO, M.** *Psicologia Institucional*. São Paulo: EPU, 1987.
- GUIRADO, M.** *Psicanálise e Análise do Discurso - Matrizes Institucionais do Sujeito Psíquico*. São Paulo: Summus, 1995.
- GUIRADO, M.** Participação no debate "Algumas Práticas Diferenciadas do Modelo Tradicional Clínico: Terapias Alternativas?" *in* Livieres, C. (coord.) Mesa-redonda da III Semana de Psicologia, 27-31 out 1997. [Vídeo] São Paulo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 02 cassetes VHS. Color. Son.
- GULLO, C.; PEREIRA, C.; PROPATO, V.** A Ciranda das Almas. **Revista ISTOÉ**, nº.1435, de 2 de abril de 1997, pp.113-117.
- INCONSCIENTE** Entre Jung e o Tarô. (Entrevista com Freitas, L.V.). **Jornal da Tarde**. São Paulo, 20 ago. 1992. p.5.

- JORNAL DO CRP-06**, “Pirâmides, uma simples técnica entre tantas?”, São Paulo, Conselho Regional de Psicologia, ano 1, número.2, Mar/Abr, 1981, p.3.
- JORNAL DO CRP-06**, São Paulo, Conselho Regional de Psicologia, ano 6, número 41, Jan/Fev, 1986, p.2 - Editorial
- JORNAL DO CRP-06**. São Paulo. Conselho Regional de Psicologia. Jul/ago, 1988, nº 55, p. 5.
- JORNAL DO CRP**, “No caso de Astrologia e Terapia de Vidas Passadas”, São Paulo, Conselho Regional de Psicologia, ano 9, número62, Set/out, 1989, p. 6
- JORNAL DO CRP-06**, “Alerta à População”, São Paulo, Conselho Regional de Psicologia, ano 12, número 78, Jul/Ago, 1992, p.3
- JORNAL DO CRP-06**. “Práticas Alternativas: algumas faces da questão”, São Paulo, Conselho Regional de Psicologia, ano 13, número 81 [b], Jul, 1993, p.3
- JORNAL DO CRP-06.**, “Sincretismo Ocupacional”, São Paulo, Conselho Regional de Psicologia, ano 14, número 86, Mar/Abr, 1994, p.14
- JORNAL DO CRP**. “Temas Prioritários: formação e exercício profissional”, São Paulo, Conselho Regional de Psicologia, ano 16, número 98, Mar/Abr, 1996, p. 9
- JORNAL DO CRP**. “Categoria quer mudanças no atendimento psicológico”, São Paulo, Conselho Regional de Psicologia, ano 16, número100, Jul/Ago, 1996, pp. 8-9
- JORNAL DO FEDERAL**. Brasília. Conselho Federal de Psicologia, Ano X, nº.39, ago/95, pp. 6 e 9.
- JORNAL DO FEDERAL**. Brasília. Conselho Federal de Psicologia, Ano X, nº. 41, dez/95, p.12.
- JORNAL DO FEDERAL**. Brasília. Conselho Federal de Psicologia, Ano XI, nº.45, out/96.
- JORNAL DO FEDERAL**. Brasília. Conselho Federal de Psicologia, Ano XII, nº. 48, jul/97, p.7.
- JORNAL DO FEDERAL**. Brasília. Conselho Federal de Psicologia, Ano XIV nº. 57, I bimestre de 1999, p.12.

- LERNER, R.** *Instituições: Da Psicanálise na ordem do discurso de agentes de Saúde Mental*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- MACIEL, R. H. M. O.** "TERAPIA DAS VIDAS PASSADAS" compete ao psicólogo? In: **Documenta - CRP-08**. Curitiba, v.1, n.1, set./dez. 1991, pp.28-9.
- MACIEL, R.H.M. de O. (coord)** "Tarô, Astrologia, Quiromancia, Parapsicologia: Práticas Psicológicas?" In: *I Congresso de Psicologia - CONPSIC - CRP-O6*. 1. **Anais**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia - Sexta Região, 1989, pp.243-286.
- MAGNANI, J. G. C.** "O Neo-Esoterismo na Cidade" **Revista USP**. *Dossiê Magia*, São Paulo, (31), Set/Nov 1996 -pp.6-15.
- MAINGUENEAU, D.** *Pragmática para o Discurso Literário*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MAINGUENEAU, D.** *Novas Tendências em Análise de Discurso*. 2 ed. Campinas, Pontes, 1993.
- MARQUES, M.L.** *A Família e a Escola marcando a formação do leitor*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- MEGALE, F.C.S.** *Formação e profissão: um estudo das representações de alunos e professores de psicologia em uma instituição particular de ensino*. São Paulo, 1997. 296 p. + anexos. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- MISTICISMO e Religiosidade no Fim do Século. Atrator Estranho**. São Paulo, Centro de Estudos e Pesquisas em Novas Tecnologias, Comunicação e Cultura - NTC. Nov/1995, nº.18.
- MODERNELL, R. e col.** Em busca do que já fomos (mas não lembramos). **Revista ÉPOCA**, 1999, nº 44, 02.03.99, pp. 44-49.
- NALLIN, A.** *Reabilitação em instituição: suas razões e procedimentos: análise de representação no discurso*. São Paulo, 1992. 282p. + anexos. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

- OLIVIERI, A.C.** Misticismo pode substituir o erotismo. (Entrevista com Paiva, V. S. F.). **Gazeta de Pinheiros**. São Paulo, 06 set. 1990, Caderno B, p.1.
- PSI - Jornal de Psicologia**, "Psicólogos podem receitar Florais de Bach?" São Paulo, Conselho Regional de Psicologia, ano18, número 120, Jan/Fev 2000, p. 19.
- REVISTA USP**. Dossiê *Magia*, São Paulo, (31), Set/Nov 1996 -pp.6-162
- RIBAUT, J.** Participação no debate "Algumas Práticas Diferenciadas do Modelo Tradicional Clínico: Terapias Alternativas?" *in* Livieres, C. (coord.) Mesa-redonda da III Semana de Psicologia, 27-31 out 1997. [Vídeo] São Paulo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 02 cassetes VHS. Color. Son.
- ROUDINESCO, E., PLON, M.** *Dicionário de Psicanálise*. Trad. Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998
- RODRIGUES, P. R. G.** *Astrologia, meio ambiente e personalidade: um estudo empírico*. São Paulo, 1997. 144 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, V. R.** *Educação no espaço: do projeto à ocupação*. São Paulo, 1992. 113p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- SAGAWA, R. Y.** *Lima Barreto: nas malhas do autobiográfico: discurso, contexto e sujeito*. São Paulo, 1993. 141p. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- SCALZO, F.; CARONE, S. M.** Mercado editorial cresce com auto-ajuda. (Entrevista com Soares, W). **Folha de São Paulo**. São Paulo, 05 out. 1991, Letras, p.9.
- SERRANO, A. L.** *O que é Medicina Alternativa*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense: 1985. (Coleção primeiros passos; 19).
- SOCIEDADE Brasileira de Terapia de Vida Passada**, "O que é TVP ", Sem data, [<http://www.sbtvp.com.br> (15/10/99)]

- TOURINHO, E.; CARVALHO NETO, M.** "As Fronteiras entre a Psicologia e as Técnicas Alternativas: Algumas Considerações", In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia no Brasil: Direções Epistemológicas*. Brasília: O Conselho, 1995.
- UCHOA, M.** Marco Para psicólogos, crença não deve afetar rotina. (Entrevista com Fernandes, L. B. N. A.). **Estado de São Paulo**. São Paulo, 05 jul. 1992, p.3.
- VAINER, L.** "Tarô, Astrologia, Quiromancia, Parapsicologia: Práticas Psicológicas?" In: *I Congresso de Psicologia - CONPSIC - CRP-06*. 1. **Anais**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia - Sexta Região, 1989, pp.243-286.
- VASCONCELLOS, E. G.** "Triângulo azul se transforma num círculo branco." In: **Revista USP**. São Paulo, n.11, p.84-99, 1991.
- VIEIRA, C. M. S.** *As Práticas Alternativas*. São Paulo, Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, 1996. [mimeo]
- ZANGARI, W.**, "Parapsicologia, técnica psicológica?", São Paulo, **Jornal do CRP-06**, Conselho Regional de Psicologia, ano 10, número 66, Mai/Jun, 1990, p.8

Bibliografia Consultada

- GRANJA, E.C.** *Diretrizes para a elaboração de dissertações e teses*. São Paulo, Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1998.
- GRANJA, E.C.; KREMER, O.S.; SABADINI, A.A.Z.P.** *Citações no texto e notas de rodapé: manual de orientação*. 2 ed. rev. aum. São Paulo, Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1997.
- GRANJA, E.C.; KREMER, O.S.; SABADINI, A.A.Z.P.** *Normalização de referências bibliográficas: manual de orientação*. 3 ed. rev. aum. São Paulo, Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1997.
- GUIRADO, M.** *A Clínica Psicanalítica: Na sombra do Discurso*. São Paulo, 2000 [No prelo].
- LUFT - Dicionário Eletrônico [CD-ROM]**. São Paulo: Ática, 1998.
- MAINGUENEAU, D.** *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Trad. Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- NICOLA, J. de; INFANTE, U.** *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1995